

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDÉIAS
FACULDADE DE LETRAS

ALUNO: **JAIR BARBOSA ARAÚJO**

ORIENTADOR:
Professor Doutor Fernando Catroga

Título da Dissertação

***“BOLETIM OFFICIAL do GOLU: diálogo da Maçonaria Portuguesa e Brasileira
(1869 - 1909)”***

Trabalho de conclusão do Mestrado em
História Contemporânea e Estudos
Internacionais Comparativos da Faculdade de
Letras da Universidade de Coimbra

COIMBRA- PORTUGAL

2010-2012

Dedico:
Aos meus pais Manuel (in memoria) e Lourdes;
e a minha irmã Rita.

“... Vou voltar na primavera/ Que era tudo que eu queria/
Levo, terra, nova daqui/ Quero ver o passaredo/
Pelos portos de Lisboa/
Voa, voa, que eu chego já...”
(Ivan Lins, compositor brasileiro).

Agradecimentos

Chegado o final deste trabalho, posso, agora, compartilhar convosco, meus amigos e leais companheiros, o resultado de longos dias entre escrita e leitura para entender o eco da maçonaria portuguesa e brasileira. Foi um tempo de ausência e solidão, descobertas e despedidas - todas, indubitavelmente, diante de mim com a triste notícia da perda do meu pai. Assim agradeço:

A Deus, este arquiteto que todos os dias dá a oportunidade do mundo ser melhor, pelo conforto.

Ao meu orientador Professor Fernando Catroga, que dedicou parte do seu tempo e conhecimento para conduzir a chispa de uma ideia em um trabalho de investigação por meio de seus questionamentos, apontamentos, sugestões e indicações de leituras.

À minha esposa Giovanna, companheira de leituras e sugestões, desde o começo. Em meio ao seu trabalho de doutoramento sempre encontrou espaço para conversas frutíferas.

Na UC à professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro e ao Professor Doutor João Marinho dos Santos. À turma do mestrado, nas pessoas de Joana e Orlanda, sempre solícitas. Como também aos funcionários do Arquivo e da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

No Grémio Lusitano ao Professor Doutor António Ventura, pelo acesso as leituras na Biblioteca.

Aos amigos portugueses: Arlindo Carvalho (Porto), José Coutinho e Tereza (Lisboa), Casimiro e Cristina (Braga), José Tapado e Adélia (Mondim de Basto).

No Brasil, a Ribeiro e dona Nilza; Gleb e Juliana; Andrei, Alina.

Por fim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para realização deste trabalho.

Resumo

Durante o século XIX, a maçonaria brasileira e portuguesa já havia se tornado uma instituição de abrangência internacional. Este fenómeno se deu em função da consolidação das suas estruturas em instituições federadas. Nos dois casos esta estruturação foi fortalecida pelo processo de unificação de suas Potências. No caso do Grande Oriente Lusitano Unido a união ocorreu em 1969 com a fusão de três das quatro obediências existentes em Portugal: Grande Oriente Lusitano, a Federação Maçónica Portuguesa, o Grande Oriente Português e parte do Supremo Conselho do Grau 33 – que funcionaram sob influência da maçonaria de matriz francesa. Para seu funcionamento, foi de fundamental importância o reconhecimento de outros Orientes, a exemplo do Grande Oriente do Brasil. Como vimos, essa conjuntura foi fundamental para emergir o principal veículo de comunicação entre as maçonarias do Brasil e de Portugal: O Boletim do GOLU, fonte primária de investigação neste estudo.

Por este motivo, nos interessamos por fazer um levantamento das principais notícias veiculadas neste impresso, notadamente, com destaque para os acontecimentos vivificados no Brasil e que foram recepcionados pela maçonaria portuguesa. Para isto, fizemos um levantamento em todos os Boletins publicados no período de 1969-1909, disponíveis em acervos públicos e particulares. Em seguida classificamos as notícias: a) Visitas de personalidades ilustres da política brasileira em solo luso; b) Ajuda mútua (visitas recomendadas, Viagens subsidiadas com aporte financeiro maçónico, Abono de dívidas de maçons nas lojas, Donativos maçónicos para despesas oriundas dos conflitos e Informes fúnebres); c) Miscelânea das notícias vinculadas nos boletins, nomeadamente: Cisão da Ordem, guerras e Emancipação dos servos, Exaltação da República do Brasil e Ecos (ressonâncias de incentivos) para república em Portugal. Porém, fez-se necessário caracterizar o Boletim como fonte histórica, elencando todos os elementos que o compõem relacionando-o com documento histórico.

Por meio desta investigação podemos demonstrar a existência não só de um diálogo permanente entre o GOLU e GOB, mas também uma relação de reciprocidade e de influências daquilo que acontecia no Brasil e era divulgado em Portugal, como os movimentos que vislumbravam a democracia e a liberdade política, consubstanciado na afirmação do republicanismo. Uma vez sabermos que a maçonaria foi participante tanto da formação como do desfecho da República nos dois lados do Atlântico.

Resumé

Durant le XIXe siècle, la Franc-Maçonnerie brésilienne et portugaise était devenue une institution d'envergure internationale. Ce phénomène est dû à la consolidation de ses structures dans des institutions fédérales. Dans les deux cas, cette structuration a été renforcée par le processus d'unification de leurs Puissances. Dans le cas du Grand Orient Lusitain Uni, l'union s'est faite en 1969 avec la fusion de trois des quatre obédiences existantes au Portugal: le Grand Orient Lusitain, la Fédération Maçonnique Portugaise, le Grand Orient Portugais et le Conseil Suprême du Degré 33 qui fonctionnaient sous l'influence de la Franc-Maçonnerie d'origine française. Pour son fonctionnement, la reconnaissance des autres Oriens était d'une importance fondamentale, à l'instar du Grand Orient du Brésil. Comme nous l'avons vu, cette situation a contribué à l'émergence du principal lien de communication entre la franc-maçonnerie du Brésil et celle du Portugal: le bulletin de GOLU, source principale de cette étude.

Pour cette raison, nous avons procédé à une recension des principales nouvelles publiées dans cet imprimé, notamment en mettant l'accent sur les événements vécus au Brésil et qui ont été réceptionnés par la Franc-Maçonnerie Portugaise. Pour cela, nous avons fait une recension dans tous les bulletins publiés dans la période 1969-1909, disponibles dans des collections publiques et privées. Nous avons ensuite procédé au classement des informations : a) visites de personnalités célèbres de la politique brésilienne en territoire lusitain b) aide mutuelle (visites recommandées, voyages subventionnés par la maçonnerie, allocations de dette des francs-maçons dans les loges, dons maçonniques pour les dépenses découlant des conflits et des funérailles), c) mélange d'informations véhiculées par les bulletins, et plus précisément: la rupture de l'Ordre, la guerre et l'émancipation des serfs, l'exaltation de la République au Brésil et écho (d'incitations) sur la République au Portugal. Cependant, il était nécessaire de caractériser le Bulletin comme source historique, en établissant la liste de tous les éléments qui le composent, en le rapportant à un document historique.

Grâce à cette recherche, nous pouvons non seulement démontrer l'existence d'un dialogue permanent entre le GOLU et le GOB, mais aussi d'un rapport de réciprocité et d'influences de ce qui s'est passé au Brésil et qui était divulgué au Portugal, tels que les mouvements qui laissaient entrevoir la démocratie et la liberté politique, incarnée dans l'affirmation du républicanisme. La franc-maçonnerie a été impliquée dans la formation et la consolidation de la République des deux côtés de l'Atlantique.

Sumário

Agradecimentos	7
Resumo	9
Resumé	11
Lista de Figuras	15
Lista de abreviaturas e siglas	17
Introdução	19
Capítulo 1 – Boletim Oficial	29
1.1 – O Boletim quanto fonte histórica	30
1.2 – Boletim: caracterização do documento	36
Capítulo 2 – Contextualização histórica e representação da Maçonaria dos dois lados do atlântico, diante do processo de unificação a partir de 1869	53
2.1 – A maçonaria brasileira: Das oficinas as ruas, cenário político e ideológico	54
Ideologias e compasso no rumo da consolidação maçônica	54
Ativismo maçônico na emancipação brasileira	56
Em busca da concretização do Federalismo	59
2.2 – Das oficinas as ruas: O cenário político e ideológico da maçonaria portuguesa	64
Influências ideológicas na formação do GOLU	64
Em rota de colisão: GOLU, maçonaria espanhola e o iberismo	67
Os maçons em Coimbra	70
Trajetória dos grão-mestres do GOLU (1869-1909)	71
Laicismo e anticlericalismo	77
2.3 – Alguns pontos de aproximação e distanciamento entre a presença maçônica em Portugal e no Brasil	83
Aproximação e divergências na irmandade dos pedreiros livres	84
Do contemplar da fé ao enxergar da razão: ressonâncias entre Portugal e Brasil	86
Capítulo 3 – Ecos e incidências brasileiras na maçonaria portuguesa (1869-1909)	91
3.1 – Visitas de personalidades ilustres da política brasileira em solo luso	91
3.2 – Ajuda mútua	104
Visitas recomendadas	107
Viagens subsidiadas com aporte financeiro maçônico	111
Abono de dívidas de maçons nas lojas	112
Informes fúnebres	114
Donativos maçônicos para as despesas oriundas das atividades beneficentes e intemperes climáticas	124

3.3 – Miscelânea das notícias vinculadas nos boletins	127
Emancipação dos servos	128
Cisão da Ordem	132
Guerra do Paraguay (1864-1870)	139
Exaltação da República do Brasil	142
Conclusão	151
Fontes de pesquisa e referenciais bibliográficos	154
Anexos	167
Maçons pertencentes ao GOLU que tiveram alguma relação com o Brasil (1869-1909)	169

Lista de Figuras

Figura 1 – Logomarcas Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido	38
Figura 2 – Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido N. 1	39
Figura 3 – Imagem de um fragmento do Boletim referente aos custos da impressão	45
Figura 4 – Imagem de um fragmento do Boletim referente ao seu conteúdo	45
Figura 5 – Imagens com o Quadro geral das relações externas do Grande Oriente Lusitano Unido.	47
Figura 6 - Imagem de um fragmento do Boletim sobre nomes simbólicos	48
Figura 7 – Lojas Espanholas de Obediência ao GOLU (1869-1870)	68

Lista de abreviaturas e siglas

adj.: - adjunto
Aug.: - augusta
CC.: - caríssimos
Comm.: - comendador
Cons.: - conselho
e.: v.: - era vulgar
G.: - grande
Gr .: - grão, grande
H.: - horando
III: . - irmãos
Iir.: - irmãos
Ir.: - irmão
maç.: - maçom
Mes.: - mestre
Mestr.: - mestre
Ord.: - ordem
O.: - oriente
Or.: - oriente
PPod.: - poderosos
Pod.: - poderoso
Port.: - Portugal
Pranch.: - prancha
prof.: - profano
R.: - respeitável
RR.: - respeitáveis
vall.: - vale
Sap.: - sapientíssimo
Seren .: - serem
Sob.: - soberano
Sup.: - supremo

Introdução

A maçonaria durante o século XIX já havia se tornado uma instituição de abrangência internacional, com presença marcante em Portugal e no Brasil. Esta aproximação aguçou nosso interesse por buscar saber como se davam as trocas de informações entre estes dois universos maçónicos. Como a maçonaria veiculava seus acontecimentos ou decisões? Existia algum mecanismo de contato? A resposta para esta pergunta já se sabe ter um nome: O Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU), cujo primeiro número saiu em 1869. A análise do conteúdo deste mensário será nosso objeto de pesquisa. Privilegiaremos o diálogo estabelecido entre as duas potências, destacando as temáticas tratadas no período desde a sua fundação até 1909.

O Boletim constituía, internamente, um elo entre as potências maçónicas em todos continentes. No caso em estudo, português e brasileiro, foi marcado por uma maior intensidade devido aos laços históricos entre as duas nações. Por conta disto, elegemô-lo como fonte primária deste estudo, tendo três grandes motivos: a) por se tratar de uma fonte oficial; b) por promover o debate entre as potências estrangeiras; e c) por ter a vantagem de cobrir praticamente todo o período estudado (1869-1909)¹, tendo poucas quebras em suas publicações. Convém mencionar que nos períodos em que houve a interrupção em sua publicação, os maçons do GOLU passaram a utilizar outros meios de comunicação como forma de veiculação das suas ideias, a exemplo dos jornais diários com influência maçônica nomeadamente, - O Século e o Vanguarda. Estes tinham na sua direção o maçom Magalhães Lima, que também ocupou o cargo de grão-mestre no GOLU, durante o período de 1907-1928.

O carácter fechado e a dificuldade de acesso a maçonaria, tem tornado esta instituição um objeto pouco explorado, fortalecendo a pecha de inimiga² ou diabólica, que herdou dos conflitos com a Igreja Católica. Por esta razão, estudar os diálogos existentes no Boletim maçónico é algo instigante, tendo em vista as temáticas circunscritas em suas páginas ecoar o contexto histórico, político, social e económico de cada lugar. Estes diálogos provocaram debates, suscitaram modelos, estimularam a efervescência do pensamento liberal, contribuindo com mudanças, onde muito dos seus membros participaram ativamente da

¹ Retomaremos este assunto mais adiante, no capítulo 1, item 1.2 Boletim: caracterização do documento, pp. 36-52.

² Ver Dias, G. e Silva, J. S. da. (1986). *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2ª Ed. 1Vol, 1ts, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, p.35. Apud: o primeiro documento pontifício que condena formalmente a maçonaria é a bula *In eminenti apostulatus specula*, datada de 4 de maio de 1738, p. 18.

história dos seus países. Se contrapondo, portanto, a ideia que o imaginário social tem desta entidade, como algo mágico, esotérico e misterioso.

Durante o período estudado do Boletim do GOLU, a maçonaria participou da formação ao desfecho da República em Portugal e no Brasil. Durante este processo, percebemos ter havido um esforço por parte do seu conselho editorial, representado pelo Supremo Conselho do Grau 33, para manter a veiculação deste informativo de forma permanente. O que também era feito pelo Grande Oriente do Brasil e outras Potências Maçónicas em outros continentes. Ao nosso ver, no caso da relação dos Orientes português e brasileiro, as páginas do impresso contribuía para veicular as ideias do pensamento moderno. Ou seja, a prática de sempre enviar uma edição transpunha o seu significado original de manter suas informações atualizadas e da publicidade dos seus atos. Embora, com sua tiragem, a maçonaria demonstrasse adequação à realidade do seu tempo e às influências que este tinha para oferecer. Como afirmou Dias em período anterior,

A maçonaria não apareceu feita; foi-se fazendo, isto é, foi-se explicitando e concretizando, sob o impulso da sua dialética interna e ao sabor dos estímulos ou travões que lhe vinham do processo histórico global³.

Os impulsos e travões sofridos, nomeadamente pelas dissidências e perseguições, estão marcados na história do Boletim do GOLU. Nas suas edições percebemos que a Ordem⁴, além de ter vencido o movimento de unificação das suas obediências, conseguiu percorrer o tempo, transitar pelos espaços, demonstrar capacidade de superação e de sobrevivência, tornando-se uma das mais expressivas instituições⁵ da contemporaneidade. Pelos acontecimentos narrados em seus números, vemos que a Ordem emergia numa sociedade, adequando-se as circunstâncias da época, do contexto social em que estava inserida. É o que observamos nos discursos dos seus membros ou nas matérias noticiadas onde se faz menção a participação do povo maçónico em grupos, como a Carbonaria⁶, livres-

³ Dias, G. e Silva. cit...., p. 1.

⁴ Não se sabe exatamente a (s) origem (s) da maçonaria. Aquelas mais fundamentadas apontam como sendo os Collegia no antigo Império Romano do Ocidente, século VI a.C., a primeira associação organizada de construtores. Posteriormente, no século VII ao XII, formaram-se as guildas na Idade Média cujas as corporações formariam a organização dos Ofícios Francos.

⁵ A maçonaria moderna tem por base os land marks que foram elaborados em 1723, por James Anderson (1684-1739). Os Landmarques são a base da Franco-maçonaria e estabelece os limites da Instituição, isto é, que separam a Instituição ou Estado Maçónico do não- maçónico. Eles trazem em si a indicação dos aspetos liberais, negando o poder monárquico ilimitado; enquanto isso, internamente, dar poderes totais à figura do Grão-mestre para dirigir um Grande Oriente, reunia todo processo executivo, legislativo e judiciário.

⁶ A Carbonaria foi uma associação secreta que surgiu na Itália no final do século XVIII. Recebeu este nome porque seus membros, os primitivos carbonários, reuniam-se nas choças dos carvoeiros nas florestas.

pensadores⁷, que em grande medida buscavam a emancipação⁸ dos povos. Além destas, não podemos esquecer da influência da maçonaria de matriz francesa que tinha por base o humanismo laico e a luta pela liberdade de pensamento herdado da Revolução Francesa de 1789.

Ainda quanto a capacidade de adequação do maçonismo, Silva Dias⁹ revelou, em suas obras sobre os primórdios da maçonaria portuguesa no final do século XVIII e início do XIX, que sua assimilação pela nação portuguesa não deu-se de forma consensual ou homogênea, mas pelo contrário, atendeu aos interesses materiais da burguesia emergente. Semelhante ao caso português, no Brasil também o processo de consolidação da ordem se deu nesta conjuntura.

Em 1869, num pronunciamento de abertura das atividades maçônicas, o Grão-Mestre do ainda GOL, conde de Paraty, evidenciava essa busca pela adequação da Ordem. De forma idealista, ele enfatizava: “árvore frondosa que cresceu em todo Portugal pela superação das perseguições do fanatismo”, “da ambição das paixões partidárias” e “onde a instrução popular progride¹⁰”. Estas expressões exortam, por um lado, as influências antigas da instituição que pautava-se no filantropismo e filosofismo, ao mesmo tempo que representa estratégia para consolidação de inúmeros dissídios que levaram a ordem, muitas vezes, a criar novos Orientes. É no apelo à construção de uma instituição organizada sob o padrão do progresso dos novos tempos que o GOL vai efetivar o GOLU e abrir-se as outras potências maçônicas no mundo.

Por este motivo que a escolha pelo período de nosso estudo ter início em 1869. Neste ano ocorreu a formação da estrutura do GOLU, e, por conseguinte, da conjuntura de gênese do Boletim, que teve como base a unificação de três das quatro obediências existentes em Portugal: Grande Oriente Lusitano, a Federação Maçônica Portuguesa, o Grande Oriente

⁷ Catroga, F. (2001). O Livre-pensamento contra a Igreja. *Revista de História das Ideias*, v. 22. Instituto de História e Teoria das Ideias. Universidade de Coimbra, Coimbra.

⁸ Dias, G. e Silva. cit..., p.6. “Aberta ao iluminismo— embora não identificado com ele, nem apostada na respetiva militância -, a pedraria tem no seu seio Irmãos com opções ideológicas contraditórias, mas sempre distanciadas do que foram as constantes culturas da Contra-Reforma e eram a linha doutrinária (e partidária) do antifilosofismo.

⁹ Situou-se, no entanto, ora com uma consciência perfeitamente explícita do comportamento, ora (as mais das vezes) apenas com latências do processo, no encaixe da culturalização e organização preliminares às mudanças estruturais para que apelavam as forças produtivas materiais burguesas em avanço no interior das relações de produção e distribuição tradicionais. E nesse sentido, foi um instrumento orgânico da propulsão das vitórias alcançadas pela burguesia desde os finais do século XVIII. Silva Dias, p. 3

¹⁰ Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU) (1869). Nº 1.Lisboa, p. 1.

Obs: nas referências seguintes ao *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido* usaremos apenas sua sigla: BOGOLU.

Português e parte do Supremo Conselho do Grau 33¹¹ - que funcionavam sob influência da maçonaria de matriz francesa.

Devido a esta união e abertura promovidas pelo grão mestre conde de Paraty, encontramos muitas das notícias no Boletim Oficial vindas da antiga América portuguesa. No entanto, ao destacarmos as informações dispostas na fonte, notamos a permanência de grandes zonas de desconhecimento sobre a maçonaria e a forma de sua atuação no seio da sociedade. Todavia, na medida que nossa investigação se aprofundava em sua análise, íamos conseguindo estabelecer novas conexões entre o maçonismo em Portugal e no Brasil. O que também é facilitado pela forma de sua organização. Tanto em Portugal quanto no Brasil, como preconizou o historiador português Oliveira Marques, a maçonaria está organizada como um Estado dentro do Estado. Tem a sua constituição, a sua lei penal, o seu código de costumes, as suas finanças, a sua lei internacional¹², o que possibilitou o acesso a informações mais precisas sobre a mesma.

Desta forma chamou-nos à atenção no Boletim um aspeto sobre Constituição maçónica portuguesa. Nele fica bastante enfatizado a defesa substancial, na Constituição, da interferência lusitana nos seus (ex) domínios pelos corpos superiores do Grande Oriente Lusitano, como forma de propagar o maçonismo e a pátria portuguesa cujo “eco ingente do seu nome já andava quase sumido”¹³. Para isto, quando versa sobre o campo ultramarino¹⁴, é defendido a descentralização da Ordem: seria criado em cada província de além-mar, uma Grande Loja Provincial e uma Câmara de Justiça. A jogar pela relação das Potências Maçónicas, publicadas em alguns números do impresso, como também a sua influência direta em Espanha, nas Ilhas da Madeira, Açores e Brasil, vê-se que o nome luso conseguiu ser consolidado.

No que refere-se ao Brasil, investigamos que o Boletim denotava um diálogo recíproco, estreito e amistoso com o maçonismo praticado em Terra de Vera Cruz. Isto não é só compreensivo pelos laços que aproximam os dois países - nem pelo facto do primeiro grão-mestre do GOB ser D. Pedro I ou a ordem ter proporcionado o palco e mobilizado os atores¹⁵ mais importantes para a Independência¹⁶, fim do Império e Proclamação da República

¹¹ Retomaremos este assunto mais adiante, no item 2.2- Das oficinas as ruas: O cenário político e ideológico da maçonaria portuguesa, pp. 64-82.

¹² Caetano, M. (1978). *Constituições Portuguesas* 4ª Edição, Verbo. Lisboa, pp. 11-16.

¹³ GOLU. (1869). n.º1, 1º ano, p.9

¹⁴ Marques, A. H. O. (1990). *História da Maçonaria em Portugal, das Origens ao triunfo*, Presença Lisboa. p. 54.

¹⁵ Barata, A. M. (2002). *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)*. [S.N] Campinas, SP, p.49.

¹⁶ Ver revista IHGB, p.41, apud Barata, cit..., p. 50.

brasileira, com participação de muitos filhos dos portugueses nascidos no Brasil -, mas, sobretudo, por ser a maneira estratégica que o GOLU elegeu para manter a comunicação com o Brasil, em meio a tantas mudanças ocorridas em Portugal.

Verificaremos, no entanto, que esta convivência entre a maçonaria brasileira e portuguesa, por intermédio do GOLU, foi pouco amistosa quando das negociações para por fim a cisão do GOB em 1870. Durante este episódio, a troca de informação entre os dois Orientes foi bastante considerável, a participação portuguesa fez sentir-se na intermediação de inúmeras pranchas¹⁷ e recebimento de visitas¹⁸ de membros do GOB ao GOLU - várias publicações do mensário fizeram este registo. Os embates envolviam os grupos Beneditinos e Lavradio. O primeiro com tendência liberal progressista, e o outro liberal alinhado a monarquia brasileira. Como as duas correntes maçónicas brasileiras buscavam seus respectivos reconhecimentos junto ao Oriente português, esta intermediação se deu de maneira bastante tensa. A dificuldade tornava-se maior pelo alinhamento do GOLU com o Oriente dos Beneditinos¹⁹, de matriz maçónica francesa²⁰.

Os dissídios tinham como fundo, além da luta pelo comando maçónico, o debate sobre novas ideias. Por se tratar de uma irmandade secreta ou discreta, muitos desses episódios passavam despercebidos ou se cristalizavam entre os seus membros no quotidiano de suas vidas, na política, na cultura e na vida social do seu povo. Estes acontecimentos tornaram-se instrumento de inspiração para vários grupos dentro da instituição para mudar seus horizontes. Por eles, seus concidadãos puderam traçar novos rumos sob a perspectiva de uma maior participação social, a exemplo do conflito envolvendo seu posicionamento laicista e anticlerical. Mesmo que para isto, em alguns momentos, tivessem de viver no anonimato, assumindo nomes simbólicos em detrimento das suas identificações profanas.

Por tudo isto, entendemos que o carácter revelador do nosso trabalho é detectar não só os principais temas tratados entre os Orientes brasileiro e português, mas também suas ressonâncias, chamadas de Ecos. Para tanto utilizaremos, como já foi dito, o instrumento revelador o Boletim do GOLU, como fonte primária²¹ de investigação. Objetivamente,

¹⁷ O *BOGOLU* recebeu, durante o ano de 1870, inúmeras pranchas dos Orientes dissidentes no Brasil (Beneditino e Lavradio)

¹⁸ O *BOGOLU* de 1869 faz registo da visita do maçom Manuel António da Cruz, pertencentes ao valle dos Beneditinos, numa indicação da aproximação entre seus membros p. 19.

¹⁹ Esta aproximação pode ser percebida quando Cunha Bellem, secretário do GOLU, recebeu do Grande Oriente do Brazil ao valle dos Beneditinos o diploma de membro honorário. O *BOGOLU*, 1871

²⁰ Retomaremos este assunto mais adiante, no item 2.1- A maçonaria brasileira: Das oficinas as ruas, cenário político e ideológico, p.54 - 64.

²¹ Este trabalho está circunscrito no debate teórico da “Nova História” diante dos contributos dos historiadores atuais sobre o conceito ampliado de fonte histórica.

demonstraremos os trechos das notícias e correspondências que eram veiculadas no impresso como forma de perceber o diálogo entre as instituições, preponderantes as realidades históricas das duas nações.

Como veremos, a comunicação se dava em face a temáticas variadas, entretanto o ideário da maçonaria era levada a cabo, e as ajudas mútuas tinham lugar de destaque no impresso. Muito embora assuntos sociais, políticos e humanísticos também fomentassem as discussões no meio da intelectualidade maçónica, em período de intensos debates políticos e ideológicos que resultariam mais tarde no republicanismo, tanto de um como do outro lado do Atlântico. Este estudo revelará, portanto, como se dava o diálogo entre os dois universos maçónicos, destacando o principal veículo de comunicação oficial da época: o Boletim do GOLU. Nele veremos quais eram as temáticas dialogadas nas assembleias; os laços de reciprocidade entre os membros, como a recepção de personalidades maçónicas ilustres, a prática da filantropia e ajuda mútua; além de percebermos os acontecimentos políticos e sociais ocorridos no Brasil que tiveram repercussão em Portugal, a exemplo da emancipação dos servos, Guerra do Paraguai, exaltação da República, entre outros, como veremos mais adiante²². Por fim, faremos um levantamento das notícias veiculadas neste impresso, tendo o GOLU como receptor e o GOB o interlocutor neste processo.

Convém esclarecer ainda que optamos por investigar o período de 1869, como já foi justificado anteriormente, até 1909, pelo facto não só do Boletim do GOLU cobrir todo este período, mas também porque o ano de 1909 se configurou como o ano de efervescência dos ideais republicanos em Portugal. Tanto foi assim que em 1910 vimos a concretização deste ideário diante da implantação da República. A exaltação deste sistema político – República – no Brasil foi vivamente enaltecido nas páginas da imprensa diária com tendência republicana, como veremos mais adiante²³.

Esta investigação teve como pesquisa visitas ao arquivo da Universidade de Coimbra, bibliotecas da Universidade de Coimbra e do Grande Oriente Lusitano, nos quais coletamos dados que nos dessem suporte para o tema investigado. No entanto, os maiores acervos que contribuíram com esta pesquisa foram: o arquivo²⁴ da Universidade de Coimbra e do GOL. No primeiro, pudemos consultar os antigos exemplares dos Boletins doado pelo

²² Retomaremos este assunto mais adiante, no capítulo 3. Ecos e incidências brasileiras na maçonaria portuguesa (1869-1909), pp. 91- 150.

²³ Retomaremos este assunto mais adiante, no capítulo 3, item 3.3 – Miscelânea das notícias vinculadas no Boletim, tópico Exaltação da República do Brasil, pp 127- 150.

²⁴ Existe uma crítica por parte historiográfica quanto os trabalhos em arquivos. O argumento, sem muito sustentação, é que se trata de uma história positivista pois está pautada na “mera” análise de documentação.

maçom Fausto de Quadros. No segundo -GOL-, tivemos acesso aos números dos Boletins que faltavam e a algumas obras maçónicas portuguesas e brasileira. Entretanto, convém esclarecer que nem todas as obras nos foram disponibilizadas, pois grande parte dos documentos o acesso ainda é restrito. O organograma planeado com antecedência facilitou a sondagem e filtragem dos acontecimentos com os quais esperamos esclarecer as questões que fomos formulando.

Tomando por base estas constatações sobre a importância da maçonaria enquanto instituição e da atuação dos seus membros, desenvolvemos o presente estudo intitulado: “*Boletim Oficial do GOLU: diálogo entre a Maçonaria em Portugal e no Brasil (1869-1909)*”. Desta forma, demos um carácter mais investigativo e menos curioso ao seu respeito. Com isto, acreditamos que ele venha trazer um maior esclarecimento quanto às discussões internas provenientes de uma instituição que, conforme dito anteriormente, muito contribuiu para novos posicionamentos sobre as interpretações da sociedade.

Esta dissertação compõe-se de três capítulos, mais Apresentação e Conclusão.

No primeiro capítulo fizemos uma breve discussão acerca da fonte primária desta pesquisa: o Boletim Oficial do GOLU. Neste sentido, buscamos destacar a sua importância como documento histórico, uma vez que nele estão contidas informações e acontecimentos que marcaram não só a trajetória da instituição, mas também a vida e destinos de pessoas e países. Relevante sublinhar que o Boletim também nos deu a possibilidade de perceber outro fator que acompanha a atividade do historiador, a saber: seu papel enquanto escritor e o alargamento das fontes que podem ser investigadas. Como sabemos, todos estes fatores não coexistem de forma desinteressada e absolutamente neutra. Em um segundo momento, enquadrámos os Boletins quanto sua caracterização, funcionalidade e temáticas abordadas. Ao final deste primeiro capítulo, realizamos um levantamento cartográfico do Boletim, por meio de uma investigação quanto à contextualização histórica em que o documento foi elaborado. Catalogamos todos os Boletins desde sua fundação, em 1869, até 1909, identificamos as informações, neles contidas, de importância para o nosso estudo.

No segundo capítulo tratamos o universo maçónico sob a perspectiva da sua consolidação, ou seja, descrevermos brevemente o processo histórico de unificação por que passaram os dois Orientes matriciais: o Grande Oriente Lusitano (1802) e o Grande Oriente do Brasil (1822). Refletimos a respeito da efetivação das referidas Potências no Brasil e em Portugal enquanto poderes representativo de cada nação. Análise a cerca da formação desta estrutura faz-se necessária, pois foi ela que viabilizou a circulação do Boletim entre os Orientes, sobretudo no caso estudado. Com isto é relevante destacar que, por seu intermédio,

as distâncias foram encurtadas e os laços de amizades fortalecidos entre a maçonaria portuguesa e brasileira. Os Ecos encontrados em suas comunicações dão provas disto. Mesmo quando, em alguns momentos, esta relação tenha estremecido, quase sempre fruto de embates de cisões verificadas no seio de suas potências, o Boletim continuou levando suas informações em seus Oriente para suas oficinas, garantindo sua função.

Com esta contextualização suscitamos no leitor o entendimento, a partir do tempo e do espaço, que toda comunicação transitada entre o GOLU e GOB, não se deu por acaso e nem tão pouco ocorreu de forma aleatória, mas pelo contrário, ela obedeceu transformações inerentes no processo de modernização de suas sociedades, seja na luta contra o obscurantismo religioso ou político.

O que está bastante fundamentado nos trabalhos dos historiadores portugueses Oliveira Marques, J. S. Silva Dias, Fernando Catroga e dos brasileiros Octacílio Sobrinho, José Castellane, Barata etc. Estes investigadores nos concederam, por meio das suas publicações, fundamentos teóricos essenciais para compreendermos os aspetos que contribuíram para a consolidação da maçonaria e a participação política e social da mesma, enquanto instituição ativa de um lado e do outro do atlântico. Assim, ao analisarmos as fontes bibliográficas destes pesquisadores, obtivemos o conhecimento necessário para entender melhor o processo em que, sob a base das ideias liberais e republicanos, em oposição ao catolicismo conservador, a Ordem foi erguida.

Tanto na antiga metrópole como na ex. colónia, havia, por parte de segmentos da intelectualidade e da pequena burguesia, movimentos no sentido de afirmar os ideais dos pensadores iluministas que proclamavam a supremacia da República. Os intelectuais maçons que compõem uma parcela significativa da inteligência desses dois polos deram as diretrizes ao processo de laicização das suas sociedades, em estreita conexão com a luta pelos ideais modernos de liberdade e de progresso.

No terceiro e último capítulo, problematizámos, por meio da análise das informações identificadas nas comunicações do Boletim entre o GOLU e o GOB, as temáticas que serão distribuídas em três vertentes: a) a questão da ajuda mútua entre os orientes; as comunicações sobre notícias do dia-a-dia com os acontecimentos vivenciados no Brasil; a reciprocidade²⁵ entre os maçons que migraram de Portugal para o Brasil e vice-versa. Nesta, identificamos não só os brasileiros que foram iniciados e regulamentados no Grande Oriente Lusitano, mas

²⁵ Existiam irmãos que ao chegarem em solo lusitano procuravam ser recebidos ou filiados a uma loja e oriente, desses muitos vinham para trabalhar ou estudar e, como é sabido durante o período estudado muitos brasileiros seguiam para o velho mundo a fim de completarem seus estudos superiores, notadamente na Universidade de Coimbra.

também os portugueses que se evadiram para o Brasil²⁶ e foram regulamentados em lojas pertencentes ao Grande Oriente Brasileiro; a implementação quanto a elaboração da Constituição maçônica em Portugal, troca de experiências com o Brasil, na elaboração do documento; b) os conflitos políticos e ideológicos ocorridos no Brasil e que foram compartilhados em Portugal: a emancipação dos servos²⁷, a Guerra do Paraguai²⁸, a cisão da Ordem no Brasil (Benedictinos e Lavradio), a influência do Gr. Oriente Lusitano em relação a cisão do Gr.Or.Br (preocupação em consolidar as forças e manter a unidade); c) e, por último, os maçons brasileiros de prestígios que visitaram o território luso e os recepcionados como irmãos durante as viagens oficiais para assinatura de acordos e cooperações. Estes escritos – vinculados no Boletim- revelam não só o pensamento dessas pessoas – personalidades - no interior da maçonaria, mas seu comprometimento ou engajamento ideológico favorável à instituição. Nessa perspectiva, os intelectuais e presidentes pertencentes à Ordem que contribuíram para a propaganda liberal.

²⁶ Para essa recolha de dados fizemos pesquisa das informações contidas no banco de dados, do Arquivo do Grande Oriente Lusitano, além dos dados sobre essa temática contidos nos boletins, diante sobretudo de cartas de encaminhamento de irmãos entre os dois orientes.

²⁷ A escravidão africana no Brasil ocorreu desde o período da colonização portuguesa até 1888, ano em que com a Lei Áurea a Princesa Isabel promove a libertação. Sabe-se que esse facto histórico continha em sua gênese elementos do Liberalismo discutidos e conclamados pelos maçons nos encontros secretos. Nos propomos a fazer uma análise dessa relação, já que os boletins anunciam essa problemática, a escravidão ao mesmo tempo que sugerem a libertação dos mesmos. Ver Lopez, L. R. (1993). *História do Brasil Colônia*. Mercado Aberto. Porto Alegre.

²⁸ A Guerra do Paraguai foi o conflito que ocorreu de 1864 a 1870, envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Esta Guerra, segundo a nova versão que descarta a tese da conspiração inglesa, foi motivada por disputas de território e poder na região do rio da Prata, entre os países mencionados. Com o seu fim, o Brasil acelera o processo para implantação da república. Para saber mais sobre a Guerra do Paraguai ler: Doratioto, F. F. (2002). *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. Companhia das Letras, São Paulo.

Capítulo 1 – Boletim Oficial

Em historiografia, a narração explicativa/compreensiva de uma problemática significa o ordenamento dos factos – retirados dos documentos (heurística e hermenêuticamente tratados) – numa estrutura que organiza temporalmente o cumprimento de uma estratégia gizada para produzir efeitos cognitivos .

Este capítulo tem por objetivo analisar o Boletim como fonte histórica discorrendo sobre a caracterização do documento. Para isto, como anuncia a epígrafe, faremos uma discussão acerca de seu papel como veículo de comunicação, de divulgação e também de aproximação das ordens maçónicas. Para além de ser a fonte de informação e de comunicação da maçonaria portuguesa entre suas lojas, este documento histórico foi também responsável, durante quatro décadas de atuação, pelo registro e divulgação dos principais acontecimentos ocorridos nas potências estrangeiras. Neste sentido, as duas potências maçónicas portuguesa e brasileira, nomeadamente, Grande Oriente Lusitano (GOLU) e Grande Oriente do Brasil (GOB), faziam uso desta imprensa para se comunicarem. Percebemos que todo acontecimento registrado nas comunicações desse mensário sobre o Brasil refletiam na maçonaria, em Portugal, de forma propositiva para seu funcionamento.

Convém esclarecer que ao discorrermos sobre a fonte investigada, não pretendemos exaltá-la ao ponto de enfraquecer nosso argumento. Pelo contrário, ao caracterizá-la acreditamos que estaremos interpretando-a em consonância com seu objetivo: valorizar as temáticas que foram anunciadas, publicitadas, dialogadas entre os Orientes maçónicos, como resultado do contexto histórico vivificado em cada um deles. Sabe-se, por exemplo, que durante o período investigado da circulação do Boletim, de 1869 a 1909, tanto a maçonaria portuguesa como a brasileira viviam um momento de intensa luta para manter sua união. Podemos dizer que esta etapa de suas histórias é a linha divisória da afirmação da Ordem nos dois lados do atlântico. Tendo em vista que as transformações político, social, económico e cultural também vão se refletir no ordenamento dos seus grão-mestrados. Como as promovidas, nas últimas décadas do século XIX e início do XX, pelos conflitos com o anticlericalismo congregacionista, seu principal adversário, e a afirmação do movimento republicano. O desafio passou a ser administrar as tensões entre os apelos de particularidades e o desejo da concretude dos seus grupos divergentes.

É em meio a esta ambiência que as Potências Maçônicas portuguesa e brasileira estabeleceram seus contatos oficiais: correspondências, tratados de amizade²⁹, entre outros, e intensificaram as suas comunicações cujos os acontecimentos brasileiros, todos eram “publicitados” pelo Boletim. Neste caso Portugal agia como receptor e o Brasil como interlocutor, com grande influência dos brasileiros para portugueses. Percebemos esta realidade sobre temas diversos, nomeadamente: proclamação da independência, processo de abolição da escravidão, consolidação da república, ajuda mútua entre seus irmãos - viagens de lazer, a trabalho ou para tratamento médico - que caracteriza o espírito maçônico; inaugurações de monumentos como o de D. Pedro I, que em Portugal chamava-se IV, entre outros.

Neste sentido, empenhados em extrair o máximo de informações sobre os Ecos maçônicos português e brasileiro, nos debruçamos sobre o Boletim. Reconhecendo que,

(...) o trabalho dos historiadores tem a ver, direta ou indiretamente, com a vida dos homens no tempo. Daí, a especificidade da representância, que ele constrói entre a narrativa e a realidade referenciada, pressuposto ôntico que só através da mediação do questionamento pode “falar” como objeto epistémico³⁰.

1.1- O Boletim quanto fonte histórica

Quando os registos do Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido começaram a ser publicados, a tendência da história era ser marcada significativamente pelos acontecimentos oficiais e os feitos heroicos. Neste contexto temporal e histórico da instituição Maçônica, alicerçada no GOLU, tivemos um novo paradigma na medida em que lançava-se um instrumento “inovador”³¹ de comunicação. Tanto com objetivos inicialmente definidos, quanto a divulgação de suas atividades, como também estimulando a ligação dos seus membros, mantendo-os informados da actuação da instituição em vários continentes, além de

²⁹ Sobre os tratados de amizade e outros documentos que corroboravam para as relações internacionais entre o GOLU e outras potências estrangeiras ver: Ferro, J. P. *Maçonaria e Relações Internacionais: O Grande Oriente Lusitano Unido (1866-1872)*. Em: Cunha, J. A. da e Ferro, J. P. (1995). *Em Torno de Maçonaria*, Lisboa. Acedido em 09 de Setembro de 2011, em: http://members.tripo.com.br/gremio_fenix/trabalhos/relac_int_golu.html.

³⁰ Catroga, cit. ..., p. 124. Apud: Dosse, F. (2006). *Pour Ricoeur et Michel de Certeau et L'histoire entre led ire et le faire*. L'Herne. Paris., p. 124.

³¹ Com esta afirmação não estamos a desconsiderar os documentos oficiais existentes nas lojas, por exemplo, os boletins internos, ou mesmos as pranchas, atas, artigos de revista, entre outros. Entretanto consideramos o Boletim como instrumento inovador em relação a ser um veículo de comunicação entre as várias potências em funcionamento distribuídas pelo mundo. É portanto a este carácter de intercâmbio internacional que atribuímos o tratamento de inovador, tendo como remetente potências maçônicas unidas em torno de Orientes específicos.

ser um instrumento facilitador na divulgação dos acontecimentos vividos em suas respectivas nações³².

De facto, constatamos que este periódico contribuiu para o diálogo luso-brasileiro por meio de informações maçónicas cujo conteúdo apresentado tinha, por vezes, informes impactantes. Mas o que o leitor encontrava em seus números? Quem eram eles e o que é que procuravam no Boletim? Poderíamos considerá-lo como apenas um objetivo dos maçons portugueses de propagar o nome da Ordem? Sua publicação detinha algum interesse económico? Os editores sofreram alguma dificuldade? Quem escrevia as suas informações? Quem eram os personagens que compunham o corpo editorial? Estas são algumas questões que nos dispomos a elucidar nesta primeira parte deste estudo.

Acreditamos que a iniciativa tomada pela instituição em eleger um documento gráfico para registar e divulgar seus atos estava relacionada com alguns factores. Primeiro, a intenção de promover o debate entre os acontecimentos contextuais internos e externos que a sociedade vivia na época. Prova disto é que as produções não ficavam restritas apenas ao meio em que foram produzidos, mas se expandiam. A Ordem buscou se adequar ao mesmo contexto vivido pelos seus opositores e poucos simpatizantes, a exemplo da igreja que também tinha seus veículos de propaganda para divulgar e consolidar suas ideias.

Atualmente, a historiografia tem dedicado crescente espaço nas investigações a este tipo de periódico. Ao analisamos a caracterização do Boletim do GOLU percebemos que sua composição aglutina todas as características que compõem normalmente um impresso: mercado, diante do público de maçons existente, sobretudo no início do século XIX; normas de escrita e legislação específica; promoção de sociabilidade, diante das trocas evidenciadas com as informações, entre outras características. Além das suas produções, nele se reflete tanto a época em que foram produzidas, como as representações³³ das vivências humanas de outrora. Apresentando, portanto, resquícios do cotidiano de quem o idealizou, o que o tem tornado importante fonte de pesquisa nos acervos históricos.

O Boletim demarca bem este lugar de “pegadas históricas”. Por seu intermédio verifica-se vestígios que representam o contexto vivido por aqueles que escrevem e os que

³² Barros, J. D. (2010). Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspetivas sobre os novos tempos. *Revista Albuquerque*, vol.3, n°1, p. 1. Apud, Bloch, M. (2001). *Apologia da História*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. [original publicado: 1949, póstumo] [original de produção do texto: 1941-1942]. Acedido em 25 de Fevereiro de 2011, em: «<http://pt.scribd.com/doc/46523419/Fontes-Historicas-Revista-Albuquerque-2010>».

³³ Nos apropriamos do conceito de representação de Roger Chartier, como uma conceção apropriada pelos sujeitos que se localizam em diferentes lugares e momentos, realidades construídas, pensada, por esses a partir do grupo social ao qual faz parte. Ver Chartier, R. (1990). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, p.7.

leem. Estes vestígios podem ser percebidos sob vários prismas: um artigo que venha mencionar a trajetória histórica da instituição, a publicação de alguma prancha em homenagem a uma figura ilustre como a do Marques de Pombal, por exemplo³⁴; um episódio de repercussão nacional, ou até quando escreve sobre temáticas de interesse social, a exemplo da emancipação dos servos no Brasil; ruptura nas edições, verificadas sobretudo pela forte discussão quanto ao seu hermetismo, dentre outros indícios de representação histórica. Todos estes tópicos foram tratados no presente como Ecos, diante da narrativa ou discurso histórico neles existentes. Entre o seu rico conteúdo, o que nos interessa aparece em aspetos ou episódios ocorridos no Brasil e que foram anunciados em Portugal pelo Grande Oriente Lusitano Unido. Ou seja, estabeleciam alguma relação com a História de vivências comuns em sítios diferenciados.

A função do Boletim geralmente consiste em transmitir informações de factos específicos para pessoas que tenham relação com a Ordem. Assim, sendo o editorial do GOLU composto pelos membros do Supremo Conselho³⁵, precisavam fazer o ordenamento do material dentro desta linha. O resultado era que o corpo geral do Boletim dava particular atenção a escolha dois aspetos: quanto a espacialidade e linguagem própria, que se compreendia no plano local sobre os acontecimentos que iam ser noticiados; eleger as principais notícias que deveriam ser veiculadas à distribuição dos exemplares para as potências amigas. E, neste aspeto o Brasil ocupa um lugar privilegiado.

Este ordenamento, referido anteriormente, só foi quebrado em função de algumas alternâncias e limitações na sua confecção, atribuídas a vários aspetos³⁶: processo de sucessão no Grande Oriente; mudança de empresa que confeccionava seus números; problemas financeiros - muitas vezes provocado pela pouca demanda por parte dos membros. Estes factores somados comprometeram sua periodicidade, marcada por muitas inconstâncias na sua distribuição, o que desestimulava seus leitores. Como parte do mensário era doada às potências que tinham relações interinstitucionais com o Grande Oriente Lusitano, como era o caso do Grande Oriente do Brasil, quando as tiragens eram interrompidas e as informações cessavam.

³⁴ Ou outros exemplos de homenageados. Vê-se o GOLU, como um propagador de homenagem, a exemplo nos anos de 1870 a D. Pedro, rei brasileiro e, em 1897, a Campos Sales, futuro presidente da República brasileira.

³⁵ Conforme Art. 3º A redação do Boletim Oficial maçônico será entregue a uma comissão do Conselho da Ordem, composta de tres dos seus membros, escolhidos entre si, por eleição ou aclamação. Secção Official, legislação, serie de 1879-80, Nº 38. *BOGOLU* (1880, Abril), Nº 1, 3ª Serie 12º Anno, Lisboa, p.6.

³⁶ Sobre as dificuldades do funcionamento do periódico ver: *Ibidem*, pp.3 e 4.

A sua produção se caracterizava não por uma descrição densa³⁷, mas por uma narrativa factual, pontual, que exige que o historiador esteja atento tanto ao dito como ao não dito, para além do que está colocado nas linhas do impresso³⁸. Nesta medida, percebemos melhor o contexto em que os acontecimentos foram produzidos, relacionando-os com a explicitude do texto. O contexto revela embates, episódios, conflitos que direta ou indiretamente envolviam a maçonaria.

Um outro aspeto a ser considerado é a nota de abertura, que funcionava como a opinião do editorial. A primeira página de qualquer impresso, seja jornal ou Boletim, deve ser observada com atenção por vários motivos: ela retrata os destaques que seu grupo ou seu proprietário tem naquele momento; descreve o processo de classificação dos temas a serem publicados; e expressa a opinião da instituição a que está veiculado. E se, regra geral, enunciam factos associados à Ordem, muitas vezes revelam terem uma forte relação com os problemas que vinham do mundo profano. Por esta razão, a sua narrativa não era articulada nem neutra. Pelo contrário, esclarecia o que a instituição pensava (e fazia) para atingir suas metas. Nas suas linhas, o leitor encontra o falar, o pulsar institucional consolidado nos atos, na legislação, nas pranchas e nas notícias de maior efeito para a irmandade.

É da Ordem a percepção de suas contradições ou parcialidades, no trato dos acontecimentos que reside frequentemente o perfil ideológico dos Orientes. Com esta afirmação não estamos a dizer que a Ordem dos pedreiros livres tem uma ideologia. Na verdade é consenso entre os historiadores que a Ordem apregoa um ideário³⁹, a exemplo do maçonismo. Este ideário é pautado nos princípios humanísticos, científico, filantrópico e filosófico da irmandade.

Neste aspeto observamos que a primeira página deixa de publicar as notas editoriais, passando a dar prioridade a legislação, que tratava desde assuntos administrativos até ajudas diversas e condolências. Em 1898, por decreto do Grão-Mestre Bernardino Machado, passam a publicitar os nomes das potências que mantinham relações com o Grande Oriente Lusitano, medida que vinha demonstrar as relações internacionais mantidas pela Ordem.

³⁷ Consideramos "descrição densa", influenciados por Clifford Geertz. Ver, Geertz, C. (1973). *A interpretação das Culturas*. Zahar. Rio de Janeiro, p. 15.

³⁸ No presente estudo procuramos exercitar essa nossa indicação. Este exercício poderá ser observado no capítulo três, quando fizemos a relação entre o conteúdo dos boletins e o contexto histórico vivido pelo GOL, categorizado como recetor e o GOB, como interlocutor.

Mas afinal, quem eram os leitores do Boletim? Logicamente, a sua publicação pretendia alcançar quase essencialmente todos que estavam vinculada ao Oriente⁴⁰. É bom lembrar que no início do GOLU a população maçónica não era muito significativa, se resumia a poucos números de lojas e membros. No entanto, este quadro, no início do século XX, vai mudar quando se percebe um aumento significativo de novos membros. O arquivo do GOLU apresenta os números:

O povo maçónico aumentou, no mesmo período, de cerca de meio milhar de irmãos, em 1869-70, distribuídos por 36 oficinas, para 1949 irmãos, em 1904, distribuídos por 85 oficinas, atingindo o seu número máximo em 1913: 4341 obreiros em 198 lojas e triângulos. A relação entre cada maçõ e o número total de habitantes do País passara de 1/10500 (1869) para 1/2750 (1904) e, por fim, 1/1380 (1913)⁴¹.

Os indivíduos que liam o Boletim o faziam por se sentirem partícipes do grupo. De maneira que a sua recepção não só possibilitava uma melhor formação doutrinal como contribuía para o reforçar da “cadeia de união” entre os irmãos, mesmo que seu meio fosse formado por indivíduos de condições económicas diversas. Os membros tinham acesso aos números - dos boletins - por ocasião das reuniões (na oficina). Sua leitura era uma maneira dos maçons se socializarem, uma vez que as notícias provocavam vários debates “acalorados” entre os pedreiros livres. Eram estes os principais consumidores e propagadores das notícias veiculadas no periódico. Ao nosso entender, a irmandade, respeitando a diversidade cultural e dando um conteúdo filosófico particular ao Boletim, soube construir um informativo que propiciasse a participação de cada membro como leitor ou até mesmo como colaborador. No século XIX, a leitura do mensário concedia aos leitores a possibilidade de perceber um mundo de intercâmbios diante das trocas de experiências, críticas, opiniões, ideias e reações de todo lado.

Já tratamos dos leitores, mas quem eram os redatores do Boletim? Os colaboradores, ou escritores do periódico, sabemos que eram também maçons, integrantes do GOLU. Eram membros intelectuais ou, quando não, possuidores de uma cultura letrada muito ampla e rica em informações gerais que contribuía na elaboração de artigos com enfoque social, político e humanístico. Para escrever sobre os acontecimentos sociais era necessário ter uma visão especializada dos acontecimentos, domínio gramatical ou mesmo literário da língua, posicionamento político definido, além da virtude e da ética que o comprometia a

⁴⁰ Secção Oficial , legislação, série de 1879-80. In: *BOGOLU*. (1880, Abril). Nº 38, Lisboa, p. 6.

⁴¹“Unificação e Apogeu (1869-1910) ”. Acedido em 10 de Setembro de 2011, em: www.gremiolusitano.eu/?page_id=37. E ainda Catroga, F. (1988). *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, Vol. 2, Coimbra, p. 420.

interpretação das abordagens voltada para o esclarecimento ao público. Desta forma, embora o impresso não fosse um documento oficial, pertencente a algum órgão vinculado ao Estado, cumpria-lhe uma função de educar, tratar da política, informando aos leitores, que tinham interesses nos acontecimentos que a instituição tivera atuação, acontecimentos, estes muitas vezes ligados a política nacional. Um dos colaboradores do Boletim, durante a primeira fase de impressão, que merece destaque foi A. M. da Cunha Bellem⁴², que, mais que um fiscal do periódico, contribuiu durante onze anos escrevendo várias matérias sobre temas variados.

Interessante notar que, pelo facto de todos serem pertencentes da Ordem como leitores ou escritores, favorecia para que os obreiros se sentissem mais próximos e se fazerem irmanados em ideias comuns, fortalecendo o que chamamos de “cadeia de união”, anteriormente referida.

Tratando o Boletim como fonte histórica, fizemos alguns recortes e destacamos os principais temas das notícias que nos levassem a perceber o discurso⁴³ em comum entre as potências maçónicas, nomeadamente as realidades em Portugal e no Brasil. Quanto a linearidade cronológica, no perpassar de suas publicações, observamos que demonstravam, desde a duração do periódico, à relevância das ocorrências apresentadas de grande ou pouca repercussão no mundo profano.

Desta maneira elegemos os dados pelos principais acontecimentos veiculados em suas páginas nos quais percebemos os Ecos deste periódico. Verificamos discursos humanísticos, ideológicos e de afirmação. Por intermédio da análise dos documentos fica evidente a maneira como a maçonaria portuguesa, quanto receptora, reagia aos Ecos que chegavam dos maçons brasileiros em suas lojas. De acordo com uma análise historiográfica pudemos averiguar os factos estudados em resposta a muitos acontecimentos em que a Ordem estava envolvida e que, momentaneamente, ficavam no silêncio. Aproveitavam, portanto, estes embates vindo do estrangeiro para refletirem a respeito, se pronunciando quando necessário.

Para além de todos estes factos inerentes a produção do Boletim, outra aspeto que chama a atenção na análise, diz respeito a ambiência maçónica vivida no Brasil e em Portugal.

⁴²“Em 12 de abril de 1872 foi eleito pela Grande Loja o poderoso irmão dr. A. M. da Cunha Bellem para fiscal do Boletim. (...) A pena brilhante d’esse prestimoso maçom e distinto litterato abrilhantou durante onze annos as páginas do Boletim ...” In: *BOGOLU*. (1898, Janeiro). 5ª Série, 2º Anno, Lisboa, p. 3.

⁴³ Os ambientes, escola, a igreja, a maçonaria, são constituídos de referenciais que atraem os indivíduos e, a partir destes, passam a se articularem. Para isto, no quotidiano, elaboram suas táticas e estratégias que estão sempre se reinventando em um não lugar, ou lugar do outro. Portanto, é o discurso do outro que possibilita criarmos o nosso próprio e a falar a sua língua. Sobre esta concepção ver: Certeau, M. de. (1985). *Le croyable, ou l’institution du croire. Semiótica*, v.54, Nº1/2, Paris, p. 256.

Na medida que fomos lendo os impressos, tivemos a sensação que estávamos diante dos acontecimentos relatados, convivendo com os personagens marcantes na história das nações estudadas. A influência ideológica das ideias destas personalidades doravante serem também membros da Ordem, se faz presente nos impressos: em Portugal⁴⁴ - Bernardino Machado, António Caetano, Carlos Mardel - e no Brasil⁴⁵ - Pedro I, Campos Sales, Rui Barbosa, António de Castro Alves. Galeria de nomes da intelectualidade que promoveram e compuseram a sociabilidade maçónica luso-brasileira. Nas leituras que fazíamos, íamos reconstruindo o cotidiano que se passava nas sessões. Era possível “ver” os assuntos que se discutiam: desde da própria Ordem à construção de escola e manutenção de abrigos. Temas referentes a outros países também eram comuns - França, Espanha, Estados Unidos, Brasil, etc.. Por meio de um evolver pleno de sinais de continuidade e descontinuidade, este impresso nos permitiu perceber o que permaneceu e o que se esvaiu da Ordem.

Para além da reflexão sobre a produção do Boletim aqui apresentada, a questão determinante que deve ser destacada é a comprovação do seu desdobramento para nossa pesquisa. Ficou constatado a temática principal de nosso estudo no que tange ao olhar atento para as notícias vinculadas nos boletins que faziam referência aos acontecimentos vividos no Brasil e divulgados nos periódicos GOLU.

1.2- Boletim: caracterização do documento

Durante o século XIX a sociedade em geral, no que diz respeito à comunicação, buscou aprimorar os seus instrumentos. Eram revistas, jornais, livros que aos poucos ocupam a vida cotidiana das pessoas, levando informações, entretenimento, literatura, filosofia, etc. Era um novo universo que se abria e que, cada vez mais, fazia parte do dia-a-dia das pessoas. No que se refere a maçonaria podemos apontar dois caminhos como meio de comunicação com o mundo: existiam os jornais - Correio Brasiliense, Vanguarda e o Século -, dirigidos por maçons, e o Boletim. Ambos os impressos serviam para veicular as ideias da Ordem no mundo profano, e o Boletim⁴⁶, como afirma a citação do maçom Fausto de Quadros,

⁴⁴ Marques, A. H. O. (1988). *Ensaio de maçonaria*. Quetzal. Lisboa, p.11.

⁴⁵ Schüler Sob., O. (1998). *Uma luz na história: a formação e o sentido da COMABEd*. Cultural O Prumo SC Ltda. Florianópolis, p. 90.

⁴⁶ Segundo o dicionário: Houaiss, A. Dicionário eletrônico da língua portuguesa, referência do verbete: 1660 FMMeIE512, Boletim significa: curta edição informativa transmitida em intervalos mais ou menos regulares, sobre determinado assunto; publicações periódicas destinadas à divulgação de atos oficiais e governamentais, ou de entidades de classe, instituições privadas etc.

Foi o Boletim Official o primeiro exemplo, no nosso paiz, de publicações maçônicas não clandestinas. No mês de julho de 1869 em que apareceu o seu primeiro numero, publicou tambem o Ir.: Dr. Cunha Bellem o seu folheto de 63 paginas, (...) ⁴⁷

Este periódico teve a circulação de suas edições efetivadas a partir de 1869 – embora algumas tentativas de reproduzir à história, infrutíferas, tenham sido feitas anteriormente como o folheto «*Le Grand Orient Lusitanien*», do maçom Cunha Bellem, e outros periódicos que circularam em Lisboa, Porto, Coimbra e Ilha da Madeira ⁴⁸. No entanto, foi neste ano que o *Boletim* arrancou para atender o seu objetivo ao qual tinha sido idealizado como principal instrumento interno de comunicação e divulgação do maçonismo luso para estimular e consolidar a identidade maçônica, além de difundir, também, o nome português. Para isto seus números ofereciam melhores condições de circulação, publicação e difusão de seus textos, como menciona o trecho a seguir do maçom Fausto de Quadros,

O Boletim Official permutava com a imprensa periodica do paiz e nelle podiam tomar conhecimento das doutrinas maçônicas não só os maçons, como os profanos. Foi este criterio de expansão, propaganda e publicidade maçônica um dos factores principaes do progresso extraordinario do nosso Grande Oriente nessa época e da força e importancia que a Maçonaria chegou então a atingir, afastando por completo as suspeitas e as criticas dos seus inimigos, fundadas no segredo mysterioso em que até ahí se havia envolvido ⁴⁹.

O mensário apresentava diagramação que destacava-se pela sua simplicidade: pouquíssimas ilustrações, texto com viés literário reduzido e sem fotografia (não se tinha este recurso na época). Diferente da imprensa periódica e dos livros que dominavam a vida intelectual deste período, com apelos culturais, editoriais variados e interesse comercial definido, visando atender as exigências de mercado. Quanto ao Boletim, lembramos que além de não ter fins comerciais, a sua maior vantagem, e o grande diferencial, era o caráter da informação oficial das atividades do GOLU.

Em seus exemplares chama-nos a atenção os símbolos maçônicos representando o Supremo Conselho 33º, o GOLU e o Rito Escocês, - estes usualmente se localizavam na primeira página. Embora se destaquem pela exposição de figuras estranhas, os seus

⁴⁷ *BOGOLU*. (1908, Janeiro). Nº 28º, Lisboa, p. 4.

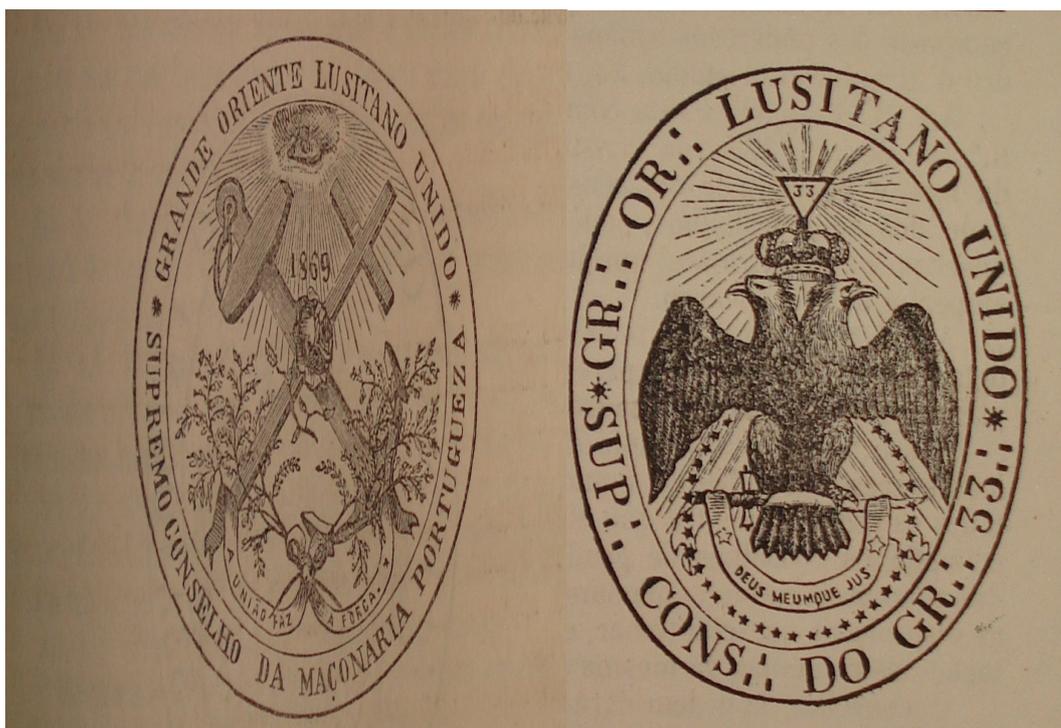
⁴⁸ *BOGOLU*. (1898) 2º Ano, Nº1, Série 5º, Lisboa, p.4

⁴⁹ *BOGOLU*. (1908, Janeiro). Nº 28º, Lisboa, p. 4.

significados⁵⁰ maçônicos são bastantes contundentes: traduzem o sentimento do maçonismo em difundir os princípios pela Ordem e perseguido por todos que fazem parte da instituição.

Ao observarmos a figura a seguir veremos duas imagens localizadas nas primeiras páginas do boletim: na parte externa a figura composta por cruz, âncora, olho, e acácia, e no interior do impresso destacamos outro símbolo que intencionam a demonstração de união, paz e força⁵¹.

Figura 1 – Logomarcas Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido



Fonte: Boletim Oficial. Em: Arquivo Público da Universidade de Coimbra

Os símbolos são representações - assim como os discursos- codificadas que têm por objetivo transmitir aos seus membros mensagens “secretas”. Estas poderão ser percebidas pelos membros que terão facilidade em identificá-las, independente do sítio que estejam. Isto nos faz destacar a força de um símbolo, que diferentemente de uma propaganda, atua como

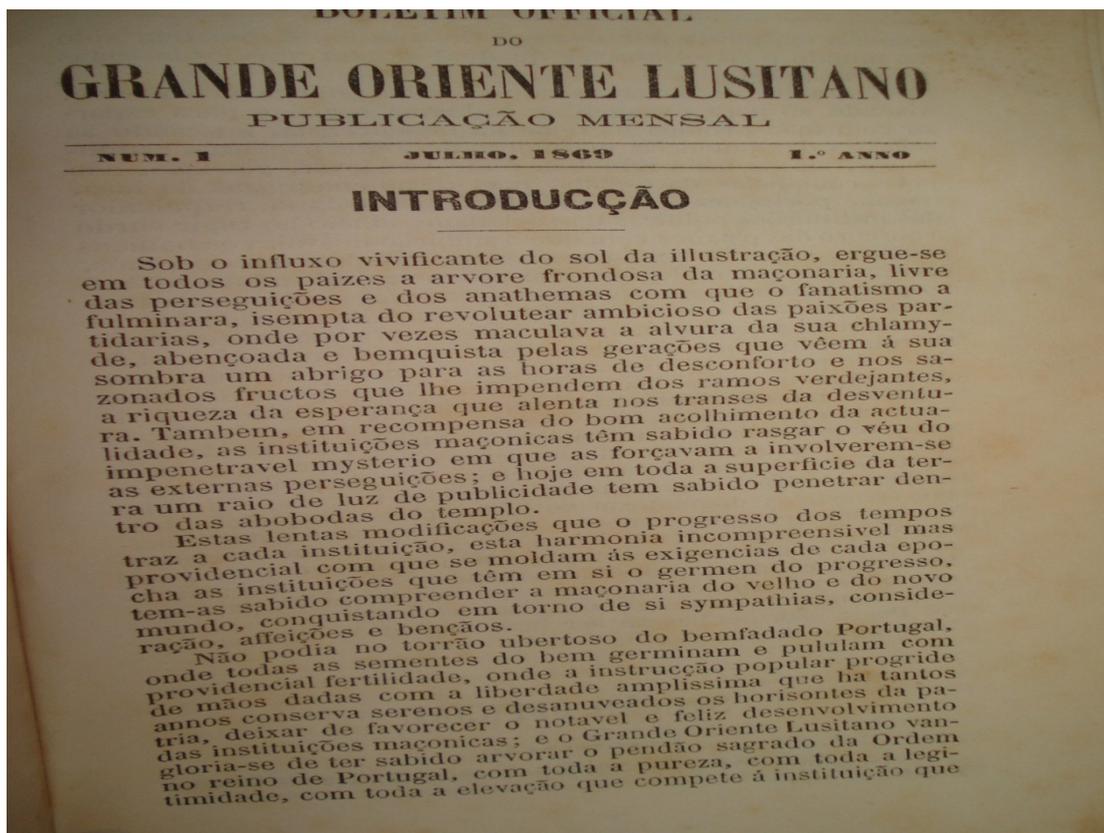
⁵⁰ Entendemos por "símbolo" como um elemento essencial no processo de comunicação, encontrando-se difundido pelo quotidiano e pelas mais variadas vertentes do saber humano. Embora existam símbolos que são reconhecidos internacionalmente, outros só são compreendidos dentro de um determinado grupo ou contexto (religioso, cultural, etc.) Ele intensifica a relação com o transcendente. Acedido em 25 de Fevereiro de 2011, em: «www.luzreginaldo.blogspot.com/2010/09/simbolo-e-simbolizacao-simbolo-e.html».

⁵¹ Os símbolos maçônicos mencionados têm os seguintes significados: o Delta representa os atributos da Divindade, olho representa Deus, acácia representa a segurança, clareza, virtude; âncora firmeza, tranquilidade, cruz fé, coração; 33 é o grau mais alto da maçonaria e o triângulo harmonia, perfeição e sabedoria; a águia bicéfala representa os graus escoceses e para os maçons demonstra sua habilidade como condutores da Arte no caminho da perfeição. Ver: Johnstone, M. (2010). *Os Franco Maçons – o livro ilustrado da Antiga Confraria*. 1ª edição, Madras.

uma marca identitária de um determinado grupo, mantendo também os laços culturais e afetivos que são propagados pela tradição do grupo representado.

Quanto aos discursos, sublinhamos aqui o pronunciamento do primeiro grão-mestre do GOLU, Conde de Paraty, realizado por ocasião da sessão de lançamento do Boletim N.1. Trata-se da imagem da primeira página do referido discurso:

Figura 2 – Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido N. 1



Fonte: Arquivo Público da Universidade de Coimbra (Acervo particular doado pelo Sr. Fausto Quadros)

Denotamos que a introdução do documento apresenta mensagem otimista e esperançosa do grão-mestre aos membros da Maçonaria Lusitana. Na verdade, tal discurso reflete toda uma ambiência vivida no ano de 1869. Nesse período, perante a sociedade, a maçonaria gozava de uma certa paz e “saboreava” a propagação da ilustração que durante muito tempo defendera. Convém lembrar que o preconceito apregoado pela Igreja já havia sido cristalizado. Neste sentido, animadores eram os diálogos que o Grande Oriente Lusitano estabelecia com objetivo de unificar a maçonaria portuguesa.

Neste primeiro número, portanto, fica destacada a intenção do uso do Boletim como veículo de aproximação entre o Grande Oriente Lusitano e as outras potências maçónicas em Portugal, parte da Europa e da América. Como forma de concretizar a união entre as lojas

portuguesas, foi instituído, para este fim, um Supremo Conselho do grau 33, que junto ao mesmo Grande Oriente viabilizou a efetiva concretização que levou a existência do GOLU. Ressaltamos o facto de que, para que este conselho funcionasse, foi necessário o reconhecimento de outros Orientes, como é destacado pelo próprio Boletim no seu primeiro ano:

(...) fundado na authorisação que para esse fim tinha recebido do Grande Oriente de França e do Grande Oriente do Brazil ao Vale dos Benedictinos, decretei a organização d'esse alto corpo maçónico, muitas noticias são veiculadas falando da América, Inglaterra, França, Brazil Império, Portugal Monárquico⁵²

Tendo o Grande Oriente Irlandês ficado de fora desta fusão neste primeiro momento, ingressando somente três anos depois.

Para percebermos o que era veiculado em suas páginas, destacaremos dois trechos⁵³ do Boletim Oficial, sendo o primeiro a conclusão do pronunciamento de lançamento em 1869, e outro que consta do expediente de 1898 em sua nota abertura, respetivamente.

(...) nas paginas do Boletim Oficial se registará mensalmente a profissão de fé da maçonaria portugueza, que se cifra no santo preceito de semear o bem moral da instrucção e o bem material da caridade; n'ellas se archivarão os actos dos corpos maçónicos do Oriente Lusitano e se dará conta fiel do progresso das nossas relações com as outras potencias maçónicas do globo. Os artigos dogmáticos de instrucção e de philosophia, e a noticia dos acontecimentos mais interessantes das offiicinas do paiz e das dos Orientes estrangeiros que chegarem ao nosso conhecimento completarão a matéria das suas co-tumnas. A codificação das leis e disposições regulamentares, que o Grande Oriente Lusitano houver decretado para seu uso, occuparão no Boletim o primeiro lugar⁵⁴. [1º trecho]; O Boletim contará, como durante as suas primeiras série-, quatro secções, na primeira das quaes serão publicadas as leis e resoluções officiaes dos corpos superiores, na segunda se transcreverão as pranchas e peças de architectura dignas de ser conhecidas do mundo maçónico ou que revistam elevado interesse, na terceira se fará um Bulletin pour l'étranger redigido em francez e dando conta dos fastos importantes do Maçonaria Portugueza, e na quarta se darão noticias resumidas e succintas dos acontecimentos maçonicos estrangeiros e nacionaes e d'aquelles que, passando-se no mundo profano, interessem a Maçonaria ou sejam o reflexo das suas doutrinas e influências⁵⁵. [2º trecho]

⁵² *BOGOLU*. (1869). Nº 1, 1º ano, Mensal, Lisboa, p.12.

⁵³ Estes trechos foram transcritos na íntegra. Por este motivo veremos algumas alterações na ortografia. Embora seja, para nossa época, uma forma arcaica, nesse período era tida como de uso só dos letrados. É certo que, em exceções, os erros gramaticais eram provocados, em sua grande maioria, devido ao processo tipográfico que apesar de rudimentar era um marco para época. Lembremos que ler, escrever eram também privilégios para poucos.

⁵⁴ *Ibidem.*, p.2.

⁵⁵ *BOGOLU*. (1898). 2º Ano, Nº1, Série 5º, Lisboa, p. 5.

Embora sejam trechos de épocas diferentes, percebemos que no decorrer de três décadas não só a estrutura do Boletim se manteve, como também a função do impresso no que concerne a propagação do ideário da Ordem. Analisando os dois textos fica bastante exposto todo organograma e parte normativa que o mensário iria seguir durante seu período de publicação. Trata-se de um texto onde se sobressai o ideal maçônico com semear a caridade, a instrução e o progresso representado na aproximação das potências pelo mundo. Por fim, tem-se o espaço aos acontecimentos profanos numa alusão a quem a Ordem cabe servir. Decerto, o periódico atendia uma estratégia por parte da instituição para conservar a atividade da Ordem em vários sítios.

Outro detalhe que chama a atenção nas suas tiragens, sobretudo até o final do século XIX, e processo de republicanização foi a utilização dos nomes simbólicos pelos membros participantes da instituição – igualmente usado no Brasil. Esta prática maçônica tem sua origem na busca por oferecer uma maior proteção a seus membros diante das perseguições que frequentemente sofriam. Esta prática pode ser encarada como uma ação mais discreta e liberal que secreta. Pois o uso do nome simbólico, e não profano, além de demonstrar o ativismo que estes membros viviam em face às obras executadas, consistia em um certo anonimato para pessoas ilustres que faziam parte dos quadros de algumas oficinas da maçonaria portuguesa. Por outro lado, a republicanização e a retomada da identificação profana representava a liberdade política e, portanto, o cessar das perseguições. Sobre este assunto, encontramos a menção de uma carta do maçom⁵⁶ Luiz Antonio de Carvalho e Castro, em 1863, enviado de Paris, ao Grão Mestre Conde de Paraty. Nela, este representante da maçonaria portuguesa, em França, aconselha que não se usasse os nomes de guerra, pois era visto com maus olhos e dificultava o reconhecimento do GOL por parte do Grande Oriente de França. Por este motivo passou-se ao uso de nomes profanos. Ou seja, o que antes funcionava como garantia e proteção, agora era visto como conspiração:

O uso dos nomes profanos manteve-se no Boletim Official e nos documentos até 1893, anno em que o Conselho da Ordem, sem que razão alguma de Ordem geral o exigisse, restabeleceu o uso dos nomes de guerra⁵⁷.

Pelo que percebemos chegou-se aos anos de 1870 e 1871 com uma intensa distribuição do Boletim, já que verificou-se não ter havido nenhuma interrupção na sua confecção durante este período. Nas suas publicações, de forma objetiva, é bastante significativos os tópicos que se referem ao Brasil e, em particular, sobre a maçonaria

⁵⁶ *BOGOLU*. (1908). Nº 1, Ano 28º, Lisboa, p.2.

⁵⁷ *BOGOLU*. (1893). Nº 2, Ano 24º, Lisboa, p.1.

brasileira, nomeadamente: pranchas, notícias, homenagens a membros do oriente lusitano pelo oriente do Brasil ou notas de falecimento⁵⁸. A maior parte versa sobre seu processo de consolidação da irmandade no oriente brasileiro, a exemplo do mês de Abril, que trata em francês dos novos avanços no estatuto e regularização da grande constituição e estatutos gerais da maçonaria no império do Brasil⁵⁹. Percebe-se que o tratamento de império denota a forma como se dava a aceitação da independência brasileira na Ordem⁶⁰.

A segunda série começou a partir de abril de 1872, sendo a publicação sendo feita por uma empresa particular pertencente aos irmãos João Guilherme da Matta e José Roberto da Silva, em harmonia com o decreto de 22 de março e contrato com mesma data. Neste período vai ser promovido, pela obediência, um recadastramento em todas as lojas que envolve Portugal, Espanha e ultramar de qualquer dos dois países. Também teve-se mudança no acompanhamento de sua edição, com o maçom Cunha Belem passando a ser o responsável pela fiscalização do mensário,

Em 12 de abril de 1872 foi eleito para Grande Loja o poderoso irmão dr. A.M. da Cunha Belem para fiscal do Boletim. Foi esse o período aureo d'esta publicação. A penna brilhante d'esse prestimoso maçom e distinto litterato abrilhantou durante onze annos as paginas do Boletim coadjuvado pelos irmãos José Antonio Dias, Henrique Protes, Gomes de Brito e outros que mais ou menos effectivamente colaboravam na secção noticiosa, sendo, porém, a secção Bulletin puor l'étranger sempre redigida pelo nosso poderoso irmão dr. Cunha Belem que incansavelmente a publicou até junho de 1879⁶¹.

Os números seguintes, quando não traziam notícias com referências diretas a Ordem, destacavam algumas matérias onde se anunciava um certo saudosismo. Como num pronunciamento da sessão dogmática falando sobre o enfraquecimento da raça latina: “e a catadura portuguesa, que nada a assoberbava, vencia obstáculos, cruzava oceanos e levava o pendão das quinas a mares nunca d'antes navegados”⁶². Reforçado na seção noticiosa que destaca as consequências do triunfo do ultramontanismo, enaltecendo as figuras dos reis espanhóis Fernando e Isabel. Este era um período de expansão imperialista ou do colonialismo por parte dos países europeus sob a bandeira da civilização, por isto o destaque sobre as temáticas vigentes.

⁵⁸ Retomaremos este assunto mais adiante, no capítulo 3, item 3.2 Ajuda mútua, texto : Informes fúnebres, pp.105 - 127.

⁵⁹ *BOGOLU*. (1870). Nº 7, Ano 2º, Lisboa, p. 5.

⁶⁰ Sobre o tratamento do Brasil como Império ver: *GOLU* (1872), nº4, anno p.135.

⁶¹ *BOGOLU* (1898). Nº 1, 5ª série, Ano 2º, Lisboa, p.4.

⁶² *BOGOLU* (1873, Setembro e Outubro). Nº9 e 10. Lisboa, p.634.

A partir de 1874, nos seis anos subsequentes, o periódico prossegue sendo publicado, mas sem a periodicidade mensal anterior. No que se refere as informações que transcorreram durante esse período, podemos destacar, por exemplo, ações filantrópicas como doações de honorários concedidos pelos maçons para a compra de prémios⁶³ a serem distribuídos numa escola de instrução primária, sob a gerência de um membro. Em 1880 entra-se na terceira publicação do Boletim, após onze anos da segunda série, passando o Grande Oriente Lusitano Unido a ficar como responsável por sua edição e redação, cuja atribuição ficou a encargo de três membros⁶⁴ pertencentes ao Conselho da Ordem. Na parte normativa teve-se os seguintes destaques: no artigo 8º estava escrito a proibição de toda publicação que causasse polémica; no artigo 10º estipulou-seo valor de 500 reis para assinatura anual e o número avulso na razão de 100 reis; o membro João Guilherme da Matta rescindiu voluntariamente o contrato; foi autorizado a “compra de artigos e objetos pertencentes ao antigo Grande Oriente de Portugal e que vão ser úteis na aplicação dos templos que vão ser construídos no novo edifício maçónico”⁶⁵.

Entre as informações que eram publicadas no Boletim de outras Potências destacamos uma, em 1881, da loja Afortunada, nº 36, ao Valle de las Palmas e Gram Canarias, que teve levantada a suspensão dos direitos maçonicos por virtude do decreto nº 14, de 25 de novembro de 1879, passando a referida a loja pertencer ao quadro do Grande Oriente Lusitano Unido, regularizando-o a partir de sua criação. Neste número⁶⁶ teve-se uma nota fúnebre do Joaquim Germano de Sousa Neves, 33º., que desde a fundação da primeira publicação fazia a arte gráfica do periódico em sua oficina. “Filho de um barbeiro”, sem possuir nenhuma erudição, dedicou-se a arte da tipografia e por “não aceitar o encargo de imprimir em jornal de enérgica oposição ao governo d’esse tempo” para “auxiliar um escritor que, ocasião, se achava em circunstancias difíceis e que tirava lucros da publicação do jornal foi perseguido e arrastado aos tribunais sofreu, sereno e resignado, a pena de deis meses de prisão”. Pelos dois destaques percebemos que as notícias eram variadas e comprovamos o alcance que o Boletim chegava. A análise da variedade de notícias fez-nos perceber o clima que a imprensa vivia em Portugal novecentista, medo e controle tomavam conta do governo nacional.

⁶³ *BOGOLU* (1876, Maio). Nº2, 2º serie, Lisboa, p.2.

⁶⁴ *BOGOLU* (1880, Abril). Nº1, 3ª serie, 12º Ano, Lisboa, p.6 e 7.

⁶⁵ *Ibidem.*, p. 11.

⁶⁶ *BOGOLU* (1881). Nº 10, 3ª serie, 12º Ano, Lisboa.

No ano de 1884, 25º ano, nº2, o expediente trouxe como destaque o que de facto estimulava a continuação do impresso. Por esta citação, dado seu perfil restrito, vemos a busca por parte dos autos corpos do GOLU de transmitir seus princípios maçónicos e externar suas ações a toda sociedade,

A redacção do Boletim tem os maiores desejos em cooperar para o esplendor e prestígio da Mac.: lusitana, e convencidos estamos que, n'este empenho somos acompanhados por todos os bons mmaç.: (...) A imprensa, mesmo reservada, como é o carácter e índole d'esta publicação, é o transmissor dos grandes e pequenas acontecimentos que prendem a instituição a que estamos ligados, à sua historia e ás suas grandes solemnidades. A Mac.: possui o seu culto interno na vida íntima dos seus TTemp.: mas pode e deve transmitir a sua acção externa (...) exemplos, a todas as ooffi.: pela comunicação (...), ideias e práticas commum a todos os membros (...)⁶⁷

Como podemos observar, a redacção do Boletim inicia o ano demonstrando intenção de prosseguir com as tiragens. Justificando o real contributo das publicações como forma de minimizar à distância física das lojas, a divulgação de suas ações e a opinião da sociedade a seu respeito. Isto também era uma forma da maçonaria reconstruir sua imagem, distorcida pelos seus opositores através de campanhas intensas. Ainda vemos nessa iniciativa os primeiros passos para a instituição se tornar discreta. A propósito desse número, nessa mesma ocasião, o jornal O Nível, publicava um informe dizendo que “o conselho da Ordem apresentou uma proposta tendente a regular a publicação do Boletim Official”, que terá sido “aprovada sem discussão”⁶⁸.

Em 1886, o *Boletim* publicava uma legislação estabelecendo novos critérios para o seu funcionamento. O primeiro número de cada ano passou a divulgar uma listagem dos Orientes e Supremos Conselhos mantenedores de relação de amizade com o Grande Oriente Lusitano Unido - seguida dos nomes dos seus respectivos representantes. Como pode ser observado no Artigo 433,

O Boletim official maçónico será enviado gratuitamente a cada um dos Grandes Orientes e Supremos Conselhos em relações fraternas e de amisade com o Grande Oriente Lusitano Unido, como troca dos exemplares dos seus respectivos boletins⁶⁹.

Além desta alteração, a legislação, no Art. 430, tratava das notícias que não eram oficiais. Neste caso a Ordem era isenta de qualquer responsabilidade pelo conteúdo das

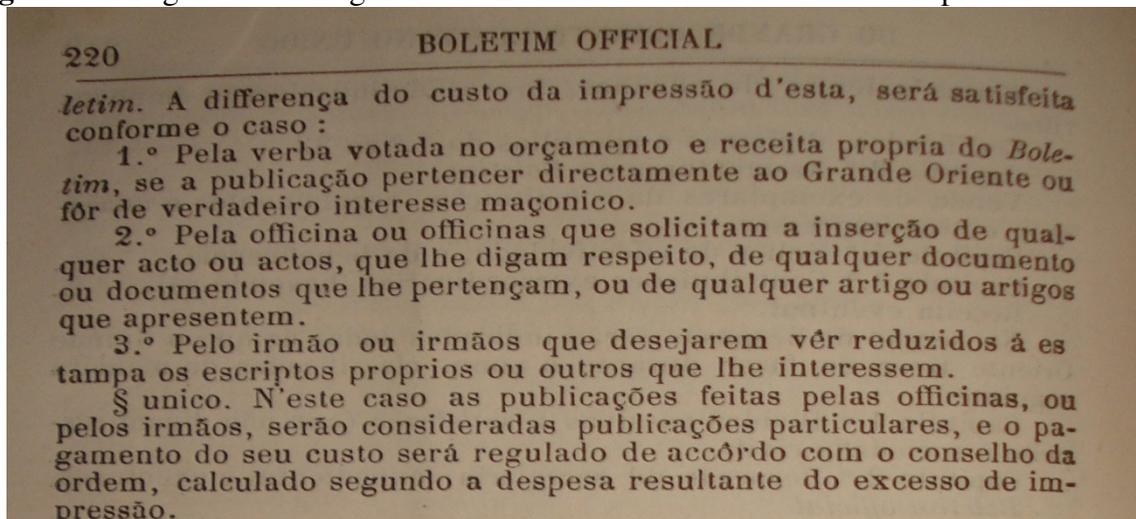
⁶⁷ *BOGOLU* (1884). Nº 2, 3ª serie, 25º Ano, Lisboa, p.1.

⁶⁸ O Nível. (1884, 1º de Fevereiro). 1 ANNO, Nº 3, Lisboa, p.11.

⁶⁹ *BOGOLU* (1886, Novembro e Dezembro). Nº14, 3ª serie, 17º Ano, Lisboa, p.218.

mesmas. Quanto aos custos de sua impressão, como podemos perceber nos fragmentos das figuras a seguir, era feita da seguinte forma:

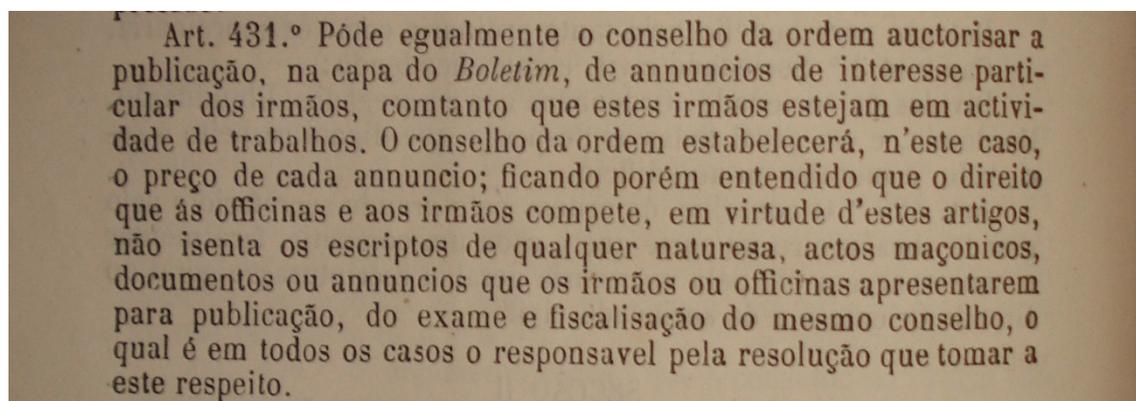
Figura 3 - Imagem de um fragmento do Boletim referente aos custos da impressão



Fonte: BOGOLU 17º anno 1886 p.220.

Já no tocante aos anúncios a regra era esta:

Figura 4 - Imagem de um fragmento do Boletim referente ao seu conteúdo



Fonte: BOGOLU 17º anno 1886 p.220.

Como foi exposto, vê-se que o Boletim funcionava como uma verdadeira empresa dentro do GOLU. No entanto, diferente do estabelecimento privado que se orienta pelo lucro de mercado, os recursos angariados com este mensário destinavam-se apenas à manutenção de seu custeio. Sem fins lucrativos, o impresso contou durante sua existência apenas com a colaboração de seus membros que faziam sua aquisição, publicavam alguma matéria de sua autoria, divulgavam anúncios. Nesse aspecto, a ocupação ou distribuição do seu espaço seguia o direcionamento restrito do Grande Oriente e notícias da (s) oficina (s), dos irmãos – que podiam divulgar anúncios particulares. Nos primeiros anos, como sua aquisição era

espontânea, ficava sempre um para a oficina. A procura pelas edições torna-se simbólica, o que gerou o seu enfraquecimento, com a agravante de ter que concorrer com jornais que possuíam uma estrutura financeira e um apelo comercial e ilustrativo superior.

Levado por diversas limitações -público e conteúdo restrito- restava apelar para o discurso idealista,

Este jornal não esqueceu jamais de acompanhar, quanto em suas forças cabia, o movimento universal da maçonaria, quer dando conta dos mais importantes acontecimentos que no mundo illustram os seus annos, quer entrando na discussão das grandes questões debatidas; e hoje que a luta da reacção com a maçonaria ainda não vae finda, apesar da grande victoria obtida por esta no império do Brazil, hoje que a causa da Ordem e da humanidade, a causa da civilização, da independencia dos espiritos,...não tem ainda assegurado o seu completo triumpho, ... hoje que ainda é mister vibrar o facho de luz ao seio das multidões ignorantes, ... contra os déspotas da liberdade de pensar, ...não existe mortal algum, que o grande principio creador não carece de medianeiros⁷⁰.

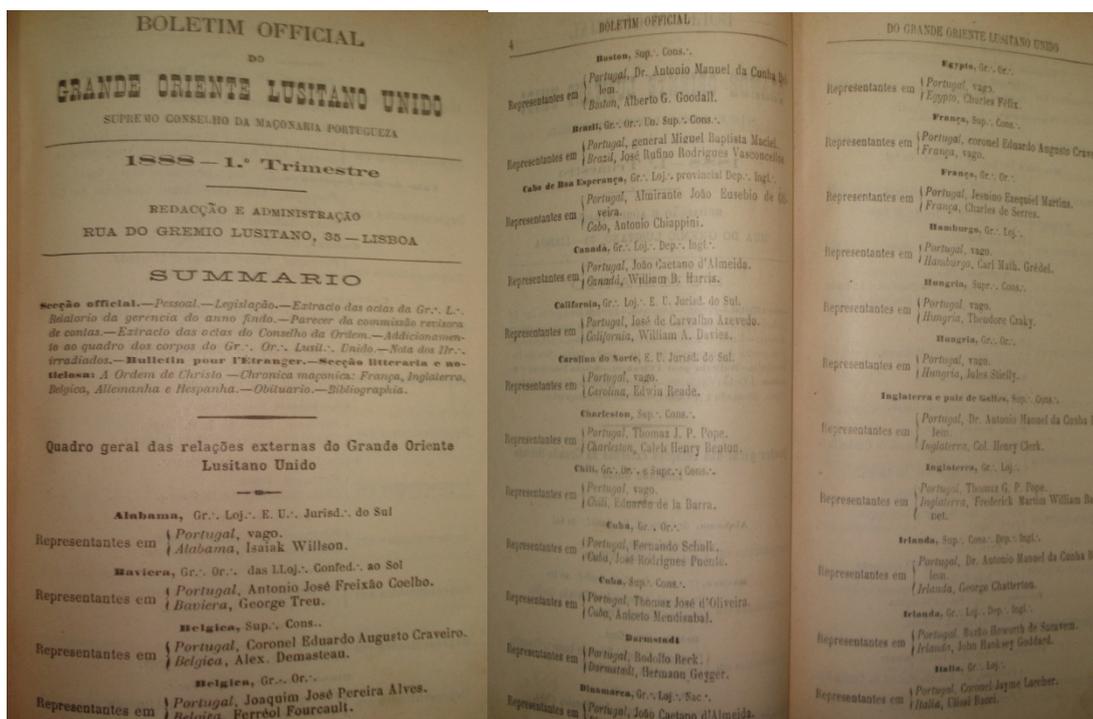
Passados dois anos, em 1888, as alterações anteriores permaneciam. A seguir ilustração com figura que contempla a ilustração de um quadro geral das potências que mantinham relação diplomática com o Grande Oriente Lusitano Unido⁷¹, publicado em Boletim. Elas servem para percebermos o carácter universalista da Ordem bem como o poder de propaganda e informação do mensário. Os países apresentados neste quadro são:

Alabama, Baviera, Bélgica, Boston, Brazil, Cabo da Boa Esperança, Canadá, Califórnia, Carolina do Norte, Charleston, Chile, Cuba, Dinamarca, Egipto, França, Hamburgo, Hungria, Inglaterra e país de Gales, Irlanda, Itália, Rússia. Contudo, encontramos exemplares de algumas das potências maçónicas que se comunicavam com o GOLU, em fins do século XIX, localizadas em sítios diversos. Em todas elas está comprovado o intenso o debate e trânsito de informações que o GOLU possuía. Ressaltamos ainda que as correspondências e notícias dessa época levavam cerca de dois meses para chegar ao seu destino final. No caso específico do Brasil, a comunicação era mais fácil em decorrência da facilidade do idioma comum aos dois universos.

⁷⁰ *BOGOLU* (1874). Nº1, 3ª serie, 3º Ano, Lisboa, p.3.

⁷¹ Sobre a relação internacional que a maçonaria portuguesa tinha ver Ferro, J (1995). *Maçonaria e Relações Internacionais*, cit.

Figura 5 – Imagens com o Quadro geral das relações externas do Grande Oriente Lusitano Unido.



Fonte: Boletim, ANO 1888, Em: Biblioteca do Grande Oriente Lusitano Unido

Por esta listagem, no que se refere⁷² à Portugal e Brasil, é importante observar-mos os laços de reciprocidade entre as duas maçonarias. Estes eram mantidos de forma bastante estreita, haja em vista a presença de representantes de uma Ordem na outra. Relevante percebemos ainda que esta publicação foi impressa e distribuída um ano antes da Proclamação da República no Brasil (1889). Mesmo com toda ambiência que levaria ao fim do Brasil Império e ao exílio D. Pedro, as trocas de comunicações permaneceram inalteradas. Mas ao que deve-se este relacionamento estreito dos Orientes em estudo, inclusive, exaltado em discursos em loja? Podemos dizer que já era a antevisão do que estava por vir em Portugal, em 1910? A resposta pode não ser afirmativa. Em todo caso, pressupõe-se um entendimento que demonstra que aquele se justificou com influência para objetivos comuns: a republicanização do maçonismo.

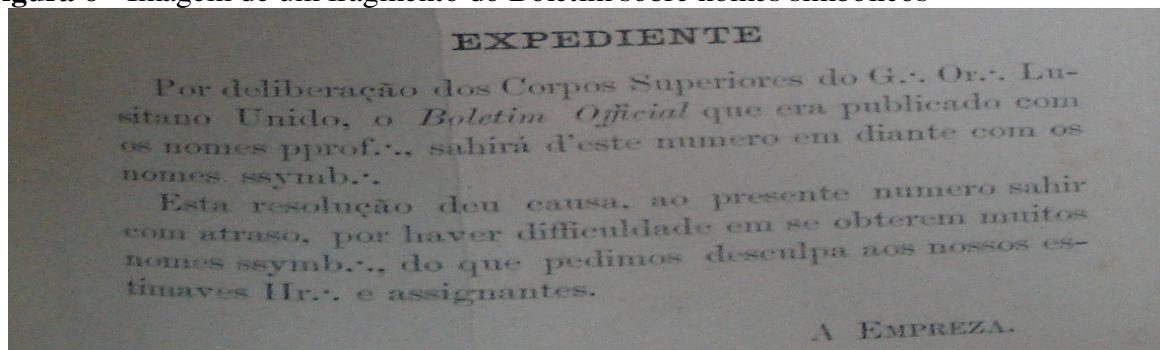
Retomando a caracterização do impresso devemos dizer que a principal dificuldade durante o período investigado se deu pelos constantes atrasos e, com exceção aos primeiros anos e alternâncias de trabalhos gráficos dos exemplares. Muitos deles chegaram a passar longos períodos sem circulação. Isto foi observado sobretudo a partir de 1883, cujo principal

⁷² Chamamos a atenção para o representante do Brasil em Portugal, trata-se do General Miguel Batista Maciel. Tal facto vem demonstrar não só a influência do militarismo na Ordem como também que a inserção da maçonaria não se restringia apenas aos estudantes de Coimbra.

destaque são as edições que passaram a apresentar anos civis. Quanto aos anos de 1888 e 1889, seguiram-se de forma irregular, sendo que no último ano publicou-se um só Boletim relativo a Janeiro, e com o qual encerra a terceira série da publicação. Esta rutura na publicação deve-se a crise que o GOLU viveu, também conhecido como “ultimato inglês”. Movimento revolucionário ocorrido no Porto⁷³, sendo um “dos momentos em que o país atravessava uma profunda crise social e política”⁷⁴. Na ocasião a maçonaria portuguesa era composta tanto por membros que atuavam no partido monarquista como também republicanos, a exemplo do Grão Mestre José Elias Garcia; assim como os liberalistas e ritualistas. Esta diversidade acabou por ser responsável por mais uma crise interna, sintomática a suspensão na publicação do periódico.

Passados quatro anos, em Janeiro de 1893, saiu a quarta série. Nela houve algumas alterações no formato e na publicação. A impressão passou a ser feita por uma “nova empresa que se propunha também publicar os números atrasados”- em 1883 atrasou-se e prosseguiu de maneira irregular até 1888; em 1889 saiu apenas um número que terminou a terceira serie da publicação. Voltando em 1893, com a quarta série, no seu expediente, o GOLU deliberou pela volta da publicação dos nomes simbólicos, conforme fragmento a seguir:

Figura 6 - Imagem de um fragmento do Boletim sobre nomes simbólicos



Fonte: BOGOLU 24º anno Fevereiro de 1893 nº2.

Isto – retomada pelo nome simbólico- deve-se ao facto de: na década de noventa do século XIX, o pensamento republicano vai crescer na irmandade e, igualmente, no meio da sociedade portuguesa. O que não era visto com simpatia pelo governo de Hintze- Franco. Várias medidas foram tomadas por parte do Estado para sufocar sua consolidação. Por conta disto, muitos intelectuais, parte membros da Ordem, que gozavam de influência e prestígio em Portugal, preferiam utilizar nomes simbólicos para poder expressar suas ideias e opiniões

⁷³ Retomaremos este assunto mais adiante no Capítulo 2, item 2.2- Das oficinas as ruas: O cenário político e ideológico da maçonaria portuguesa, texto: Trajetória dos grão-mestres do GOLU (1869-1909), quando referimo-nos ao Grão-mestrado seguinte, de José Elias Garcia (1888-1889), pp.73 e 74.

⁷⁴ Catroga, Cit... *A Militância* cit..., p. 437.

com receio de sofrer retaliação, perseguição. Este temor ao regresso da perseguição se manteve até 1908 - e com ele o uso dos nomes simbólicos em detrimento dos profanos.

No entanto, esta série não teve êxito. Em Maio suspendeu-se a publicação, retornando só em Janeiro e Fevereiro de 1894, quando saíram mais dois números, com os quais se esgotou toda a boa vontade da empresa, a qual fora muito prejudicada pelo falecimento do maçom José Maria Cristiano.

Uma nova iniciativa frustrante veio com a publicação de 1897. Desta vez os trabalhos a que o Conselho teve de entregar-se impediram, novamente, que a publicação continuasse. No trecho a seguir, do fascículo de Janeiro do mesmo ano, vê-se as limitações que a publicidade vivia e os limites da democracia.

Actualmente, conquistadas algumas garantias para a liberdade de consciência e de publicidade, o facto realíssimo é este: nem imprensa official, nem imprensa extra-official, nem publicações reservadas, ou que se destinem a accender os ânimos nos fachos luminosos dos são princípios maçónicos. Que razões haverá para uma tal fraqueza de acção? Em todos os países organizados dos dois emisferios a imprensa maçonica exerce maior ou menor influencia. Em alguns observa-se que essa imprensa, além das questões ritualisticas, aborda problemas sociais de maior importância⁷⁵.

Por tanto, apesar do seu carácter restrito, a publicação do Boletim também sofria as influências do contexto histórico vivido no período, diante da debilidade e incertezas. Nesta vivência, o mensário continuava resistindo e dando prova de ser um instrumento de ação da maçonaria em favor da justiça e da liberdade de direito.

Na publicação de 1898, inicia o seu segundo ano e sua quinta série sem nenhuma mudança gráfica. Na verdade os avanços técnicos aconteciam em “passos lentos”, mesmo sendo na melhoria da qualidade de impressão dos jornais. Assim, também, as antigas preocupações continuavam. Até o mês de Novembro as edições dos boletins foram marcadas por irregularidade. Apesar de algumas medidas, buscando equacionar os problemas que tinham sido adotadas: “Para aumentar o interesse e utilidade d’esta publicação far-se-á por três números em cada mez, sendo um relativo ao mez proximo findo e os outros dois aos dois mezes mais atrasados”⁷⁶. Determinava, ainda, a aquisição pelos irmãos das oficinas como forma de garantir sua publicação:

Mantendo as resoluções anteriores o Conselho da Ordem pede às officinas da obediencia que, procedendo á distribuição dos presentes números do Boletim, façam conjuntamente a cobrança da medalha da respectiva assignatura, para que o Grande Thesouro não seja prejudicado no empenho

⁷⁵ *BOGOLU* (1897, Janeiro). Fasciculo, Lisboa, p.4.

⁷⁶ *BOGOLU* (1898, Janeiro). Nº1, 5ª serie, 2º Ano, Lisboa, p.5.

de trazer regular esta publicação tão útil ao desenvolvimento e instrução dos Maçons do círculo⁷⁷.

Em algumas atas de sessões do Grande Conselho, em 1899, presidida pelo maçom Marins, percebemos que internamente havia divergências entre seus membros quanto a publicação e circulação do Boletim. Neste ano, por exemplo, a proposta para “deixar de ser impresso o Boletim official e o relatório do Conselho”⁷⁸, foi inicialmente aprovada. Mas, devido a falta de consenso, a decisão ficou para outra sessão, na condição de ser submetida ao parecer do “encarregado da fazenda”. Só em Novembro, após quatro meses, houve o pronunciamento dando o parecer desfavorável⁷⁹.

Esta discussão vai se alargar em 1902, após dois anos e sete meses, em sessão presidida pelo Grão mestre foi posto novamente em pauta o “projecto apresentado pela Resp.: Loj.: Cap.: José Estevam para a publicação do Boletim official, estaveleceu-se larga discussão, que se interrompeu par prosseguir numa sessão próxima”⁸⁰. Em Setembro, o Secretário do GOLU tornaria a lembrar a proposta: “(...) sobre a publicação do Boletim official, manifesta-se contra a publicação, porque tende a dar conhecimento ao mundo prof.: e é prejudicial financeiramente, por isso vota contra”⁸¹. O maçom Viriato “refere-se ao character possível do Boletim; reprova o repositório das leis e regulamentos; (...)”⁸². Em 1903, o maçom que presidia a sessão, Boer, propôs “(...) que no relatório se digam os inconvenientes da publicação do Boletim, porque no momento actual [1903] não se deve dar elementos de combate às autoridades pprof.: [profano]”⁸³

Contudo, só a partir do final do ano o periódico passou a ser publicado de forma ininterrupta, tendo no comando do Grão Mestrado o republicano Magalhães Lima. Em 1908, inicia o vigésimo oitavo ano da sua tiragem. Na abertura do seu primeiro número o maçom Fausto de Quadro destaca que quando surgiu –se referindo ao ano de 1869- o impresso trouxe um caráter inovador e legal para a população maçónica portuguesa. Expressa “ (...) o Boletim Oficial o primeiro exemplo, no nosso paiz, de publicações maçónicas não clandestinas”⁸⁴.

⁷⁷ Ibidem, p. 5.

⁷⁸ Manuscrito Fausto de Quadros Sessão do Grande Conselho – GOLU. (1899, 26 de julho), p.7.

⁷⁹ Idem. P. 10.

⁸⁰ Idem. P. 38.

⁸¹ Opcit. P. 50.

⁸² Idem. P.50.

⁸³ Manuscrito Fausto de Quadros Sessão do Grande Conselho – GOLU. (1903, 09 de Fevereiro), p.67.

⁸⁴ *BOGOLU* (1908, Janeiro). Nº1, 3ª serie, 28º Ano, Lisboa, p.3.

Para, em seguida, enfatizar:

Hoje, nenhuma disposição legal existe que proíba o uso dos nomes profanos em actos, documentos ou publicações maçônicas, visto, que a nova Constituição revogou toda a legislação anterior. Apenas, sobre o assumpto, vigora o artigo 248º do Regulamento Geral Provisorio.

Com efeito, a Maçonaria Portuguesa havia retrocedido neste ponto, para traz de 1863; havia retrogradado nesta matéria, mais de quarenta anos; e estava numa situação melindrosa, visto que hoje 1908, como então, em nenhuma potencia maçônica do universo se usam nomes symbolicos, servindo-se sempre todos os maçons do mundo dos seus nomes profanos, inclusivé na Hespanha onde predomina a reacção clerical⁸⁵.

No contexto dos Grande Orientes, o Boletim cumpriu o papel de vitrina para divulgação de notícias, assuntos e campanhas com abrangência de interesse nacional e internacional. Deixando de lado a exceções dos períodos de ausências de muitas edições, por vários meses, ele ainda pôde ser considerado sinónimo de notícias da atualidade.

Relevante destacar um facto que nos limitou em fazer uma análise mais aprofundada dos conteúdos vinculados a esta fonte, além da problemática com relação a periodicidade de suas publicações durante os anos investigado, foi a forma como seus números estão organizados: dois periódicos reunidos em um mesmo exemplar e muitos sem seguir uma sequência numérica. Contudo, apesar das dificuldades⁸⁶, podemos considerar o Boletim como instrumento de grande valor para o investigador que elege à temática maçônica como objeto de estudo. Esta fonte contém informações caras para esclarecer acontecimentos importantes no que se refere a maçônica portuguesa.

É bem verdade que a existência deste documento só foi possível em função de alguns acontecimentos históricos vivificados pela maçônica, fosse a brasileira ou a portuguesa. Referimo-nos sobretudo a estruturação de formação dos Orientes matriciais, enquanto unidades federadas. Portanto, antes mesmo de levantarmos os assuntos evidenciados nos boletins do GOLU sobre o que se passava no Brasil, se faz necessário que façamos uma breve análise desta constituição de unificação que os Orientes maçônicos sediaram, tanto de um lado como do outro do Atlântico. E é sobre este assunto que dedicaremos o próximo capítulo.

⁸⁵ *BOGOLU* (1908, Janeiro). Nº1, 3ª serie, 28º Ano, p.3.

⁸⁶ Em paralelo constatamos outras dificuldades: acesso a arquivos, no nosso caso o acesso só foi possível com o auxílio do nosso professor orientador, que conseguiu que a instituição do GOL facultasse nossa investigação junto aos documentos pesquisados; a perda de documentação por mudanças, extravio ou falta de conservação na estrutura que abriga os acervos.

Capítulo 2 – Contextualização histórica e representação da Maçonaria dos dois lados do Atlântico, diante do processo de unificação a partir de 1869

Neste capítulo, nos propomos a discutir sobre a ambiência em que as ideias⁸⁷ da maçonaria foram formuladas e passadas entre os dois Orientes, português e brasileiro. Analisaremos o cenário da formação de cada Potência nos dois lados do Atlântico, destacando o esforço dos maçons para garantir a consolidação da sua unidade e do projeto de federalização da ordem.

Esta discussão é necessária para melhor explicar a publicação do Boletim, pois foi com efetivação da formação do GOLU (1869), que tornou-se possível a existência do mensário. Uma vez que sua estrutura viabilizou a confecção, distribuição e recepção de suas tiragens. Mesmo que, como anunciamos anteriormente, no seu início a quantidade de membros na Ordem fosse pouco expressiva. O que viria a mudar no início do século XX, quando a população maçônica começou a crescer consideravelmente, motivada, em grande medida, pela maior abertura aos seus quadros de outros seguimentos da sociedade portuguesa a exemplo do proletariado, o que intensificou-se nos anos que antecederam a revolução republicana em 1910.

Neste contexto estruturante da maçonaria portuguesa, dois factores são marcantes para a sua assimilação no que tange as questões que envolveram o funcionamento do Boletim: 1º) a relação estabelecida com a maçonaria espanhola que, após vários embates com as suas lojas jurisdicionadas no GOLU, terminou por aguçar e fortalecer o sentimento de nacionalização da irmandade em solo português; 2º) o diálogo estabelecido com o Grande Oriente do Brasil - GOB. Este último foi imprescindível para o seu reconhecimento e efetivação do Grande Oriente Lusitano Unido, logo a seguir ao seu arranque, no meio maçônico.

O processo que levou a unificação do GOLU e que permitiu, posteriormente, os contatos com GOB foram marcas registadas no Boletim, no qual toda sua funcionalidade foi posta aprova. Haja vista, de forma micro, os embates ocorridos de quando da sua unificação teve num conjunto de teorias – liberalismo, racionalismo, humanismo, positivismo - e alianças que possibilitaram, como veremos, a sua existência.

⁸⁷ Estas ideias, vinculadas as temáticas presentes no Boletim sobre os acontecimentos vivificados no Brasil e publicados pelo Grande Oriente Lusitano Unido, serão discutidas no capítulo III, pp. 91-150.

2.1 – A maçonaria brasileira: Das oficinas as ruas, cenário político e ideológico.

Ideologias e compasso no rumo da consolidação maçónica

Quando o Grande Oriente Lusitano Unido foi criado (1869), a maçonaria brasileira, representada pelo Grande Oriente do Brasil, estava enfrentando um momento de grande dificuldade devido a cisão que criou o Oriente dos Beneditinos e Oriente do Lavradio. Na verdade, desde da fundação do GOB em 1822, que a maçonaria no Brasil passou a sofrer constantes dissídios alimentados pelas diversas correntes de pensamentos políticos e ideológicos no seu meio, que terminaram por contribuir para uma ambiência marcada por rivalidades e cisões - muitos frutos das influências herdadas dos Orientes⁸⁸ estrangeiros, nomeadamente português, francês⁸⁹ e, depois, inglês. Este quadro, durante o Império, foi agravado pela presença de grupos na Ordem que buscavam mudanças institucionais mais profundas na sociedade brasileira que levasse a República.

Dentre estas interferências, a que trouxe maior desequilíbrio à instituição foi a busca das principais lideranças maçónicas para obter o poder⁹⁰ na Ordem, mas com reflexo no mundo profano. No início, momento do alavancamento da maçonaria brasileira, esta competição operou-se entre as vertentes liberal (representada por Ledo) e conservadora (por José Bonifácio). Estas tendências, do ponto de vista endógeno, nutriram os dissídios, que no seu âmago revelava a procura de seguimentos na Ordem para se conservar no poder. Enquanto, de forma exógena, a primeira serviu a Ordem como instrumento de luta pela liberdade de pensamento contra o absolutismo monárquico e pela emancipação do Brasil⁹¹.

No entanto, mesmo com a base liberal e laicista, o Brasil ainda sofria com a ausência de uma filosofia que se adequasse a realidade própria do país. Por este motivo a

⁸⁸ “Tomando como referência o Manifesto de José Bonifácio de Andrada e Silva, datado de 1831, a primeira loja maçónica a ter funcionamento regular no Brasil foi a Reuniao fundada em 1801 em Niteroi (Rio de Janeiro)”. Ver: Manifesto do Gr.: Or.: do Brasil a todos os GGr.: OOr.: GG.: LL.: LL.:RR.: e MM.: (1803) De todo mundo. Typ. Austral, Rio de Janeiro.

⁸⁹ A primeira influência maçónica ocorreu por parte dos franceses e pode ser constatada em dois acontecimentos: o primeiro foi o funcionamento da primeira loja, Caveleiro da Luz, fundada em 1797, cujos os trabalhos aconteciam em um navio de Guerra francês, ancorado no litoral da Bahia, depois transferiu-se para a Povoação da Barra, em Salvador. Schüler Sob., O. (1998). *Uma luz na história: a formação e o sentido da COMAB*. Ed. Cultural O Prumo SC Ltda. Florianópolis, p. 88.

⁹⁰ Quanto a origem da influência liberalista brasileira Colussi destaca: “A Universidade de Coimbra e a Faculdade de Medicina de Montpellier formaram a maior parte da intelectualidade brasileira do final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, e as diferenças no campo da formação ideológica desses dois núcleos podem ser sintetizadas no binômio conservadorismo e liberalismo radical”. Colussi, E. L. Cit ... *Plantando...* p 71.

⁹¹ Barata, A. M. (1994, Julho-Outubro). *Fremasonry and Brazilian enlightenment*. Em: *História, ciências, saúde- Maguinhos* I (1): 78-99, p.81.

intelectualidade brasileira buscou no positivismo as ideias que norteassem os seus atos. O resultado foi que, em 1850, o pensamento positivista instalou-se no Brasil trazido por estudantes da França. Para seu sucesso podemos destacar três factores determinantes: primeiro a realização de sua adaptação aos moldes nacionais, segundo a aceitação do Exército - por parte da sua Escola cujo maior expoente foi o maçom Benjamin Constant – e, terceiro, seu uso pelos adeptos do movimento contra a escravatura. Entretanto, foi sua penetração na área da educação como instrumento para a organização da sociedade que fez do positivismo seu maior sucesso.

Desta forma, como descreve Barata, podemos dizer que o ser maçom vai adquirindo uma nova conotação em que (nas décadas de 1820 e 1830) o sujeito patriota, no final do Império, passou a acreditar numa sociedade que tinha na ciência seu principal instrumento de regeneração da humanidade - filosofia de Comte⁹². O que foi se consolidando nas décadas seguintes (1870 a 1910) quando a maçonaria brasileira passou a aplicar a doutrina positivista: “as lojas transformaram-se em centros de discussão e formação de consenso sobre os grandes temas relacionados à construção de uma nova identidade nacional”⁹³.

Como se sabe, muitas teorias permearam toda formação da maçonaria no país. A grande dificuldade tornou-se, portanto, em aglutinar as diversas correntes⁹⁴ de pensamento que existiam na Ordem. Por esta razão, o maçom brasileiro passa a ver no positivismo um novo caminho a ser seguido por seus obreiros e todos cidadãos, como forma de desenvolver sua capacidade de vir a mudar a sociedade em que vivia, de forma consciente e por novas práticas sociais⁹⁵. É dentro deste contexto que passou-se a verificar que “(...) os debates maçônicos expressavam um claro interesse em intervir na resolução dos problemas nacionais, especialmente a ‘questão servil’ e a ideia de República”⁹⁶.

O resultado foi que, nas últimas décadas do século XIX, a maçonaria brasileira passou a direcionar sua participação nos vários eventos nacionais sob a doutrina positivista. Na medida em que os efeitos destes episódios iam crescendo nas suas oficinas, os membros passavam cada vez mais a buscar liberdade e lutar pela descentralização de poder no Grande Oriente do Brasil e no Império. Com isto, os adeptos do movimento federalista⁹⁷ maçónico

⁹²Idem, p. 89.

⁹³ Id; Ibidem, p. 91.

⁹⁴“por liberais que subdividiam em humanistas, iluministas e positivistas com posições bastantes diversificadas: conservadores, centristas, moderados e progressistas” Schüler Sob., O. (1998). *Uma luz na história*. Cit... Uma luz... p. 102.

⁹⁵ Idem p.97.

⁹⁶ Barata. Cit... *Fremasonry* ...p.91.

⁹⁷ Nesse período, evidenciaram-se três momentos históricos principais: o primeiro foi o cisma de 1863, que separou a maçonaria simbólica em duas fações, com um pequeno intervalo de unificação em 1872; a seguir, a

criaram força no país, e em 1890 consolidou-se com a formação de vários orientes estaduais, autônomos e independentes.

Ativismo maçônico na emancipação brasileira

Desde a consolidação do Estado brasileiro em 1822 que a Ordem atuava, por meio de seus membros, para sua efetivação dentro dos moldes dos pensamentos mais progressistas. Mas na prática, o início do Império no Brasil, marcado pelo discurso do Imperador em diminuir a distância entre seus súditos e a realeza, fundamentado na ideia de contrato social de John Locke⁹⁸, terminou por gorar, ficando apenas na retórica, deixando o sistema político brasileiro enfraquecido e desacreditado. O que não foi diferente com a chegada do Segundo Império, quando as insatisfações continuaram crescendo no meio da classe política e dos intelectuais contrários à centralização do poder. O que agravava-se pela postura dos partidos existentes, conservador e liberal, que se limitavam a fazer uma oposição “capenga”, revezando-se no poder. Muito bem sintetizado na frase de Oliveira Viana, “Ninguém é mais liberal que um conservador na oposição, nem mais conservador que um liberal no governo”⁹⁹.

Este quadro político acabou por estimular a maçonaria a buscar transformar esta realidade. Assim, a partir de 1870, a Ordem se compôs em torno de alguns movimentos de cunho republicano propagados no Brasil como: a) o Manifesto Republicano de 1870, de inspiração maçônica, pois foi liderado pelo maçom Joaquim Saldanha da Gama Marinho, que, na época, era Grão-Mestre do Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, tendo como seu redator o combativo maçom Quintino Bocaiúva que, durante a República, assumiria o Grão-Mestrado do Grande Oriente do Brasil; b) a Convenção de Itu de 1873, na província de São Paulo, onde foi referendada a criação do clube republicano que daria origem ao Partido Republicano, contando com a participação de importantes membros da maçonaria; c) a Questão Religiosa¹⁰⁰, cuja origem encontra-se as orientações papal, Pio IX, do ultramontano que visava barrar o avanço das idéias laicista e racionalista; d) a Abolição da Escravatura, que se deu de forma lenta e gradual - embora ter se concretizado devido às fortes pressões impostas, sobretudo pela Inglaterra. A maçonaria deu seu contributo a esse movimento por

unificação de 1883, que selou a legitimidade do Grande Oriente do Brasil, reunindo os diversos grupos simbólicos e filosóficos maçônicos, e, por fim, a eclosão de um novo tipo de cisão, agora com conotações federalista-estaduais.

⁹⁸ Explica os caminhos percorridos pelas pessoas na construção do Estado e revela a legitimidade dos governos e as obrigações deste e dos indivíduos.

⁹⁹ Vianna, F. J. de O. (1955). *Instituições políticas brasileiras*. 2. ed.. José Olympio, Belo Horizonte, p. 64.

¹⁰⁰ Ver artigo: A punição dos bispos, o estado e a maçonaria. In BOGOLU (1874), N 3, 3ª Serie, 3º Anno, Lisboa, p. 52.

meio das leis do ventre livre e Euzébio de Queiroz - o que levou o governo imperial perder o apoio da aristocracia rural; e) a Questão Militar, que trouxe como principal diferencial o prestígio adquirido pelo exército, tendo saído fortalecido logo após o término da Guerra do Paraguai .

Todos estes factores revelavam, ao final do século XIX, uma sociedade cuja elite estava insatisfeita com o modelo monárquico centralista obstaculizador da ascensão dos seus interesses. O resultado foi que, em 1889, por intermédio de um golpe militar, a República foi efetivada. Embora este episódio histórico tenha ficado marcado mais como um arranjo de cúpula que propriamente o resultado de um anseio popular. Concretamente, nas palavras de Aristide Lobo¹⁰¹, o povo assistiu a tudo “bestializado e atónito”.

Relevante ressaltar que foi notório o registo da participação de figuras maçónicas na concretização da proclamada República do Brasil. Figuras importantes como Benjamim Constant Botelho de Magalhães, Marechal Deodoro da Fonseca, Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Prudente de Moraes, Aristide Lobo, entre outros, participaram da sua execução. Todos estes terminaram por fazer da maçonaria uma irmandade influenciada pelos pensamentos teóricos do positivismo, sendo circunscrito pelos ideais liberais. Isto ocorreu porque havia a presença desses intelectuais em seus quadros, defendendo uns o liberalismo e outros, militares, partidários do positivismo.

De inspiração comteana, mas por não alentar simpatia aos políticos liberais de tradição monarquista, o início do governo da jovem república foi de curta duração. Dado a crise que se abateu sobre o modelo político-administrativo centralista implementado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Esta postura - que em tese era justificada como algo necessário para se obter a ‘ordem e o progresso’, próprio das ideias do positivismo – se chocava com o pensamento dos intelectuais liberais que existiam oriundos da classe média.

Durante a Assembleia Constituinte duas forças políticas passaram a se digladiar: a corrente dos militares, que buscava um poder mais centralizado; e a outra composta pelas oligarquias, que queriam uma maior abertura e participação para os estados. O desfecho se deu com a primeira derrota de Deodoro quando da aprovação da Constituição. Ela, ao contrário do que pretendia, ampliava as conquistas reivindicadas pelo liberalismo brasileiro. Isto, de facto, veio atender as aspirações dos oligarcas, uma vez que democratizou o poder,

¹⁰¹ “Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo tudo bestializado, atónito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada!” Descrição de autoria de Aristides Lobo. Ver: Lobo, A. (1889, 18 de Novembro). *Jornal Diário Popular*. São Paulo.

dando maior liberdade de atuação aos poderes estaduais. Mas, por outro lado, provocou a derrocada do primeiro presidente brasileiro.

Entre as mudanças observadas na Constituição Republicana de 1891¹⁰² verificamos as seguintes mudanças: reforma do Código Penal, a separação da Igreja e do Estado, a naturalização dos estrangeiros residentes no país, a anulação do senado vitalício, o estabelecimento da federação dos Estados com autonomia dos estados e municípios, a implantação do sistema presidencial, o casamento civil e a separação do poder, criando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outras. Esta constituição foi inspirada no modelo da Constituição dos Estados Unidos, que se fundamenta na descentralização do poder dividido entre os Estados.

Procurando dar resposta às mudanças na Constituição, vários episódios se sucederam. Deodoro tentou fechar o Congresso, provocando uma série de descontentamento que culminou com a Revolta da Armada. O que precipitou a sua renúncia e chegada ao poder do Marechal Floriano Peixoto, até então vice-presidente. Com Floriano novas divergências viriam à tona. Pelas constitucionais, na vacância do cargo, uma nova eleição devia ser realizada. Daí uma forte oposição se deflagrou sobre seu governo por parte das oligarquias e da armada, o que ocasionou, em 1893, a Segunda Revolta da Armada¹⁰³.

Finalmente, em 1894-1898, teve início a República Oligárquica no Brasil, com a vitória para a presidência do paulista Prudente de Moraes. Isso consistia na chegada da aristocracia cafeeira ao domínio da supremacia política, pois o novo presidente havia apoiado as oligarquias agrárias. A partir deste período até 1930, os destinos da República foram marcados pelo governo de presidentes civis, ligados ao setor agrário. Estes políticos saíam dos seguintes partidos: Partido Republicano Paulista (PRP) e Partido Republicano Mineiro (PRM). Como estes dois partidos controlavam as eleições, mantendo-se no poder de maneira alternada, este período passou-se a chamar de Política do Café-com-Leite.

Como dissemos anteriormente, parte destas figuras políticas e militares da História de implantação da República brasileira tinham relações com a irmandade dos pedreiros livres. Não é por acaso que os ideais preconizados pelo movimento republicano estão intrinsecamente relacionados aos princípios da instituição. Estabelecer esta relação entre a doutrina da maçonaria e os acontecimentos políticos é algo que sempre fora debatido pelos seus membros e registrado nas pranchas publicadas no Boletim do GOLU. Por um lado algumas lojas defendiam que a maçonaria não devia intervir nos acontecimentos políticos,

¹⁰² Teixeira, F. M. P. (1993). *História Concisa do Brasil*. Global. São Paulo, p. 198.

¹⁰³ Id; *Ibidem*, p. 204.

pois sua missão dizia respeito somente a factores ligados ao fortalecimento de laços de fraternidade universal, mas por outro lado membros acostavam-se na tese de que a maçonaria deveria ampliar os domínios ideológicos, estabelecendo relação entre o campo teórico e prático. Ou seja, por em prática os ensinamentos do liberalismo e laicismo, contribuindo, desta forma, para a transformação da sociedade.

Tomando por base os princípios liberais e laicista, a tendência da política partidária foi ganhando espaço cada vez maior. Para o fortalecimento da corrente favorável ao partidário, podemos perceber na citação de Sobrinho os principais argumentos que percebe-se na direção de sua maturação:

(...) em sua forma atual, a dos Aceitos, nasceu das aspirações libertárias dos que não aceitavam o jugo imposto pelo absolutismo real a serviço da teocracia europeia; e a luta contra essa situação só poderia ser política. Ela nasceu, portanto, com finalidade política e sempre foi política, no sentido amplo e sociológico que o termo comporta. Lamentável é querer reduzi-la à simples condições de “instituição de caridade”, como quer uma minoria de lojas e como creem muitos maçons. Todas as constituições dos países democráticos reconhecem o direito que cada cidadão tem de participar dos processos políticos da nação, como meio de aperfeiçoar constantemente o modelo institucional. Embora a Maçonaria seja a própria essência da Democracia, algumas Obediências teimam, estranhamente, em negar ao maçom aquilo que a Constituição do país lhe permite, quando, na realidade, o que é vedado, em Loja, é o partidário e o proselitismo partidário¹⁰⁴.

Após esta breve explanação acerca do cenário civil, na qual destacamos, para além dos acontecimentos históricos do processo de implantação da República brasileira, os maçons que participaram deste movimento. Veremos a seguir o cenário interno vivificado pelos membros da Ordem, diante do planejamento que resultou no federalismo da instituição, contribuindo com a circulação do Boletim e espalhando-os pelo mundo.

Em busca da concretização do Federalismo

A partir da segunda metade do século XIX verificou-se um maior aprofundamento da crise estrutural e organizacional da maçonaria brasileira, que liquidou o modelo nacional e evocou a implantação do federalismo na instituição. Neste sentido, alguns acontecimentos foram responsáveis por esta desestabilização do antigo modelo maçônico e contribuíram para sua federalização. A saber: em 1884 foi criado o Grande Oriente do Norte do Brasil pela maçonaria do estado de Pernambuco; no Maranhão, as lojas pertencentes ao seu Grande

¹⁰⁴ Schüler Sob, O. (1998). *Uma luz na história: a formação e o sentido da COMAB*. Ed. Cultural O Prumo SC Ltda. Florianópolis, p. 110.

Oriente tinham se desligados do Grande Oriente do Brasil; em seguida, vieram os estados de São Paulo (1892), Rio Grande do Sul, Minas Gerais (1894) e Bahia. Sob efeito sucessivo, estes estados fundaram seus corpos dirigentes autônomos e seus grandes orientes estaduais, de maneira independente, portanto.

Como destaca a historiadora Colussi, estas atitudes refletiram no conteúdo da nova constituição maçônica aprovada em 30 de novembro de 1891¹⁰⁵ em favor do federalismo ou da maior autonomia das unidades regionais frente à organização nacional. Em edital publicado logo após a aprovação da nova constituição, órgão oficial do Grande Oriente, revelava essas pressões:

A nova lei orgânica estabelece o regime federativo, dando assim a maior autonomia aos diversos corpos maçônicos que por isso formam a Federação Maçônica do Brasil. Não têm mais as lojas do círculo que submeter os seus atos de vida íntima à sanção de oficinas de categoria superior, salvo o caso de recurso, quando sejam contrárias à lei. As duas grandes dignidades da Ordem, até aqui eleitas pelos representantes das oficinas do círculo e portanto exclusivamente *pelos* maçons da sede do poder central, serão escolhidos pelo sufrágio universal do povo maçônico, tendo assim todas as oficinas a responsabilidade na escolha dos maçons que devem dirigir os destinos da Instituição. O Supremo Conselho, corporação essencialmente aristocrática, é verdade, mas a mantenedora das velhas tradições do rito escocês, foi conservado com os seus membros vitalícios a fim de acompanhar os corpos dessa categoria dos outros países, cujas as relações só é possível manter adotando a mesma organização¹⁰⁶.

A nova constituição, portanto, dava um grande espaço para democratizar a instituição no plano dos mais altos graus. No entanto, dois aspectos continuavam demonstrando os resquícios do conservadorismo ainda resistente: a influência estrangeira e o cargo vitalício do Supremo Conselho. Talvez por esta razão, as outras medidas adotadas por parte do Grande Oriente do Brasil - mudança nos estatutos, concessão e garantia de maiores poderes as obediências estaduais, propaganda por meio do seu jornal oficial a implantação de um novo modelo de organização maçônico nacional – aconteceram como forma de atrair seus membros dissidentes e conter o avanço do movimento de emancipação das obediências maçônicas não tenha-se arrefecido.

Assim sendo, objetivando concretizar o projeto federalista nas demais unidades da federação, os estados onde a Ordem tinha atuação se articularam entre si. Por meio de uma união de forças foram gradativamente construindo o perfil de federalismo que a maçonaria

¹⁰⁵ Colussi, E. L. *Plantando* cit. ..., p. 192, apud Decreto nº 87, de 23 de junho de 1891, foi convocada para o dia 10 de novembro desse mesmo ano a Assembleia Constituinte, que modificou a constituição maçônica.

¹⁰⁶ IBIDEM p. 193 APUD. A nova constituição. (1891). Em: BOGOB. 1891, ano 16. Nº 9 e 10. p. 267.

brasileira se comprometia pôr em prática. Sobre o federalismo, o grão-mestre, Quintino Bocaiúva, no Congresso Maçónico Brasileiro de 1904, declarou:

(...) a atual Constituição da Or\ Maç\ Brasil\, modelou-se pelo tipo de organização política que atualmente rege o Brasil; isto é, formamos a Federação Maçônica Brasileira, fazendo corresponder as circunscrições políticas às circunscrições Maç\ sob o título distintivo de Gr\ Or\ Estaduais¹⁰⁷.

O dirigente maçônico, comparando a organização política do Brasil, mencionou em seu discurso um aspeto relevante e possivelmente explicativo da história da maçonaria no Brasil. Segundo ele, no caso brasileiro, primeiro constituiu-se um poder nacional centralizado, posteriormente este poder foi fracionado. A comparação de Bocaiúva servia, naquele instante, também para a maçonaria vigente, pois primeiramente ela se consolidou enquanto poder centralizado, na forma do Grande Oriente do Brasil em 1822, quando o número de maçons e oficinas era muito pequeno, quase insignificante; posteriormente, no final do século, fracionou-se.

Como dissemos na introdução, citando o historiador português Oliveira Marques “a maçonaria é um estado dentro de outro estado”¹⁰⁸. O Estado Maçónico é constituído de unicidade de poder, constituído por uma Federação Unitária subdividida pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Este sistema verticalmente hierarquizado sempre esteve na sombra dos conflitos entre liberais, conservadores, radicais, de esquerda e de direita, democratas e liberais. As suas definições dependiam dos interesses e das oscilações políticas presentes nos diversos contextos. A aliança maçónica vive dessa ambiguidade dos seus agentes e dos conflitos gerados pelos mesmos.

O facto é que a Ordem conseguiu superar seus conflitos internos e as perseguições clericais rumo a sua consolidação. A constatação desta superação se dá na medida em que verificamos a expansão das lojas em todos os estados da federação brasileira, do Uiaoque ao Chuí¹⁰⁹. A tabela a seguir é um exemplo disto, pois corresponde ao demonstrativo das lojas implantadas em cada estado brasileiro em um período de 60 anos de maçonaria brasileira.

¹⁰⁷ BOGOB (1904).Ano 29. Nº 3, p. 149.

Obs: nas referências seguintes ao *Boletim do Grande Oriente do Brasil* usaremos a penas sua sigla: BOGOB

¹⁰⁸ Introdução, pp 19-27.

¹⁰⁹ Esta expressão “Uiaoque ao Chuí” é usada para denotar a amplitude territorial, de Norte a Sul do país, que o federalismo atingiu.

Tabela 1- Demonstrativo das lojas implantadas pelo GOB (1861-1920)

Tabela 1: Evolução do número de lojas maçônicas no Brasil, por estado, em quinquênios (1861-1920)

Estados	Anos											
	1861 1865	1866 1870	1871 1875	1876 1880	1881 1885	1886 1890	1891 1895	1896 1900	1901 1905	1906 1910	1911 1915	1916 1920
Rio de Janeiro	76	78	95	104	99	69	70	86	97	90	84	66
São Paulo	19	25	43	52	59	42	77	153	176	128	114	99
Minas Gerais	2	3	30	36	34	16	21	70	78	65	54	44
Rio G. do Sul	23	12	38	51	50	29	40	81	127	121	113	69
Bahia	16	11	16	15	13	12	11	12	12	13	12	13
Pernambuco	13	14	22	21	20	29	15	16	18	23	23	22
Paraná	5	2	9	11	10	9	9	23	27	22	22	22
Santa Catarina	3	4	5	6	6	5	4	5	7	7	7	6
Espírito Santo	1	1	3	2	2	1	1	9	12	11	7	3
Mato Grosso	0	0	5	6	7	4	3	6	7	7	9	9
Goiás	0	0	0	1	2	2	2	1	1	1	1	2
Pará	5	5	10	9	9	6	6	8	8	8	11	12
Amazonas	0	0	1	2	2	2	3	10	14	15	15	13
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	7	7
Piauí	1	1	3	4	4	3	2	1	1	5	5	5
Maranhão	6	6	8	8	5	5	3	1	4	6	6	7
Sergipe	5	2	5	3	3	1	2	6	5	4	1	1
Alagoas	1	4	7	6	7	3	4	3	8	8	7	6
Ceará	1	1	1	1	3	3	3	2	8	7	4	5
R. G. do Norte	2	2	2	2	2	2	3	3	3	4	3	3
Paraíba	1	1	3	3	4	1	1	1	2	2	2	2
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL:	180	172	306	343	341	244	280	497	615	553	507	417

Fonte: Kurt Proeber, *Cadastro geral das lojas maçônicas no Brasil: ativas, abatidas e inativas*. Rio de Janeiro, ed. do autor, 1975. Coleção dos Boletins do Grande Oriente no Brasil.

Barata, A. M. (1994, Julho-Outubro) Freemasonry and Brazilian enlightenment. *História, ciências, saúde-Maguinhos I* (1): 78-99, jul.-oct., p. 90. Apud: Proeber, K. (1975). *Cadastro Geral das lojas maçônicas no Brasil: ativas, abatidas e inativas*. Ed. do autor. Rio de Janeiro. Coleção dos Boletins do Grande Oriente no Brasil. Acedido em 15 de Junho de 2011, em: www.scielo.br/pdf/hcsm/v1n1/a07v01.pdf.

É inegável portanto, o crescimento organizacional maçônico e seu papel na formação de uma expressiva parcela da elite política do período. Some-se a isso o crescimento nos estados, que justifica a força do movimento federalista. Convém esclarecer que os estados do Acre e Rondônia, embora fizessem parte da federação brasileira, eram estados pouco habitados no século XIX. O que justifica a ausência de lojas neste período. Somente na primeira década do século XX estes estados se tornam atraentes, e portanto maiores habitados, em função do ciclo da borracha, movimento localizado na região Norte e, apesar de liderado

pelo estado do Amazonas, tiveram os estados de Acre e Rondônia participações, juntamente, com o estado do Pará¹¹⁰. Inclusivamente, é pertinente lembrar que, na altura, muitos maçons de origem portuguesa migraram para o Brasil com o propósito de explorar tais territórios. Justificando, portanto, a presença das primeiras lojas nos estados mencionados, no início do século XX. Dada a participação dos portugueses em solo brasileiro¹¹¹, para além, é claro, da presença dos próprios brasileiros.

Consideramos, portanto, que embora a expansão do poderio do Grande Oriente Brasileiro tenha sido vivificado da segunda metade do século XIX ao início do XX, diante do grande número de lojas fundadas, de 180 (1861) para 417 (1920), conforme demonstrado na tabela, num país com elevada dimensão continental a administração centralizada, já que a presença de delegados nos estados tornava insustentável, diante da insatisfação dos membros na busca por emancipação, propiciada pelo movimento federalista. Constatamos que por um lado, do ponto de vista endógeno a nível de maçonaria, a busca pela descentralização administrativa ocasionou o Federalismo, e por outro lado, no que tange ao campo exógeno, a nível de Estado, as insatisfações em busca da emancipação refletiam o Eco do movimento Republicano. Por sua vez, do ponto de vista de poder, o Brasil passou a ter uma democracia representativa com autonomia. Estas mudanças na sociedade influenciaram a maneira de organização do GOB. Buscando atingir o Federalismo, a “pedraria” intensificou os debates e as discussões nas oficinas. Por esta razão a Ordem viveu períodos marcados por dissidências e tentativas de unificação. Nas reuniões, as temáticas discutidas referiam-se principalmente sobre a estrutura organizativa do Estado Maçónico e seus limites, uma vez federado. Divisão de poder, autonomia, independência e soberania estavam na pauta dos debates, e por muitas vezes estimulavam as disputas e as discussões. Sobre o Federalismo maçónico, Sobrinho o descreve relacionado a autonomia proveniente dos Estados:

O conceito de autonomia sempre foi uma das geratrizes das maiores discórdias no regime federativo maçónico, pois os Grandes Orientes Estaduais, mesmo que fundados pelo Grande Oriente do Brasil, não mantinham soberania, a qual sempre foi reservado ao Poder Central. Isto só veria acontecer após 1973 quando o GOB passa a ser constituído pela coexistência de diversos Estados Maçónicos soberanos e independentes, unidos por interesses comuns – COMAB - neste caso os estados-membros não perdem nem a soberania internacional¹¹².

¹¹⁰ Sobre a participação da Maçonaria no estado do Pará ver: Souza, P. I. G. de. (2006). *Buscadores do Sagrado: As transformações da maçonaria em Belém do Pará*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas.

¹¹¹ Sobre os maçons portugueses que foram filiados em lojas brasileiras e lusitanos que foram iniciados nas lojas do Brasil. Dedicaremos parte do capítulo 3, pp. 103-105.

¹¹² Schüller Sob., O.. Uma Luz cit..., p. 57.

O maior argumento, portanto, em favor do Federalismo consistia no facto de o GOB não poder, diante do seu centralismo, vivenciar todas as dificuldades e limitações sentidas pelo povo maçónico em cada loja existente no Brasil. Propondo soluções pertinentes exclusivamente por intermédio de seus delegados. Por esta razão, era mais pertinente que cada estado pudesse buscar solução de continuidade para os seus próprios problemas, mesmo que para isto estivesse atrelada ao poder central democrático, de maneira autônomo e independente.

Esta ambiência foi, em parte, divulgada pelo Boletim do GOLU. Dentro do acordo de reciprocidade existente entre as Potências brasileira e portuguesa: o GOB enviava informações do que se passava em sua maçonaria para os irmãos em Portugal. Desta forma, boa parte dos acontecimentos ocorridos no Brasil eram comunicados a maçonaria portuguesa, e esta, na condição de receptora, divulgava àqueles que interessava, de acordo não só com a ideologia política seguida pelo irmão que tivesse no comando, mas sobretudo com o cenário histórico vivido por cada potência na época¹¹³.

Por outro lado convém esclarecer que as interlocuções das comunicações, fossem pranchas ou notícias, em alguns casos eram previamente acordadas entre as partes para posterior divulgação. A exemplo do diálogo existente entre Cunha Belém do GOLU e Alexandre Freire do Lavradio, quando trataram sobre a possível relação entre as suas potências¹¹⁴.

2.2 – Das oficinas as ruas: O cenário político e ideológico da maçonaria portuguesa

Influências ideológicas na formação do GOLU

Para entendermos algumas dificuldades enfrentadas pelo GOLU faz-se necessário levar em consideração as influências no seu momento original¹¹⁵ no século XVIII. Não

¹¹³ Exemplo disto serão as notícias veiculadas no *BOGOLU* demonstradas no capítulo 3, pp.91-150.

¹¹⁴ *BOGOLU* (1871). Nº 22, 3º Ano, pp. 477-481.

¹¹⁵ Sobre a origem da maçonaria em Portugal Oliveira Marques descreve: “Em 1738 havia duas importantes lojas em Lisboa; uma constituída por súditos britânicos protestantes e outra integrada por católicos irlandeses, mas foi apenas no tempo do Marques de Pombal que a maçonaria alcançou o ponto mais alto de seu desenvolvimento. Depois da sua morte, durante o reinado da rainha Maria, foi desencadeada uma forte perseguição aos maçons, situação que acabou por se agravar quando foram conhecidos os acontecimentos revolucionários em França. Por volta de 1800 existiam apenas cinco lojas na cidade de Lisboa, sendo quase todas elas dirigidas e compostas por cidadãos de origem inglesa e francesa. Talvez esteja aí a causa de que só em 1804 tenha sido regularizada em definitivo a grande loja de Portugal”. Ver Marques, A. H. O. (1990). *História da Maçonaria em Portugal, das Origens ao triunfo*. Presença. Lisboa, p. 37.

estamos a referir somente aos orientes e aos ritos na época existentes. Mas, sobretudo, às interferências ideológicas¹¹⁶, que o ambiente maçónico português incorporou. Via de regra, este foi o âmago que levou à ambiência maçónica a sofrer constantes conflitos em sua história, facto que, notadamente, também acabou por dificultar a estrutura da Irmandade dos Pedreiros Livres em solo português e, conseqüentemente, o Boletim.

Desta forma, quando começaram as articulações que levariam ao nascimento do GOLU, a maçonaria portuguesa estava dividida por vários Orientes dissidentes. A grande preocupação consistia em conter os setores mais radicais na sociedade que ansiavam por mudanças estruturais. Por conta disto, venceu o grupo liberal que estava alinhado com a Monarquia¹¹⁷ que agrupava todos os descontentes. Mas, em princípio, nem tudo era negativo, pois estas discussões terminavam por revelar seu importante contributo como um dos principais catalisadores política e social, conforme observado por Catroga,

(...) componente sociabilitaria e, particularmente, o seu papel como instância coadjuvante da própria sociabilidade política na fase proto-partidária, isto é, no período em que o partido político não tinha emergido, ou ainda não se tinha consolidado (como na primeira fase do regime representativo em Portugal)¹¹⁸.

Isto fica bastante evidenciado logo após a Regeneração - mesmo funcionando com um número de oficinas tímido¹¹⁹. Como o próprio nome indica, foi um período onde as esperanças se renovaram. Embalada pelo sentimento do “começar de novo” que tomava conta da sociedade profana portuguesa, a maçonaria, por meio do conjunto “social formado com (e para) a Regeneração”, conseguiu concretizar o sonho da gradual pacificação das suas várias tendências¹²⁰. Nesse clima, o desfecho da união entre os orientes dissidentes ficou mais fácil de administrar. Prova disto é que em 1869 a Maçonaria acaba por superar toda a fragmentação e passa a concretizar a unificação da Ordem por meio do Grande Oriente Lusitano Unido.

¹¹⁶ Estas interferências ideológicas são resultantes das várias correntes como afirma Dias: “O misticismo, o ocultismo, o deísmo, o filosofismo, o liberalismo, que se infiltram nas lojas, na segunda metade do século XVIII, conquistando a hegemonia, mesmo o exclusivo, nalgumas delas ou grupos delas, longe de constituírem, no meu critério, desvios da «maçonaria propriamente dita, ordinária, oficial, ortodoxa», correspondem a linhas de força, estimuladas pelo movimento geral da sociedade e da cultura, que impelem a instituição para avanços adaptativos à escala do pensamento e da ação”. Ibidem, p.7.

¹¹⁷ Catroga, F. (1990). *Mações, liberais e republicanos em Coimbra (década de 70 do século XIX)*. Coimbra editora, L.DA, Coimbra, p. 6.

¹¹⁸ Catroga, (1990) Cit... *Mações, liberais...* p. 5.

¹¹⁹ Ibidem Catroga, (1988), *A Militância...* p. 392.

¹²⁰ Catroga, F.. (1985). *As Lojas Espanholas de Obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido e o Iberismo. Separata do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. VII. Composto e impresso nas Oficinas da Imprensa de Coimbra, L.Da. Coimbra, p.89.

Na prática, o resultado do GOLU, ou o seu produto final, terminou por apresenta-se, pelo menos no princípio, mais como um arranjo de cúpula do que um ruptura, pois, do ponto de vista ideológico, a instituição continuava favorável a monarquia liberal. É o que está intrínseco na seguinte citação,

Com efeito, na sua fase inicial, o Grande Oriente Lusitano Unido não apresentou qualquer alteração ideológica de vulto face aos Orientes que estiveram na sua origem. Reafirmará o postulado deísta exigido pelo tolerantismo maçónico em matéria religiosa, sublinhará a fidelidade à Ordem monárquico-constitucional, acentuará o pendor nacionalista – o que provocou a insatisfação das suas oficinas sediadas em Espanha – e definir-se-á como uma associação de natureza filosófica e filantrópica¹²¹.

Ou seja, GOLU acabou sendo a fórmula encontrada pelas lideranças maçónicas para poder agrupar as obediências dissidentes existentes em Portugal. Entre estas podemos destacar o Grande Oriente Lusitano, a Federação Maçónica Portuguesa, o Grande Oriente Português e parte do Supremo Conselho do Grau 33. Restando, apenas, a adesão, em 1872, da Grande Loja Provincial do Rito Irlandês. Este acontecimento foi tão emblemático que, historicamente, convencionou-se chamar esta fase como:

o início da segunda fase histórica da Maç.: portuguesa. No entanto, se contrapondo a tendência original pro monarquia, foi se verificando que os novos apelos sociais vão fortalecendo na instituição uma poderosa tendência da unidade de pensamento para a conceção científica do bem-estar social¹²².

Nesta fase destacamos dois acontecimentos que contribuíram para a estruturação do GOLU: a) o alinhamento que manteve com o oriente espanhol e o caso da maçonaria Coimbrã. Neles, todo ecletismo¹²³ que marcou a origem da maçonaria continental, mencionado por Dias e Silva, foi colocado a prova - o que, a nosso ver, limitou e tornou a afirmação da Ordem frágil. Com o advento do iberismo, os rumos do maçonismo na sociedade portuguesa e espanhola foram alterados. b) a maçonaria Coimbrã que colocou em cena a discussão sobre o centralismo do Oriente e reascendeu a politização no meio maçónico.

O novo quadro que surgiu a partir deste momento revelou uma estrutural social que aos poucos ruía perante as rivalidades, interesses diversos e as incertezas da

¹²¹ Catroga, F. (1988). *A militância...*, p.412.

¹²² Catroga, Cit... *As Lojas Espanholas* p. 90.

¹²³ Sobre o ecletismo maçónico Dias menciona: “(...) os mações continentais estavam empenhados, com militância uns, sem proselitismo, mesmo sem consciência ideológica explícita, outros, no abatimento do papalismo, da religiosidade oficial, do dogmatismo filosófico e teológico, do monarquismo absolutista ou, no mínimo, de algumas das suas dominantes. Eram essas solidariedades, no seio das suas divergências ou dissidências, que faziam a sua unidade. Como eram essa unidade e as divergências ou dissidências que coexistiam com ela, que desencadeavam muitos dos processos de desconfiança do maçonismo, patentes na documentação da época”. Ibidem, Dias, Cit Os primórdios ..., p.7.

contemporaneidade. De forma sintomática, o Boletim passa absolver todos estas “intemperes” e suas publicações foram orientadas para atender o perfil ideológico do Grão-mestre do momento.

Em rota de colisão: GOLU, maçonaria espanhola e o iberismo

Para vencer as dificuldades dos primeiros passos, a irmandade portuguesa procurou aproveitar as oportunidades e traçar novas estratégias de sobrevivência. Prova disso foi à aproximação com o oriente Espanhol¹²⁴. Esta influência externa proporcionou a manutenção do GOLU diante do quantitativo de lojas e os recursos financeiros que foram agregados na sua formação. Além disso, esta etapa também propiciou os esforços necessário para poderem, em ambos os lados, sobreviver as pressões sociopolíticas vividas em seus países. Estes factores deram vigor a caminhada do GOLU, cujo percurso foi repleto de percalço e fervência, onde a maçonaria portuguesa, por exemplo, para poder aglutinar as correntes divergentes se manteve na altura sob o “fio da navalha”.

A intensificação da procura por parte de muitas oficinas espanholas da tutela portuguesa, de 1868 a 1870, sob proteção do GOLU pode ser atribuída a muitos motivos. Destacamos três: a maior liberdade promovida pelo governo Espanhol, a gestão do grão-mestrado de Paraty - representava uma tradição liberal pautada nas funções preconizadas pela Arte Real (solidariedade, beneficência), em sintonia com constitucionalismo monárquico – e, por último, a fuga de seus membros dos conflitos nos orientes espanhóis. Na sequência demonstramos ilustração do quadro demonstrativo das 24 lojas espanholas que deviam obediência ao GOLU.

¹²⁴ *BOGOLU* (1869), nº1, 1ª Serie, p, 19.

Figura 7 – Lojas Espanholas de Obediência ao GOLU (1869-1870)

LOJAS ESPANHOLAS DE OBEDEIÊNCIA AO G. O. L. U. EM 1870		
<i>Lojas</i>	<i>Localidade</i>	<i>Ano de inscrição no quadro geral</i>
Tolerancia y Fraternidad	Cádiz	1868
Fraternidad Iberica	Sevilha	1868
Caridad y Igualdad	Cádiz	1869
Fraternidad	Madrid	1869
Afortunada	Las Palmas	1869
Constancia	Madrid	1869
Igualdad	"	1869
Justicia	"	1869
Libertad	"	1869
Luz	"	1869
Razón	"	1869
Amor	"	1869
Patricia	Córdoba	1870
Libertad	Sevilha	1870
Cosmopolita y Justicia	"	1870
Razón	"	1870
Caballeros Cruzados	Madrid	1870
Discursión	"	1870
Hermanos de la Humanidad	Mahón	1870
Hiram	Vigo	1870
Armonia	Madrid	1870
Teide	Tenerife	1870
Fé y Abnegación	Cádiz	1870
Triangulo	Huelva	1870

Fonte: Catroga, F. (1985). As lojas Espanholas de Obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido e o Iberismo. *Separata do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. VII. Composto e impresso nas Oficinas da Imprensa de Coimbra, L.Da. Coimbra, p.94.

Ao observar o número de lojas aderidas ao GOLU, oriundas do oriente espanhol, surge a indagação: o que levou a este fluxo? Essa situação foi fruto de uma inexistência organizacional da Ordem em Espanha. Este facto dava-se pela excessiva divisão de Orientes rivais e a falta de orientação central. Por conta disto, como relata Catroga, a adesão das suas oficinas ao GOLU era uma “expressão do sentimento de refúgio (e de segurança) de muitos maçons que queriam demarcar-se dos dissídios e da politização excessiva das maçonarias do país vizinho”¹²⁵.

Apesar da obediência, sabe-se que esta convivência não foi muito amistosa, haja vista o excessivo debate de intervenção, influência e evocação do sentimento nacionalismo¹²⁶ – a questão do iberismo. Para tentar equacionar esta questão foi assinado, em 1872, um tratado¹²⁷ que não conseguiu conter os descontentamentos e terminou por não vingar.

Tem-se alguns maledicentes divertido em propalar, que o Grande Oriente Lusitano, protegendo as lojas maçônicas do vizinho reino favorecendo as

¹²⁵ Catroga. Cit As Lojas Espanholas, ..., p.96.

¹²⁶ *BOGOLU* (1869), nº1, 1ª Serie, p, 60 e 61.

¹²⁷ Ainda sobre o tratado referido anteriormente entre as lojas espanholas e portuguesas Catroga acrescenta: “(...) se reconhecia o reciproco direito de promoverem e manterem lojas em qualquer ponto da Península”. “(...) tanto a existência dessas oficinas, como o teor do tratado de 1872, apareciam como concessões que serviam objetivamente a estratégia iberista”. Catroga, Cit... As lojas espanholas..., p.97. e p.98.

ideias annexistas, que podiam sacrificar a autonomia no nosso paiz! (...) com as nossas lojas em Espanha havemos de cimentar a fraternidade dos dois povos de península , estreitar as relações entre elles, favorecer mutuamente o progresso das instruções, do commercio, das industrias, únicos laços que nos devem prender bem intimamente aos nossos visinhos. A independencia da patria não perigará decerto com as nossas relações, pois que os maçons portuguezes, nutrem e proclamam bem alto os sentimentos de amor e dedicação que os animam pela sua pátria.

O efeito desta rota de colisão foi a nacionalização da maçonaria pelos portugueses, por meio de iniciativas tomadas pelo GOLU como: passou a externar a sua afeição à autonomia e liberdade de Portugal e efetivou a revisão da sua constituição¹²⁸. Todas as medidas deu-se sob caráter de urgência como forma de conter a ambiência de inquietação e de fuga dos obreiros dos seus quadros. O resultado foi que a Ordem passou a objetivar com mais precisão a sua ideologia¹²⁹, ou seja o Grande Oriente Lusitano Unido teve de assumir uma postura mais radical, o que ficou consubstancializado em suas reivindicações por meio do movimento laico e do livre-pensamento português¹³⁰.

Quanto a este caso, chamou-nos a atenção uma prancha divulgada pelo Boletim onde a maçonaria brasileira, ao Valle dos Beneditinos, pede informação ao GOLU sobre uma Potência espanhola ao Valle de Madrid que tinha assinado um “tratado de reconhecimento, mutua protecção e socorro”

(...) resolveu o Sapiantissimo Grande Oriente do Brazil consultar o Sapiantissimo Grande Oriente Lusitano Unido se aquelle Soberano Capitulo constitue um poder independente (...). [assina] o secretario geral adjunto da Ordem, dr. Luiz Pientzenauer, [grau] 33¹³¹.

Tendo a resposta sido negativa a maçonaria brasileira não ratificou o acordo. A questão é que o Valle de Madrid vivia sob o malhete dos auspícios do Grande Oriente Lusitano Unido¹³². E o agravante maior percebida pelos irmãos é que, na resposta de Cunha Bellem aos membros daquele Valle, esta claro que ele sabia do tratado existente entre as maçonarias do Brasil e Portugal.¹³³

¹²⁸ Id; Ibidem, p. 101.

¹²⁹ Id; Ibidem, p. 104

¹³⁰ Id; Ibidem, p. 103.

¹³¹ *BOGOLU* (1869), nº1, 1ª Serie, p, 484.

¹³² *BOGOLU* (1869), nº1, 1ª Serie, p, 532.

¹³³ Idem, p. 532

Os maçons em Coimbra

Outro componente importante para se entender a trajetória progressista do GOLU foi a maçonaria em Coimbra¹³⁴, sobretudo devido sua luta pelo descentralismo e anticlericalismo¹³⁵. Esta ocasionou inúmeras divergências com GOLU pois, temeroso, não via com bons olhos a aproximação da Ordem com temos políticos. O que começava a ser sentido a partir das lojas Loja Federação e Perseverança, que erradicam para criar os Centros Liberais¹³⁶ para lutar contra o congreganismo. Esta atitude dos maçons coimbrãs levou a Ordem, de perfil político moderado, vetar tais iniciativas.

Como resposta fundou-se a Maçonaria Eclética Portuguesa em 1875 - os maçons coimbrãs, sob influência dos pressupostos doutrinários da cartilha do agnosticismo positivista, partiram para combater a reação político-religiosa da época:

A filosofia positiva, que há dez anos vai conquistando espíritos superiores e contanto cada vez maior número de fervorosos adeptos em Portugal, principalmente em Coimbra, não poderá deixar de se estender a sua influência e de presidir à transformação da maçonaria¹³⁷.

Essa tendência foi se fortalecendo com a fundação dos Centros Regenerador (1875) e Progressista (1877), que fizeram ressurgir a atividade partidária – embora de origem conservadora. No entanto, com o Centro Republicano Democrático (1878), criado pela loja Perseverança (na sua segunda fase), “o republicanismo começava ideologicamente a afirmar-se como o único projeto político capaz de bloquear o surto congreganista e de regenerar a pátria portuguesa”¹³⁸. Este Centro, mesmo com o movimento republicano internamente fragmentado (federalistas, radicais, oportunistas e unitários) conseguiu implementar uma ação política - com base filosófica no positivismo evolucionista e eclético.

¹³⁴ Estimulada pelos últimos acontecimentos como despartidarização e normalização política da ordem, os ecos da revolução de Espanha (1868), a guerra franco-prussiana, a evolução da Igreja Católica, Cit... Mações, ...p.9

¹³⁵ (...) seu arreigado liberalismo de cariz descentralista e anticlerical traduzir-se-á numa crítica ao conservadorismo do Grande Oriente Lusitano Unido, opção que colocará na vanguarda da luta a favor de uma nova politização e radicalização da maçonaria portuguesa. Catroga, Cit...Mações,... 14

¹³⁶ “Grande Comissão Central entendeu que essa proposta não devia ter andamento”, talvez temendo que tais associações levassem a uma excessiva politização do Oriente, o que não se coadunava com a linha moderada então dominante na maçonaria portuguesa. Id; Ibidem; p.23.

¹³⁷ Id; Ibidem; p.37.

¹³⁸ Id; Ibidem; p.43 e 44.

Trajectoria dos grão-mestres do GOLU (1869-1909)

A estrutura que foi exposta, do GOLU, representa o “edifício” que cercou a produção do Boletim. Nesta “morada”, dependendo do personagem que o administrava, as notícias e temáticas eram alteradas nas tiragens do periódico. Portanto, observar a trajetória dos grão-mestres é fundamental para que possamos perceber as mensagens que vão circular no Boletim – seja um artigo mais progressista ou não. Desta forma vemos que o percurso da irmandade dos pedreiros livres esteve clivado por influências ideológicas do meio profano em que estes maçons viviam. Isto resultou nas diferentes tomadas de posição em cada fase do grão-mestrado a frente do GOLU.

Desta forma, acompanhar a evolução do Boletim mediante a presença daquele que estava conduzindo a irmandade é identificar, no que se refere ao Brasil, uma intensa troca de informações com o GOB, por meio de correspondências e de notícias nas quais vê-se uma especial atenção à temas de forte conotação humanística, política e social,

Há um paiz porém, - em intimas relações com o nosso, tão irmãos pela nobreza, pela origem, pelas aspirações, pela crença e pelo mutuo patriotismo; tão ligados entre si pelos interesses, pelos ramos da família, sobre tudo pela comunidade de intuitos maçonicos e vistas humanistas, - onde a maçonaria, por causas quasi identicas ás que se davam em Portugal, se acha dividida¹³⁹.

Estas semelhanças mencionadas no início do GOLU, em linhas gerais, terminaram por acompanhar e evolução sobre o GOLU no período que se estende de 1869 a 1909. Quando a República avizinha-se, ter-se-á destaques para temas ou personalidades que efetivaram o republicanismo no Brasil. Por isto, ver-se-á que a Ordem obedece uma trajetória onde cada gestão traça uma tangente de trabalho ora conservadora ou progressista. Ao observarmos a gestão do Conde de Paraty, (1869-1881) no GOLU, por exemplo, percebemos que este se destacava não só por sua longa duração, mas também pelos seus posicionamentos que marcaram as atividades da Ordem como: alinhamento com o regime monárquico, crítica ao centralismo imposto pela constituição de 1871 pela Ordem, dissídios das lojas espanholas, crítica ao não incentivo pela campanha antijesuítica e anticlerical e, por último, a cisão de 1876 pela criação da Maçonaria Eclética de Coimbra. Convém lembrar que dois destes aspectos também foram evidenciados no GOB: a campanha antijesuítica e anticlerical, e o alinhamento do Grande Oriente do Lavradio com a monarquia constitucional. Estes factores aparecem no perfil do Boletim do GOLU da época.

¹³⁹ *BOGOLU* (1869). n.º1, 1ª Serie, p. 147.

O governo de Paraty teve muitas contestações por parte de alguns seguimentos da maçonaria portuguesa. O elemento catalisador das divergências era o seu distanciamento dos problemas que afligiam Portugal¹⁴⁰: a reação (miguelista e ultramontana) e a questão social levantadas com a Comuna. Estes factos levaram a militância maçónica a se orquestrar¹⁴¹ e partir para reivindicar, como Coimbra e os Orientes dissidentes¹⁴², o que levou a maçonaria a se aproximar da questão social e lutar contra o congregacionismo. A exacerbação dos conflitos internos e o intenso debate político na Ordem tornou irreversível sua renúncia em 1881¹⁴³.

Ao aproximar o final da sua gestão, intensificava a luta contra o jesuitismo e propaganda do liberalismo, laicismo, positivismo¹⁴⁴, racionalismo¹⁴⁵, que tomavam conta do mensário. Muita das repercussões traziam o Brasil com referência neste conflito entre a maçonaria e o clero,

(...) não devendo discurar um momento essa vigilância, para que a reacção não faça em Portugal o mesmo que tem feito no Brasil, prégando uma cruzada sanguinaria contra um grupo de homens¹⁴⁶.

Com o fim do comando de Paraty, a maçonaria foi marcada por iniciativas políticas de carácter cívico como a comemorações de Camões e do lançamento do centenário do Marquês de Pombal. Quanto ao GOLU, apesar dos apelos ou tentações de sua politização e ascensão dos maçons republicanos, a boa vivência com o monarquismo continuou, o que levou os republicanos a aceitar a evolução pacífica das instituições como melhor fim da monarquia¹⁴⁷.

Na gestão de António Augusto (simbólico Frederico Aguiar), 1886- 1887, de curta duração, percebemos que esta foi marcada pelo pensamento regenerador, praticado sobretudo na filantropia. O que pode ser compreendido em sua gestão é que este personagem da maçonaria portuguesa conviveu durante muito tempo no meio da elite política dirigente e participou de toda ambiência de efervescência dos dissídios do GOLU . Como evidenciamos no seu discurso de posse,

¹⁴⁰ Catroga, F. *A Militância* cit....p.413.

¹⁴¹ Id; Ibidem; p.414.

¹⁴² Id; Ibidem; p.415.

¹⁴³ Após a renúncia de Paraty a ambiência de confronto interno levou a formação da Grande Loja de Portugal.

¹⁴⁴ *BOGOLU* (1875). Nº1 e 2, 3ª Serie, 13º ano, p, 26.

¹⁴⁵ O Congresso Internacional do Rito Escossez, Nº 6, 2ª Serie, 4º ano, 1875, p. 6.

¹⁴⁶ *BOGOLU* (1875). Nº 2, 2ª Serie, 4º ano, p. 28.

¹⁴⁷ Catroga, Cit... *A Militância*..., p. 432.

E não se pense que devamos esmorecer por serem ultimamente menos concorridas as nossas oficinas, e pouco numeroso o povo maçónico. Em todas as épocas a história das instituições humanas nos aponta exemplos semelhantes. Essas épocas correspondem aos períodos de decadência¹⁴⁸.

Todo este idealismo maçónico renascido lhe leva a demarcar os conservadores e os mais radicais. Por isto, manteve-se o discurso de combate ao reacionarismo e o indiferentismo, levando a maçonaria à luta da garantia da pátria e da liberdade. A este respeito o maçom Fausto de Quadros se posicionou da seguinte forma:

Passou pela maçonaria como um meteoro, [se refere a António Augusto Aguiar] mas como os meteoros, deixou um rasto de luz (...). Esforçou-se por intelectualizar a maçonaria portuguesa; procurava transformá-la, de um alfobre de caixeiros, numa agremiação de pessoas ilustradas e cultas. De uma turba quiz fazer um escol¹⁴⁹.

Ou seja, como bom intelectual, preferiu as conjeturas aos modos operantes contra as iniciativas da ofensiva papal que esmagava e oprimia a questão social representada pela esquerda laica, o que levou ao final de sua gestão por ser, ‘certamente’, vista com alívio pelos seguimentos mais progressistas do Grande Oriente Lusitano Unido, pois representa uma desvantagem para os mais progressistas.

No Grão-mestrado seguinte, de José Elias Garcia (1888-1889) – líder do movimento republicano - teve-se destaque: o movimento do Ultimato, a luta anti-congreganista, perseguição dos irmãos que participaram do “movimento revolucionário” (...). Devido o período de efervescência e sua habilidade na condução destas questões, seus contributos à Ordem incorporou a figura de um verdadeiro símbolo, sobretudo para nova geração. Apesar de que, no plano político ideológico, pouco o velho maçom pode fazer, pois o Grande Oriente tinha uma composição bastante diversificada, com militantes de partidos monárquicos¹⁵⁰ e defensores da ritualística maçónica, em difícil convivência.

No que se refere ao Brasil, as tiragens do Boletim continuaram dando espaço ao que se passava na nação amiga. Os laços de reciprocidades foram visíveis, como a manutenção de representantes em cada Oriente. Some-se a isto o “rasgo” de elogios ao Estado brasileiro pelas conquistas que consolidou e sua imagem perante os demais povos pelo seu grau de civilidade e democracia¹⁵¹. Isto, lembremos, era circulado em Portugal, quando o movimento republicano marchava para se consolidar (1889). O facto é que, para além da profunda crise

¹⁴⁸ Aguiar, A. A. (1886, 2º trimestre). Discurso do Sapiientíssimo Grão Mestre [Proferido na sessão magna da sua posse a 6 de Maio de 1886]. *BOGOLU*, p. 70.

¹⁴⁹ AUC, Legado de Fausto de Quadros, Índice Onomatopóico, fls 30v.

¹⁵⁰ Catroga, Cit... *A Militânciacit...*, p. 437

¹⁵¹ (1889), 1º Trimestre, 19º ano, p. 16.

social e política que Portugal vivia, seu grande desafio foi enfrentar seus resultados constatados com o Ultimato. A participação de algumas lojas no Porto e poucos membros fez a Ordem sofrer muitas restrições e ataques por parte do governo e da Igreja. Como resposta, ou para dar uma satisfação aos seus opositores, esta adesão ao movimento revolucionário foi duramente condenado pelo Conselho da Ordem, por meio de um ato que declarava “suspensos de todos os seus direitos maçônicos os irmãos nele implicados, designadamente o ir.: Dr. Alves da Veiga, seu chefe civil”¹⁵². No entanto, apesar a repercussão, não houve uma republicanização e partidarização do Oriente. A Ordem continuava sua vocação filosófica, filantrópica e plural (religiosa e política), nos fins dos anos 80 e princípios dos anos 90. Com alinhamento quanto a questão religiosa¹⁵³.

A gestão do Visconde de Ouguela (1889-94), de saber teórico eclético¹⁵⁴, foi marcada por algumas questões pontuais que, embora não tenha partidarizado a o GOLU, levou ao aumento do debate político e estreitamento com os grupos considerados mais radicais. Entre seus principais problemas teve-se o de caráter político-social vivido durante o governo Hintze-Franco, o conflito com regalismo religioso e radicalização de setores da irmandade, fruto do rotativismo extrapartidário. Vale lembrar que neste período o Boletim passou quatro anos sem ser publicado¹⁵⁵.

Herdeiro de uma política profana conturbada, após o Ultimato, o seu comando foi marcado pelo afloramento dos problemas políticos que culminou no fortalecimento dos adeptos que eram favoráveis ao alinhamento do GOLU com as ideias republicanas, além de bem marcado no campo da política-social, pela sua participação no movimento dos comerciantes portugueses contra as medidas fiscais promulgadas pelo governo Hintze-Franco.

Na luta contra o ultramontanismo¹⁵⁶, a estratégia do clero era voltada para a hegemonização da sociedade civil, aglutinando seus principais movimentos sociais. Diante disso, o GOLU aproximou-se dos elementos provenientes dessa base social, a exemplo da Carbonária e Restauração. Ou seja, o medo do “deslocamento do regime monárquico para o autoritarismo e para o ultramontanismo”¹⁵⁷ levou o GOLU a deixar de lado a sua vocação predominantemente filantrópica e unir-se para propagar as ideias liberais, favorecendo, inclusive, a Ordem a voltar usar os nomes simbólicos por receio da repressão.

¹⁵² AVC, Legado de Fausto de Quadros, Índice Onomatópico, fls 31v-32v.

¹⁵³ (...) o alinhamento do Oriente na questão religiosa continuava a situar-se dentro dos parâmetros do antigo-clericalismo liberal, num momento em que alguns setores mais influenciados pelo radicalismo republicano e pelo cientismo alargavam já o âmbito da crítica anti-religiosa. Catroga, Cit...A Militância... p. 442.

¹⁵⁴ Id; Ibidem; p. 444.

¹⁵⁵ *BOGOLU* (1898). 2º ano, 5ª serie, p. 4.

¹⁵⁶ Id; Ibidem; p.446.

¹⁵⁷ Id; Ibidem; p 451.

Em relação ao grão-mestre Bernardino Machado (Littre, 1895-99) - natural do Rio de Janeiro - em busca de consolidar a maçonaria portuguesa, defendeu a federação de múltiplas lojas liberais no país. Esta postura levou a cisão de 1897 - resultando na formação do Grande Oriente de Portugal.

Procurando conciliar sua vertente positivista com liberal, buscou disseminar as tendências laicistas do Oriente como forma de se contrapor a ação da Igreja em penetrar no estrato social mais carente. Por este motivo, aproxima-se de outros pensamentos como socialismo, anarquismo e republicanismo, que atuavam noutra esfera da sociedade portuguesa¹⁵⁸. Quanto a isto Catroga afirma:

Reconhecia-se que a Ordem necessitava de alargar a sua base militante e de encetar um conjunto de reforma internas que lhe permitisse compartilhar a prática e o ideário maçónico com a evolução da modernidade¹⁵⁹; (...) superar a sua tradição secretista, de modo a poder assumir-se como uma associação legal formada pela federação de múltiplas associações liberais, em que as lojas se transformariam para atuarem como pequenos núcleos propulsores de educação cívica e de intervenção filantrópica¹⁶⁰.

Este idealismo ‘Bernardiano’ em captar as forças trabalhadoras sem arriscar as conquistas liberais, só foi possível diante da reforma da constituição que enquadrou o quarto estado, tirando deste a tendência racionária e revolucionária. Era o desafio imposto pelo “socialismo católico” de Leão XIII. Por fim, esta volubilidade do grão-mestrado levou a cisão do GOLU e formação de um novo Oriente¹⁶¹, e não um conflito entre republicanos e monarquistas – defendida como politicamente pluralista.

Concluiu sua governança na Ordem deixando como principal legado a reforma constitucional com certa evolução ideológica no seu texto: eliminação da obrigatoriedade da crença religiosa, facultada à discussão política e abandono do secretismo. O que significou uma dura derrota imposta aos conservadores pelo militantismo laico, provocando seu pedido de demissão¹⁶² do grão-mestrado.

Devido aos intensos trabalhos e empates político e ideológico que seu grão mestrado esteve envolvido, o Boletim continuou com suas tiragens obstaculizadas. Entretanto, nos poucos números que circularam, têm-se menção quanto sua importância¹⁶³ e a do Brasil para GOLU,

¹⁵⁸ Id; Ibidem; p 455.

¹⁵⁹ Id; Ibidem, p.457.

¹⁶⁰ Id; Ibidem, p 460.

¹⁶¹ Id; Ibidem; p 462.

¹⁶² Id; Ibidem; p. 466.

¹⁶³ *BOGOLU* (1897). Fascículo de Janeiro, p.13.

Não iremos tão longe pelo miandro das investigações; limitarmos-he-mos á maçonaria moderna: áquella que em todo o mundo tem influído e influe nas grandes transformações sociaes, como se ha visto em França e no Brasil¹⁶⁴.

Pelo trecho publicado, vê-se que o conteúdo do impresso estava comungando com as diretrizes que o GOLU tinha alcançado. De facto a sociedade portuguesa vivia diante de algumas conquistas para liberdade de consciência e de publicação¹⁶⁵.

Luís Augusto Ferreira de Castro (1900-1906), integrista, era o retorno da linha mais ritualística e filantrópica da Ordem. Governando de forma “autocrática”, implementou medidas retrogradadas como reforçar o caráter secretista da Ordem, suspende a publicação do Boletim Oficial, adiou a eleição do grão-mestre, etc., como forma de,

(...) bloquear a progressão dos sectores mais modernistas, ou melhor, dos elementos que pugnavam pela transformação da Ordem numa associação não discreta e empenhada na luta contra a opressão cultural, politica e social¹⁶⁶.

Seu neutralismo fez a instituição perder, ainda, seu perfil de debatimento dos problemas que envolvia a sociedade. Rivalizou com a Grande Loja simbólica de base francesa e travou as deliberações dos Congressos Internacionais do Livre-Pensamento que apelavam para a urgente modernização da maçonaria e a volta da questão social¹⁶⁷. A partir daí o clima de descontentamento levou Castro a entregar o cargo em 1906. Isso possibilitou a chegada ao comando do GOLU o grupo mais progressistas: republicanos, livre-pensamento, que faziam parte do novo Conselho que colocou à revolução laicista como linha oficial da maçonaria¹⁶⁸.

A investidura de Sebastião de Magalhães Lima (João Huss) como grão-mestre, ao som da Internacional 1907, era a chegada ao poder do GOLU do grupo mais próximo do movimento internacional laico.

Esta trajetória serviu-nos para percebermos a renovação do Grande Oriente quanto a aquisição de seus membros. Na medida que as mudanças em seu meio social foram se cristalizando, novas mentalidades passaram a ser alvo da instituição como forma de resinificar de seus quadros e, até mesmo, de sobrevivência. No entendimento deste preceito é que observa-se a chegada, ao comando do GOLU, das correntes que se coadunavam com o republicanismo, o que foi explicitado pelo seu membro Fausto de Quadros, como tendo iniciado,

¹⁶⁴ *BOGOLU* (1897). Fasciculo de Janeiro, p. 5.

¹⁶⁵ *BOGOLU* (1897). Fasciculo de Janeiro, p. 11.

¹⁶⁶ Id; Ibidem; p.468.

¹⁶⁷ Id; Ibidem; p.469.

¹⁶⁸ Id; Ibidem; p. 474.

(...) o período comercial e burgues da maçonaria portuguesa, período que se prolongou até 1906, quando irrompeu com entusiasmo e denodo da gente moça, mas com forte e nem sempre leal oposição dos velhos elementos conservadores, a tentativa republicana e socialista¹⁶⁹.

O que é reforçado por F. Catroga

(...) Olhando para o caminho percorrido desde as décadas anteriores, pode afirmar-se que as características sociais do recrutamento maçónico reflectem mas mutações ideológicas sofridas por certas camadas da pequena burguesia urbana, nomeadamente no período de crise que irá condicionar a emergência da revolução republicana¹⁷⁰.

Estas orientações, sinteticamente mencionadas anteriormente e reforçada nas citações, demonstram as dificuldades passadas pelo GOLU, fosse internamente, diante dos dissídios, ou externamente, diante do contexto político da monarquia e as perseguições por parte do Estado monárquico. Tais obstáculos, ao nosso entender, foram percebidos como momentos de “purificação” vivificados pela Ordem. Diante sobretudo do “flagelo” dos inúmeros dissídios ocasionados pelos seus membros (entre si). Sabemos, pois, que estes dissídios eram provocados sobretudo pelas correntes políticas ideológicas divergentes no interior da própria instituição. No entanto, as disputas refletiam à ambiência social vivida pelos portugueses, que de certa maneira davam mostra que buscavam concretizar o projeto apregoado pelo filosofismo. Este contexto acaba por refletir na seleção das matérias publicadas no impresso oficial maçónico – o Boletim do GOLU. É o que vê-se também diante das influências dos movimentos laicista e anticlericalismo citado a seguir.

Laicismo e anticlericalismo

Esta temática foi muito explorada pela maçonaria portuguesa no Boletim - os seus efeitos no Brasil também eram veiculados em suas páginas. Para que fossem consolidadas as “colunas” da maçonaria em Portugal, fez-se necessário que os membros do GOLU “travassem” um verdadeiro embate com a Igreja Católica. O enfrentamento ficou mais latente a partir do movimento anticlericalismo, quando muitos membros da Ordem foram de encontro com a ideologia liberal e do laicismo. Desta forma a Ordem se aproximou, uniu e apoiou

¹⁶⁹ “A natureza do Grande Oriente Lusitano” – escrevia o grão-mestre, conde de Paraty, em prancha de 27 de Agosto de 1863 – “ é principalmente comercial, dando a esta associação um caracter essencialmente distinto daquele que tem os orientes que se empregam exclusivamente na política”. Quadros, F. de. (AVC Legado de Fausto de Quadros. Índice Onomatopóico, fls. 19v- 20).

¹⁷⁰ Catroga, Cit... *A Militância* cit..., p .401.

muitos movimentos emancipacionistas promovidos por Associação dos Livres-Pensadores (1882), grupo do Círculo de Estudos Livres (1883) – que reunia intelectuais positivistas-, entre outras.

Estas entidades, juntamente com a maçonaria, passam a disseminar as ideias quanto à laicidade da sociedade - separação da Igreja do Estado. Para tanto se guarneciam não só nas teses materialistas e liberais, mas também nas fontes das teorias filosóficas defendidas pelos positivistas clássicos Comte e Littré. Tendo o aporte dessas ideologias, seus seguidores passavam a discutir temáticas voltadas para a compreensão de problemáticas que se chocavam com os interesses da Monárquica e da Igreja. De forma alargada, elas acabaram por atingir toda a sociedade, em particular, a escola e a família. Seu incentivo em prol de uma moral social e cívica - diferentemente do cunho conservador - fez emergir uma nova sociedade portuguesa.

O movimento dos livres-pensadores que havia-se propagado no continente europeu - em 1848 foi criado a primeira sociedade de livre- pensadores¹⁷¹ em Paris sob a II República – chega ao território português¹⁷², sob influência do pensamento modernista e como forma de resistência à ortodoxia do clericalismo, como afirma Catroga:

(...) Isto levou a herança de anticlericalismo liberal, de inspiração espiritualista e deísta com uma postura defensiva pois exigia o cumprimento de leis em vigor e a fidelidade à tradição regalista da monarquia portuguesa e ao anti-jesuitismo de matriz pombalina através de medidas tomadas por D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Pedro I, D. João III, D. Joao IV, D. Joao V e Pombal. Era invocado no plano teórico pensadores como António Pereira de Figueiredo, Seabra da Silva e Ribeiro dos Santos. Estes, chamavam a atenção para que fosse respeitada a legislação anti-congregacionista, a da revolução liberal e denunciava a entrada das ordens religiosas em Portugal¹⁷³.

O conflito anticlerical teve como campo de atuação críticas sobretudo ao modelo de ensino secundário aplicado nos educandários com forte influência religiosa. Pautado no confessionismo, que se contrapunha ao ensino laico defendido pela maçonaria para todas as instituições oficiais¹⁷⁴, este modelo passou a ser duramente perseguido. Esta postura devia-se

¹⁷¹ Laloutte, J. (1997). *La Libré pensée en France. 1848-1940* Albin Michel. Paris, p. 15.

¹⁷² Marques, A. H. O. (1988). *Ensaio de maçonaria*. Ed: Quetzal. Lisboa, pp.11- 12.

¹⁷³ Catroga, F. (2001). *O Livre- pensamento contra a Igreja*. Em: Revista de História das Idéias, v. 22. Instituto de História e Teoria das Ideias. Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 273.

¹⁷⁴ Sobre a fase inicial do movimento conhecido como livre pensamento, Benienimeli descreve: “O bispo de Ghent e Bruges escreve uma carta em 1856 dando ênfase aos “verdadeiros” interesses da Universidade e de seus fundadores maçons `dançar veneno´, erguer a bandeira do combate à religião e ser a emanação de uma sociedade secreta que se acobertava no mistério.” Ver: Benienimeli, J. A. F. (2001). *La masoneria*, Madrid, p. 84.

ao objetivo de implantar uma nova pedagogia no ensino onde fosse superada, resguardado no livre pensamento¹⁷⁵ e no agnosticismo, a intolerância e os preconceitos da Igreja.

Dentro das exigências de uma sociedade moderna, esta iniciativa chegou a Portugal. Com ela o incentivo à educação popular passou a ser buscado por meio de campanhas em favor de escolas gratuitas, obrigatórias e laicas, cujas mudanças principais na estrutura do ensino foram: elevada qualidade pedagógica e científica, vanguardismo nos métodos utilizados e nas matérias ministradas, permanente laicismo¹⁷⁶, eliminação da influência do pensamento católica, considerada como supersticioso e fanático, o que contou com a participação de membros da maçonaria com tendência positivista e liberalista.

Foram estas ideias que estimularam a atuação dos membros maçônicos nessas associações. De facto todas as questões que dizem respeito a boa vivência da sociedade sempre foram de livre discussão nas suas reuniões. Não havendo, portanto, neutralidade e tomadas de posições que desvinculassem os seus membros da sociedade que fazem parte. Por esta razão, como nos demais países em que esteve instalada, podemos perceber a atuação da maçonaria na sociedade portuguesa por intermédio das atividades de seus associados pertencentes também a outras instituições, tais como clubes, grêmios recreativos e literários, jornais, entre outras.

Como bem destacou o historiador Marques, é próprio do ideário maçônico estimular a livre participação independentemente que esteja associada a sua vida interna,

(...) Não interessa à maçonaria que, nestas instituições, todos os membros lhe pertençam. Pelo contrário, prefere que alguns ou muitos lhe sejam alheios, para que a relação com o mundo profano se mostre tão grande quanto possível. Basta-lhe assegurar que o espírito de tais instituições se mantenha maçônico e que, se possível, a orientação geral ou, pelo menos, um certo controle, estejam nas mãos de maçons¹⁷⁷.

Foi desta maneira que instituições valiosas desempenharam em Portugal atividades nos mais variados campos: social, beneficência, educativa, política, etc. Tendo como principal

¹⁷⁵ Ainda sobre o livre pensamento Benienimeli continua a acrescentar: “Na França essa luta em favor do laicismo recrudesciu em 1877 através do Grande Oriente de França quando este decretou os princípios da liberdade de consciência onde na prática separa dois domínios da vida social: um que releva da vida privada e da consciência individual absolutamente livres, outro que releva do espaço público que se abstém de qualquer escolha metafísica e não reconhece qualquer culto”. Ibidem p.84.

¹⁷⁶ Sobre a participação da maçonaria nas instituições da educação, Marques destaca: “Entre as instituições de fomento a educação e ao conhecimento fundadas em Portugal sob a influência dessa nova pedagogia tivemos: escolas como a Escola Oficina n 1 e as Escolas Livres e que foram preconizadas pelo maçom Bernardino Machado. Revelem-se ainda, o Grémio Popular (1857) a Sociedade de Instrução “A Voz do Operário” (1883), a Escola Industrial Marquês de Pombal (1884), a Academia de Estudos Livres (1889), a Liga Nacional de Instrução (1907), a Associação do Culto da Árvore (1916), a Liga de Acção Educativa (1926)”. Ver: Marques, A. H. O. (1988). *Ensaio de Maçonaria*. Ed, Quetzal, Lisboa, p.13.

¹⁷⁷ Marques, Cit... *Ensaio de Maçonaria*... p.11.

combate à ignorância. Exemplo disto foi a grande luta em Portugal, via Academia das Ciências de Lisboa¹⁷⁸, para combater o analfabetismo.

Voltando à questão religiosa nos séculos XIX e XX, a Maçonaria juntamente com as associações de livre-pensamento - tidas pelos estudiosos¹⁷⁹ da Maçonaria como entidades mais radicais da luta pela laicização da sociedade-, dominaram as discussões da intelectualidade do país, incentivando a luta contra o jesuitismo, ultramontanismo e o congregacionismo, atendendo, portanto, aos valores da Modernidade em prol da liberdade política e do credo. Esta atitude racionalista em favor de uma nova visão das sociedades acompanhou a maçonaria especulativa, nomeadamente GOLU, em sua propagação nas regiões do país. Já que considerava-se que a razão, segundo a concepção de Rousseau, “fazia sair (o homem) do estado natural da sua inocência” ou afirmava que “o homem é bom por natureza” e era a sociedade a responsável pelo desenvolvimento da sua liberdade. Para ele “o Estado baseia-se na violência” e se sustenta à custa da submissão dos súditos, algo que chamou de contrato social. Isto destruía o equilíbrio entre os seres humanos¹⁸⁰.

Sabe-se que a maçonaria portuguesa, por ter defendido a propagação destes novos pensamentos, enfrentou forte oposição da Igreja e da Monarquia durante o início do século XIX. Este enfrentamento deu-se por meio da restauração e até de um endurecimento do catolicismo autoritário, quase medieval. Motivado na adoção da política do chamado ultramontanismo¹⁸¹, que criou força nos pontificados do papa Pio IX (1846-1878) e de seu sucessor Leão XIII (1878-1903). Nela intensificaram-se as ações da Igreja Católica no combate a expansão do liberalismo, do racionalismo e de seus impactos nos campos religioso, filosófico e político. Era a resposta que o Clero dava na busca de manter na submissão dos poderes temporais da autoridade papal as novas ideias do mundo moderno, representado no

¹⁷⁸ Id; Ibidem; p.12.

¹⁷⁹ Catroga, F. (2001). O Livre- pensamento contra a Igreja. Em: *Revista de História das Idéias*, v. 22. Instituto de História e Teoria das Ideias. Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 255.

¹⁸⁰ Octacílio Sob., S. cit... Uma Luz..., p. 33.

¹⁸¹ Sobre a reação da igreja ao movimento liberalista Colussi menciona: “ O termo advém precisamente da circunstância do papa residir além das montanhas (em relação à França). O ultramontanismo antepõe-se ao galicanismo. (...) O ultramontanismo prega a subordinação do rei ao papa e a negação da independência da Igreja Francesa. No século XVIII, o ultramontanismo gozou de certa influência e aceitação entre a nobreza e o clero da França, defendido pela monarquia que, necessitando do apoio de Roma, admitiu a presença de elementos ultramontanos na administração. As tendências separatistas do galicanismo acentuaram-se com a Revolução Francesa (...). Em 1870, quando o concílio Vaticano I proclamou a infalibilidade papal, o ultramontanismo saiu fortalecido e definitivamente consolidado com a separação entre o Estado francês e a Igreja a partir do século XX”. Ver: Colussi, E. L. (1998, Junho). *Plantando Ramos de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. PUCRS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, p. 30.

pensamento anticlerical que reunia um amplo leque de pensadores, incluindo liberais, maçons, nacionalistas, positivistas, anarquistas e socialistas.

Merece destaque à análise realizada por Catroga entre o laicismo e a questão religiosa quando o historiador dá importante destaque ao alinhamento e participação das correntes socialistas em prol da formação de um Estado laico. De fato, vemos que o contributo socialista foi determinante, pois permitiu a mobilização das camadas sociais economicamente menos favorecidas. Haja vista elas estarem na altura mais vulneráveis; as ilibações vindas dos mosteiros. Além disto podemos dizer que, se de forma contundente o laicismo foi vivido pelos intelectuais (liberalismo monárquico mais progressista ou do republicanismo), seu sentido prático coube também ao envolvimento dos operários. De forma direta, podemos dizer que a agitação das ideias laicisantes foi fruto da mobilização desse estrato social pelos socialistas portugueses,

(...) se, como queriam os republicanos, a questão religiosa era inseparável da questão do regime, era-o igualmente — como afirmávamos socialistas, anarquistas e republicanos radicais — da questão social¹⁸².

De facto, as diretrizes doutrinárias do papado de Leão XIII, conservadora e legalista, tratavam as questões sociais e políticas de forma opressora. Em resposta, na época, os seus opositores passaram a contestar de forma diáfana e polémica as principais facetas envolvendo os dogmas da igreja como: antijesuitismo, casamento civil, confissão, celibato eclesiástico etc. Era a forma encontrada para desmistificar o regulamento sacral da Igreja e separar o povo dos apelos da religiosidade. Ou seja, incutindo por meio de novos condicionantes sociais e culturais a dessacralização dos valores temporais.

Por comungar com esse projeto, a violência se abateu sobre a Maçonaria por parte da Igreja ou da política. Esta teve como prática, no campo explícito, confissões feitas pela inquisição e, de forma velada, o uso da propaganda enganosa e injuriosas. Estas últimas, por vezes usavam publicações comerciais para acusar a Ordem, e seus membros, de ateus e satânicos. Apesar de, na verdade, os fundamentos e projetos da irmandade serem regidos por valores espirituais e morais que compõem o sagrado, sem dogmas, e busca em prol da Fraternidade dos Homens, valores apregoados pelo cristianismo.

Entretanto, os embates e as perseguições por parte da igreja à Maçonaria vão continuar. Resultando em tensões e rivalidades entre as duas entidades cujos valores e interesses opostos, pelo projeto ultramontanismo e liberalismo laicista, colocava a prova o

¹⁸² Catroga. Cit... O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911), p. 216.

humanismo moderno. Estas tensões faziam do ambiente das sociedades secretas espaço favorável às discussões sobre esses respectivos temas. Foi desta forma que muitos grupos de intelectuais europeus conseguiam debater e aprofundar os seus pensamentos e práticas sobre as novas ideias da Filosofia humanística, como forma de libertar a humanidade do jugo teológico. A exemplo de portugueses ilustres como Teófilo Braga, Teixeira Bastos e Xavier da Silva, entre outros.

Nos primeiros anos do século XX, a questão religiosa desperta outro componente em Portugal. É que foi crescendo, entre os portugueses, sobretudo os moderados, a noção de apertuguesar a religião com a laicização da sociedade, como descreve Catroga no seguinte trecho:

Liberte-se o Estado da Igreja, e liberte-se a igreja portuguesa da cúria romana. Decretada a separação, organize-se o clero nacional, a igreja nacional em bases democráticas, como convém numa democracia, elegendo os seus párocos e os seus bispos¹⁸³.

Este pensamento fortaleceu o projeto de descristianização da sociedade portuguesa. Prova disto é que nas vésperas da chegada da república portuguesa (1909), a população lisboeta vivenciou a maior manifestação anticlerical de Portugal. Nela estavam todos os estratos sociais e suas principais entidades representativas em favor do liberalismo: Junta Liberal, Grande Oriente Lusitano Unido, Associação Promotora do Registo Civil, associações populares, Associação dos Lojistas e de grupos republicanos e socialistas. Na ocasião foi entregue um conjunto de reivindicações defendidas pelo programa laicismo português ao Parlamento. Como continua a referir Catroga,

Depois de cerca de quatro décadas de doutrinação, o movimento anticlerical encontrava, de facto, uma base de apoio que, pela sua origem social, concentração geográfica privilegiada (Lisboa) e conexão com movimentos de contestação política e social de cariz revolucionário, lhe dava uma força que a Igreja e a Monarquia tinham de levar em conta¹⁸⁴ (...). Prenunciando estas medidas, pode dizer-se que a campanha descristianizadora teve na jornada de 2 de Agosto de 1909 um momento apoteótico, só explicável pela crescente miscigenação da *questão religiosa* com a crise política e social que levará à queda da Monarquia¹⁸⁵.

Contando com o apoio político da maioria dos membros da maçonaria e dos diversos seguimentos sociais, o movimento entrega suas principais reivindicações, que consistia, entre outras, em: instituição do registo civil obrigatório; promulgação da Lei do Divórcio;

¹⁸³ Idem p. 234, apud. Correia, V. (1910, 28 de Dezembro). A Separação da Igreja do Estado, em *A Democracia*, I ano, Nº 42, p. 1, col. 2.

¹⁸⁴ Catroga, Cit. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911), p. 237.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 238.

revogação do Decreto de 24 de Dezembro de 1901 (sobre a reforma da Universidade) e da Lei de 21 de Julho de 1899 (sobre o clero romano); cumprimento integral das leis do marquês de Pombal; secularização dos cemitérios; etc.

A revolução ganhava força, a Monarquia demonstrava acéfala aos últimos acontecimentos e a igreja caía sem reação. Como prova disto o governo provisório da República aceitava acatar as principais solicitações do movimento, sobretudo, as que mais agitavam as discussões anticlericalismo, como o Decreto de 11 de Outubro de 1910, que expulsava os Jesuítas.

Assim, a Maçonaria em Portugal, como em outros países europeus, aproximou-se das demais sociedades para - pautada nos princípios da filosofia liberais, ocupado pelas ideias de secularização, de igualdade jurídica, de formas democráticas de poder – constituir a base para a implantação da República Portuguesa. Contribuiu, portanto, para diminuir as fronteiras e aproximar as distâncias, apregoando a libertação da sociedade. Sob os pilares da busca pela conquista de um mundo novo, com dimensões evolucionistas que perpassava pelo interior ou espiritualizava-se, materializada nas luzes expandidas que acarretariam a suposta libertação da sociedade.

Desta forma, a Maçonaria portuguesa contribuiu para projetar sua tradição com um olhar preciso para o futuro. A história da maçonaria foi marcada por “luzes e trevas”, ora cortejada, ora perseguida, tantas vezes condenada ao silêncio e à clandestinidade, resistindo às perseguições e embates. Prova disto foram as comunicações entre os dois Orientes, registrada pelos Boletins, em um momento, por exemplo, em que embora existisse as manifestações liberais, o regime político português era monarquista e os membros da maçonaria apoiavam o republicanismo brasileiro, como demonstram o Boletim do GOLU ao exaltar a República do Brasil, como veremos mais adiante¹⁸⁶.

2.3 – Alguns pontos de aproximação e distanciamento entre a presença maçónica em Portugal e no Brasil

Nos dois tópicos anteriores vimos o cenário enfrentado pela Ordem em busca de sua emancipação e afirmação tanto em Portugal como no Brasil. No decorrer do presente texto objetivamos apresentar, de forma breve, a relação estabelecida entre os dois cenários deste estudo; de maneira a poder perceber os pontos de atração e repulsa quando a maçonaria vivenciou os desafios em defesa do seu ideário.

¹⁸⁶ Retomaremos este assunto mais adiante, no capítulo 3, item 3.3 – Miscelânea das notícias vinculadas no Boletim, pp.127-150.

Costumeiramente o entendimento que se tem sobre a história das duas nações é fruto das interpretações da historiográfica tradicional que reforçam o consenso do nascimento do Brasil Estado como “desdobramento do nascimento do liberalismo político em Portugal”¹⁸⁷. A eclosão da Revolução Liberal do Porto, de 1820, teria sido o principal acontecimento que robusteceu todas as contendas, conflitos e tensões que havia entre as duas nações. No entanto, buscando fazer um alargamento sobre tema, consideramos esta premissa como o impulso que projetou e direcionou os destinos maçónicos nessas nações a partir de então. Esta análise serve, ainda, como possibilidade de detectar e rastrear a aproximação mantida entre os dois povos separados pelo Atlântico, mas unidos pelo ideal universal da maçonaria. Por esta razão, trataremos de ver como pôde o filosofismo peninsular e europeizado, que conseguiu distanciar de forma política e administrativa a antiga América portuguesa da ex-metrópole, possibilitar a troca de ideias entre parte dos seus concidadãos por meio do maçonismo. De tal forma que há momentos em que a história das suas potências, do ponto de vista ideológico, chegam a se confundir.

Aproximação e divergências na irmandade dos pedreiros livres

No que refere-se a aproximação maçónica entre Brasil e Portugal, elegemos alguns acontecimentos que levaram a compreensão dos caminhos sinuosos. Tais episódios percorreram a instituição nos dois lados do Atlântico, demonstrando: as influências dos Orientes estrangeiros na formação da Ordem, absolutismo e o conflito religioso preconizado pelo laicismo; e o contexto no qual ocorreu o diálogo entre o GOLU e GOB, demonstrados no Boletim oficial das duas potências.

O primeiro ponto de aproximação entre os dois países “hermanos” que destacamos trata-se das influências iniciais que a irmandade sofreu diante da relação estabelecida com a Maçonaria clássica europeia. No caso português esta influência foi direta, uma vez que Portugal está inserido no mesmo continente. Desta forma, os principais países que preponderaram na formação do campo maçónico lusitano foram a Inglaterra e a França. No caso brasileiro esta influência se deu de maneira indireta. Ou seja, a constituição da maçonaria brasileira em torno dos ideais emancipacionistas fora fundamentada não só em berço europeu, intermediada pelo GOLU, mas também influenciada por outros países europeus. Neste

¹⁸⁷ Pimenta, J. P. G. (2008). *A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica*. Revista Digital de História Ibero-americana. Departamento de História, Universidade de São Paulo, DOI: 10.3232/RHI.2008.V1.N1.04, p. 3.

sentido, as revoluções liberais¹⁸⁸ a exemplo da independência dos Estados Unidos da América (1776), e os outros vivificados na América espanhola (1810), foram episódios que influenciaram a formação do campo maçónico em terra tupiniquim.

O segundo aspecto que destacamos refere-se a relação que a Ordem manteve com o Absolutismo. Muitas personalidades da nobreza fizeram parte ou contribuíram de forma decisiva com a irmandade dos pedreiros livres no Brasil e em Portugal: D. Pedro I¹⁸⁹ e o Marquês de Pombal, são dois exemplos. Não só pelo facto do primeiro ter sido, para além de imperador da antiga colónia, ter ocupado o cargo de primeiro grão-mestre da Maçonaria brasileira, sendo posteriormente também rei de Portugal. Quanto ao segundo, o nobre Sebastião José de Carvalho e Melo, embora não tenha iniciado na irmandade, como sabemos, contribui, mesmo que indiretamente, para a estabilidade da instituição dos pedreiros livres quando fora primeiro ministro de D. José I (1750 – 1777).

Neste sentido, percebemos que estas duas personagens ilustres são emblemáticas para a Ordem, seja por sua ligação e interferência ou mesmo pela propagação que o maçonismo teve durante suas gestões. No decorrer das diretrizes do Marques de Pombal à frente do governo monárquico, por exemplo, foram implantadas uma série de medidas na educação, na política e na administração. Estas ações conseguiram ressuscitar a metrópole portuguesa diante de outras potências europeias e garantir o domínio da América portuguesa. No que se refere a maçonaria, destacamos o aspecto da ilustração, que como sabemos, foi introduzida por ele. Embora tardiamente e com um viés conservador oposto ao francês, esta ilustração no solo português possibilitou a formação de uma nova mentalidade por meio da reforma educacional presente na Universidade de Coimbra¹⁹⁰. Convém lembrar que tal universidade aglutinava, na altura, muitos estudantes brasileiros, grande parte maçons, oriundos de classes abastadas e que, ao regressarem no final do século XVIII, tomaram as primeiras iniciativas para emancipação da Colónia Portuguesa.

Ainda sobre as atuações de Pombal, destacamos outra ressonância que repercutiu em Portugal e no Brasil: trata-se da perseguição ao jesuitismo e a flexibilização de seu governo. Estas iniciativas facilitaram o funcionamento da instituição devido a ausência de perseguição.

¹⁸⁸ Moretti, F. (2008). *Maçonaria nas Américas*, Ed. Escala. Curitiba, p. 53.

¹⁸⁹ Sobre D. Pedro I e D. Pedro II ver: GOLU 4º nº, 2º Serie 1872, p. 135

¹⁹⁰ Durante o reinado de D. José a Universidade de Coimbra passou por uma importante reforma nos seus estatutos (1772), sob orientação do Marquês de Pombal - Estatutos Pombalinos, que marcam o início da Reforma. Por esta reforma pesquisas no campo das ciências da natureza e do rigor, vão ganhar espaço na instituição. Sobre a reforma educacional pombalina ver: Carvalho, R. (1986) - *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Fundação Calouste Gulbenkian, N° Lisboa. e ainda: Hespanha, A. M. (coord.). (1993). *História de Portugal: Antigo Regime*. v. IV. Editorial Estampa, Lisboa.

Por este motivo a maçonaria, durante este período, teve um maior crescimento tanto no número de membros iniciados como de lojas fundadas.

O terceiro e último aspecto de aproximação entre a maçonaria portuguesa e brasileira refere-se à questão religiosa iniciada por ocasião da “viradeira”, com D. Maria I, após a administração de Pombal. A partir de então, 1777, as perseguições retornaram com mais força e muitos dos membros foram perseguidos e torturados pela Polícia do Reino¹⁹¹ em nome do Estado Luso e a “santa” Inquisição, atendendo aos ditames da “fé” católica, segundo as orientações das bulas papais.

Do contemplar da fé ao enxergar da razão: ressonâncias entre Portugal e Brasil

Embora a perseguição aos maçons fosse comum dos dois lados do Atlântico, caracterizando mais um ponto de aproximação no que se refere ao ato da punição, percebemos um aspecto que diferenciava-se: no Brasil não houve tribunal do Santo Ofício¹⁹² e, nos casos de perseguição, os caçados eram encaminhados para Portugal onde deviam ser julgados, sendo condenados ou absolvidos. No entanto, consta nos registros da polícia nomes¹⁹³ de vários brasileiros que não eram encaminhados a Portugal com este objetivo, mas ao irem estudar ou negociar em território luso, quando descobertos serem maçons, eram logo julgados e condenados, sendo muitas vezes até executados. Pode-se afirmar inclusive que, por este motivo – perseguição com julgamento e condenação - o avanço da irmandade em Portugal foi bem mais contido que no Brasil. Pois à distância geográfica deu maior espaço para os maçons, mesmo na clandestinidade prosperarem.

Devemos estar atento para o facto de que o cerne da problemática anteriormente exposta, ou seja, o conflito religioso, dava-se em função da participação dos maçons na implantação do Estado laico, fosse em Portugal ou no Brasil. Nos dois casos a participação da maçonaria, por meio de seus membros, se deu de forma efetiva com irmãos chegando a assumir os principais cargos públicos, nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). No Brasil, por exemplo¹⁹⁴: Marechal Deodoro da Fonseca (primeiro presidente), Rui Barbosa (Jurista e Ministro da Fazenda, responsável pelo famoso plano do encilhamento), Hermes da Fonseca (primeiro presidente civil, representante da oligarquia paulista), Campos Sales

¹⁹¹ O intendente foi Pina Manique, que perseguiu principalmente a maçonaria.

¹⁹² Sobre a ausência do tribunal do santo ofício no Brasil, ver: Mott, L. (2010). *Bahia: Inquisição & Sociedade*. EDUFBA. Salvador, p. 46.

¹⁹³ Dias, G. e Silva, J. S. da, Cit... *Os Primórdios...* p.262.

¹⁹⁴ Castellane, J. (1991). Os Maçons que Fizeram a História do Brasil. *Gazeta Maçonica*. São Paulo, p. 48.

(Presidente) entre outros¹⁹⁵. E em Portugal¹⁹⁶: Bernardino Luís Machado Guimarães, Eduardo de Abreu (Deputado), Heliodoro Salgado, José Elias Garcia. Estes, foram considerados intelectuais do movimento republicano, diante do grande contributo que deram na elaboração da carta magna das duas nações. Entretanto, no que se refere a efetivação do Estado laicista, observamos um diferencial: enquanto no Brasil, este foi posto em prática de forma efetiva a partir de 1889 com a Proclamação da República e a separação entre o Estado e a Igreja. Já em Portugal, só se concretizou com a efetivação da República em 1910.

Mas com relação a implantação da República observamos o facto que, embora dos dois lados do Atlântico tiveram as mesmas influências ideológicas, nomeadamente: liberalismo, filosofismo, positivismo e laicismo; como já mencionado anteriormente, cabe aqui uma pergunta: por que Portugal, diferentemente da ex-colônia portuguesa, só teve sua república implantada onze anos depois do Brasil? Levantamos algumas hipóteses: a primeira delas deve-se ao facto da demasiada presença da Monarquia que conseguiu protelar por meio de várias concessões políticas e administrativas se manter no poder; a segunda diz respeito à interferência da Igreja nas ações do Estado, como forma de assegurar seus privilégios e manter seus fiéis sob o seu “cetro”. Somatizada a estas hipóteses, fundamenta-se a terceira, que pode estar associada ao atraso de Portugal em adequar-se a um novo modelo da sociedade capitalista. Outros países, no século XIX - não só europeus, mas também os Estados Unidos da América- há bastante tempo tinham consolidado o industrialismo. No que se refere ao Brasil, a concretude do republicanismo aconteceu em função de algumas características: no plano interno pressões das oligarquias e dos militares, enquanto no plano externo do ponto de vista político viu-se as revoluções liberais, já citadas; no plano económico a influência dos países industrializados e desenvolvidos, que viam no Brasil um potencial de mercado¹⁹⁷.

A maçonaria absorveu estas nuances em cada locos social e se inseriu em seu meio procurando contribuir para sua adequação. Sobretudo por tratar-se de uma instituição cujos seus membros, na maioria pertencentes a aristocracia social e do meio intelectual, ao possuir uma forte interferência no mundo da política profana de Portugal e Brasil. Por esta razão,

¹⁹⁵ Alguns destes chefes de Estado foram mencionados nos boletins e nos jornais diários de influência maçónica, sobretudo em relação a receptividade que a Ordem portuguesa dispensou em visitas deles ao solo luso, como também o registro de informações que enaltecia a República brasileira e, portanto, aos chefes políticos desta nação. Sobre os Ecos ressoados pelo GOB ao GOLU, nomeadamente as visitas de personalidades ilustres, e exaltação da república, ver no capítulo 3, pp. 91-150.

¹⁹⁶ Catroga, F. (2010). *O republicanismo em Portugal*. 3º ed., Casa das letras. Alfragide, p.85.

¹⁹⁷ Sobre este tema, estudos podem ser realizados a partir destas hipóteses aqui sugeridas. Objetivamos trazer esta discussão, com o propósito de promover uma comparação dos aspetos históricos que influenciaram as duas nações em busca do republicanismo. Uma vez que os maçons, atuaram no plano teórico, diante da ideologia e filosofia seguida, como também no plano prático, ocupando as funções públicas.

tendo por princípio e prática a democracia herdada em sua lojas, os “pedreiros livres” quebraram o centralismo das suas Potências e suplantaram o monarquismo. Cada um a seu tempo e a sua maneira

Desta forma, verificamos que houve um certo distanciamento quanto a execução do projeto laicista nas duas nações. Este facto é o resultado, sobretudo, da entrada em vigor dos interesses e da realidade de cada país. Mesmo que os irmãos portugueses, como os brasileiros, não vissem na dinástica a resposta para seus anseios. Sinteticamente, podemos responder a esse afastamento analisando a seguinte relação dialética aplicada à Ordem: particular = universal¹⁹⁸. Este binômio se consolidou em função do ideário maçónico cujo apelo ao universal, na sua particularidade, termina por valorizar a realidade de cada nação. Por isso, em que pese os conflitos, as tensões e os distanciamentos entre Portugal e Brasil, percebemos que estes dois universos maçónicos estão aproximados. Conforme anuncia Morel:

Nessa dicotomia nacional/universal havia ambiguidades: as independências que entrelaçavam-se às maçonarias tinham necessidade de buscar sua legitimação simbólica em uma loja já estabelecida. E foram, sobretudo, os Grandes Orientes europeus que desempenharam tal papel de matriz. O universalismo se constituiu como eurocentrismo, pela exemplaridade dos rituais como modelo da civilização perfeita. Através das maçonarias confunde-se a aspiração de Perfeição Universal com o processo civilizatório europeu. Paradoxo curioso para aqueles que, nas Américas, pretendiam liberar-se das chamadas trevas do Velho Mundo e que acabavam, às vezes, presos nessa armadilha que vinha embutida com as Luzes. Como exemplos documentais dessa busca de legitimação europeia podemos citar os processos de reconhecimento do Supremo Conselho do Brasil (1845) e da loja Bouclier d'Honneur (1823) pelo Grand Orient de France¹⁹⁹.

Neste sentido, a aproximação entre os dois universos maçónicos em estudo se estabelece levando em consideração estes polos: nacional e universal. Quanto ao primeiro, tanto na antiga colónia portuguesa como na ex-metrópole, se constitui um verdadeiro apelo a aproximação dos seus membros, pois verificou-se o fortalecimento dos princípios de

¹⁹⁸ “A referência às maçonarias, no plural, tem um sentido preciso: não havia um centro possante, homogêneo e unificado, e sim sobretudo uma concepção de organização que se espalhou por diversos países. As maçonarias representaram, em diferentes casos de passagem de um antigo a um novo regime, uma das mais expressivas formas (mas não a única) de organização política. Pode-se afirmar que tais associações tiveram um desempenho significativo no momento histórico correspondente aos primeiros esboços de modernidade política, seja no caso de independências nacionais americanas ou na crise dos absolutismos europeus”. Morel, M. (2001). Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Em: *Estudos Históricos*, nº 28, Rio de Janeiro, p.5. APUD., Vovelle, M. (1985). *Présentation*, em Gourdot, P. (org.). (1984, Abril). *Franç-Maçonnrie et Lumières au seuil de la Révolution Française.. Actes du Colloque sous les auspices du Grand Orient de France.* , p. 11-19. Acedido em 28 de Abril de 2011, em: « <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2147/1286>».

¹⁹⁹ Morel, M. (2001). Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Em: *Estudos Históricos*, nº 28, Rio de Janeiro, p.7. Acedido em 28 de Abril de 2011, em: « <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2147/1286>».

fraternidade, liberdade e igualdade, que nos bastidores das suas oficinas era comungada com igual valor. Já o segundo, do ponto de vista exógeno, era marcado pelos seguintes aspetos: sentimentos de aversão ao que vem de fora, em particular o anti-lusitano; divergências entre as Potências maçónicas e, por último, os inúmeros dissídios resultantes das eleições. Desta maneira, afirmamos que o ideário maçónico aproximava os irmãos separados pelo Atlântico. Embora as novas ideias civilizatórias, impostas por um moderno padrão social global fortalecido pelo capitalismo, se chocassem com as antigas tradições e modelos cristalizados (monarquismos, conservadorismo) presentes em grupos na Ordem.

Portanto, é levando em consideração a realidade das transformações política, económica e social de cada país, que a maçonaria se define. Como mencionamos no princípio deste texto, o processo que levou ao Estado Moderno aguçou as tensões entre as suas potências maçónicas. Sobretudo durante o movimento liberalista de 1820 do Porto, que contou com a participação expressiva da maçonaria por intermédio do Grande Oriente Lusitano. De facto, este episódio intensificou os conflitos de interesses entre os maçons “brasileiros” e os “lusos”. Ao mesmo tempo que o primeiro alimentava um sentimento anticolonialista, o segundo, por meio do movimento liberalista, defendia – paradoxalmente - o seu retorno. A insatisfação por este episódio teve como resposta a fundação do Grande Oriente do Brasil em 1822. E acelerou o processo no reino, com apoio de parte dos maçons, da aplicação dos projetos liberalistas. É o que esclarece a citação a seguir:

A efetiva aplicação de alguns pressupostos do ideário iluminista em terras brasileiras se deu a partir da instalação/ação das Cortes em Lisboa, com a revolução portuguesa iniciada em 24 de agosto de 1820²⁰⁰.

Esta tentativa de retorno ao colonialismo pela revolução do Porto, na antiga sede da monarquia portuguesa, trouxe por um lado - para o espírito daqueles que há muito desejavam reformas na estrutura político-social no Reino do Brasil - a possibilidade de efetivar essas mudanças. Por outro lado, viu-se o sentimento de “terror” entre aqueles que não desejavam alterações na estrutura política e social na América portuguesa. Logo a revolução do Porto

(...) é vista aqui como sendo o acontecimento político que levou a classe dominante brasileira a discutir/definir, efetivamente, um projeto que norteasse os rumos do Brasil²⁰¹.

Em que pese as tensões projetadas com a eclosão deste acontecimento, a maçonaria, em Portugal e no Brasil, passou a intensificar os contatos a nível de correspondência,

²⁰⁰ Vieira, M. E. (2001). *O envolvimento da maçonaria fluminense no processo de emancipação do reino do Brasil (1820-1822)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRS. Porto Alegre, p 55.

²⁰¹ Idem, p.10.

cooperação e reciprocidade. Isto é constatado nas páginas do Boletim Oficial no qual, entre temáticas variadas, encontra-se o registro das visitas e trocas de correspondências entre o GOLU e o GOB. No entanto, verificamos que as Potências dialogaram no sentido de consolidar uma maçonaria brasileira com perfil nacional. O que já havia acontecido em Portugal com o GOL, em 1802. No caso do Brasil, mesmo com os dissídios, isto não só prosperou como também, após o sucesso na participação do movimento republicano, a Ordem, no Brasil, conseguiu, em que pese seu ecletismo ideológico, construir o federalismo.

Mas quais eram as temáticas evidenciadas nesta forma de correspondência? De que maneira percebe-se estes laços de reciprocidade? Qual era a reação do GOLU ao receber as notícias publicadas pelo GOB? Era de apoio, ou de repulsa? Estas e outras questões serão melhor discutidas no próximo capítulo.

Capítulo 3- Ecos e incidências brasileiras na maçonaria portuguesa (1869-1909)

Após percebermos a ambiência político ideológica em que vivia o GOLU durante a produção do Boletim, fizemos o levantamento de todas as notícias que foram veiculadas neste impresso²⁰², interlocutadas pelo GOB e rececionadas pelo GOLU. Distribuímos-as em três grupos, no primeiro tratamos das notícias que vincularam às visitas de personalidades ilustres da política brasileira realizadas em Portugal; no segundo identificamos aquelas que contemplam a ajuda mútua entre os irmãos, fossem para viagens, divulgação de falecimento de membros com ou sem homenagens, abono de dívidas, donativos, entre outras; e no terceiro discorremos sobre uma micelânia de notícias que registram episódios vivenciados no Brasil e que foram refletidos direta ou indiretamente em Portugal, a exemplo da emancipação dos servos, Guerra do Paraguai, cisão da Ordem, e movimentos em favor da república

3.1 – Visitas de personalidades ilustres da política brasileira em solo luso:

As mensagens no Boletim que registravam as visitas de personalidades ilustres vindas do Brasil para Portugal, a exemplo da passagem de Dom Pedro II (Dom Pedro V em terra portuguesa) em 1871, eram comuns:

No dia 20 desembarcou em Portugal o imperador do Brasil. O nosso sapientíssimo grão mestre, constando-lhe que aquelle alto e distincto personagem era maçom, dirigiu-lhe em nome da maçonaria portugueza um oferecimento dos pequenos serviços que este corpo lhe podesse prestar, interpretando assim os sentimentos dos nossos irmãos do Brasil a respeito do primeiro cidadão do Império do Cruzeiro. O agosto viajante dignou-se acolher benevolmente este sincero oferecimento²⁰³.

Esta reverência ao ilustre visitante comungava com o perfil da liderança que estava a frente do GOLU: o conde de Paraty. Como mencionamos em capítulo anterior, embora fosse um liberal, ele se alinhava com o regime imperialista português. Por esta razão, mesmo não fosse comum os elogios à realeza na Europa, em Portugal, devido a forte influência dos monarquistas na instituição, a maçonaria ainda fazia esta exceção acontecer. Acreditamos que

²⁰² Nos períodos em que o Boletim do GOLU esteve com a publicação suspensa, levantamos as notícias veiculadas nos jornais portugueses, diários com tendência republicana e dirigido por membros da Ordem, nomeadamente: Vanguarda e O século. Além do jornal maçónico O nível.

²⁰³ Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza (1871, Junho). Seção de correspondência. In *BOGOLU*, Nº 24, 3º Anno, Lisboa, p.540.

este gesto não era só pela figura emblemática do imperador do Brasil, mas também porque dava a oportunidade do GOLU manter e demonstrar, para os que liam o Boletim na maçonaria brasileira, que o diálogo de aproximação dos blocos dissidentes e a sua convivência com o monarquismo era possível. Lembramos que D. Pedro I (IV em Portugal), seu pai, foi fundador do Grande Oriente do Brasil (1822) e D. Pedro II tinha consentido, entre outras coisas: o retorno das atividades maçônicas no país; vencido a Guerra do Paraguai e a guerra dos Farrapos; garantindo o domínio territorial Brasil.

Inicialmente convém esclarecer que chamamos de visitas ilustres sobretudo as personalidades da política brasileira que, na segunda metade do século XIX, estiveram em Portugal. Eram figuras que, a exceção de D. Pedro II, além de serem maçons, contribuíram para consolidação do republicanismo no Brasil. Estas presenças foram bem exploradas pelos militantes da causa republicana em terra portuguesa por aproveitavam para dar destaque sobre os principais acontecimentos na antiga colônia.

Neste período, a Maçonaria, representada no GOLU, mantinha-se equidistante do partidarismo político. Mas no seu meio existiam membros que simpatizavam pela causa. O que provocava intensos debates com o bolco dos monarquistas e os defensores do filosofismo e deísmo da instituição.

O facto é que todas estas personalidades brasileiras foram bem recebidas em viagens realizadas a Portugal pelos membros da ordem. O que pode ser comprovado pelas manchetes e matérias que foram noticiadas pela imprensa local, sobretudo o Jornal A Vanguarda, de ideologia republicana e maçônica²⁰⁴, e Jornal O Século, de ideologia semelhante. Algumas delas também foram mencionadas pelo Boletim do GOLU, como foi o caso da publicação realizada pelo Supremo Concelho da Maçonaria Portuguesa, em homenagem ao GOB em 1889 - ano da Proclamação da República Brasileira - dando destaque à visita de Campos Sales a Portugal²⁰⁵, em 03 de Agosto de 1889, meses antes da proclamação.

Na mencionada homenagem vê-se a grande demonstração de entusiasmo e simpatia que os portugueses dispensavam ao futuro presidente da República Brasileira, também maçom, Campos Sales, ao mesmo tempo que davam testemunho da afeição pelo brasileiro, “povo irmão”. Enfatizavam, por exemplo, letras em negrito, o chamamento a personalidade como sendo “ (...) o eleito de uma nação”. E o regime democrático exaltando o voto popular e o

²⁰⁴ Seu diretor Bernardino Machado pertencia a ordem, tendo tido seu grão mestrado no período e muitas vezes citado não só pelo jornal, mas também nos boletins do GOLU.

²⁰⁵ Terceiro presidente do estado de São Paulo, e o quarto presidente da República, período 15 de Novembro de 1898 a 15 de Novembro de 1902, pelo PRP- Partido Republicano Paulista.

exercício da cidadania. A publicação destacava não só a participação popular dos portugueses na recepção ao brasileiro, mas também dos maçons por meio do Conselho da Ordem:

Se as sympathias pessoas, os elevados e reconhecidos dotes do seu character e a florescência do estado, cujo chefe seria em breve, muitos concorreram para a sua triumphal passagem pelo velho mundo, esta posição única não deve desprezar-se como factora importante da serie ininterrupta de entusiasticas ovações de que foi alvo. Tratou logo o Cons.: da Ord.: de indagar da situação maç.: Lusitana, mas com a boa vontade de todo o povo portuguez. Desde que o Pod.: e III.: Ir.: dr. Campos Salles entrou a fronteira portugueza, até que sahiu das águas do Tejo, foi estreitado no fraternal amplexo da Maç.: Port.: que ne`lle triplicemente saudava o Brazil, a Maç.: brasileira e a democracia triumphante. Na noite do dia 03 de Agosto partiram do vall.: de Lisboa para a fronteira os nossos PPod.: e RR.: Iir.: Luiz Filippe da Matta, symb.: Marius, (...) Gr.: Mes.: dr. Bernardino Machado (...) ²⁰⁶.

Interessante perceber que o Oriente Brasileiro, do outro lado do Atlântico, reconheceu e agradeceu a receptividade, prancha publicada em Boletim, dos irmãos portugueses a Campos Sales. Com isso, identificamos, neste gesto, a estratégia para a política de valorização à República, que estava por vir na nação portuguesa. E ao exaltar a iniciativa da maçonaria portuguesa, dava força para o grupo mais progressista no GOLU. Ao mesmo tempo que garante a aprovação que o “povo irmão” concede ao regime político democrático,

O povo portuguez festejou a grande republica sul-americana na pessoa no Ex.^{mo}. Sr. dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, e o Gr.: Or.: Lusitano Unido prestou as suas homenagens a um Pod.: e R.: Ir.: que se elevou na nossa Aug.: Ord.:, professando os fundamentaes princípios que podem constituir a felicidade humana Armado com esses princípios, auxiliado por uma poderosa intelligencia e apoiado pela pela força das legiões liberaes e democraticas, pela Maç.: organizadas e disciplinadas, sentiu-se forte para no mundo prof.: oferecer batalha á reação representada por instituições tradicionaes e pelejar á luz fulgurante dos fachos da civilização moderna pela realização pratica do programma da Democracia, que em toda a parte manifesta a mesma aspiração : - *governo do povo pelo povo*, em toda a parte a mesma doutrina: - Liberdade, Igualdade, Fraternidade, em toda a parte a mesma fé nos progressos do espírito humano, que todos nivela perante a razão, perante a sciencia, perante o trabalho. O povo portuguez, representado por um grande número de Camaras Municipaes, [trinta e quatro] por maior numero ainda de associações [setenta e uma]; (...) as multidões anonymas sem organização; (...) tanto do campo como da cidade, afluiu o chamamento da Maç.: Lusitana para, no mesmo empeto de entusiasmo e amor pelo Brazil, exaltar e glorificar o grande cidadão que, dentro em pouco, disporá dos sellos dêsse formoso Estado e representará, perante o mundo, a vossa grande Republica ²⁰⁷.

²⁰⁶ *Homenagem ao Gr.: Or.: do Brazil do Gr.: Or.: Lusitano Unido Sup.: Conc.: da Maç.: Portuguesa.* (1889). Typographia do Commercio. Lisboa, p.1.

²⁰⁷ Pranch.: Ao seren.: Gr.: Or.: dos Estados Unidos do Brazil. (1889). *Em: Homenagem ao Gr.: Or.: do Brazil do Gr.: Or.: Lusitano Unido Sup.: Cons.: da Maç.: Portuguesa.* Typographia do Commercio. Lisboa, pp. 11-12.

Convém lembrar que a República no Brasil (1889) só conseguiu se efetivar devido a uma conjugação de forças sociais, políticas e ideológicas que contou com o apoio dos principais líderes do exército brasileiro. Favorecido pela posição de prestígio na sociedade com a vitória na Guerra do Paraguai, a caserna conduziu o Marechal Deodoro da Fonseca à presidência do país. No seu governo provisório, a Assembleia republicana elaborou a primeira constituição (1891), que instituía algumas mudanças que obedeciam às diretrizes do pensamento positivista e liberalista. Esta primeira fase republicana ficou marcada pelos embates políticos entre as duas principais forças que idealizaram o projeto republicano - o exército e a aristocracia rural - pela supremacia do poder. Neste embate, com a derrota dos militares, coube as oligarquias dominarem a nação.

Cabe esclarecer, ainda, que Campos Sales, juntamente com Prudente de Moraes - dois destacados maçons republicanos - participaram em 1870 da criação do Partido Republicano Paulista, que teve repercussão nacional, no entanto, devido a sua maior aproximação com os cafeicultores paulista, Prudente foi o primeiro presidente civil a ser eleito. Nesta altura o GOLU iniciava seu primeiro ano de fusão dos orientes sob o comando do conde Paraty que alinhado a monarquia constitucional e deu uma direção à ordem voltada a seus antigos pressupostos da filantropia e deísta.

Portanto, após quase uma década [nove anos] de implantado o regime democrático republicano, houve dois mandatos militares (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) e um civil, (Prudente de Moraes) - e tomou posse do cargo de representante da nação brasileira o “acalorado” patricio dos portugueses, Dr. Campos Sales (1898-1902). A imprensa portuguesa fez o registro, por meio do veículo de comunicação com ideologia republicana, o *Jornal O Século*: “Toma hoje posse do elevado cargo de Presidente da República do Brasil o Sr. Dr. Campos Sales²⁰⁸. Oxalá se confirmem as esperanças que a escolha do novo chefe de Estado fez nascer, para fortuna a glória da Pátria Brasileira”²⁰⁹. Podemos perceber que o destaque dado aos acontecimentos políticos e ao novo presidente não era só por se tratar de um maçom ilustre, mas também estratégia de muitos republicanos do GOLU como forma de fortalecer seu projeto a nível social e dentro da instituição repletos de monarquistas liberais.

Ao analisarmos o Boletim vemos que o mesmo repercutiu o acontecimento com muito destaque. Nesta ocasião, em sua tiragem, vemos um conteúdo voltado para exaltar a afinidade dos portugueses com os brasileiros consubstanciado na figura, agora eleito

²⁰⁸ Sobre atuação política do presidente ver: Silva, H. (1983). *Campos Sales - 4º presidente do Brasil*. Editora Três, São Paulo. e Salles, M. F. de C. (1983).. *Da Propaganda à Presidência*, Editora UNB. Brasília

²⁰⁹ Notícias do Brasil. (1898, 15 de Novembro). *Jornal O Século*, Nº 6.052, XVIII ANO 1898. Lisboa, p.1.

presidente, de Campos Sales usando à seguinte expressão: “Tambem Campos Salles é de origem portugueza, como muitos homens notáveis da nossa terra são de origem brasileira, incluindo n`esse numero o nosso Sap.: Gr.: Mestr.: Sob.: Gr.: Comm.: o Ir.:dr. Bernardino Machado”²¹⁰. Mas as afinidades, que já eram maçons, ficavam só nestes pontos, pois Machado fez um governo no GOLU tímido, no qual sua característica principal foi conciliar as diversas correntes ideológicas no Oriente e aproximar-se do socialismo, anarquismo e republicanismismo que ganhavam força em outros estratos sociais em Portugal, tornando-se os principais focos de atuação e avanço do ultramontanismo de Leão XIII, enquanto Campos era a personificação de um Estado laico e positivista.

Entretanto, guardadas estas diferenças, sob o Comando de Littré (nome simbólico de Machado) o Boletim maçónico divulgou, com grande entusiasmo, a posse de Campos Sales. Era uma das formas de afirmação da ordem diante reação da Igreja em Portugal que havia formado várias Associações Católica em Lisboa e no Porto²¹¹. Mas pela nossa reflexão, noticiar o aniversário de nove anos da implantação da República brasileira, tendo como novo presidente um membro da ordem e, portanto, representando os anseios da irmandade, causava espanto na Igreja e entusiasmo nos simpatizantes do republicanismismo e progressistas do GOLU. Por tanto, o ato solene devia então ser comemorado por todos e festejado entre os irmãos.

O Brasil se consolidava cada vez mais como um exemplo a ser seguido, como foi quando da proclamação da abolição da escravatura, consolidação de um estado laico e vitória da Guerra do Paraguai. Enquanto, seguindo-se a estas comemorações, o GOLU vivia internamente um clima de tensão com o Grão-mestre Littré defendendo o pluralismo politico da instituição vinculado ao monarquismo, fim do secretismo e ampliação dos seus domínios envolta do fortalecimento do Federalismo²¹². O que ficou destacado em seu discurso pelo centenário comemorativo da Revolução Francesa, diante da perpetuação do lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Propagando, assim, a força que a maçonaria tivera e ainda tinha em prol das conquistas cidadãs. Vejamos trecho do pronunciamento, publicado em Boletim:

A reunião de hoje tem, além de todas as conveniências que apontei, um altíssimo alcance nos assumptos principaes de que tratou. (...) Celebra-se em primeiro logar a junção da Maçonaria Portugueza, acontecimento do maior alcance, ainda hoje não realisado totalmente, mas para cuja ultimação todos devem trabalhar. (...) Quanto mais unido o povo maçónico, maior a

²¹⁰ *Homenagem ao Gr.: Or.: do Brazil do Gr.: Or.: Lusitano Unido Sup.: Cons.: da Maç.: Portugueza.* (1889). Typographia do Commercio. Lisboa, p.15.

²¹¹ Catroga, F. (1988). *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, Vol. 2, Coimbra, p. 456.

²¹² *Ibidem*, p. 460.

importância da Ordem (...). É justo celebrar festivamente tal data e, oxalá, que d'hoje a um anno possamos affirmar que nem uma só Loja existe em Portugal fora do Grande Oriente. O segundo motivo de reunião a recepção dos representantes das Potenciais maçónicas estrangeiras e garantes d'amizade, afirma ainda hoje o principio de união. (...) a terceira manifestação desta assemblêa foi de saudação á grande Republica Brasileira na sua mais prestigiosa instituição – A Maçonaria- Foi a consagração d'essa Maçonaria na pessoa dos seus mais altos representantes. Justíssima homenagem, tanto mais merecida, quanto se celebra hoje o anniversario da proclamação da republica, o glorioso dia da revolução [Revolução Francesa] preparado pelas Lojas, e é investido no mais alto cargo que póde atingir um cidadão, o nosso prezado Ir.: dr. Campos Salles, ilustre ex-veneravel de uma Loja de S.Paulo²¹³.

Esta retórica ganhou oposição na loja Elias Garcia, que cobrava de Machado reforma na constituição maçónica que cultivasse, para do fim do secretismo, o reformismo solidarista e o laicismo francês. O que é visto por Catroga como sendo a modernização do Oriente a estratégia ideológica do republicanismo²¹⁴. Não obstante, apenas ao pronunciamento os membros do GOLU manifestaram o apreço ao irmão Campos Sales e a aprovação à eleição brasileira - resultante de manifestação democrática com votação direta - em prancha que seria elaborada com base na sessão ocorrida naquele dia e enviada a todas a comunidade maçónica brasileira.

E, se me fosse permitido fazer também uma proposta, eu alivrataria que se saudasse o presidente da republic, que se lhe enviasse uma prancha minuciosa da nossa sessão e que essa prancha se communicasse a todas as Lojas da republica para que, ao tomarem conhecimento dèlla, os nossos Iir.: brasileiros soubessem que, acima das relações commerciaes nos esforçamos por manter as relações intellectuaes e moraes de que aquellas são consequencia e que, embora filhos da metrópole, não desdenhados receber lições e aceitar exemplos do povo que créamos do outro lado do atlantico. [Proposta aprovada por aclamação]²¹⁵.

Percebemos que esta iniciativa, para além de propagar as felicitações claramente dispensadas ao Brasil, também demonstrava a importância atribuída não só à instituição, com sua menção de apoio, mas também a relevância do Boletim como veículo de comunicação e propagação ideológica nas notícias que lhes eram divulgadas.

No decorrer do ano de 1898 (meses: Novembro de Dezembro), os jornais portugueses, como O Século, continuam a divulgar a repercussão da chegada de Campos

²¹³ Sessão Magna do Grande Oriente em 15 de Novembro de 1898. (1889). (e.: v.:). Em: *Homenagem ao Gr.: Or.: do Brazil do Gr.: Or.: Lusitano Unido Sup.: Conc.: da Maç.: Portuguesa.*, Typographia do Commercio. Lisboa, pp 23 e 24.

²¹⁴ Catroga, F. (1988). *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, 2 Vols., Coimbra, p. 463.

²¹⁵ Ibidem, p. 25.

Sales no Rio de Janeiro para sua posse²¹⁶. Ao mesmo tempo que ratificam a reverberação em Portugal deste ato - eleição e posse - nas seguintes notícias: faz a cobertura jornalística da posse no consulado geral do Brasil em Lisboa, demonstrando o estreitamento das duas nações e a aprovação que os portugueses demonstravam, na altura, à república brasileira; notícia também as ações empreendidas no vice-consulado brasileiro na cidade do Porto; atitudes realizadas pelas famílias brasileiras residentes em vilas e concelhos de Portugal, como o pousar da bandeira da república federativa do Brasil em suas janelas, demonstrando apreço e apoio na eleição a Campos Sales e às atividades desenvolvidas neste mesmo dia, na Universidade de Coimbra pelos estudantes brasileiros²¹⁷. Todas estas iniciativas por parte dos portugueses, ou das instituições por eles representadas, tinham o velado objetivo de fortalecer em Portugal o movimento republicano, pois o regime monárquico estava atravessando dificuldades para resolver a crise.

O aspecto relevante é que em todos estes sítios, fosse nas solenidades realizadas em espaço fechado, como os salões nobres dos consulados ou em casas, e praças públicas, havia a presença dos membros da maçonaria em solidariedade fraternal à política democrática brasileira. Na sequência da posse, as diretrizes governamentais posteriores, como formação dos ministérios²¹⁸ e acordos com outros países, também foram anunciados pelos veículos de comunicação da época, a saber: “O presidente Campos Salles, na sua mensagem de hoje ao congresso, pedirá a cooperação de todos os partidos para adoptar uma política financeira urgente, e assegurará a manutenção das boas relações com os estados estrangeiros”²¹⁹.

Outras visitas de estadistas e maçons brasileiros ao território luso foram noticiadas pela imprensa local de ideologia republicana com influência maçônica. Vimos o caso do senhor Afonso Pena, que embora não tenha chagado a fazer a visita ao Brasil neste período, estava a ser esperado: “O ministro dos negócios estrangeiros telegraphou ao conselheiro Lampreia dizendo que o rei D. Carlos aceitou o convite do presidente Afonso Penna para o visitar no Rio de Janeiro²²⁰; Rio de Janeiro, 4, 11, 50m: Quando o presidente Affonso Penna²²¹ pagar a visita ao Sr. D. Carlos, irá ao Tejo uma divisão da nova esquadra brasileira,

²¹⁶ Campos Sales. (1898, 23 de Novembro). *Jornal O Século*, Nº 6.060, XVIII ANO 1898. Lisboa, p.1.

²¹⁷ Campos Sales. (1898, 18 de Novembro). *Jornal O Século*, Nº 6.055, XVIII ANO 1898. Lisboa, p.1.

²¹⁸ Campos Sales. (1898, 03 de Dezembro). *Jornal O Século*, Nº 6.070, XVIII ANO 1898. Lisboa, p.1.

²¹⁹ Rio de Janeiro. (1898, 18 de Novembro). *Jornal O Século*, Nº 6.055, XVIII ANO 1898. Lisboa p.1.

²²⁰ Ultimos telegramas. (1907, 04 de Maio) *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) Nº 3757, Lisboa, p. 3.

²²¹ Dr. Afonso Pena: Sexto presidente da república, 15 de Novembro de 1906 a 14 de Junho de 1909, do PRM-Partido Republicano Mineiro.

actualmente em construção na Inglaterra”²²²; Oliveira Lima, ministro do governo republicano brasileiro: “Em companhia de sua exma. esposa , seguiu para o Rio, pelo rápido de ontem, o sr. dr. Oliveira Lima, ministro do Brasil na Venezuela²²³”; e as visitas dos senhores Rodrigues Alves, Ruy Barbosa e João Coelho, em 1907.

O desembarque do Sr. Rodrigues Alves em Portugal, foi noticiado numa sucessão de quatro dias: 19, 21, 22 e 23 de Maio de 1907, pelo Jornal A Vanguarda.

Amanhã, deve chegar a Lisboa, a bordo do vapor “Aragon” o dr. Rodrigues Alves, ex-presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil. O povo portuguez, fazendo uma calorosa recepção a tão eminente homem público da nação nossa irmã e amiga, cumpre um dever indeclinável e mostrará, mais uma vez, a galhardia com que costuma receber aquelles que pelas suas virtudes cívicas e pessoas se impõem á veneração de todos os povos cultos. O dr. Rodrigues Alves, como chefe do estado brasileiro, fez governo democrático e honrado, digno de ser toamdo como exemplo por quantos colocados na eminencia da governação publica esquecem a sua missão moderadora para crystallisarem em déspotas. Eis a razão porque desejamos que nosso hospede illustre seja recebido e acatado como homem publico modelo a quem são devidas todas as honras e todos os respeitos de povos cultos²²⁴; Este facto, desde que concordemos em que homens valem pouco e as ideias avassalam todos os cérebros, teria mínimo valor, a não existirem as relações cada dia estreitas entre Portugal e Brazil. Tão grande foi sempre a nossa energia e as nossas aptidões de trabalho, que até o Brazil, esse grande, enérgico e ridente paiz, ainda hoje, depois de muitos seculos de colonização portugueza (...) ²²⁵.

Interessante perceber que, junto à notícia da visita do ex- estadista republicano brasileiro, o mesmo jornal publicou uma nota referente ao julgamento do noticiário que estava sendo condenado por crime de imprensa pelo governo monárquico:

Os nossos colegas dr. Magalhães Lima e José do Valle receberam hontem a respectiva contra-fé para responderem no próximo dia 3 de junho, pelas 12 horas da manhã, pelo crime de liberdade de imprensa é a continuação dos julgamentos de imprensa que tanto brado teem dado no paiz e que demonstram que o governo está disposto a perseguir a imprensa por todos os meios ao seu alcance. Esse julgamento está destinado a ser um comicio em que a monarchia será mais uma vez autopsiada, colocando-lhe a descoberto as suas podridões. Lá estaremos n`esse julgamento com toda a serenidade, dispostos a sofrer todas as sofrer todas as condenações, mas dispostos

²²² Telegramas Do estrangeiro: O Presidente Affonso Penna. (1907, 06 de Maio). *Jornal Vanguarda*, X ANNO (XVII), Nº 3.759 (6:630). Lisboa , p. 1.

²²³ Notas. (1907, 04 de Novembro). *Correio Paulistano*. nº 15.886, São Paulo, p. 1.

²²⁴ Dr. Rodrigues Alves. (1907, 21 de Maio). *Jornal Vanguarda*, X ANNO (XVII), Nº 3.774 (6:645). Lisboa , p.1.

²²⁵ Rodrigues Alves. A sua passagem em Lisboa. (1907, 22 de Maio). *Jornal Vanguarda*. X ANNO (XVII), Nº 3.775 (6:646). Lisboa, p. 1.

igualmente a manter firmemente o que escrevemos. Não nos intimidam. Em frente as perseguições sofridas havemos de reagir – custe o que custar²²⁶.

A questão relevante é que sabemos que o representante do jornal, Dr. Magalhães Lima, era o novo representante da maçonaria naquela altura, e passava a atuar como grão-mestre, sucedendo Luiz Augusto Ferreira de Castro. O Dr. Sebastião de Magalhães Lima, conhecido na ordem com o cognome de “João Huss”, foi perseguido pela monarquia por ser considerado como livre-pensador de militância laica. Durante a gestão de seu grão mestrado buscou combater o catolicismo, aproximando o pensamento laicista da questão social. Sobre Magalhães Lima, o historiador Catroga define: “Dir-se-ia que, com tal atitude, e incoerência com as transformações ocorridas nos corpos superiores do Oriente desde 1906, pretendia afirmar que a maçonaria, laicizada e democratizada, iria entrar numa nova fase”²²⁷.

As duas notícias foram merecedoras de destaque em página comum: uma dava ênfase a atuação do comunicador que estava sendo perseguido pelo regime político vigente, Dr. Magalhães Lima, maçon como referimos²²⁸. E a outra trazia o entusiasmo dos republicanos lusos em receber o Dr. Rodrigues Alves, que além de representar o Estado republicano brasileiro²²⁹, apresentava também aproximação com os portugueses, por ser descendente direto de um deles, seu progenitor, Sr. Domingos Rodrigues Alves, que era um minhoto, natural de Ponte de Lima. Ou seja, indiretamente como personalidades - Rodrigues Alves²³⁰ e Magalhães Lima- traduzem-se em modelos diante das atitudes empreendidas que colaboram com a implantação da república em seus países. Sobre a aproximação de Alves e a similitude de sua ação em relação ao empenho em prol da república elegemos este trecho da notícia:

O dr. Rodrigues Alves é filho de portugueses e por eles foi mandado educar para serviço da pátria onde nasceu (...). O dr. Rodrigues Alves torna-se-nos tanto mais sympathico quanto é certo ser elle um dos mais velhos batalhadores da ideia republicana no Brazil. Mais feliz do que nós e muitas vezes perseguido pelos ministros do império, como nós estamos sendo, elle

²²⁶ Julgamento da Vanguarda. (1907, 22 de Maio). *Jornal Vanguarda*, Nº 3.775, X ANNO (XVII), (6:646). Lisboa, p. 1.

²²⁷ Catroga, F. (1988). *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*. Tese de Doutoramento em História. 2 Vols., Universidade de Coimbra. Coimbra, p.468.

²²⁸ Leia-se a maçonaria é responsável por promover as reflexões que corroboram com as transformações. Já que o irmão compunha característica de diferenciador do estilo de maçonaria nos últimos anos que antecedeu a implantação da República Portuguesa.

²²⁹ Quinto presidente do Brasil, precedido por Campos Sales, teve mandato de 15 de Novembro de 1902 até 15 de Novembro de 1906.

²³⁰ Sobre a biografia de Rodrigues Alves, ver: Amaral, M. T. do e Franco, A. A. M. (1974). *A Vida dos Grandes Brasileiros - Rodrigues Alves*, Editora Três, Governo do Estado de São Paulo. São Paulo.; [AUTOR]. (1951). *Centenário do Conselheiro Rodrigues Alves*. Editora Secretaria de Fazenda, São Paulo.; Ricardo, C. (1951). *Centenário do Conselheiro Rodrigues Alves*. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo.; Silva, G. P. da. (s.d.). *Rodrigues Alves e Sua Época*. Ed. A Noite. São Paulo.

viu implantar na sua pátria sem o derramamento de uma só gota de sangue, o seu ideal político. Republicano histórico, carácter honesto (...) ²³¹.

Sobre a atuação de Magalhães Lima no exterior como membro da maçonaria, o *A Vanguarda* noticiou: “(...) Magalhães Lima, é hoje o grão-mestre da Maçonaria portuguesa, tendo concluído ainda a pouco um tratado recíproco com as lojas do Brasil por intermédio do dr. Vicente Ferrer, que há pouco esteve representando a maçonaria brasileira na reunião magna de Bruxellas. Magalhães Lima é também hoje oficial da Legião de Honra” ²³².

Dias depois da visita de Rodrigues Alves, outro visitante ilustre e ex-estadista brasileiro também esteve em Lisboa, e sua passagem foi igualmente noticiada pelo *A Vanguarda*. Referimo-nos ao ex- ministro das finanças, o Dr. Rui Barbosa.

Passou hontem por Lisboa, a bordo do “Urugaya”, o dr. Ruy Barbosa, uma das individualidades mais notáveis da Republica do Brazil, e que vem à Europa em missão especial do governo, como um dos delegados do seu paiz, na conferencia da Haya, cuja sessão se realisa no próximo dia 15. (...) O dr. Rui Barbosa foi ministro da fazenda no governo provisório da Republica Brasileira presidido pelo glorioso marechal Deodoro da Fonseca (...). Antigo republicano, mostrou durante o período agitado do primeiro governo democratico uma elevada orientação política e profundos conhecimentos de economia. Foi elle que delineou e operou a profunda transformação económica da sua nacionalidade, impedindo as transfusões dos elementos financeiros que poderia opor dificuldades á marcha da Republica, e derrubar o que n`um momento de audácia e de felicidade para o Brazil fora conquistado. Actualemnte o dr. Ruy Barbosa é vice-presidente do senado e continua a gosar de enorme prestígio na pátria que ajudou a engrandecer ²³³.

Interessante percebemos que, igualmente a esta notícia, o jornal francês o *Ecco* trouxe sua preocupação com a crise política vivenciada em Portugal:

“Paris, 5, 6 e 15m- O *Ecco* de Paris, de esta manhã, faz votos para que a crise política portuguesa seja depressa acalmada, isto no interesse de Portugal e também da tranquilidade internacional, porque uma revolução portuguesa seria n`este momento um grave acontecimento para a Europa” ²³⁴.

O noticiado foi acompanhado da publicação do *A Vanguarda* que, além de destacar a matéria do *Ecco* quanto a preocupação da França com a crise portuguesa, também publicava a presença, em Portugal, do estadista brasileiro Rui Barbosa que, junto com seus pares republicanos, conseguiu erguer a nação brasileira, na condição de ministro da fazenda se

²³¹ Idem, *Rodrigues Alves. A sua passagem em Lisboa*.

²³² O Dr. Magalhães Lima no estrangeiro. (1907, 06 de Novembro). *Jornal Vanguarda*, X ANNO (XVII), Nº 3.913 (6:784). Lisboa, p. 1.

²³³ Dr. Ruy Barbosa. (1907, 06 de Junho). *Jornal Vanguarda*, Nº 3.790 X ANNO (XVII), (6:661). Lisboa, p. 2.

²³⁴ Telegrammas Do estrangeiro: A crise portuguesa. (1907, 06 de Junho). *Jornal Vanguarda*, X ANNO (XVII), Nº 3.790 (6:661). Lisboa, p. 2.

notabilizou pelas reformas modernizadoras da economia. Ou seja, ao mesmo tempo que comprova a existência da crise em Portugal, referindo a importância que este país tinha naquele momento, apresenta uma situação concreta de mudança, de um Estado republicano que tinha naquela altura uma economia controlada, graças ao empenho de um estadista republicano, sem que para isto fosse necessário alavancar com uma revolução.

Para além deste facto, devemos lembrar que ao mesmo tempo em que a França via com preocupação o estampido de uma revolução em Portugal, dizendo trazer repercussão para toda Europa caso fosse deflagrada, o Dr. Ruy Barbosa, como disse a notícia supra citada, passava por Portugal com o objetivo de representar o Brasil em um evento pela busca de igualdade entre os Estados, tendo a paz como maior “arma”. Referimo-nos a II Conferência da Paz, realizada em Haia. Vale lembrar que no decorrer do evento o jurista brasileiro - Ruy Barbosa- se destacou como grande orador e articulador político à época. Ficando conhecido como “A Águia de Haia”. Como destacou o jornalista Thomas Stead: “As duas maiores forças pessoais da Conferência foram o Adolf Marschall von Bieberstein, Barão Marschall da Alemanha, e o Dr. Barbosa, do Brasil. Todavia ao acabar da conferência, Dr. Barbosa pesava mais do que o Barão de Marschall”²³⁵.

Outro político do século XIX também esteve em Portugal: referimo-nos ao ilustre que se tornaria futuro governador do Pará²³⁶, na altura monetário da intendência de seu estado, participante do movimento republicano, Dr. João Antonio Luiz Coelho. Foi “*Secretário de Intendência, deputado a Constituinte de 1891, presidente (por diversas vezes) da Câmara Estadual dos Deputados*”²³⁷. A Vanguarda anunciou: “A bordo do vapor “Antony”, acompanhado de sua filha, chegou a Lisboa (...) monetário da intendência do Pará (...) republicano de velha data (...) que contribuiu para a implantação da Republica no Brazil (...). Seja bem-vindo a “Vanguarda” apresenta-lhe os seus respeitos”²³⁸.

Observamos também que os visitantes ilustres e outros membros da maçonaria se fizeram presentes em Portugal e corroboravam com o estreitamento do diálogo entre as duas nações irmãs. Este facto nos leva a considerar que, direta ou indiretamente, os acontecimentos

²³⁵ Citado por Freitas Nobre no prefácio de Barbosa, R. (1990). *A imprensa e o dever da verdade*. Com- Arte; Editora da Universidade de São Paulo.(Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 2). São Paulo. p.15. Acedido em 15 de Julho de 2011, em: www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_AImprensa_eodever_da_verdade.pdf.

²³⁶ Teve seu mandato no período de 01 de Fevereiro de 1909 a 01 de Fevereiro de 1913.

²³⁷ Salles, V. (2011, Janeiro). Moju – Rio das Cobras. 3ª Edição. [EDITORA]. Belém, pp. 302-303.

²³⁸ Dr. João Coelho. (1907, 10 de Maio). *Jornal Vanguarda*, X ANNO (XVII), Nº 3.763 (6:634). Lisboa, p. 1.

no Brasil influenciavam nos posicionamentos acerca de resoluções de problemáticas vivificadas em Portugal, especialmente o republicanismo.

Entretanto, apesar de identificarmos os visitantes ilustres como aqueles que representavam o Estado brasileiro - os políticos republicanos da época- o Boletim da ordem também registrou a visita a Lisboa e ao GOLU do irmão Manuel António da Cruz. Convém destacar que Cruz pertencia ao Grande Oriente do Brasil, à facção do Valle dos Beneditinos. Tal visita demonstrava que, além da proximidade que o GOLU tinha com uma das correntes em litígio no Oriente do Brasil, sendo inclusive o irmão Bellem membro honorário²³⁹, o oriente português também fazia a mediação entre os orientes brasileiros no sentido de aproximá-los e acabar com a cisão existente. Uma vez que o Oriente português já tinha a experiência de promover unidade, com GOLU. Vale ressaltar ainda que este membro fazia parte da corrente mais progressista do GOB. Uma das correntes responsáveis pela implantação da República no Brasil. O Boletim divulgou: “Na sessão solemne celebrada em 15 de Junho pela respeitavel loja Tolerancia regeneradora, para iniciações e filiações, esteve presente como visitador o poderoso irmão Manuel Antonio da Cruz, do Grande Oriente do Brasil ao Valle dos Beneditinos”²⁴⁰.

As visitas de “irmãos comuns” entre os orientes podiam acontecer em qualquer uma das suas lojas, era uma prática costumeira. Neste caso as oficinas enviam o registro da ata da reunião que continha a referida visita para ser publicada no Boletim e divulgada entre seus membros. Durante nossa investigação catalogamos mais seis exemplos destas visitas: o primeiro de um membro do GOB ao GOLU e os cinco últimos de portugueses que fizeram caminho inverso:

Na noite de 16 de Novembro de 1869 celebrou a Respeitavel Uniao Liberal, uma sessão solemne, pelo aniversario da sua installação e adoptou n’essa mesma sessão um Luwton, filho de um irmão do seu quadro, conferindo também diplomas de membros honorários a alguns irmãos do oriente do Brazil e da Respeitaval Loja Firmeza Portuense ao valle do Porto²⁴¹; Partiu para o Brazil, onde vae servir de representante do governo portuguez, nosso poderoso irmão, conselheiro Mathias de Carvalho, obreiro da respeitável

²³⁹ “O irmão Bellem pediu licença para aceitar o diploma de membro honorário que o Grande Oriente do Brazil ao valle dos Beneditinos se havia designado enviar-lhe. Foi-lhe concedida”. Ver: Sessão de 26 de abril de 1871. In *BOGOLU* (1871, Abril). Nº 22, 3º Anno. Lisboa, Lisboa, p.472. Outros membros também receberam homenagem do Grande oriente do Brasil valle dos Benedictinos: “ O muito poderoso e sapientíssimo Grande Oriente do Brazil, desejando das uma prova do alto apreço qm que tem as virtudes, talentos e revelantes serviços que recomendam os ilustres e sapientíssimos irmãos conselheiro dr. Mathias de Carvalho e Vasconcellos, dr. A.M. da Cunha Bellem, dr. Joaquim José Maria d’Oliveira Valle, Guilherme Augusto Rodrigues Sette e Paulino Themudo, espontaneamente e por unanimidade resolveu elevá-los á dignidade de membros honorários”. Idem, p. 482.

²⁴⁰ Secção noticiosa. In *BOGOLU* (1869). Nº 1, 1º Anno. Lisboa, p. 19.

²⁴¹ Idem, p. 109.

Loja Tolerancia 1^o²⁴²; Temos noticias da chagada do nosso Irmão Conselheiro Mathias de Carvalho; à côrte do Brazil, junto á qual foi acreditado como representante do nosso paiz, e constar-nos que apenas chegou, nossos irmãos de além-mar o quizeram ir buscar em barco especial, indo logo immediatamente cumprimental-o uma commissão de cinco membros, dos mais distinctos, entre os quaes se contava o representante do grão mestre, o representante do nosso Grande Oriente junto ao do Brazil, ao Valle dos Benedictinos, e o irmão, que até há pouco fôra seu representante junto a nós, d'onde ha se retirou²⁴³.; Thomaz de Villa Nova Ferreira grande vice-conservador da Grande Loja e grande tesoureiro do Supremo Conselho. Vae, como commandante da fragata Duque de Palmella, numa viagem de serviço as ilhas e depois cremos aos portos do Brazil²⁴⁴; Partiu para o Brazil, onde vae servir de representante do governo portuguez, nosso poderoso irmão, conselheiro Mathias de Carvalho, obreiro da respeitável Loja Tolerancia 1^o²⁴⁵; O Supremo Conselho considerou como membros effectivos, além dos irmãos supracitados, os irmãos José Eusebio de Oliveira, ausente em Moçambique, Bernardo Pinto de Carvalho, ausente no Brazil (...) ²⁴⁶.

E ainda a visita do irmão brasileiro ao GOLU, Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo, sendo ele um dos responsáveis pela elaboração do documento conhecido como tratado de amizade²⁴⁷, acordo celebrado entre os dois Orientes, emitido em 1907: “O Grande Oriente Lusitano Unido sente-se honrado e feliz com esta visita e a reacção do boletim official apresenta ao symphatico e talentoso irmão as suas homenagens sinceras e cordeaes enviando-lhe um estreito abraço fraternal. A redacção”²⁴⁸.

Relevante destacar, em relação ao território brasileiro, o caso da visita de D. Luiz e Bragança que não chegou a desembarcar em solo brasileiro em função de não ter tido autorização. Este episódio reforça a ideia de nacionalismo concebida pelos brasileiros naquela altura, uma vez que o repúdio ao dom Luiz devia-se ao facto dele ser filho de um estrangeiro, conde d'Eu, casado com a princesa do Brasil, Isabel de Bragança. Como descreve a notícia:

Rio de Janeiro, 11.9 e 40t – O governo resolveu impedir o desembarque de D. Luiz e Bragança, filho dos condes d'Eu, que passará aqui amanhã a bordo do «Amazon». O supremo tribunal negou «Habeas corpus» a favor do

²⁴² Ibidem, p. 61.

²⁴³ Secção noticiosa (1869, Outubro). *BOGOLU*, publicação mensal, Nº 4, 1º Anno. Lisboa, p. 91.

²⁴⁴ Secção noticiosa (1870, Maio). *BOGOLU*, publicação mensal, Nº 11, 1º Anno. Lisboa, p. 232.

²⁴⁵ Secção noticiosa (1872, Setembro). *BOGOLU*, publicação mensal, Nº 3, 1º Anno. Lisboa, p. 61.

²⁴⁶ Acta de Installação do Supremo Conselho dos Grandes Inspectores Geraes do Grau 33 junto ao Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da maçonaria Portugueza. (1871, Agosto). *BOGOLU*. Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza, Nº 26, 3º Anno, Lisboa, p.561.

²⁴⁷ A respeito deste acordo entre a maçonaria brasileira e portuguesa, trataremos no item 3.3-Exaltação da República.

²⁴⁸ Poderoso Irmão Dr. Vicente Ferrer Wanderley. Enviado especial ê Garante de Amisade extraordinária do Sereníssimo Gr.'. Or,'Sup.', Cons,', do Brasil junto do Gr.-. Or.'. Lusit,-. Unido. (1907, 30 de Junho). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Lisboa, rua do Grêmio lusitano n.35, (e.: v.:).

príncipe e requerido pelo conselheiro Silva Costa²⁴⁹; Do estrangeiro: o sonho de um ingenuo, Rio de Janeiro, 13, m – O príncipe Luiz ao receber as suas visitas a bordo do «Amazone», mostrou-se calmo com a ordem do governo de não o deixar desembarcar, mas protestou reivindicando a sua qualidade de cidadão brasileiro. Conferenciou demoradamente com os chefes do partido monarchista. A multidão que estava no caes, era vigiada por importantes forças de tropa. Rio de Janeiro, 12, n – O príncipe Luiz, que se dirige ao Paraguay, no paquete «Amazone» recebeu a bordo uma manifestação de sympathia dos imperialistas²⁵⁰.

Este episódio, dentro do universo brasileiro, denota que as tensões e animosidades no plano político partidário eram muito fortes, o que levava o governo a se acautelar com a presença do príncipe herdeiro. A república brasileira era ainda muito recente e passava por grandes aprovações no aspecto económico. Quando sua veiculação, a nível de Portugal, era uma boa notícia para fortalecer os ideais dos republicanos que estavam a poucos anos de ver a república portuguesa se concretizar.

3.2 – Ajuda mútua:

As comunicações entre os orientes maçónicos dos dois lados do Atlântico, para além de fazerem registros das visitas de personalidades ilustre e de irmãos às oficinas, conforme mencionamos em tópico anterior; contemplavam também as temáticas vinculadas a ajuda mútua. Reunimos neste grupo as seguintes notícias: a) de membros que estiveram em visita em um ou noutro oriente, tendo sido recomendado pelo oriente de origem. Algumas recomendações, ao mesmo tempo que solicitavam recetividade, demonstravam que os irmãos tinham tido apoio financeiro da ordem para viagem, constatando, portanto, a situação de carência do membro; b) notícias referentes ao abono de dívidas de maçons nas lojas que frequentavam, em função de não terem condições financeiras para quitação de seus débitos; c) os informes fúnebres; d) contribuições financeiras de um oriente para outro, a exemplo dos donativos concedidos pela maçonaria para quitarem as despesas oriundas de atividades beneficentes e intemperes climáticas.

Apesar dos desafios institucionais, dos conflitos com a Igreja católica e com a monarquia, a maçonaria brasileira e portuguesa conseguiu se firmar ao final da segunda metade do século XIX. No caso do Brasil houve um crescimento considerável, pois se “entre 1861 e 1865, funcionavam aproximadamente 180 lojas maçónicas este número cresceu para

²⁴⁹ Ultimos Telegrammas. (1907, 12 de Maio). *Jornal A Vanguarda*, Nº 3765, X ANNO (XVII), (6:636), Lisboa, p. 3.

²⁵⁰ Telegrammas. (1907, 14 de Maio). *Jornal A Vanguarda*, Nº 3767, X ANNO (XVII), (6:638), Lisboa, p. 1.

244 de 1885 a 1890 e alcançou um total de 615 entre 1901 e 1905²⁵¹. Enquanto em Portugal observa-se, no mesmo período, uma certa latência em sua projeção, vindo a ser alterado durante os anos que antecederam a república e logo após seu desfecho²⁵².

No entanto, o crescimento e consolidação da ordem sempre foram relacionados, também, à atuação da entidade nas ações de ajuda mútua e filantropia, demonstradas por meio da beneficência e educação. Esta atividade de filantropia desenvolvida pela maçonaria se distanciava das ações empreendidas pela Igreja católica de então,

A filantropia, tocada pelo espírito das luzes era o movimento dos que podiam ajudar (os ativos) em direção aos percebidos como despossuídos (os passivos). A filantropia, também identificada como beneficência, era uma forma de expansão da civilização ocidental e ao mesmo tempo um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela²⁵³.

Observamos também, em paralelo, a ajuda mútua que os maçons, quer fossem portugueses ou brasileiros que migraram do Brasil para Portugal (vice-verça), no período deste estudo. Estes membros ao transitarem em ambos os países faziam comparações da situação de cada sítio. No caso dos brasileiros, corroborando, por exemplo, com a imagem de um Brasil em fase de desenvolvimento resultante da implantação da república²⁵⁴. Quanto aos portugueses que emigraram para o Brasil, no final século XIX, é sabido que fugiam da crise vivida neste país e buscavam oportunidades de trabalho. Neste período, a ex-colônia portuguesa estava absolvendo a mão-de-obra de imigrantes em substituição a dos escravos que tinham sido abolidos. Era a fase da explosão do ciclo da borracha - atividade extractivista primária na região norte. Daí muitos maçons terem-se fixado no estado do Pará, dos quais muitos eram portugueses. As notícias sobre o movimento migratório informavam que, no decorrer de uma década, o Brasil rececionava estrangeiros, de nacionalidades diferentes. Avultamos a comunidade portuguesa que aparecia nas estatísticas em segundo lugar:

É a seguinte a estatística dos estrangeiros no Brazil: Italianos 1.300.00; portugueses, 800 mil, alemães, 300,00; hespanhoes, 100 mil; ingleses,

²⁵¹Barata, A. M. (2005, Junho). Grande Oriente tropical: Compasso e esquadro na sala de aula. Em: *O poder secreto da Maçonaria. Nossa História*, ano 2/nº20, Editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, p.25. Apud: Morel, M. (2001). *Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Estudos Históricos*, n. 28, Rio de Janeiro, p. 3-22, 2001.

²⁵²Catroga, F. (1988). *A militância Laica e a Democratização da Morte em Portugal (1865-1911)*. Coimbra, p. 392.

²⁵³Barata, A. M. (2005, Junho). Grande Oriente tropical: Compasso e esquadro na sala de aula. Em: *O poder secreto da Maçonaria. Nossa História*, ano 2/nº20, Editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, p.25. Apud: Barata, A. M. (1999). *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. CMU-Editora da Unicamp. Campinas-SP.

²⁵⁴Considerações a este respeito serão tratadas também no item 3.3 deste capítulo, quando nos referirmos a exaltação da República, pois muitas notícias sobre a situação positiva do Brasil, com a República eram vinculadas na imprensa escrita, estimulando o republicanismo lusitano.

50.000; norte-americanos, 500 de várias nacionalidades 110,500. Temos o total de estrangeiros no Brasil 2.661.000. A que será devida a nossa inferioridade numerica no Brazil?²⁵⁵.

Convém destacar que, embora fosse significativo o número de portugueses que imigravam nas “Terras de Santa Cruz”, alguns regressavam a sua terra de origem, como fora noticiado pelo jornal tom tendência republicana *O Século*: “De volta do Brazil partiram hontem á noite para o Porto cerca de 100 emigrantes”²⁵⁶. Este fenómeno de retorno foi compreendido pelos republicanos e pela intelectualidade maçónica como algo que devia-se sobretudo à carência de instrução dos portugueses. Ao concorrerem no Brasil com mão-de-obra de outras nacionalidades, melhor preparadas para o mercado de trabalho, estes ficavam em desvantagem. O que refletia a má qualidade do ensino em Portugal: “(...) Dada a conveniente instrução aos nossos emigrantes, de molde a que competissem com os das outras nacionalidades”²⁵⁷.

Diante da problemática evidenciada, muitos portugueses acabavam por ter de recuar. Os intelectuais da época afirmavam que os portugueses não podiam perder as oportunidades que assolavam-se no Brasil. Ter a experiência de trabalho no Brasil se constituía em uma benesse, sobretudo pelo facto dos portugueses terem sido os responsáveis pela sua colonização, “(...) O Brazil é um documento brilhante que podemos apresentar, com desvanecimento, a atestar o que valemos como nação colonizadora (...)”²⁵⁸. Neste sentido, o Brasil era visto como antiga colónia com novas oportunidades, resultantes, para os republicanos, do novo modelo político administrativo adotado em 1889: a República. Cabia a Portugal se preparar para as mudanças da sociedade contemporânea, investindo no preparo educacional dos portugueses e na infraestrutura do meio de transporte usados na época. A este respeito o historiador português, ao mesmo jornal republicano, afirmou:

(...) Alexandre Herculano o fez notar, afirmando que o Brazil, depois da sua independência, era a nossa melhor colonia. Fazia-se necessário portanto investimentos da área de educação, para o preparo aos imigrantes: (...) torna absolutamente indispensavel é curar da instrução dos que emigram para o Brazil (...), necessidade do estabelecimento de carreiras de vapores da nossa marinha (...)²⁵⁹.

²⁵⁵ Portuguezes no Brazil. (1907, 07 de Agosto). *Jornal A Vanguarda*, Nº 3852, X ANNO (XVII) (6:723), Lisboa, p. 3.

²⁵⁶ Informações. (1898, 09 de Novembro). *Jornal O Século*, ANO XVIII Nº6046, Lisboa, p. 2.

²⁵⁷ 15 de Novembro de 1889. (1907, 16 de Novembro). *Jornal A Vanguarda*, Nº 3923, X ANNO (XVII) (6:794), Lisboa, p. 1.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Ibidem.

Este projeto era defendido pela ordem por meio do liberalismo e o laicismo. Era, de certa forma, outro tipo de ajuda mútua que designamos como sendo um exercício de garantia dos princípios não só de igualdade, mas também de fraternidade e solidariedade. Exercício este utilizado pelos irmãos maçônicos que faziam com que a prática sobrepusesse a teoria ideológica destes princípios seculares.

A maçonaria, por intermédio do Boletim, por exemplo, propiciava a aproximação de famílias, diante da descoberta de pessoas tidas como desaparecidas, pertencentes ou não à ordem. Ou seja, na qualidade de veículo comunicador, o mensário anunciava o esclarecimento de notícias de pessoas que haviam ido para outros sítios e que não estavam a se comunicar com seus parentes e amigos. Foi o caso do profano Guilherme Augusto da Malta,

(...) Aproveito esta ocasião para vos pedir o especial obsequio de mandardes indagar o que é feito do profano Guilherme Augusto da Malta, que partindo de Lisboa para o Rio de Janeiro, foi morar para a rua da Ajuda, 153, não mandando de ha muito noticias â sua família. Este moço é irmão do nosso official secretario, obreiro muito digno e dedicado, e por isso ousou fazer-vos este pedido, apesar de ser por um profano, pedindo-vos que o auxilieis no que fôr compatível com a sua posição, que seu irmão receia que seja precaria. Será um excellente serviço que prestareis e pelo qual o nosso official secretario vos ficará immensamente reconhecido. Eu por mim, ousando abusar da vossa fraternal bondade, não encontro phrase com que possa testemunhar a minha gratidão. (Assignado) Dr. Cunha Bllem, 33.²⁶⁰

Este foi somente um dos casos de ajuda mútua que identificamos para introduzir o assunto. Na verdade o exercício de filantropia se faz presente em várias vertentes. Elegemos as principais: visitas recomendadas, subsidiadas ou não com o aporte maçônico; informes fúnebres e doações.

Visitas recomendadas

Atendendo aos preceitos maçônicos no que se refere a ajuda mútua, em torno de conceder todo o apoio necessário para os irmãos, muitos dos maçons em viagem programada, fosse com destino para Portugal ou mesmo para o Brasil, eram recomendados pelo oriente de origem. Neste sentido os orientes receptores os acolhiam dando todo o apoio necessário e solicitado para atender ao membro irmão em viagem.

²⁶⁰ “Comunicação interna, AO PODEROSO IRMÃO SECRETARIO DO GRANDE ORIENTE SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL AO VALLE DO LAVRADIO” de 1 de junho 1871. Secção oficial” Em: Legislação Official do *GOLU*. (1871). Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza, Lisboa, p.532.

No registro das sessões ordinárias publicados em pranchas no Boletim dos orientes, vimos exemplos destas visitas recomendadas. Na sequência apresentamos todos os registros coletados. Inicialmente do GOB para o GOLU e posteriormente fazendo o caminho inverso. A recomendação dos irmãos maçônicos se davam em nome do Supremo Conselho, fosse do valle do Lavradio, ou mesmo dos Beneditinos para qualquer Loja do Grande Oriente Lusitano Unido:

Partindo d' este para esse Oriente, o nosso caro irmão Cavalleiro Rosa Antonio Ferreira Marques, obreiro da augusta Loja Capitular Amparo da Virtude da nossa jurisdição, tenho a honra de vol-o apresentar, e em seu favor sollicito vosso benigno acolhimento e protecção. (Assignado) dr. Alexandrino Freire do Amaral, 33, grande secretario geral da Ordem²⁶¹; Do Supremo Conselho do Brazil ao valle do Lavradio, recomendando um irmão em 26 de Abril de 1872; (...) recomendando outro irmão (...) recomendando um irmão 05 de Maio de 1872 (...) ²⁶²; Passagem para o ir. Maia Júnior ir para o RJ. Ele foi recomendado pelo Oriente do Brasil²⁶³.

Do outro lado do Atlântico a maçonaria brasileira rececionava os irmãos lusitanos que haviam sido recomendados por suas lojas de origem, sob à rubrica do Grande Oriente. A função maçônica do membro era mencionada nas cartas de recomendação, assim como os motivos das viagens, mesmo que fossem viagens de lazer, nominadas de recreativas. Vejamos a recomendação do maçom “deputado” em sua loja que viajava para o Brasil a ócio:

Partindo d' este para esse Oriente, o nosso ilustre irmão grade Cavalleiro Eleito Kadosk Sublime, Antonio Joaquim Pinto d'Araujo membro da Augusta Loja Capitular Reunião Beneficente da nossa jurisdição, e membro effectivo do Sapiientíssimo Grande Oriente, como deputado da citada Augusta Loja. Espero que por vós seja benignamente acolhido, e apresentado ao nosso ilustres irmãos d' esse oriente. (...) Sua viagem é puramente recreativa; desejos de ver os patrios lares o levam a esse reino. Confiando pois na vossa excessiva bondade eu vol-o apresento recomendo. 20 de maio de 1871. – (assignado) Alexandrino Freire do Amaral. Grande Secretario Geral da Ordem²⁶⁴.

E também de um irmão que, para além de ser mencionado as ações que desempenhava, foi acompanhado por uma comissão de membros que estiveram a despedir-se do mesmo no

²⁶¹ Seção de correspondência: Do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio. (1871, Maio). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Lisboa, pp.502-503.

²⁶² Seção de Correspondência. Synopse da correspondência recebida este mez. Em: Extracto das sessões da Grande Loja Sessão Magna de 5 de Julho de 1872 (1872, Maio). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, Nº 2, 2ª Série, Lisboa, p.31.

²⁶³ Seção ordinária de 09 de Março de 1870. (1870, Março) *BOGOLU*, publicação mensal, Nº 9, 1º Anno. Lisboa, p. 207.

²⁶⁴ Seção de correspondência: Do Grande Secretario Do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio, 20 de maio de 1871. (1871, Maio). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa., Lisboa, p.519.

momento de sua partida. Ratificando, assim, não só os laços de fraternidade, mas, sobretudo, a importância do maçon na recomendação feita pelo Supremo Conselho português ao brasileiro. Vejamos o caso referido:

O irmão Carvalho e Azevedo, declarando que tinha de sair do paiz, em direcção ao Rio de Janeiro, despediu-se da sublime câmara e offereceu os serviços n`aquella cidade. A Grande Loja resolveu que uma comissão se fosse despedir do referido irmão, em nome do Grande oriente, e que essa comissão lhe entregasse uma prancha para o Grande Oriente Unido do Brazil, apresentando-o e recomendando-o pelos altos serviços que tem prestado á maçonaria portugueza, e pela dedicação com quem tem mantido à officina sympathia a que pertence²⁶⁵.

Interessante perceber que muitas destas recomendações eram mencionadas no Boletim em tom de agradecimento pelos recomendadores. Demonstrando o comportamento dos maçons nas lojas que foram acolhidos,

Cummo prazer nos causou a vossa prancha de 2 de Março em que nos communicaes a recepção fraternal que dispensastes ao irmão Caetano Corrao por nós recomendado, e ao obreiro do nosso círculo dr. Basílio Castel Branco, e mito do coração vos agradecemos. Compraz-nos igualmente que vos fosse agradável a monção enviada ao poderoso irmão dr. Mathias de Carvalho nosso distincto compatriótico, que, pelos seus dotes e talentos, tanta sympathia tem sabido grangear no generoso Imperio do Cruzeiro. Oxalá que esse irmão prossiga sempre senda que enctou a contento dos dois povos irmãos e amigos por tantos títulos. (...) Cumprido este honroso encargo só me resta implorar para vós e para todo o corpo maçónico do valle do lavradio as bênçãos do Supremo Architecto do Universo. 1 de Junho de 1871.- (assignado) dr. A.M. Da cunha Bellem²⁶⁶.

Vê-se, portanto, que a comunicação interna entre os orientes estimulava o diálogo entre os órgãos, dando conhecimento dos “passos” dos maçons. Por um lado os contatos demonstram as ações dos maçons de maneira positiva: como foi o caso citado anteriormente, no qual o recomendado demonstrou comportamento exemplar no oriente de destino; corroborando portanto para o exercício da prática de reciprocidade investida com as recomendações. Por outro lado, constatou-se também situações inversas em tom de alerta, diante do mau comportamento de outros membros.

Neste sentido, percebemos que as recomendações de um oriente para outro tinham o propósito de contribuir também para a arregimentação de ajuda, para além do maçon em viagem propriamente. Ou seja, em alguns casos a indicação do irmão em si servia também

²⁶⁵ Sessão de 25 de Junho de 1880. (1880, Junho). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa., Nº 3, 3ª Série, 12º Anno, Lisboa, p.65.

²⁶⁶ Seção de correspondencia: Ao poderoso irmão Grande Secretario do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio. (1871, Junho). *BOGOLU*, *Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa.*, Nº 24, 3º Anno, Lisboa, p.523.

para esclarecer que o mesmo não tinha tido boa conduta no seu oriente de origem. Ou mesmo em outros orientes pelos quais tinha sido recomendado anteriormente, em tom de denúncia. Neste caso a ajuda mútua referia-se ao valle que estava por recepcioná-lo, com o propósito dos irmãos não serem vitimados pelas práticas irregulares praticadas pelo maçon. Este tratamento pode ser verificado pelo GOLU ao maçon de origem espanhola em destaque:

Na seção de correspondência de junho de 1871, o venerável Cunha Bellem havia recomendado ao Supremo Conselho do Brazil o irmão supracitado: “Sou encarregado de vos comunicar que o irmão Eduardo A. Cabral (Maldonato), pertencente a uma Loja d’esta obediencia ao Valle de Vigo, Hespanha, sendo accusado pela mesma loja de um crime deshonroso, partiu d’alli para o Porto, onde embarcou para o Brazil”. O corpo superior ordenou imediatamente ao Soberano Capitulo Provincial do Porto que mandasse aquella respeitável Loja, instaurar-lhe processo regular, acordando em prevenir-vos para que suspendaes qualquer acto de protecção ao dito irmão, até que pelo processo se prove a accusação e elle fique no uso de todos os direitos maçónicos (...). 1 de Junho 1871.- (Assignado) dr. A. M. da Cunha Bellem, 33²⁶⁷; Este Soberano Capitulo encarrega-me, em adiamento á sua prancha nº 7, traçada em 26 de abril ultimo; em quando ao maçon Eduardo A. Cabral (Maldonato); de vos participar que aquelle irmão partiu deste valle para o Rio de Janeiro; e em vista do que, o mesmo capitulo resolveu assim vol-o comunicar afim de que tambem façaes para para os obreiros d’aquelle valle, para que aquelle maçon ali não vá praticar aguas acções áquellas que praticou no valle de Vigo 16 de Maio de 1871. – (assignado) Augusto Soares d’Oliveira²⁶⁸.

Outra queatão relevante que percebemos foi o facto das recomendações extrapolarem o universo maçónico, pois muitos familiares e amigos dos irmãos eram também recomendados pelos maçons em tom de apoio, de ajuda,

(...) Ordem da noite- Eleições gerais (...) Após votação e divulgação do resultado da eleição anunciou-se: o irmão muito sábio declarou que, constando que passaria n’este valle em viagem de recreio uma filha do sapientíssimo grão-mestre do Grande Oriente Unido do Brasil, o supremo conselho junto do nosso grande oriente havia resolvido que o poderoso irmão conde de Paraty, nosso sapientíssimo grão mestre, a fosse cumprimentar em nome d’este grande oriente, ao que este distinto irmão acedeu do melhor grado, desempenhando-se da sua missão logo que aquella chegou a Lisboa. Inteirada a sublime camara da comunicação que acabava de ser feita pelo irmão muito sábio, resolveu por indicação d’este poderoso irmão que se dirigisse uma prancha ao Grande Oriente Unido do Brasil, manifestando-lhe o nosso prazer por termos entre nós a filha de um irmão que tantos e tão assignalados serviços tem prestado à ordem²⁶⁹.

²⁶⁷ Idem, Seção de correspondencia: Ao poderoso irmão Grande Secretario..., p. 531.

²⁶⁸ Seção de correspondência: Do Grande Secretario Do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio. (1871. Maio). *BOGOLU*. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Nº 23, Lisboa, p. 501.

²⁶⁹ Secção de 16 de Abril de 1875. (1875, Abril). *BOGOLU*, *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, 2ª série, 4º Anno, Nº 1, Lisboa, p. 7.

Estas comunicações traduzem não só o acesso que os membros tinham no trânsito de um oriente para o outro, mas também constataam o fluxo de homens de prestígio ou não que ao fazerem estas viagens transitavam em realidades distintas, o que notadamente favorecia ao intercâmbio de hábitos, costumes, ideias. Ressoando, portanto, em Ecos, o que corroborava para práticas semelhantes em universos distintos.

Viagens subsidiadas com aporte financeiro maçónico

Nós, conde de Paraty, 33, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido (...). Fazemos saber que a Grande Loja aprovou e nós sancionamos a lei seguinte: Artigo 1º Attendendo a que é um dos primeiros deveres da maçonaria proteger os seus filhos desvalidos, maiormente quando ao desvalimento pecuniário se junta a agravar-o a falta de saúde querendo prestar homenagens ás boas relações que entretemos com todos os maçons do imperio do Brazil (...) ²⁷⁰.

Alguns destes membros, ao viajarem, além das cartas de recomendação, também eram lhe concedidos subsídios financeiros para realização das viagens. O que demonstrava a filantropia relacionada diretamente à ajuda mútua, não apenas na recomendação do irmão, mas também no aporte indispensável para o deslocamento, como passagem para os mesmos. Em alguns casos, dependendo da carência financeira, as ajudas eram extensivas também aos seus familiares diretos: esposas e filhos. Vejamos alguns dos casos de ajudas concedidas para viagens que foram registradas no Boletim no período em estudo:

Todas as officinas da obediência, por convite do sapientíssimo grão-mestre, concorreram para o benefício do irmão Maia Júnior com avultada quantia para elle para ele poder sustentar-se com a sua família e regressar ao Brazil, pouco melhorado dos seus padecimentos ²⁷¹; Considerando que o irmão Joaquim de Oliveira Maia Junior, súbdito portuguez e obreiro da respeitável Loja Philotímia ao valle de Pernambuco, é por todos os motivos digno da nossa pretecção; atendendo porém ao precario estado do cofre do Grande Oriente Lusitano Unido; é nomeada uma commissão composta dos irmãos conde de Paraty (...) para solicitar directamente de todas as officinas do valle de Lisboa e do porto socorro para auxiliar o dito irmão no seu regresso para o Rio de Janeiro ²⁷². Todas as respeitáveis officinas da obediência concorreram para a subscripção em favor do ir. Joaquim d'Oliveira Maia Junior, recebendo este irmão total de duzentos e quarenta e quatro mil cento e sessenta e seis réis e havendo regressado com sua família á capital do

²⁷⁰ Secção official. (1870). Em: Legislação Official do *GOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza. Lisboa, p.203.

²⁷¹ Secção noticiosa de 08 de Março de 1869. (1869, Março). *BOGOLU*, Publicação mensal. Nº 1, 1º Anno, Lisboa, p 198.

²⁷² Secção official- Legislação. (1870, Janeiro). *BOGOLU*, Publicação mensal, Nº 7, 2º Anno, Lisboa, pp.203-204.

Brazil²⁷³; Nós, conde de Paraty, 33, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, etc. Fazemos saber que a Grande Loja aprovou e nós sanciona-mos a lei seguinte: Artigo 1.º Tendo na devida consideração o estado precário das circunstâncias do irmão Pelicano Valbor e as honrosas recomen-dações que o mesmo irmão nos apresentou dos altos e respeitáveis corpos maçónicos do Brazil ao valle dos *Benedictinos* e do *Lavradio* com os quaes desejamos entreter as mais estreitas e fraternas relações, não esquecendo também os encargos que pesam sobre o nosso cofre, é dada por uma vez somente ao referido irmão a quantia de vinte e sete mil réis²⁷⁴; Grande Oriente do Brazil – Prancha recomendam: um irmão. Foi declarado, que ao irmão recomendado lhe havia prestado todo o auxílio que o referido irmão desejava²⁷⁵.

Diante destas práticas vê-se que a maçonaria, ao final do século XIX, procurava manter os princípios da filantropia, referentes aos antigos costumes da irmandade propagados pela ordem ao longo dos tempos, como consta nos “Landmarks”, ou seja, do mesmo modo que os auxílios procuravam atender as necessidades dos membros com apoio a estes, por parte dos irmãos, representava a prática da virtude, princípio doutrinário da ordem; obrigações e deveres sociais da entidade.

Abono de dívidas de maçons nas lojas

As ajudas financeiras em alguns casos, para além de serem subsídios que auxiliavam nas viagens, representavam ainda o abono das pecuniárias das lojas. Neste sentido, vimos o caso do “Decreto de 3 de Janeiro de 1883 (era vulgar), Autoctorisando a grande comissão de fazenda a abonar a um irmão de loja da obediência do Grande Oriente do Brasil Unido, a medalha indicada no mesmo decreto como subsídio extraordinário para esse irmão se transportar á terra da sua naturalidade”²⁷⁶.

Sabemos que as pecuniárias rendiam para a loja aporte material destinado a concretização das ações que procuravam atender muitas vezes aos objetivos da instituição. Como por exemplo: as doações eram utilizadas nas edificações dos estabelecimentos de ensino, dos infantários, orfanatos, casas de repouso para a terceira idade, hospitais, além destas doações incorrer aos maçons e familiares no seu sítio e nas viagens realizadas. Estas

²⁷³ Por ordem superior se faz constar o seguinte. (1870). *BOGOLU*, Publicação mensal, 2º Anno. Lisboa, p.236.

²⁷⁴ Secção Official. (1870). *BOGOLU. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*. Lisboa, p.295.

²⁷⁵ Quadro Geral das relações externas do Grande Oriente Lusitano Unido. (1887, 1º Trimestre). *BOGOLU*, 18º Anno. Lisboa, p. 54.

²⁷⁶ Secção Official- Legislação, série de 1882-83, nº 23. (1883, Janeiro-Março). *BOGOLU*, Nº 10, 11 e 12, 14º Anno, 3ª Série, Lisboa, p.10.

são algumas ações decorrentes da ajuda mútua²⁷⁷. Em alguns casos vimos ajudas mútuas traduzidas diretamente no abono das pecuniárias de brasileiros em lojas do Grande Oriente Lusitano Unido. Neste sentido, identificamos os seguintes trechos do Boletim:

Eu, Conde Paraty, 33, Grão Mestre, (...): Faço saber que a Grande Loja aprovou e foi por mim sancionada a lei seguinte: Artigo 1º É a Grande Comissão da Fazenda autorizada a abonar ao irmão JDAC, obreiro do Grande Oriente do Brasil, a quantia de 45\$000 réis, importância da sua passagem para Pernambuco”. Traçado no Gabinete do Grão Mestrado, aos 16 de Julho de 1875 assinam O Grão Mestre Conde Paraty, 33 e o Grande Secretário, H. Prestes, 33²⁷⁸; O conselho resolveu officiar ao irmão Saldanha Marinho, agradecimento-lhe a oferta de duas obras importantes, e explicando-lhe os motivos por que pediria ao irmão Corrêa de Menezes o favor de indagar se chegaram ao seu, destino as correspondências em que, por varias ocasiões, temos instado pelo liquidação do credito que temos com o Grande Oriente do Brasil²⁷⁹.

Tais iniciativas, ao nosso ver, não significam apenas a solidariedade empreendida com a materialização do abono, mas, principalmente, a contestação de aproximação de um oriente com o outro no sentido de solidarizar entre os membros e, sobretudo, entre as instituições no além-mar. Uma vez que tal abono representava a isenção da dívida por parte do membro e também contribuía para que este mesmo membro, em oriente diferente da sua origem, continuasse a participar da irmandade, diante do compromisso assumido com a instituição abonada.

A relação entre os Orientes para que os maçons continuassem suas atuações em territórios de destino diferentes do de origem, podem ser percebidas no levantamento dos maçons portugueses que mantiveram alguma relação com o Brasil. Conforme demonstrado dos maçons que pertenceram ao GOLU e que tiveram alguma relação com o Brasil no período em estudo.

Gostaríamos de referir algumas observações que fizemos deste levantamento realizado no arquivo particular do Grande Oriente Lusitano Unido, apresentado no axexo deste trabalho:

Inicialmente a constatação da circulação e, portanto, da aproximação entre a maçonaria brasileira e portuguesa, personificada no livre-trânsito de seus membros entre os Orientes - muitos inclusive com recomendações, como mencionado anteriormente. Tais trânsitos debatiam-se com os conflitos vivificados tanto em Portugal, a exemplos dos

²⁷⁷ Barata, A. M. (1999). *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. CMU- Editora da Unicamp, Campinas.

²⁷⁸ Secção Official- Legislação. (1875, Julho). *BOGOLU*, N° 4, 4º Anno, 2ª Série, Lisboa, p.60.

²⁷⁹ Secção ordinária de 12 DE AGOSTO DE 1884. (1884, Agosto). *BOGOLU*, Publicação mensal N° 15, 15º Anno, 2º semestre, Lisboa, p.81.

episódios históricos: laicismo, neocolonialismo, republicanismo; como no Brasil, diante da Guerra do Paraguai, abolição da escravatura, questão religiosa, movimentos republicanos internos (ex. Farrroupilha), republicanismo gerando a proclamação da república. No entanto, nenhum destes episódios interferiu na relação estabelecida entre os Orientes ao ponto de provocar uma ruptura. Muito pelo contrário, detectamos o empenho da maçonaria portuguesa não só na unificação da maçonaria brasileira - mesmo que diante das cisões que esta tivera de administrar também em seu meio - como também nas atitudes de apoio dos republicanos brasileiros aos antimonarquistas revolucionários portugueses. Neste aspecto, nos parece evidente que estas aproximações ressoam como Ecos ao despertar, sobretudo, em prol de realidades diferentes que vê-se como ideias. Tanto foi assim que a expansão do número de lojas é perceptível neste período, fundadas por maçons que estiveram neste trânsito.

Um outro ponto interessante de ser observado é que os maçons, mesmo tendo sido iniciados em determinadas lojas no seu lugar de origem, ao migrarem para outros sítios, acabavam por ser regularizados no destino - dando continuidade, portanto, a atuação maçónica. O que demonstrava o compromisso com a irmandade ou de todas as benesses adquiridas com o vínculo. Lembremos que o recrutamento das lojas, nos dois lados do Atlântico, concentrava-se entre os profissionais liberais, militares, comerciantes, professores, etc. Nas suas vidas profanas eram profissões que tinham uma certa regularidade, por vezes representavam a elite intelectual e mercantil. Além de funções que socialmente e politicamente eram de destaque na sociedade. Por tanto, ficava mais fácil adquirir uma solidariedade em país estranho.

É verdade que nem sempre todos eram ajudados. Existiam aqueles que eram punidos (irradiados) em função, por exemplo, de não quitarem suas dívidas com a Ordem. Outros eram acudidos em nome da ajuda mútua. Lembrados, inclusivamente após suas passagens. É o que veremos a seguir.

Informes fúnebres

Outra prática da maçonaria que também se enquadra na ajuda mútua, diz respeito à beneficência empreendida nas visitas aos enfermos e na participação de funerais. Os sofrimentos e as dificuldades dos irmãos em decorrência destas situações merecem à atenção e a solidariedade apregoada. Assim, atendendo a prática da virtude, viu-se a participação dos maçons também nestas situações como deveres familiares, cívicos e sobretudo maçónicos.

Prática que não fugiu ao revanchismo inerente entre a maçonaria e a Igreja. É interessante notar que a rivalidade secular existente entre as instituições mencionadas, em alguns casos, era tratada nos momentos finais dos membros. Ou seja, as diferenças se sobressaiam não só durante a vida ou no leito de morte, mas também durante o ritual fúnebre do velório – muitas vezes demonstrando o “fanatismo do jesuitismo contra a maçonaria”. Como foi o caso paranaense brasileiro registrado em Boletim e divulgado posteriormente junto aos irmãos portugueses:

O facto que ha poucos dias se deu n'esta capital por occasião de se dar á sepultura o cadaver de Antonio Francisco Corrêa, não se deve deixar, por curioso, de patenteai o ao publico do nosso paiz.É mais um murcho ramo de triumpho que se reúne a tantos outros do clero brazileirot que ülo vacilla em arremessar contra os livres pensadores provocações constantes. No dia 16 do corrente, por occasião do enterramento do referido Antonio Francisco Corrêa, as lojas maçónicas d'esta capital, d'onde era o fallecido também maçon, nomearam commissões para assistir ao funeral. O nosso estimável vigário Agostinho Machado, a quem muito respeitamos por sua idade, foi o iniciador d'esse desforço, e por isso desrespeitado peto procedimento pouco cavalbeiroso que nessa occasião teve. Em presença, pois, de numerozo concurso de povo, em alta voz exclama o Sr. Vigário: “aqui não temos maçonaria nem maçons!” e aproximando-se do cadaver de Corrêa tira-lhe a luva branca da mão direita que symbolisava a qualidade de maçon e atira-a á rua!! Outros padres, entro esses uin maçou, viram impassíveis a este acto e não tiveram a delicadeza de observar ao seu companheiro que tão irregularmente procedia. Este facto surpreendeu a todos os circunstantes, que não puderam calar-se ante tão reprovada descortezia do sr. vigário desta capital, que não tinha direito algum de lançar uma affronta ás pessoas respeitáveis que pertenciam ás associações maçónicas desta localidade. Um digno maçon da loja Apostolo da Caridade, capitão A. R. de C., moço independente de character e a quem sobra animo todo e qualquer commettimento nobre, protestou em seguida em alta voz e quiz vingar na pessoa do mesmo vigário aquelle ultrajge, o que muitos obstaram por prudência.Saiu á rua então o capitão A., apanhou a luva e a depositou no caixão do finado, dizendo: tirae agora!(...) Em Curityba toda a população se indignou com a provocação do vigário da capital, porque quasi todos pertencem á maçonaria: é raro o homem que enverga casaca e traz gravata que não pertença a essa nova cruzada que hastêa em todo o mundo o pendão das scienciás e da civilização; e que um dia ha de operar a revolução mais grandiosa que dar se pôde, que é—a liberdade em toda a sua plenitude e debaixo de certo ponto de vista moral (...) Curitiba, 25 de maio de 1877²⁸⁰.

Embora as ações de repúdio da Igreja fossem demonstradas, mais rotineiramente, aos maçons oriundos da sociedade civil, vimos um caso inusitado noticiado pelo Boletim do GOLU, que tivera sido comunicado pelo GOB. Referimo-nos ao maçon brasileiro que, antes de aderir a ordem, fora eclesiástico e, posteriormente, passou a ser perseguido pela Igreja,

²⁸⁰ A Maçonaria e o jesuitismo no Paraná. (1877, Agosto). *BOGOLU*. Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa, Nº 5, 2ª série, 6º Anno, Lisboa, pp.75-76.

sobretudo na pessoa de um bispo. A notícia busca homenagear suas atitudes benéficas como ex. eclesiástico, professor universitário e maçom. Vejamos:

Perdeu-se para humanidade e para liberdade um grande vulto moderno. O ilustrado ecclesiastico brasileiro Francisco João de Azevedo, deixou de existir na capital Parayba. Como maçom foi uma das victimas do bispo Vidal, que suspendeu das ordens, não só por esse facto, mas por não querer abjurar dos seus juramentos á Ordem: Louvável abnegação! Desde este acto do bispo, que revela a mais profunda intolerância religiosa, Azevedo jamais se considerou sacerdote. Este distincto brasileiro, homem de convicções sinceras e leaes, era respeitado não só como tal, mas pelo seu estudo. Em Pernambuco, exerceu elle dignamente as funções de lente das cadeiras de arithmetica e geometria no curso de preparatórios annexos á Faculdade de Direito. Francisco João de Azevedo, era ao mesmo tempo em espirito inventivo. Falleceu aos sessenta anos. Recordando os seus serviços e o seu prestimo, curvâmo-nos diante de tanta dedicação, e dedicâmos á sua memória a nossa eterna saudade²⁸¹.

Percebemos com este caso que as honras fúnebres faziam parte também das temáticas de ajuda mútua noticiadas pelo Boletim. Fossem maçons no Brasil ou em Portugal, os seus contatos demonstram à existência deste tipo de tema. Em alguns casos eram membros que tinham alguma relação com o oriente de além-mar. Nem que fosse pelo simples facto de serem conhecidos em oriente diferente da sua origem, diante das suas ações realizadas durante toda a vida. Podiam ser também ações de algum profano ligadas ao civismo, como foi o caso da nobre mulher “(...) a ex. ma condessa de Montemerli pelo seu falecimento (...)”²⁸² e dos maçons brasileiros: Joaquim José Inácio, conhecido como Visconde de Inhaúma, Visconde do Rio Branco e o italiano José Garibaldi. Vejamos primeiro a notificação sobre o passamento do marinheiro que participou do combate da Guerra do Paraguay²⁸³:

...honras funebres celebradas no Grande Oriente do Brazil á memória do illustre e valente marinheiro visconde de Inhaúma (Joaquim José Inácio)... Cumpro a triste missão de dar-nos conta das honras funebres celebradas pela Sapientíssimo Grande Oriente e Supremo Conselho do Brazil em memoria do Illustre Irmão... Chamado pelo governo do paiz a ir tomar o commando da armada imperial nas aguas do Paraguay, partiu o Illustre Irmão visconde de Inhaúma, cercado da confiança de todos os seus concidadão, aos quaes durante a sua longa vida dera exuberantes provas de daber e de valor. Efectivamente não desmentiu o seu nome nem as esperanças públicas²⁸⁴.

Quanto às notícias no mensário do GOLU sobre o falecimento do Visconde do Rio Branco, vimos que estas foram distribuídas ao longo de todo o primeiro semestre de 1881.

²⁸¹ Secção noticiosa sentido de faleciemento. (1880, Julho) *BOGOLU*. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Nº 4, 3ª série, 12º Anno, Lisboa, p.107.

²⁸² Sessão de 26 de abril de 1871. (1871, Abril). *BOGOLU*, Publicação mensal, Nº 22, 3º Anno, Lisboa, p.471.

²⁸³ Sobre as comunicações referentes a este conflito, dedicaremos um trecho do item 3.3 desta tese, PP. 139-142.

²⁸⁴ Secção noticiosa. (1869, Outubro). *BOGOLU*, Publicação mensal, Nº 4, 1º Anno, Lisboa, p. 91.

Iniciam-se com uma pequena nota: “Falleceu no Rio de Janeiro o Visconde do Rio Branco”²⁸⁵, e concluem com a edição de um Boletim exclusivo. Depois, devido o prestígio deste irmão junto aos maçons portugueses em função, sobretudo, das suas atitudes de vida pública²⁸⁶ - mesmo sendo este descendência direta de portugueses -, de exaltação pela missão paranhos na Guerra do Paraguai²⁸⁷, na defesa da libertação dos escravos²⁸⁸ e por sua contribuição à maçonaria brasileira durante seu grão-mestrado²⁸⁹.

A importância do falecido era tão significativa para os maçons portugueses, que a ausência de um texto dedicado exclusivamente ao Visconde do Rio Branco foi justificada na publicação de um Boletim, antes da edição especial:

O falecimento do Visconde do Rio Branco, Grão Mestre do Oriente Brasileiro, ao valle do Lavradio, declaramos que n'este boletim seria publicada a biografia d'este illustre maçom. Mas a falta de espaço não nos permite satisfazer a esta promessa. Entrará pois a biografia no próximo número²⁹⁰.

Em junho de 1881 a edição especial foi publicada com a biografia do Visconde e levada a conhecimento de todos os irmãos leitores. Transcrevemos trechos da publicação referida:

(...) O Visconde do Rio Branco, finou-se no Rio de Janeiro, na noite de 1º de Novembro do anno passado, cercado de sua família, e de alguns amigos que o consideravam pelas suas virtudes, e o respeitavam pelos seus serviços ao paiz. Este homem notável, este espirito grandioso e levantado, desempenhou um importante papel político no Brasil. (...) Eleito deputado em 1847, pouco tempo accupou o seu lugar, em virtude da dissolução da câmar; mas em 1850 foi-lhe contida uma importante comissão diplomática nos Estados da Prata, e a elle se deve o acordo que poz termo á questão de limites, de há muito perdente entre o imperio e o Estado Oriental. Nomeado ministro da marinha em 1850, reorganizou todas as repartições da sua dependência (...) No desempenho do cargo de mistro dos negócios estrangeiros, e que foi chamado em 1855, houve se com o maior acerto, não só nas negociações

²⁸⁵ Necrologia. (1881, Janeiro). *BOGOLU*. Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa, Nº10, 12º Anno, Lisboa, pp. 235-236.

²⁸⁶ Algumas obras que apresentam a biografia do Visconde do Rio Branco: Besouchet, L. e Paranhos, J. M. (1985). *Visconde do Rio Branco: ensaio-biográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília; Brake, A. V. S. (1902). *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Visconde do Rio Branco, dados biográficos, 2 v. 5. Salvador; Paranhos, J. M. da S.. Biografia de Visconde do Rio Branco Em: *Revista Americana*, (1909, 1913, 1916, 1919). Ano 1, Fase III e IV.; Besouchet, L. (1946). *O barão do Rio Branco, ensaio biográfico*. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro. E ainda: Rio Branco. R. do. (1942). *Reminiscências do barão do rio Branco.*, José Olympo, Rio de Janeiro.

²⁸⁷ *Da missão Paranhos à Guerra do Paraguai*. Ididem, Besouchet, L. (1985), pp. 85-108.

²⁸⁸ *Do Bill Aberdeen à Lei do Rio Branco*. Idem, pp. 111-118.

²⁸⁹ Exerceu a função de Grão Mestre no Oriente brasileiro, junto ao valle do Lavradio, período de 1872-1880. Sobre a relação estabelecida entre o visconde e a maçonaria ver: Araripe, A. (1880). *Rio Branco na maçonaria*. Rio de Janeiro. e Azevedo, C. M. M. de, (1986-87). Maçonaria: história e historiografia, *Revista da USP*, n. 32, pp. 178-189.

²⁹⁰ Sessão noticiosa, aviso noticiando no nosso anterior número. (1881, Fevereiro/Março). *BOGOLU*. Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa, Nº 11 e 12, 12º Anno, 3ª Série, Lisboa, p. 261.

importantes que se realizaram com o Paraguayo, mas nos enérgicos protestos que formulou, para defender os direitos de soberania do imperio, diante dos actos de alguns crusadores inglezes, contra o trafico da escravatura, que o imperio admitia, e cuja abolição, logo depois decretou. Feito ministro plenipotenciário, junto do governo do Paraguayo, negociou elle, e assignou a memorável convenção de fevereiro de 1853, que livrou o Brasil de uma guerra calamitosa (...). O Visconde do Rio Branco, que encetou a sua carreira publica, e política nas fileiras do partido liberal progressista, alistou-se depois e militou no campo conservador. Accusado na impensa e na tribuna, pelo que chamava uma apostasia, por diferentes vees defendeu elle, a mudança, que se operara nas suas opiniões. Mas em 1858, ocupando um logar notável no gabinete, expoz perante a camara, e nos seguintes termos, as razões que tinham concorrido para essa mudança, e para a posição que occupava então na política do império: (...) Respondo aos meus adversarios que o dever de homem de estado consiste em manter-se entre os extremos, evitar assim as aberrações do despotismo, como a licença de uma liberdade sem freio; conciliar o poder com a liberdade (...). Nos princípios do anno de 1861, foi o Visconde do Rio Branco nomeado ministro da fazenda; e em 1862, foi feito senador pela província de Matto Grosso. Sedo chefe da opposição parlamentar, foi nomeado para uma missão especial no Rio da Prata, e no desempenho d'este encargo, mostrou elle também então as suas elevadas qualidades, e o character de verdadeiro homem publico, que já n'essa época o distinguia. Nomeado conselheiro d'estado em 1866, e elevado ao viscondade, com grandes, em 1870 formou logo depois de seu regresso do rio da Prata, o ministerio de 1871, que tão boa recordação deixou no imprio, pelos actos que praticou, e pelas medidas adoptadas em benefício da humanidade (...). Desappareceu aquelle espirito levantado e grande, mas o seu nome deixa em suico luminoso na historia do imperio, por isso que não existe, da sua época de trabalho e da actividade, nenhum facto importante na vida política e administrativa do Brasil, em que o Visconde do Rio Branco não tenha tomado parte. Deixando de si boa memoria, ao passar os umbraes da eternidade oxalá possa a recordação dos seus uteis serviços²⁹¹.

Um outro maçom de prestígio junto aos portuguese e que teve destaque no Boletim foi do italiano Giuseppe (José) Garibaldi. Este membro adquiriu simpatia não só por ter contraído núpcias com uma descendente de português, mas sobretudo pela sua participação direta na História do Brasil, na condição de revolucionário e republicano. Foi um dos líderes da revolução liberal gaúcha: a farroupilha²⁹², juntamente com Bento Gonçalves e Daniel Canabarro.

²⁹¹ Visconde do Rio Branco. (1881, Junho). *BOGOLU. Supremo Conselho da maçonaria Portugueza*, Nº 3, 13º Anno, 3ª Série, Lisboa, pp. 42-44.

²⁹² Obras que abordam a relação estabelecida entre a guerra dos Farrapos e a Maçonaria: Colussi, E. L. (2003). *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. Ed.. Editora da UPF. Passo Fundo.; Leitman, S. L. (1979). *Razões socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*.: Edições Graal. Rio de Janeiro.; Apalding, W. (s/d). *Farrapo*.: Sulina, Porto Alegre.; Fagundes, M. C. (1989). *Revelações da história da maçonaria gaúcha*. Hoy es Historia, ano 4, n. 20, Montevidéu, p. 41-50.; Flores, M. (1982). *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. Mercado Aberto. Porto Alegre.; E ainda: Dienstbach, C. (1993). *A maçonaria gaúcha - história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul*. (4. v.). A Trolha, Londrina.

A revolução da farroupilha corroborou para a expansão do pensamento político no Brasil, e aproximando a elite regional à causa da maçonaria. É sabido, por exemplo, da força política que a maçonaria tivera no século XIX. No entanto, no Rio Grande do Sul, “A maçonaria encontrava-se em fase de instalação na província quando eclodiu a revolução. Dessa maneira, dificilmente teria a força, o prestígio, o sentimento conspirativo e liberal necessário para influenciar ou interferir decisivamente num episódio da proporção da Guerra dos Farrapos”²⁹³. Concordamos com Colussi quando argumenta que naquele instante o conflito dos farrapos fora mais importante para a maçonaria, do que o contrário. Isto no sentido que esta, ao propiciar o espaço para discussões e transmissão das ideias liberais, conseguiu se consolidar no sul. Vale destacar que, embora as primeiras lojas maçônicas brasileiras tenham sido implantadas em 1800, somente “três décadas depois se tem notícia oficial da instalação de loja no Rio Grande do Sul: a loja Filantropia e Liberdade, fundada em 25 de dezembro de 1831, na cidade de Porto Alegre”²⁹⁴.

Quanto a Garibaldi, este participou da unificação da Itália em 1814, em parceria com seu chara Giuseppe Mazzini, na época em que a maçonaria tinha constituição da Carbonara. Garibaldi, para além de revolucionário, se manteve ativo na maçonaria, atingindo o grau 33 na Itália, e foi eleito em 1864 seu grão- mestre²⁹⁵. Sobre as atuações do revolucionário maçom o Boletim destaca:

José Garibaldi- Morreu o grande patriota italiano. Acabou a história de Garibaldi, mas a lenda continuará, por isso que a sua vida de muitos anos, é puramente legendaria (...) nasceu em Niza, a 4 de Julho de 1807; morreu pois aos setenta e cinco anos de idade (...). Já aos vinte e cinco tomou parte activa da política, entrando no partido da Jovem Italia, capitaneado por Mazzini. Conspirou com os que sonhavam n`essa época, na libertação do território, e teve que fugir para Merselha; passou d`ali a Tunis, onde o bey o admitiu ao serviço; mas como se lhe não proporcionasse ocasião de exercer a sua acção guerreira, partiu para o Brasil. Isto succedeu em 1836. Dedicou-se ali, de princípio, ao pacífico commercio de cabotagem; mas antes de um anno rebentou um movimento republicano [se refere a farroupilha] na região meridional, e Garibaldi correu a tomar parte n`elle. A sua sorte foi então varia; ferido perigosamente, prisioneiro e fugitivo, recebido e tratado cuidadosamente por uma família hespanhola; reencarcerado, sujeito ao cruel tormento da prisão, livre de novo, e a final almirante de uma esquadra

²⁹³ Colussi, E. L. (s/d). A relação entre Revolução Farroupilha e maçonaria. Em: *Sonhos de Liberdade – O legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita*. Acedido em 03 de Agosto de 2011, em: www.viapolitica.com.br/sonhos/09_a%20relacao_entre_revolucao.php.

²⁹⁴ Morel, M. (2001). *Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Estudos Históricos., n. 28. Rio de Janeiro, p. 3-22.

²⁹⁵ Albolea, A..(2010). Em: *Maçonaria seus segredos, seu legado e sua influência*. Como a maior sociedade secreta de todos os tempos ajudou a escrever a história do Brasil e do mundo. *Revista Aventuras na História: Edição especial*. Editora Abril, pp.45-50.

liliputiana, na qual se bateu heroicamente. Abandonou o Brasil em 1843 (...)²⁹⁶.

Estes casos são relevantes em mencionar como uma demonstração de que o Boletim maçônico funcionava como um veículo comunicador. Apesar do seu caráter restrito aos irmãos, ele estava atualizado e articulado com outros veículos de comunicação, como exemplo o Jornal A Vanguarda, que também noticiou a morte de Garibaldi, com texto semelhante. Esta similitude se dava em decorrência da afinidade política ideológica dos dois impressos (ambos republicanos) e por ter um membro do GOLU, Magalhães Lima, em sua atividade. Vejamos notícia vanguardista:

(...) foi depositada uma bella corôa de rosas e lilazes no solco do monumento de Garibaldi que acaba de ser inaugurado em Paris. Essa corôa, em nome do Brazil (...) «A Garibaldi, o heroico esposo d'Annita, a colonia brasileira de Paris». Como todos sabem, Annita Garibaldi nascera no Brazil, no Estado de Santa Catharina e era descende de paes portuguezes (...) ²⁹⁷.

Para além do personagem da história do Brasil, mencionado anteriormente, mereceu destaque também na imprensa vanguardista as notícias fúnebres do estadista brasileiro dr. Affonso Penna. Conforme demonstrado nas citações seguintes:

A Comissão Distrital Republicana de Lisboa perante o lucto que envolveu a grande nação brasileira, pelo passamento do dr. Affonso Penna, presidente da República, lançou na acta da sua sessão de hoje um voto de profundo sentimento e envia aos seus irmãos d'além mar à expressão d'uma inalterável solidariedade na sua dor²⁹⁸; Também nossos amigos se fizeram representar no funeral do presidente da República, Dr. Affonso Penna... mandando ao Rio de Janeiro um representante especial, 1º secretário do Centro, o nosso corregionario Antonio Ruas²⁹⁹.

Retomando aos maçons brasileiros ou portugueses que tiveram o auxílio mútuo, no que refere-se às participações em seus funerais, e destacaremos aqueles que foram homenageados em função de terem atuado na maçonaria como membros ativos. Referimo-nos aos falecidos em destaque pelas ações dedicadas a irmandade, nomeadamente – brasileiros - João Severino da Silva, António Teixeira d'Oliveira, Udo Schleusner e Fernando Luiz Osorio e - portugueses - João Maria do Olival Gouveia, Joaquim Germano de Sousa Neves, conde de

²⁹⁶ José Garibaldi. (1882, Junho/Julho). *BOGOLU. Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Nº 3 e 4, 14º Anno, 3ª série, Lisboa, pp.44.

²⁹⁷ “O Brazil e Garibaldi. (1907, 16 de Julho). *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) nº 3830 (6:701), Lisboa p. 2.

²⁹⁸ Notícias do estrangeiro. (1909, 28 de Junho). *Jornal Vanguarda*, XII ANNO (XIX), Nº 4.477 (7:348), Lisboa, p. 1. E ainda: A morte do dr. Affonso Penna condolências. (1909, 11 de Maio). *Jornal Vanguarda*, Nº 4.429, XII ANNO (XIX), (7:300). Lisboa, p. 1.

²⁹⁹ Republicanos Portugueses no Brazil. (1909, 10 de Julho). *Jornal A Republica* Anno II nº 392, Lisboa p. 1.

Paraty ou conde de Loulé. Os mesmos tiveram homenagens prestadas no Boletim por meio de pequenas notícias ou edições especiais.

Sobre os brasileiros vimos inicialmente o caso do falecido grão-mestre, João Severino Cabral:

Reinou silencio pela participação do falecimento do poderoso irmão João Séverino da Silva nosso representante junto ao Grande Oriente do Brazil ao valle dos benedictinos (...) batendo se a bateria surda da ordem (...) ³⁰⁰. Muito illustre e muito poderoso irmão. Cumpro o triste dever de comunicar-vos que a maçonaria brasileira acaba de sofrer uma grande perda com o falecimento do nosso charo irmão João Séverino da Silva, 33, representante do Sapientíssimo Grande Oriente do Brazil, Valle dos Benedictinos. O zelo, dedicação e amor com que nosso sempre chorado irmão serviu por largo tempo a Ordem Maçónica será um exemplo e um estímulo para os bons e verdadeiros maçons (...) ³⁰¹.

Posteriormente o maçom brasileiro António Teixeira d'Oliveira, que prestou à ordem os serviços burocráticos de tesouraria, conforme menciona a notícia vinculada no boletim português:

Esta de luto a maçonaria brasileira. Em 4 do corrente faleceu no Rio de Janeiro, o muito Illustre Poderoso e Respeitável Irmão Antonio Teixeira d'Oliveira grau membro efectivo do Grande Oriente e do Supremo Conselho, Grande Tesoureiro Geral da Ordem e do Santo Império. A sua morte foi vivamente sentida por todos os maçons do Brasil, que n'este momento prestam a homenagem devida às virtudes e serviços de um Irmão amado e estimado por todos que o coche - dam. Sentindo profundamente a perda irreparavel que acaba de sofrer o Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, e tributando-lhe os nossos mais sentidos pezames por tão infausto acontecimento (...) ³⁰².

E por fim, duas lideranças da maçonaria brasileira, as quais também foram noticiados seus falecimentos pelo Boletim do GOLU: o irmão Udo do Schleusner, das lojas União e Segredo, responsável pela fundação da grande loja maçónica do estado da Bahia, falecido em 1877: “Legislação Artigo 1º O GOLUSCMP, toma luto por três sessões pelo falecimento do poderoso irmão Udo Schleusner, soberano grande inspetor geral, 33, membro effectivo do GOU e SC do Brasil, e delegado do seu grão-mestre na província da Bahia. Sessão de 14 de Dezembro. Prancha do Grande Oriente Unido do Brasil comunicando falecimento do irmão

³⁰⁰ Sessão de 26 de abril de 1871. (1871, Abril). *BOGOLU*, Publicação mensal, nº22, 3º Anno, Lisboa, p.471.

³⁰¹ Sessão de correspondencia, correspondencias recebidas e expedidas n' este mez. Do Poderoso irmão Secretario do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao valle dos Benedictinos. (1871, Abril). *BOGOLU*, Publicação mensal, Nº 22, 3º Anno, Lisboa, p.485.

³⁰² Secção noticiosa. (1876, Junho). *BOGOLU. Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, Nº 3, 5º Anno, 2ª série, Lisboa, p.4.

acima citado³⁰³; e o irmão Fernando Luiz Osorio, que teve seu falecimento divulgado em circular expedida pelo Valle de Lisboa, em 8 de março de 1887:

e.: v.: CC.: e RR.: Iir.: - Tendo sido communicado a este G.: O.: o fallecimento dos Pod.: e H.: Ir.: 33.: - Dr. Fernando Luiz Osorio, gr.: mest.: adj.: do Sup.: Cons.: dos Estado Unidos do Brazil, (...) tomando luto por três sessões consecutivas e guardando-se na primeira os preceituados momentos de silencio³⁰⁴.

Em Portugal, identificamos o maçom de nacionalidade portuguesa, tendo emigrado para o Brasil, o irmão João Maria do Olival Gouveia, que além de maçom, pertencia a entidade rosa cruz no Brasil.

Faleceu no Rio de Janeiro o nosso irmão João Maria do Olival Gouveia cavalleiro rosa. Ha três annos tendo este nosso irmão partido para a capital do Brasil, despediu-se dos irmãos da respeitável officina a que pertencia, com a mais viva fé e esperança de que cedo voltaria a abraçar-os. (...) Á respeitável loja capitular Esperança, á qual o finado pertencia", enviamos os nossos pesâmes³⁰⁵.

Outro maçom que prestou serviços a ordem e foi homenageado é Joaquim Germano de Sousa Neves. Este membro se relacionou com o oriente brasileiro quando era o principal responsável pelas edições do Boletim - era o proprietário da imprensa (typographia), que editava o mensário³⁰⁶. Após sua morte a typographia continuou a servir a maçonaria, agora sob o controlo da “viúva de Sousa e Neves”. Sobre Sousa Neves o grão-mestre Cunha Bellem declarou:

O nosso poderoso e ilustre irmão Joaquim Germano de Sousa Neves. 33º, deixou de existir! Cobertos de luto, e oprimidos de justa dor, citaremos este nome como tributo de veneração e de respeito à sua memoria. O finado, que tão grandes exemplos nos deu da sua actividade profana e maçónica, cedeu ao duro e inesperado golpe, que o arrancou ás nossas affeições, deixando-nos a eterna saudade, e a recordação constante das suas elevadas qualidades pessoais e do seu disinclo character. Neste momento, em que se conserva ainda viva e patente, a facha negra, que envolve a maçonaria portuguesa, vamos dar cabida aqui as idéas apresentadas na respeitável Loja Esperança, n.º 18. da qual Sousa Neves fazia parte. E exprimem ellas bem, quaes eram os nobres sentimentos do finado, e quanto elle se tornava credor da estima geral (...). Filho do povo! tu foste lição e exemplo à democracia, ensinando-

³⁰³ Secção noticiosa de 14 de Dezembro de 1877. (1877, Dezembro). *BOGOLU*, Publicação mensal, Nº 9, 1º Anno, Lisboa, p. 130.

³⁰⁴ Prancha e Balaustres (Circular). (1897, Janeiro). *BOGOLU. Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Lisboa, p.13.

³⁰⁵ Legislação. (1876, Maio) *BOGOLU. Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, Nº 2, 5º Anno, 2ª série, Lisboa, p.32.

³⁰⁶ Esta publicação não era gratuita, pois nas prestações de contas publicadas pelo GOLU, contam valores destinados a publicação do Boletim. Não sabemos no entanto se pelo facto de Joaquim Germano ser maçom concedia algum desconto a entidade. Pois a homenagem embora não esclareça esta questão, deixa claro a contribuição que o maçom deu a obra.

lhe como os filhos do povo se podem engrandecer, honrando a sua origem; amigo, tu foste ensinamento ao culto da amizade; soldado das phalanges trabalhadoras, tu foste infatigável ao trabalho; apóstolo da associação, tu foste dedicado ao desinteresse de teu apostolado; maçom, tu foste a virtude austera e exemplar; cidadão, tu foste modelo de honra e de probidade; plebeu, tu foste fidalgo, pelos pergaminhos do trabalho, pela nobreza do caracter! (...) Por nós, queremos pagar singelo tributo à sua memoria gloriosa, — tributo humilde e mesquinho em face do muito que lhe devemos, — entretecendo aqui esta simples coroa de saudade com as palmas virentes de indelével gratidão. A. M. da Cunha Bellem³⁰⁷.

O grão-mestre do GOLU, que teve um longo período de gestão, de 1869 a 1881, Paraty, teve seu falecimento registrado pela imprensa da ordem, não só no Boletim mensal, como também no jornal do O Século. O Boletim fez referência à publicação do jornal:

In memoria do Conde de Paraty, Fallecido em 22 de Abril de 1884, do jornal maçónico O Nivel publicou por accasião do fallecimento do irmão conde de Paraty. Oração Fúnebre Recitada pelo orador da respeitável loja Tolerancia 1ª Regeneradora, noite de 26 de Maio de 1884. No Brasil, onde esteve, prestou importantíssimos serviços aos portugueses, sendo a sua casa ali um verdadeiro hotel para a maioria da nossa marinha e batalhão naval. Por isso mais tarde os maçons que trabalhavam sob os auspícios do GO do Brasil, o elegeram seu grão mestre honorário e lhe votaram o grau 33, que lhe foi comunicado em Lisboa pelo poderoso irmão Bernardo Pinto de Carvalho; No discurso do respeitável irmão João Caetano de Almeida, 33, no ato lembra seu contributo na união GOB e progresso do Oriente Lusitano³⁰⁸.

Vimos que as participações dos maçons nos rituais fúnebres não eram apenas durante os velórios, mas extrapolavam este momento: sessões eram realizadas posteriormente em comemoração as suas passagens. Identificamos o caso do duque de Loulé³⁰⁹, que teve uma destas sessões comemorativas prestigiada por representantes da irmandade de origens diversas, a exemplo do Brasil.

Sessão de 11 de Junho, commemorativa ao passamento do poderoso irmão duque de Loulé, ex-grão-mestre do Grande Oriente da Confederação Maçonica Portuguesa, (...) Estiveram presentes a esta sessão os representantes das seguintes potencias estrangeiras: Grande Oriente Unido do Brasil, Grande Loja da Inglaterra, Grande Loja da Baviera, Supremo Conselho de Boston, Grande Loja do Cabo da Boa Esperança, Grande Loja

³⁰⁷ Necrológio, Joaquim Germano de Sousa Neves. (1881) *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Nº 8 e 9, Publicação mensal, 3º Série, 13º Anno, Lisboa, p.114-117.

³⁰⁸ Secção ordinária de 26 de Maio de 1884. (1884, Maio). *GOLU*, Publicação mensal, Nº 15, 15º Anno, 1º semestre, Lisboa, pp. 34; 36-37.

³⁰⁹ A homenagem ao 1º Duque de Loulé (1804), Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, grão – mestre da maçonaria portuguesa (1852). O Duque era descendente de família nobre da sociedade portuguesa, tendo sido casado com a princesa Ana de Jesus Maria de Bragança, filha de D. João VI e da rainha D. Carlota Joaquina. Na vida política foi 1º ministro do governo monarquista português por três mandatos: 1856-1859; 1860-1865; 1869-1870. Tendo exercido o cargo de ministro da marinha, dos negócios estrangeiros e das obras públicas.

de Cuba, Supremo Conselho de Irlanda, Grande Loja de Saxe, Supremo Conselho da Inglaterra, Grande Oriente dos Países baixos, Grande Loja Royal York à amisade, Supremo conselho do Peru e Grande Loja de Tennessee³¹⁰.

Este exercício – fosse de registro no Boletim comunicando as mortes, ou mesmo a participação dos irmãos nas sessões comemorativas – demonstravam, para além da virtude da ajuda mútua dispensada entre os membros como dever maçónico, conforme destacamos anteriormente, a aproximação entre os orientes brasileiro e português em torno da solidariedade. Do sentimento do luto e também nas afinidades, do reconhecimento e apoio das ações empreendidas pelos os irmãos durante suas vidas. Ou seja, os portugueses, ao dedicarem uma edição especial do seu Boletim ao Visconde do Rio Branco, não só prestigiam-no civilmente mas também reconheciam e demonstravam apoio as suas ações³¹¹. Como podemos citar a luta do Visconde em favor da abolição da escravatura, demonstrada na iniciativa da lei do ventre livre; ou mesmo ao noticiarem com veemência e pesar o falecimento do estadista republicano brasileiro Affonso Penna.

Donativos maçónicos para as despesas oriundas das atividades beneficentes e intemperes climáticas

Como vimos até o momento a “solidariedade entre os maçons variava do auxílio financeiro aos irmãos mais necessitados, às viúvas e aos órfãos de irmãos-maçons. Constatava-se também, sobretudo a partir de 1870, maior envolvimento das lojas em atividades beneficentes voltadas para os não-maçons (...)”³¹². Desta forma, além da construção de asilos, orfanatos e hospitais, a ordem também se dedicou a causa das vítimas das intemperes climáticas, a exemplo do que acontece ainda hoje. Nesta situação, a maçonaria fora responsável por campanhas de recolhas de mantimentos, de agasalhos e construções de abrigos para os vitimados. Seja em Portugal ou no Brasil, vimos iniciativas de solidariedade por parte da instituição. Entre as ações que detectamos empreendidas pela maçonaria brasileira, as vítimas da seca, informadas pelo GOB e publicadas pelo GOLU, temos o seguinte fragmento,

³¹⁰ Secção de 11 de Junho de 1875, comemorativa ao passamento do irmão. (1875, Junho). *BOGOLU. Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, Nº 3, 4º Anno, 2ª série, Lisboa, pp. 3-4.

³¹¹ O apoio dos maçons portugueses a emancipação dos escravos e de exaltação a republica brasileira serão tratadas em trechos específicos do item 3.3, pp. 127-150.

³¹² Barata, A. M. (1999). *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. CMU- Editora da Unicamp, Campinas.

Revista estrangeira: O Grande Oriente do Brazil ao valle do Lavradio, em sessão de 19 de Novembro ultimo, resolveu adiantar dos seus cofres a quantia necessária a prefazer a de três contos de reis, com que deliberou socorrer as infelizes victimas das seccas que tem assolado as províncias do norte do império, sendo esta importância dividida pelas seguintes províncias: Ceará 1.500\$000, Pernambuco 500\$000 Parahyba do Norte 500\$000 Rio Grande do Norte 500\$000 Total réis 3.000.000. A cuja quantia juntando 5:5535540 réis agenciada pela Respeitável Loja Honra e Humanidade, ao Oriente de Pelotas, Rio Grande do Sul, temos a quantia de 8:5535540 réis com que aquelle Corpo Superior soccorreu as vítimas da secca das províncias do norte³¹³; Comunica-se o nosso representante no Brazil que a maçonaria daquele glorioso paiz esta satisfeitíssima com os últimos acontecimentos e que tem feito muitos rasgos de generosidade, subscrevendo com avultadas quantias para a pobreza afflitiva pela secca da província das Alagoas, libertando escravos na infância e adultos, e convidando as senhoras às suas brilhantes festas, a que se tem dado grande publicidade nos jornaes. A admissão das senhoras nas festas solemnes, a publicidade dos trabalhos deu de si o seu natural resultado. Numerosos obreiros, adormecidos há muitos annos têm voltado a filiar-se, e numerosos profanos se tem iniciado³¹⁴.

Todas as doações e benfeitorias da maçonaria brasileira foram entusiasticamente divulgadas em Portugal. Referimo-nos aos donativos financeiros concedidos pelo republicano Dr. Campos Sales, às vítimas do desastre no rio Tejo, ocasionado pelo naufrágio do navio Antunes. A este respeito a imprensa republicana divulgou: “A favor das victimas do Ribatejo, organizou o Centro Republicano uma sumptuosa festa esportiva no rio Tieté, a qual rendeu 4:716,3000 réis fracos, que, trocado em moeda forte, rendeu 1:451.3070 reis, quantia que enviada ao Directorio do Partido Republicano Portuguez”³¹⁵. No mesmo sentido, a imprensa maçónica, por intermédio do jornal *O Século*, divulgou em dias alternados as seguintes matérias:

O nosso amigo Sr. Vieira da Silva, cônsul geral do Brazil, recebeu, hontem uma carta do presidente eleito da republica brasileira, remetendo-lhe cem mil réis fortes, que o congresso beneficente Campos Salles lhe entregará para os ophãos do infeliz Antunes, falecido no tejo por ocasião do desastre de que todos se recordam. O sr. Vieira da Silva entregou hontem mesmo aquella quantia ao sr. Fillipe da Matta, por ter o Gremio Lusitano tomado aquelles ophãos a seu cargo³¹⁶; Palavras de Campos Sales ao presidente da comissão Dr. Lino de Vasconcellos: Os comerciantes de São Paulo promoveram manifestações de simpatia pela visita do Dr. Campos Salles que, “produziu 150 libras, e que a comissão fez entregar ao Dr. Campos Salles, para este fazer enviar para Lisboa, a fim de ser consagrado á educação e o sustento dos orphãos da victima do desastre occorrido no Tejo na occasião da sahida

³¹³ Secção noticiosa (1877, Novembro). *BOGOLU*, publicação mensal, 6º Anno, Nº 8, 2ª série, Lisboa, p. 143.

³¹⁴ Secção noticiosa. (1870, Janeiro). *BOGOLU*, publicação mensal, Nº 7, 2º Anno, Lisboa, p. 231.

³¹⁵ Republicanos Portugueses no Brazil. (1909, 10 de Julho). *Jornal A Republica* Anno II nº 392, Lisboa, p. 1.

³¹⁶ Ainda o sinistro do Tejo. (1898, 25 de Setembro). *Jornal O Século*, Nº 6001, ANO XVIII, Lisboa, p. 2.

do vapor que conduzia o presidente eleito do Brasil”. A quantia foi enviada e entregue à viúva da vítima³¹⁷.

Esta participação com a arrecadação dos donativos maçónicos não era restrita a parte dos membros pertencentes ao Estado brasileiro. Existiam iniciativas de promoções de eventos com o propósito de arrecadar ajudas, corroborando com o espírito da filantropia. Por exemplo, na ocasião do centenário do Marques de Pombal - seção de 18 de Dezembro de 1881-, foi publicada uma proposta para programação por parte da organização do evento que decorreria no ano subsequente de 06 a 09/05. No segundo dia da comemoração, no Instituto de Ensino, os organizadores planearam uma maneira de arrecadar dinheiro. Este facto foi publicado no Boletim onde dizia: “(...) para a criação e manutenção do instituto, será aberta uma subscrição em Portugal e no Brasil, e empregar-se-hão os produtos do sarão litterario musical e da venda das medalhas de bronze”³¹⁸.

Por último, identificamos um caso emblemático, onde em um mesmo Boletim verificou-se uma miscelânea de notícias sobre Portugal e Brasil. Para descrever voltamos para ajuda mútua até aqui demonstrada.

Trata-se de uma notícia que resume temas sobre viagens de irmãos, honras fúnebres e ajuda financeira. Refere-se as pranchas do GOB registrando a chegada do português Mathias de Carvalho e Vasconcelos, e recomendando o brasileiro Dr. Antonio Moreira de Barros em viagem para Europa; ao mesmo tempo que prestava os pêsames e envia folheto que descreve as honras fúnebres ao grão-mestre adjunto e secretário do império. O GOLU fez uma comissão composta pelos mações Assunção, Sette e Bellem, para irem cumprimentar o ir. Barros. Vejamos parte da notícia:

O poderoso irmão dr. Bellem, grande secretario do celeste imperio, leu as pranchas do Grande Oriente do Brasil em uma das quaes, em resposta a uma outra do nosso sapientíssimo grão-mestre, nos diz que o poderoso irmão Mathias de carvalho e Vasconcelos fôra alli recebido com o maior prazer e recomenda o poderoso irmão dr. Antonio Moreira de Barros, que seguia para Europa, noutra agradece os cumprimentos de pêsames que, pelo sapientíssimo e pelo Grande Oriente, lhe foram enviados pela morte do seu grão-mestre adjunto o visconde de Inhaúma, enviando um exemplar do folheto em que descrevem as honras fúnebres feitas pela maçonaria brasileira áquelle poderoso irmão (...) ³¹⁹.

³¹⁷ Dr. Campos Salles. (1898, 07 de Outubro). *Jornal O Século*, ANO XVIII, Nº 6.013, Lisboa, p.1.

³¹⁸ Centenário do Marques de Pombal, secção noticiosa de 18 de Dezembro de 1881. (1882, Janeiro/Fevereiro) *BOGOLU*, publicação mensal Nº 10 e 11, 13º Anno, 3ª Série, Lisboa, p. 157.

³¹⁹ Secção ordinária de 22 de Dezembro de 1869. (1869, Dezembro). *BOGOLU*, Publicação mensal, Nº 6, 1º Anno, Lisboa, pp. 142-143.

Vimos, contudo, que correspondência específicas para cada caso de ajuda mútua ou mesmo aglomeradas em um só boletim, como foi o caso anterior citado, significavam principalmente que existiam trocas de informações entre os orientes, de um lado e do outro do Atlântico, aproximando a distância e mantendo os irmãos informados sobre o oriente “distante” que, neste caso, parecia “vizinho ser”.

3.3 – Miscelânea das notícias vinculadas no Boletim

Neste tópico analisamos quatro pontos principais sobre a maçonaria brasileira que vão repercutir no Eco com o GOLU a partir da sua formação. Cada acontecimento se fazia presente nas publicações do Boletim, demonstrando que a ordem em solo luso não estava neutra ou equidistante ao que ocorria na sua antiga colônia. Pelo contrário, no caso da cisão do GOB, por exemplo, houve, como aponta os registos do mensário, interferência direta dos portugueses para sua pronta solução. Em outros casos, como emancipação dos servos e guerra do Paraguai, muitas foram as notas de apoio, solidariedade ou regozijo que os irmãos, oficinas, supremos conselho e grão-mestrado publicaram em reconhecimento aos feitos do Brasil nas conquistas e conflitos. Como podemos observar no trecho a seguir,

Libertar os nossos irmãos que nasceram escravos e de coisas faze-los homens, abrir escolas para que do homem animal se faça o homem culto, conscio dos seus deveres e direitos, é cumprir nobremente a missão da maçonaria³²⁰.

Todas estas questões eram debatidas nas sessões maçónicas. Neste período a opressão e o obscurantismo que se abatia sobre a ilustração ameaçava a liberdade de consciência e de inteligência. Por este motivo, a chegada do Brasil ao império era noticiada como a própria vitória da instituição,

(...) hoje que a luta da reacção com a maçonaria ainda não vae finda, apesar da grande victoria obtida por esta no império do Brazil, hoje que a causa da Ordem e da humanidade, a causa da civilização, da independencia dos espíritos, da emancipação das consciências, da liberdade plenissima da intelligencia não tem ainda assegurado o seu completo triumpho (...) ³²¹.

Quanto aos debates sobre o republicanismo em Portugal no início do século XX, sabemos que estes se intensificaram diante da aproximação dos orientes, corroborando para

³²⁰ Ao Poderoso irmão grande secretário do grande Oriente Supremo do Brazil ao Valle do Lavadrio. (1871, Maio). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Nº 23, Lisboa, p. 537.

³²¹ Introdução. (1874, Abril). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Publicação mensal. Nº I, 3º anno, 3ª Serie, Lisboa, p. 3.

que os republicanos ganhassem “força” nos seus argumentos em favor da república portuguesa. Neste aspecto, percebemos muitas tiragens de jornais e do próprio Boletim com posicionamento de membros e intelectuais da ordem explorando a experiência brasileira como exemplo, e resposta para solução de muitos problemas que afligiam a nação.

Emancipação dos servos

Escrever sobre escravidão é ler uma das páginas mais tristes da história da humanidade. Já folhear a página sobre o fim da escravidão é descobrir que este homem, como num gesto de arrependimento, escreveu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão como um pedido constante de perdão à memória histórica. Encontrar nas páginas do Boletim do GOLU pronunciamentos de maçons que comungam pelo seu fim na antiga colônia portuguesa, é lembrar que em 1761 o Marquês de Pombal, ao decretar seu término em Portugal e nas colônias da Índia – embora permitindo nas colônias portuguesas da América e África,, – grafou o pioneirismo português – sendo só consolidada em 1869.

No entanto, esta luta no Brasil se processou até o fim do século XIX, devido aos interesses econômico, político e social que estavam em jogo. Desde o período colonial os movimentos emancipacionistas, a exemplo da Conjuração Baiana (1798), buscavam sua erradicação. O que continuou durante o período Imperial com a Lei do maçom Eusébio de Queirós (1850), que extinguiu o tráfego de escravo; Lei Visconde do Rio Branco (1871 - conhecida como Ventre Livre); Lei do Sexagenário (1885) e, por último, a assinatura da Lei Áurea (1888). Esta trajetória foi processada em uma ambiência repleta de animosidade, pois o país tinha como base econômica a monocultura, o latifúndio e a mão-de-obra escrava. O que fazia o grupo composto pela aristocracia rural na maçonaria insistir na sua manutenção³²². Ou seja, as leis atendiam aos interesses governamentais que defendiam um processo de libertação que fosse de forma lenta e gradual. Nessa altura, a maçonaria brasileira sofria influência de uma ala jovem que ia ganhando espaço no governo, no parlamento, nos quartéis, nas letras e nas ciências³²³.

³²² Colussi, E. L. (1998, Junho). *Plantando Ramos de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. PUCRS, Tese de Doutorado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, p. 138.

³²³ Carvalho, W. A. de. (2010). Pequena História da Maçonaria. *Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latino Americana Y Caribeña*. Vol. 2, nº 10. Costa Rica, p.11.

Muitas foram as notícias divulgadas no Boletim e jornais de influência maçónica sobre a escravidão africana no Brasil, demonstrando as discussões nas lojas sobre este debate. O que chama à atenção é a propagação e alcance que foi dado pelo GOLU, a partir do seu impresso, pois nas suas matérias ficam evidenciados os sentimentos e posicionamentos dos membros e loja em favor da abolição. É o que pode ser observado nos trechos do Boletim nos quais foram encontrados notas de regozijo e incentivo por esta empreitada,

O poderoso irmão Feliciano José de Sousa, como venerável da respeitável Loja *Razão Triumphante*, leu uma proposta d'aquella officina para que fosse applaudida a maçonaria do Brazil pelo muito que havia cooperado para a emancipação dos escravos n'aquelle império, e que na primeira acta da Grande Loja, depois de constituída, se lançasse um voto de louvor aos nossos irmãos brasileiros por aquelle glorioso e humanitario facto. Foi esta proposto ouvida com especial agrado, ficando para ser presente á Grande Loja. O poderoso irmão dr. Bellem, usando da palavra começou por dizer que na sua qualidade de secretario das relações externas fôra incumbido pelo sapientissimo grão-mestre de felicitar a maçonaria do Brazil pelo papel activo que havia desempenhado na emancipação dos servos, dando exemplo d'isso cm todas as suas festas so- íemnes, advogando aquelle santissimo principio, predispondo favoravelmente a opinião publica; mas que muito folgava e applaudia que as respeitáveis officinas tomassem a iniciativa d'aquelle testemunho sympathico de louvor por tão santo e humanitario passo, dado pelos generosos filhos da terra de Santa Cruz³²⁴.

De facto os ecos que se sucediam em Portugal por parte do GOLU estimulava a Ordem ao fim da servidão. Para além disto, o movimento que foi iniciado pelos intelectuais no Brasil, proliferava em torno da conquista a opinião pública. Assim, a partir de 1870, a abolição ganhou apressa popular. E embora a ordem brasileira neste período sofresse com constantes debates internos sobre o tema, o mesmo não acontecia dos dois lados do Atlântico. Em Portugal, pelo que ficou comprovado e a jogar nos pronunciamentos dos seus membros, a maioria dos maçons eram favoráveis a causa.

Prova disto foi que o Supremo Conselho do GOLU, embora alinhado com os Beneditinos, cujo grão-mestre era Saldanha Marinho³²⁵, publicava prancha do Lavradio descrevendo a posição daquele círculo em prol da causa dos servos,

A emancipação do elemento servil, tem sido objecto de estudo do Grande Oriente e as officians e acompanham, solemnizando sem aparato nem ostentação as sessões de empossamento das desigualdades com a coessão de cartas de liberdade e garantia de um futuro seguro a muitas creaturas, que infelizmente eram escravas. (...) Assim, caríssimo irmão, o circulo do

³²⁴ Extracto das sessões da Grande Loja. Secção Solenme de 30 de Outubro de 1871. (1871, Outubro). *BOGOLU*, publicação mensal, Nº 28, 3º Anno, Lisboa, p. 627.

³²⁵ Apesar de cisionário, Saldanha era respeitado como abolicionista e republicano; e foi nesse discurso que ele lançou o grito oficial do abolicionismo maçônico: "A emancipação dos escravos saia do seio da Maçonaria". Castellane, J. (1991). *Os Maçons que Fizem a História do Brasil*. Ed: A Gazeta Maçônica, São Paulo, p. 48.

Lavradio procura elevar a nossa instancia não maior grão de prosperidade, tendo por seu grão-mestre o ilustrado estadista e diplomata, que tão relevantes serviços tem prestado ao nosso paiz, o Visconde do Rio Branco (...). (Assignado) dr. Alexandrino Freire do Amaral, 33, grande secretario geral da Ordem³²⁶.

Foi o grão-mestre deste círculo, o Visconde do Rio Branco, José Maria Paranhos (1871-1880), presidente do Conselho de Ministros, que apresentou e aprovou a lei que tornava livre todas as crianças escravas nascidas a partir da publicação, nominada de Lei do Ventre Livre (1871). Mesmo alinhado com a monarquia, a repercussão do seu gesto transpôs as fronteiras, desencadeou dissídio com a Igreja e promoveu a união – breve – dos círculos Beneditino e Lavradio. No mensário foi veiculado o seguinte artigo,

No nº 9 do Monde Maçonnique, correspondente ao mez de Janeiro, encontramos um artigo sobre a maçonaria brasileira, que traduzimos em sua integra. Brazil – O anno de 1872 será considerado como um dos mais memoravies da maçonaria brasileira. Em consequência da lei da libertação do ventre, os maçons brasileiros manifestaram a mais viva alegria. O circulo do Lavradio tinha á sua frente o presidente do ministério que havia sustentado esta lei; resolveu offerecer uma festa esplendida a seu gram-mestre, visconde do Rio Branco. Entre os numerosos que realçaram o brilho desta solemnidade maçonica, notou-se o grande orador, o irmão Almeida Martins. O discurso deste irmão, notável pelos sentimentos liberaes e humanitários, e pela unção religiosa, chegou ao conhecimento público pelo Bolletim Official. Contra toda expectativa, elle desencadeou tempestades, no episcopado brasileiro; seu auctor foi suspenso dos direitos eclesiásticos; todos os bispos, uns apoz outros, fulminaram do alto do pulpito os franc-maçons, levando até seus últimos limites as consequências nas ex-communhões pontifícias. Os maçons brasileiros não se desanimaram e o sentimento do perigo commum fez o que os espíritos os mais esclarecidos e desinteressados tinham sido impotentes em realizar: a união moral entre os dous grupos maçonicos. Os maçons do circulo dos Benedictinos, dirigidos por seu gram-mestre, precipitaram-se no combate, prestando seu generoso apoio a seus irmãos do Lavradio. Desde este momento foi resolvida a união material em todos os espíritos. Com a cooperação ou consentimento de seus gram-mestres, os dous poderes se reuniram em 20 de Maio; alguns dias depois estava assignado o tratado de união, e o Grande Oriente Unido proclamado único poder maçonico do Brazil. O irmão Felix Martins era encarregado de presidi-lo provisoriamente até â adopção da nova constituição. Depois de profunda discussão, esta constituição foi vo- toda pelo Grande Oriente Unido e submettida em 19 de Julho & saneção da assembléa geral dos maçons que, em numero de mais de mil, juraram solem nem ente defender o constituição e a união³²⁷.

³²⁶ Seção de correspondência: Do Grande Secretario do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio. (1871, Abril). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza. Lisboa, pp.517-519.

³²⁷ Seção noticiosa, revista estrangeira. (1873, Fevereiro/Março) *BOGOB*. *Supremo Conselho do Brazil*, Jornal oficial, Maçonaria Brasileira. Nº 2 e 3, 2º Anno. Oriente do Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro], pp. 172-173.

Neste período as tiragens do Boletim sempre traziam informações sobre tudo que estava acontecendo na maçonaria do Brasil com relação ao fim da escravidão. Nas sessões de correspondências encontramos a informação que o Supremo Conselho do Brasil do Lavradio³²⁸ tinha tomado a iniciativa de enviar uma medalha comemorativa da festa da emancipação dos escravos, ocorrida em 19 de abril de 1872, ao GOLU em agradecimento e reconhecimento pela forma de destacar e apoiar o tema. Na sessão noticiosa era dado especial atenção ao referido episódio que foi vivenciado por uma enorme festa³²⁹. Em resposta, o GOLU, por intermédio de pranchas, deu felicitações ao Visconde de Rio Branco por importante feito rumo a abolição da escravatura³³⁰.

Brazil- O anno de 1872 será considerado como um dos mais memoraveis da da maçonaria brasileira. Em consequência da lei da libertação do ventre, os maçons brasileiros manifestaram a mais viva alegria. O circulo do lavradio tinha á sua frente o presidente do ministério que havia sustentado esta lei; resolveu oferecer uma festa esplendida a seu gram-mestre, o visconde do rio Branco³³¹.

Uma outra característica que nos faz perceber que os maçons eram favoráveis a emancipação dos servos diz respeito ao posicionamento do Grão-mestre brasileiro, Saldanha Marinho, também governante dos Beneditinos, ao sancionar a medida de não aceitar como membro da irmandade comerciantes de escravos, como foi publicado em Boletim:

Por decreto de 26 de Julho do corrente anno se declara que não poderão d'ora avante ser iniciados nas oficinas da obediência do Grande Oriente Unido do Brasil os indivíduos que fizessem profissão habitual de commercio de escravos³³².

Em Portugal, no GOLU, os seus membros não tardavam e propagam seus rasgos de aplausos pelas medidas contra a escravidão. Isto ficou comprovado pela peça publicada,

Cabe aqui fazer também menção das calorosas felicitações que, por um d'esses rasgos immoorredoiros que iluminam de gloria os fastos de um povo, endereçámos a uma potencia maçõn.: que, por mais de um titulo, é nossa irmã e credora da nossa mais intima afeição. Referimo-nos á abolição

³²⁸ Secção de Correspondência. Synopse da correspondência recebida este mez. (1872, Maio) Em: Extracto das sessões da Grande Loja Sessão Magna de 5 de Julho de 1872. *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, Nº 2, 2ª Série, Lisboa, p.31.

³²⁹ Secção noticiosa. (1872, Janeiro-Março). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, Publicação mensal, Nº 31, 32 e 33, 3ª Série, Lisboa, p. 694.

³³⁰ Synopse da correspondência recebida este mez. (1872, Abril). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Nº 1, 2ª Série, Lisboa, p. 15.

³³¹ Sessão noticiosa. (1973, Fevereiro/Março). *BOGOB e Supremo Conselho do Brazil*. Jornal oficial da Maçonaria Brasileira, Oriente do Rio de Janeiro. Nº. 2 e 3, 2º Anno, Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil. Rio de Janeiro, p. 172.

³³² Revista Maçonica Estrangeira-Brazil. (1875, Dezembro). *BOGOLU*. *Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, Nº9, 4º Anno, 2ª Série, Lisboa, p.145.

definitiva da escravatura no Brazil, a essa suspirada providencia, fundada nos princípios da liberdade e igualdade civil que que a Maçon.: não tem cessado de propagnar e que, emfim, alcançaram, depois de porfiada lucta, triumphar do egoísmo de uns, da indiferença de outros e da opposição fanatica de muitos. Pela segunda vez, pode dizer-se, espedaçou o Brazil os seus grilhões. Se conquistado a sua independência, se emancipou, surgindo como imperio autónomo o grémio das nações livres; quebrando as ferropias dos seus escravos, elevou o grau da sua civilização ao nível das principaes potencias da America do norte e do sul, onde a nossa Ordem tem recrutado tão numerosas falanges; onde ella tem medrado tão assombrosamente, creando e dilatando sobre todo o novo continente uma atmosfera benéfica e vivificadora de democracia e de progresso, sob cujo influxo tende a florescer o primado da cultura e da liberdade³³³.

Quando em 1888 a abolição da escravidão se realizou, foi o último ato político da monarquia no Brasil. Após anos de pressão por partes de países como Inglaterra e EUA pelo seu fim, o império brasileiro acabou cedendo as exigências do capitalismo industrial. Com esta medida, D. Pedro, perdeu o importante apoio da aristocracia rural e, no ano seguinte, era efetuada a proclamação da república brasileira. Esta mudança foi destacada no Boletim: “Não temos que dar quartel a ambições ilegítimas ou a egoísmo, cumpre-nos servir a humanidade sob o ponto de vista geral, e a pátria em especial. Assim o fez a Mac.: brasileira, proclamando a sua independência, abolindo os escravos e formando a sua republica³³⁴”.

Cisão da Ordem

Entre os ecos identificados no Boletim do GOLU, podemos analisar aqueles que corresponderam aos esforços do Oriente português para promover a unificação do Grande Oriente do Brasil - este último havia-se fragmentado durante a grande cisão de 1863 em dois valles, o Beneditino e Lavradio. Como percebemos, a união da maçonaria em Portugal desencadeou um intenso e tenso diálogo entre as duas potências maçónicas - Portuguesa e Brasileira – em busca de realizar a fusão dos dissidentes brasileiros. O interesse do GOLU justificava-se porque o Grande Oriente Lusitano tinha um tratado de amizade e reconhecimento com os Beneditinos, e o Oriente Português, por sua vez, com o Lavradio. Isto causava um paradoxo, haja vista em Portugal os principais orientes terem concretizado sua junção. Daí a pressão da maçonaria portuguesa para que os brasileiros realizassem o mesmo feito.

³³³ BOGOLU. *Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*. (1888, Abril e Maio, 1º Trimestre). N°1 e 2, 3ª Série, 4º Anno, Lisboa, p.16.

³³⁴ BOGOLU. *Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*. (1893, Fevereiro). N°2, 24º Anno, Lisboa, pp.46-47.

Nesse intento o GOLU passou a usar algumas estratégias de aproximação. Uma delas era, por vezes, usar a maçonaria portuguesa como exemplo de unidade ou apelar para seus membros mais ilustres enviassem pranchas exaltantes ao espírito de irmandade e fraternidade entre os membros. Como fica evidenciado nos trechos da citação a seguir,

(...)Hoje que não formamos senão uma só família; e sabendo que...meu particular amigo e bom irmão conde de Paraty houve instigação para com o Grande Oriente dos Benedictinos, tendentes a aproximar os dois grupos (...), eu vos dirijo eguaes solicitações, bem certo de que não sereis mais intransigentes do que os irmãos dos Benedictinos, Confio na vossa dedicação e na de todos os irmãos do Lavradio... sei que não appéllo em balde e que em breve partilharei comvosco a gloria de ver reunida em um só grupo a maçonaria brasileira (...); e como o exige a regularidade das relações com todos as potencias maçónicas do universo³³⁵(...).

Como resultado dessas abordagem os representantes dos grupos dissidentes esboçavam os primeiros passos para consolidação,

(...) Saldanha Marinho propõe a Marcelino de Brito, no final de 1869, o início de um diálogo para a união das duas Obediências, o que foi aceito pelo Lavradio, formando, cada um dos grêmios, em 1870, comissão destinada a estudar a questão e cujos trabalhos se estenderiam até 1871³³⁶.

Apesar da importante intervenção do GOLU no processo de unificação - e contrariando as intenções e o desejo dos maçons portugueses -, os primeiros anos da década de setenta continuaram sem êxito. De maneira que o Boletim divulgou os empenhos de membros da maçonaria no Brasil pelo valle do Lavradio em superar as divergências. Vê-se também na publicação do mensário, o incentivo concedido pelo Supremo Conselho em Portugal para o desfecho deste problema, vejamos trecho referido:

Caríssimo, poderoso o respeitável irmão. Estou de posse das vossas fraternas pranchas de 2 de maio, 26 de abril e de 20 de maio que recebi na ordem que menciono (...) A vossa prancha de 26 de abril que recebi junta com a Revista *de* Correspondência Estrangeira veio trazer-nos grande satisfação pelo motivo dos trabalhos para a junção dos dois corpos maçonnicos do Brasil e pela esperança, ainda que tenue e froixa que tão desejada solução se chegue a realizar. — Felicito o Grande Oriente do Lavradio pelo empenho e boa vontade que tem mostrado n'este *assumpto* e oxalá a perseverança e a abnegação seja reciproca para levar ao cabo tão gloriosa tarefa³³⁷.

³³⁵ Ao poderoso irmão grão-mestre soberano grande commendador do grande oriente do Brazil ao valle do lavradio. (1870) *GOLU*, 2º Anno. Nº 7 Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp.358-359.; Ao Poderoso Irmão Alexandrino Freire do Amaral. Grande Secretário do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil ao Valle do Lavradio. (1870). *BOGOLU*, publicação mensal. Nº 7, 2º Anno, Lisboa, p. 381.

³³⁶ Carvalho, Opcit. *Pequena História da Maçonaria*...2010, p.11

³³⁷ AO PODEROSO IRMÃO E O GRANDE SECRETARIO DO GRANDE ORIENTE SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL AO VALLE DO LAVRADIO. (1871, Maio). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, Nº 23, 3ºAno, Lisboa, p. 537.

Durante os anos que se seguem, a junção dos dois grupos maçónicos dissidentes no Brasil Império ocupou espaço de destaque nas tiragens do Boletim. Este facto ao mesmo tempo em que evidência o processo de diálogo num veículo de informação como o mensário de grande alcance, corrobora para que percebamos a intervenção do GOLU para desarmar as tensões dos separatistas e por fim a contenha. Mesmo que para isto fosse necessário usar a divulgação das opiniões dos envolvidos e sua participação direta nas negociações. Estas tomadas de posições, demonstradas, podem ser vistas em inúmeras correspondências. Parte delas publicadas, a exemplo da coluna de Cunha Bellem, em *Bulletin Pour L'étranger*, escrita em francês, na qual o autor fazia declarações do tipo: “nosso conselho e nosso exemplo, encorajar os nossos irmãos brasileiros”, “não desanimar nesta empresa gloriosa” onde a tolerância e fraternidade mútua nunca deve ser esquecido³³⁸.

Enquanto o início da década de setenta, em Portugal, o GOLU avança com sua unificação, no Brasil a cisão ganhava corpo. A grande dificuldade para fusão estava no modelo que cada grupo defendia para maçonaria brasileira adotar nas suas atividades. Enquanto o círculo dos Beneditinos, chefiado por Saldanha Marinho, defendia uma politização da maçonaria brasileira com tendência nacionalista nos moldes da corrente jacobina, o Lavradio, presidida pelo Visconde do Rio Branco, sustentava os ideais do filantropismo e do deísmo.

Por este motivo, os contatos e as interferências estabelecidas pelos portugueses exigiam bem mais que dedicação, empenho e tolerância nos seus debates entre os dissidentes. Por conta disto, ressaltamos que a orientação, a nível do GOLU, sob governo do grão-mestre conde de Paraty, era manter a irmandade equidistante dos debates políticos ou partidarismo da instituição. Talvez, como adepto da monarquista liberal, Paraty visse a união no oriente do Brasil como favorável para manutenção do império brasileiro, já que ela possibilitaria abrandar a linha mais progressista na maçonaria brasileira voltada para o republicanismo. Desta forma podemos aventar no artigo 1º aprovado e sancionado por ele quando diz,

Attendendo a que o fim sublime da arte é estreitar os laços de fraternidade entre todos os filhos de viúva; considerando nas immensas vantagens que da união dos dois grupos maçónicos do Brazil devem advir para a maçonaria do Universo attendendo a influencia que o conselho amigo e o auspicioso exemplo da maçonaria portugueza deve exercer no espirito de todos os nossos bons irmãos das terras de Santa Cruz; querendo dar-lhes n'este solemne momento um leal testemunho de nossa affeição para todos os maçons brasileiros, e do nosso acrisolado interesse pelo progresso e esplendor da

³³⁸ Boletim no exterior. (1870, Maio). *BOGOLU*, publicação mensal, Nº 11, 2º Ano, Lisboa, p. 246.

Arte Real; será dirigida aos irmãos dos dois grupos dissidentes do Rio de Janeiro uma prancha amigável exortando-os a esquecer antigas dissensões e a estreitarem o laço de verdadeira, de santa o de universal fraternidade³³⁹.

Neste sentido, o GOLU, na pessoa do seu mais alto dignatário, acabava não só por transitar entre as duas fileiras da maçonaria brasileira num período histórico de definição do império brasileiro; mas também favorecia a garantia da necessidade de existência do GOLU, diante sobretudo das suas interferências dos projetos políticos que movimentavam os maçons neste período – táticas de ação.

Contudo, identificamos duas cartas de gestores dos orientes dissidentes ao poderoso Paraty mostrando interesse em promoverem a junção. Saldanha Marinho³⁴⁰ endereçou carta ao Lavradio dizendo ter “dirigido ao chefe deste corpo carta (...) na qual o convidara para conferenciar comigo em particular, a fim de levarmos a efeito no Brazil o que em Portugal se realisara com geral applauso [concluindo, de maneira desanimadora, dizendo]: mas entretanto ainda até não recebi resposta áquella minha carta (...)”³⁴¹. Já o lado do Lavradio se posicionou sobre a referida reunião para junção da seguinte forma:

(...) limito-me somente a dizer-vos que ella não é tão fácil ao primeiro aspeto, como parecerá ás potencias estrangeiras. Defeitos de organização dos dois círculos, embaraços na pratica, tornam a solução da questão em tanto embaraçosa. No entanto posso assegurar-vos que por parte da comissão do Lavradio houve a melhor vontade de destruir as dificuldades (...). Quando à marcha interna do circulo do Lavradio, continúa a ser regular, procurando cumprir fielmente os seus deveres maçónicos (...).³⁴²

Constata-se que as tensões eram avolumadas e constantes, sendo a todo instante divulgado pelo GOLU o seu maior objetivo: “sanar as arestas”. Assim, no momento em que as negociações tinham cessado para escolha de um novo representante dos orientes, Cunha Bellem encaminhou prancha para os dissidentes, a pedido de Paraty, grão-mestre honorário d’essa alta potência maçónica, para “exhortar uma vez ainda a toda devoção, a toda a

³³⁹ Seção oficial. (1870). *Legislação Official do GOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. *BOGOLU*, Lisboa, p.20.

³⁴⁰ “Politico e jornalista bastante conhecido por suas posições anticlericais e pela defesa do regime republicano (...) sofria grande influência da corrente maçônica francesa, e não aceitava a ideia que identificava exclusivamente maçonaria com filantropia”. Barata, A. M. (1994, Julho-Outubro). *Freemasonry and Brazilian enlightenment*. História, Ciência e Saúde – Manguinhos I (1): 78-79, Rio de Janeiro, p. 6.

³⁴¹ Do sapientíssimo Grão- Mestre do Grande Grande Oriente do Brazil ao Valle dos beneditinos. (1870, Maio). *BOGOLU*, publicação mensal, Nº 11, 1º Anno, Lisboa, p. 307.

³⁴² Seção de correspondência: Do Grande Secretario do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio. (1871, Abril). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Lisboa, pp.517-519.

solicitude para levar o bom termo a junção dos dois corpos brasileiros estagnada e pode a pequena demora na nomeação do novo representante trazer ensejo favorável³⁴³”.

O facto é que a cada instante que se passava, a pronta solução tornava-se cada vez mais imperiosa, seu prolongamento comprometia não só o projeto da consolidação da maçonaria, mas também a própria vida dos seus membros. Muitos do maçons ficavam impossibilitados de exercerem suas funções pelo impasse, como foi verificado em duas atas de Sessões do Supremo Conselho, na qual Abreu Vianna declarava que o membro “Thomas Oom se conservava na abstenção de trabalhos, esperando a resposta que pedira ao Oriente do Brazil (valle do Lavradio) sobre a situação que lhe convinha tomar em face da junção dos dois Orientei Portuguez e Lusitano, sendo membro honorário d'aquelle corpo superior (...)”³⁴⁴. Numa segunda correspondência, que foi lida em reunião pelo irmão Assumpção, o mesmo membro declarava “que, resolvida a sua situação para com o Oriente do Brazil ao valle do Lavradio e resolvendo o seu melindre particular estaria comnosco”³⁴⁵. A celeuma em torno da atuação dos membros em orientes fracionadas pode ser observada no trecho publicado em boletim,

Não me considero habilitado para assistir a reunião alguma, enquanto não estiver desligado do compromisso em que estou com o Supremo Grande Conselho do grande Oriente Portuguez, por não poder prestar juramento ou obediência a outro corpo que se achem opposição ao mencionado Supremo Grande Conselho e que pertence a sua authorisação ao Supremo Grande Conselho do Benedictinos mas logo que se affectuar a junção d'esses Supremo Grande Conselho do Rio estarei convosco. (...) Sou com o maior veneração e respeito vosso affetuoso e caríssimo irmão (Assignado) Thomaz Oom. Lisboa, 25 de Outubro de 1869³⁴⁶.

Estas divergências sobre o perfil ideal (filantropia e deísta, liberal e laicista) para a ordem só atenuaram em 1872, com o advento da Questão Religiosa, surgindo a partir deste instante, em torno de uma só obediência: “O Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, promulgou por decreto de 30 de abril último os regulamentos geraes da ordem

³⁴³ Seção de correspondencia: Ao poderoso irmão Grande Secretario do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio. (1871, Junho). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza., Nº 24, 3º Anno, Lisboa, p.528.

³⁴⁴ Exerptos das sessões do Supremo Conselho, sessão de 26 de novembro 1869 (era vulgar) (1871, Agosto). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza, Nº 26, 3º Anno, Lisboa, p.563.

³⁴⁵ Exerptos das sessões do Supremo Conselho, sessão de 26 de outubro de 1869 (era vulgar). (1871, Agosto). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza, Nº 26, 3º Anno, Lisboa, pp.561-562.

³⁴⁶ Respeitabilissimo ilustre e caríssimo irmão Assumpção, em 25 de Outubro de 1869. (1871, Agosto). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza, Nº 26, 3º Anno, Lisboa, p. 568.

maçonica adoptada por aquelle corpo superior (...) ³⁴⁷”. O que foi expresso pela Grande Loja da seguinte maneira:

A junção dos dois orientes dissidentes do Brasil, em que tão empenhada está a maçonaria portugueza e para a qual tanto se tem esforçado pela exortação e fraternal conselho, promete chegar em fim a bom termo, e será esse um facto que todos os maçons do nosso paiz saudarão com verdadeiro e entranhado jubilo³⁴⁸; (...) e notciando as esperanças de reunião dos dois corpos maçónicos brasileiros – 1 de Maio de 1872; Ao Supremo Conselho do Brazil ao valle do Lavradio, felicitando-o pelas esperanças da junção e exportando-o a prosseguir n’esse gloriosos empenho em 31 de Maio de 1872³⁴⁹.

O Brasil, assim como outros países, durante o século XIX, sofreu os efeitos da reorganização da Igreja de Roma por meio do projeto Ultramontano. Como a maçonaria defendia a propagação das ideias liberais e laicistas, passou a sofrer fortes ataques do clero. Esta ameaça fez, momentaneamente, os orientes selarem uma trégua.

“Com a cooperação ou consentimento de seus gram-mestres, os dous poderes se reuniram em 20 de Maio; alguns dias depois estava assignado o tratado de união, e o Grande Oriente Unido proclamado único poder maçónico do Brazil. Depois de profunda discussão, esta constituição foi votada pelo Grande Oriente Unido e submetida em 19 de Julho á sacção da assembleia geral dos maçons que, em numero de mais mil, juraram solemnemente defender o constituição e a união. (...) O que mais tudo deploramos, é que nesta ardente competição alguns appellassem para as paixões políticas com o fim de dividir a maçonaria, esquecendo-se que uma das regras fundamentaes, absolutamente necessárias de nossa instituição, é a proibição de toda a discussão política. O Grande Oriente Unido elegeu para gram-mestre o irmão Saldanha Marinho. Uma fracção importante do antigo circulo do Lavradio se retirou então da União e colocou-se sob a prtecção do visconde do Rio Branco. Como acontece necessariamente no meio da lucha, os actos destes últimos não parecem isemptos de irregularidades. (...) Voltando ao Brazil, esperamos que quando estiverem arrefecidos os espíritos, os dons partidos conhecerão o erro que cometeram e não há duvidar que tentativas de conciliação se verifiquem então com probabilidade de sucesso (...)”³⁵⁰.

³⁴⁷ Revista Maçonica Estrangeira-Brazil. (1875, Dezembro). *BOGOLU. Supremo Conselho da maçonaria Portugueza*, Publicação mensal, 2ª Série, 4º Anno, Nº9, Lisboa, p.144.

³⁴⁸ Extracto da Sessão da Grane Loja, sessão solemne de 30 de Outubro de 1871. (1871, Outubro). *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza., Nº 28, 3º Anno, Lisboa, p. 625.

³⁴⁹ Secção de Correspondência. Synopse da correspondência recebida este mez. (1872, 05 de Julho).Em: Extracto das sessões da Grande Loja Sessão Magna de 5 de Julho de 1872. *BOGOLU*, Supremo Conselho da Maçonaria Portugueza, Nº 2, 2ª Série, Lisboa, p.31.

³⁵⁰ .Sessão noticiosa. (1973, Fevereiro/Março). *BOGOB e Supremo Conselho do Brazil*. Jornal oficial da Maçonaria Brasileira, 2º Anno, n. 2 e 3. Oriente do Rio de Janeiro. Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil.Rio de Janeiro, p. 173.

Entretanto, a suposta trégua durou quatro meses para ser desfeita. Provando que as diferenças eram maiores e impregnadas do debate político e religioso sobre o Estado versos ao aperfeiçoamento moral e atos beneficentes.

Diante do fracasso da tentativa de por fim a cisão, a seção noticiosa do Boletim do GOLU passou a acusar recebimento de várias publicações maçónicas do Brasil provenientes do Grande Oriente Unido e do Oriente do Lavradio. Na verdade, esta mobilização tinha como meta conseguir apoio das Potências estrangeiras para o funcionamento após novo rompimento. Por sua vez, o editorial do Boletim se posicionou da seguinte forma: “Podemos apenas dizer que do primeiro exame destas publicações resulta que o lamentável conflicto que divide a maçonaria brasileira nao parece chegar a seu termo³⁵¹”. E no número de 1886, onde consta a biografia de Mendes Leal, por cujo malhete se originou o GOLU, lembrava que a maçonaria portuguesa empenhava-se para junção dos orientes no Brasil. Enfatizando toda habilidade e espirito conciliador deste membro neste episódio, lembrava que o irmão havia encaminhado prancha, em 11 de maio se 1870, para o grão-mestre do grande oriente do Brasil (ao valle do Lavradio). Em cujo conteúdo pode ser observado a preocupação dele em dirimir a cisão, buscando convencer os membros:

(...) O ilustre irmão disse que, mais do que nunca fazia votos agora para a realização do enlace dos dois corpos, e que, se as sollicitudes do pesado encargo que acceitára lhe impunham a necessidade de ser menos assíduo aos trabalhos, não era manos dedicado á causa da maçonaria, e que soldado destacado n`aquelle posto de honra, onde as procelas e os tempos temporaes o ameaçava, recolheria sempre satisfeito a unir-se ao grande corpo, quando as vicissitudes da vida publica lhe dessem por finda a sua comissão³⁵².

Mas como vimos, a situação retroagiu ao ponto inicial da discórdia e perdurou até 1883, quando de facto ocorreu a fusão dos dois Orientes no Grande Oriente do Brasil e Supremo Conselho do Brasil, após anos de embates internos. Depois de ser vilipendiada e ofendida pela propaganda ultramontana da Igreja católica, a ordem se sentia fragilizada e encontrava na conciliação a sua melhor forma para sobrevivência. A unificação neste momento representava uma tática de resistência.

Interessante perceber que, enquanto o Brasil vivia esta nova fase de unificação, a maçonaria portuguesa passava por um processo de crise interna, com fortes oposições por parte de seus membros pelo modelo centralista, retórico e integrado ao regime, adotado, até

³⁵¹ Seção noticiosa- Revista estrangeira. (1973, Fevereiro/Março). *BOGOB e Supremo Conselho do Brazil*. Jornal oficial da Maçonaria Brasileira, 2º Anno, n. 2 e 3. Oriente do Rio de Janeiro. Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil. Rio de Janeiro p.174.

³⁵² Biografias maçónicas: José da Silva Mendes Leal (ariosto), falecido em 22/08/1886. (1886, 3º Trimestre). In: *BOGOLU. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, 17º Anno, Lisboa, p. 109, 11, 113.

então, pela gestão do Grão mestrado de Paraty. Buscando dar uma resposta ao poder central e a reação da Igreja, começavam a surgir dissidentes, a exemplo da Maçonaria do Norte (1871) e da Grande Loja de Portugal (1882)³⁵³. Além dos dissídios das lojas espanholas³⁵⁴ que não aceitavam as mudanças na Constituição. Contrariando, portanto, tudo aquilo que tanto apregoou aos irmãos brasileiros – a unificação.

Guerra do Paraguay (1864-1870)

Em concomitância aos acontecimentos tratados, o Brasil havia enfrentado e vencido a guerra do Paraguai. A sociedade civil acreditava que o país encontrava-se despreparado para entrar em uma guerra, diante de um exército mal-organizado, indisciplinado e sem espírito patriótico. O serviço militar, na altura, era visto como uma punição sempre a ser evitada, sendo o alistamento arbitrário e violento. As tropas utilizadas até então eram constituídas dos contingentes armados de chefes políticos gaúchos, alguns efetivos da Guarda Nacional e outros do Voluntários da Pátria – cidadãos ou escravos enviados por fazendeiros e negros alforriados.

Este conflito para maçonaria brasileira foi crucial pois sua organização e expansão, e na região do Rio Grande do Sul estavam comprometidas. Muitos municípios gaúchos foram palco dos combates ou serviram como caminho das divisões militares³⁵⁵. Com o conflito e seu termino, a maçonaria conseguiu se inserir de forma definitiva no Sul, tendo, inclusive, aumentado o número de suas lojas. Não podendo, portanto, negar-se a participação a contento de alguns membros da Ordem que tiveram participações fundamentais no conflito, com reconhecimento nacional e internacional. Referimo-nos aos maçons combatentes: o Visconde do Rio Branco e Deodoro da Fonseca, tornando este último, mais tarde, o primeiro presidente da República do Brasil.

Este acontecimento não passou despercebido pelo GOLU. Tanto o pronunciamento proferido pelos maçons nas lojas, como o registro do Boletim e a redação do Supremo Conselho, por intermédio de seus membros, buscavam externar apoio pela vitória do Brasil Império no conflito. Convém destacar que os registros se limitaram exclusivamente ao fim da guerra, e não a momentos que a antecederam, ou durante o conflito propriamente. Este

³⁵³ Catroga, F. (1988). *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, 2 Vols., Coimbra.p.415.

³⁵⁴ Sobre as lojas espanholas ver o capítulo 2, item 2.2, texto em rota de colisão: GOLU, maçonaria espanhola e o iberismo, pp. 67-70.

³⁵⁵ Colussi, E. L. (1998, Junho) *Plantando Ramos de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado em História, PUCRS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, p. 197.

privilégio deve-se ao facto da impressão do mensário ter ocorrido neste período e não anteriormente. Tal coincidência – na impressão do impresso ao fim da guerra vitoriosa – foi bem aproveitada pelo grão mestre de Paraty, pois veio fortalecer os ideais monarquistas propagados por um pequeno grupo no oriente. Não podemos nos esquecer que foi também durante seu grão mestrado que D. Pedro II (Brasil), que é o mesmo Dom Pedro V (em Portugal) visitou a maçonaria portuguesa, como referimos anteriormente, demonstrando a afinidade que tinham.

Por estes motivos é que na tiragem de 1870 deu-se a divulgação da ata de uma sessão do GOLU onde consta a publicação de duas moções por parte da Ordem regozijando com os maçons brasileiros. Na ocasião, seu “grande secretario leu a moção feita das três loja, que na ultima sessão se tinham apresentado congratulando-se com a maçonaria do Brazil por ter terminado a campanha daquele império com Paraguay”³⁵⁶. No mesmo mês o mensário destacou outra “moção congratulando-se com a maçonaria do Brasil (império) pelo fim da guerra do Paraguai”³⁵⁷. Interessante é que neste mesmo Boletim vimos a seguinte nota: “Foi encaminhada carta da S.M. Imperador do Brasil que o dinheiro em prol do seu monumento fosse transferido na construção de escolas”. Este facto evidenciava mais um apoio do GOLU, no grão mestrado de Paraty, a iniciativa imperial.

Em resposta e como sinal de agradecimento, a maçonaria do Brasil, representada pelos círculos Beneditinos e Lavradio, envia pranchas ao GOLU. Prova disto temos relatado pelo Boletim que a ordem, da parte do “Grande Oriente do Brazil (particular)” enviou prancha “dando parte das festas e actos de beneficiência que effectuou para solemnizar a Victoria das armas brasileiras”. E na mesma carta era divulgado “que a estas festas foram admitidas senhoras, e se lhes deu toda publicidade, o que produziu otimo efeito, provocando a entrada de muitos irmãos a coberto e a de novos membros para ordem”³⁵⁸. Ou seja, publicitar um clima de confraternização, transparência e ampla participação tão distante ecoava em Portugal como forma de filtrar os traumas provocados pelas perseguições e sequelas do combate.

O sentimento de satisfação que reinava na maçonaria portuguesa não era restrito ao Supremo Conselho. Ao contrário, muitas iniciativas de aplauso partiam de suas oficinas, como detectamos na “prancha da loja Allianza dizendo que foi inserido em sua ata um voto de

³⁵⁶ Secção de 27 de Abril de 1870 (1870, Janeiro). *BOGOLU*, publicação mensal 2º Anno, nº 7, Lisboa, p. 220.

³⁵⁷ Secção ordinária de 20 abril 1870. (1870, Abril). *BOGOLU*, publicação mensal 1º Anno, nº 10, Lisboa, pp. 218-221.

³⁵⁸ Secção ordinária de 11 de Maio 1870. (1870, Maio). *BOGOLU*, publicação mensal 1º Anno, nº 11, Lisboa, p. 227.

regosijo por ter terminado a Guerra no Brasil³⁵⁹”. O que era compactuado pelo GOLU, quando foi aprovada e enviada para os dois círculos dissidentes Beditino e Lavradio³⁶⁰ uma moção, em 20 de abril de 1870, solicitada por seus membros Dr. Joaquim José Maria d’Oliveira Valle, 33 – Paulino Themulo, 32 – Dr. Francisco de Paula dos Santos, 31 que destacava,

O Grande Oriente Lusitano União Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, fiel interprete dos sentimentos de todos os maçons da sua obediencia, exulta de prazer pela terminação da importante campanha que o Brazil, com tanta honra, gloria e esplendor das soas armas, sustentou pela causa da liberdade contra o tyranno do Paraguay; felicita-se com os seus irmãos d'além do Atlantico, que fazem parte d'um e d'outro grupo maçónico dos existentes na capital das terras de Santa Cruz, por mais uma vez terem triumphado o bom direito e a santidade dos princípios liberaes, generosas aspirações em favor das quaes tem trabalhado a briosa maçonaria do Brazil; e ergue fervorosos votos ao Supremo Architecto do Universo para que dias de paz, amor e cordura venham restabelecer o abalo que o imperio do Brazil passou em resultado de tal campanha, e para que se digne aplanar quaesquer difficuldades que obstem á união fraternal de toda a família maçónica do Brasil, successo que o Grande Oriente Lusitano Unido anciosamente deseja ver realisado para gloria e esplendor da maçonaria e por muito convir na presente conjunctura em que os communs esforços se devem congregar para evitar quaesquer difficuldades.³⁶¹

De facto, pelas forças que estavam envolvidas no caso, cada passo dado pela emancipação dos servos no Brasil representava uma grande conquista, diga-se a elite rural do país e burguesia liberal. Talvez não por acaso D. Pedro estivesse em viagem à Europa durante sua aprovação, onde podia encontrar uma vasta cultura letrada. Esta sua vocação não passou despercebida pelos maçons do GOLU que em prancha diziam,

Congratula-se igualmente com a gloriosa nação brasileira por ter á frente dos seus destinos um chefe d'estado que tão bem compreende a sua ardua missão de governar, resolve que o nome deste illustre cidadão seja lançado no seu livro de oiro como prova de quanto o Grande Oriente Lusitano Unido apprécia os seus disvelos pela educação popular, preferindo a criação d'escolas para os desvalidos da fortuna ao monumento que se pretendia erigir-lhe; transcreve, na integra, na acta da sessão de hoje a carta que o monarcha do Brazil expediu sobre este assumpto, toma a liberdade de convidar a maçonaria do Brazil a felicitar em seu nome o imperador por tão generoso acto d'abnegação; inscreve-o como seu membro honorário; lança do mesmo modo no seu livro de oiro, o illustre nome do general Camara, com justiça denominado o heróe das margens de Aquidabão; resolve enviar oficialmente copia d'esta moção a cada um dos

³⁵⁹ Secção ordinária de 18 de Maio 1870. (1870, Maio). *BOGOLU*, publicação mensal 1º Anno, nº 11, Lisboa, p 228.

³⁶⁰ Outra moção do GOLU, em 26 de abril de 1870, foi igualmente enviada ao circulo do Lavradio felicitando os irmãos brasileiros pelo êxito obtido na luta com o Paraguay. Ao Grande Oriente do Brazil ao valle do Lavradio. (1970). *BOGOLU*, publicação mensal. 2 Anno, nº 11, Lisboa, p. 355.

³⁶¹ Do Grande Oriente do Brazil ao valle dos Benedictinos. (1870). *BOGOLU*, 2º Anno, Nº 7, Lisboa, pp.354-355.

Orientes estabelecidos no Rio de Janeiro, conjuntamente com um estremecido abraço fraternal (...) ³⁶².

O gesto do imperador revelava a figura de uma pessoa que amava o conhecimento e que um dos seus principais legados no Brasil Império foi o fomento a educação e da cultura. No entanto, este ensino era ainda tradicionalista e sofria muita influência por parte da Igreja católica.

Exaltação da República do Brasil

A maçonaria portuguesa, no caso em estudo o GOLU, passou a usar a imprensa interna e externa para publicitar seus principais eventos. Na fase que marcou sua fundação e funcionamento do Boletim, as suas tiragens deram destaque ao que ocorria no Brasil Império, nomeadamente: o fim do comércio de seres humanos (escravidão), a cisão entre os orientes dissidentes, o sucesso do país na vitória do Paraguai. No entanto, a partir da década de oitenta, devido ao intenso debate entre as correntes ideológicas na ordem, a publicação do mensário atrasou-se, tendo, em 1889, conseguido a impressão de apenas um número. Por este motivo, os seus membros buscaram como alternativa os jornais de circulação aberta para divulgar suas ideias liberais e republicanas, jornais como A Vanguarda, a República, O Século e o Nível, citados desde o início deste capítulo. Foram nestes veículos de comunicação que os leitores encontravam as notícias do Brasil na condição de República.

Este facto, acontecia em função dos seus dirigentes e participantes serem maçons ou descendentes de portugueses, e também porque os editores tinham o interesse, sobretudo, de fazer uso dos principais acontecimentos e eventos em favor do fortalecimento do ideal republicano em Portugal - o grupo do GOLU, com tendência ao republicanismo, exercitava esta estratégia. Neste sentido, detectamos as notícias, trechos de discursos, homenagens ou tratado de aliança nos principais jornais de tendência republicana. Além das informações que passaram a circular no Boletim publicado de forma esporádica. O último eco brasileiro que ressoava nas páginas da imprensa portuguesa era o de que o Brasil correspondia a um país que deu “certo”, em função da adesão ao sistema republicano.

Em 1893, sob o grão mestrado do Visconde de Ouguela, o debate político na Ordem acontecia de forma intensa, mesmo a instituição não sendo partidária. A loja Sympathia, jurisdicionada do GOLU, realizou uma sessão magna em homenagem ao maçom Eduardo

³⁶² Idem, pp.354-355.

Abreu, de ideologia republicana, pelo seu desempenho como deputado no parlamento nacional. Durante a sessão o membro Victor Hugo, na condição de orador, fez as seguintes considerações,

A sociedade portuguesa ha muito que adoeceu de mal terrível, que lhe envenena o sangue e abre caminho por todas as ramificações do seu organismo, e esse mal não se cura com medicina velha, nem com remedios aconselhados pela falsa sciencia. Desorganizou-se a sociedade portuguesa, carece de uma remodelação profunda³⁶³. (...) Não temos que dar quartel a ambições ilegítimas ou a egoísmo; cumpre-nos servir a humanidade sob o ponto de vista geral, e a patria em especial. Assim o fez a maçonaria brasileira; proclamando a sua independencia, abolindo os escravos e firmando a sua republica³⁶⁴

Neste período, tudo aquilo que representava o “mau e a doença” estavam personificados no governo Hintze-Franco e na política do ultramontanismo. Isto levou muitas lojas, além da Sympathia, buscarem aproximar o GOLU das ideias republicanas. Esta pressão das oficinas contribuiu para que o grão mestrado atuasse no campo político social contra às medidas fiscais de Franco, mesmo sem partidizar a ordem. Neste momento o exemplo do Brasil República era oportuno para os membros da maçonaria portuguesa que ansiavam por mudanças. Facto que se repetiu em 1897, quando o Boletim também publicou as palavras de Victor Hugo, fazendo uma longa explanação mencionando o que, na sua visão, seria uma nova atividade maçónica, ou seja, “àquella que um todo o mundo tem influído e influe nas grandes transformações sociaes, como se ha visto em França e no Brazil (...)”³⁶⁵. Na época, o grão-mestre era Bernardino Machado - nascido no Rio de Janeiro –, cujo mandato buscou promover uma abertura na ordem e descentralizar o poder no GOLU. Anos mais tarde, este monarquista liberal adiará a causa republicana.

Relevante destacar que fazia oito anos que a República tinha sido proclamada no Brasil, sob forte participação de maçons, muitos já citados. Neste período, a nação brasileira se preparava para mais um ato democrático: a eleição do seu novo presidente. Chegava o fim o primeiro governo civil, com o maçom Prudente de Moraes. Nos últimos meses do seu governo, Campos Sales, seu sucessor, estava realizando uma viagem à Europa, e se preparava para herdar um país em meio à grandes crises políticas, económicas e sociais. Situação que exigiu a adoção de medidas que garantissem a sobrevivência da república. Por isso, no dia anterior a sua chegada ao governo, O Século fazia menção para um artigo de Rui Barbosa, em lançamento do jornal A Imprensa, onde o maçom republicano brasileiro esboçava quais as

³⁶³ *BOGOLU*. (1893, Janeiro). n.º2, 24.º anno, Lisboa, p4

³⁶⁴ *Idem* 47

³⁶⁵ *BOGOLU*. (1897, Janeiro). Lisboa, p. 5.

espectativas da nação com o novo comandante: “(...) parece azada a ocasião para republica «encetar vida nova, abjurando tradições odiosas...guardar do passado as lições fechar-lhe a escola... Restituindo ao Brasil a liberdade que a república derramará nas consciências a par em benefício das instituições”³⁶⁶.

Na ocasião, Sales, experiente participante da fundação do Partido Republicano, prestou algumas declarações dizendo “(...) como vai ligar sua administração á estricta execução dos compromissos tomados na recente transacção financeira de Londres, (...)...[que] considera como a solução do problema financeiro; [e usaria] os appellos relterados que dirige ao paiz inteiro para que todos os partidos o auxiliem n’essa tarefa, (...)”³⁶⁷. O jornal *O Século* não tardou a explorar as palavras do então possível candidato brasileiro, ao cargo de chefe maior de uma nação republicana. Em nota, buscou explorar ao máximo do sentimento republicano contido nas expressões de Sales. Sobretudo quando apresentava o debate democrático que havia entre o governo e os partidos que representa sua população sob o comando de um presidente eleito.

Ao assumir o governo em 1898, o novo presidente Sales ocupou por vários dias as páginas dos principais jornais portugueses que defendiam o republicanismo. Por este motivo, encontramos no *O Século* o seguinte trecho,

O chefe de Estado Campos Salles assumiu o destino político e administrativo com o compromisso de dar prosseguimento ao projeto assumido quando da implantação da república... A solemnidade de posse, “ (...) dos drs. Campos Salles e Rosa e Silva, eleitos presidentes e vice-presidentes da Republica dos Estados-Unidos do Brazil... (...) os clarins annunciaram a aproximação dos drs. (...) o dr. Campos Salles leu...o seguinte compromisso, que é o artigo 41 da nossa constituição: “Prometto manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição Federal, promover o bem geral da Republica, observar as suas leis, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência”³⁶⁸.

Como Campos Sales tinha causado grande movimentação no país durante sua visita a Lisboa, a sociedade portuguesa assistia e lia com todo ufanismo os passos de sua posse. Este sentimento, a julgar pela recepção da chegada do navio *Adamastor* e sua tripulação, era reciproco, pois os representantes de Portugal, nas festas de ascensão de Sales, davam provas da “grandiosas e entusiasticas manifestações de que tem sido alvo o commandante, a officialidade e a tripulação do *adamastor* na Republica dos Estados Unidos do Brazil (...)”³⁶⁹

³⁶⁶ [Várias notícias]. (1898, 07 de Outubro). *Jornal O Século*, ANO XVIII N° 6013. Lisboa, p.1.

³⁶⁷ Situação financeira do Brazil. (1898, 08 de Outubro). *Jornal O Século*, ANO XVIII N° 6.014. Lisboa, p.3.

³⁶⁸ Dr. Campos Salles: A solemnidade da posse. (1899, 03 de Dezembro). *Jornal O Século*, ANO XVIII, N°6070 Lisboa, p.1.

³⁶⁹ O *Adamastor* no Brazil. (1898, 05 de Dezembro). *Jornal O Século*, ANO XVIII N° 6.072, Lisboa, p.1.

Isto fez com que sua posse não passasse despercebida das demais autoridades portuguesas. Demonstração disto foi o facto do futuro presidente ter recebido telegramas do rei D. Carlos e do governo constitucional de Portugal. Este gesto foi amplamente repercutido nos jornais republicanos portugueses que não se quedavam em mostrar a fragilidade do modelo existente. Os telegramas diziam o seguinte,

Felicito-o n'este dia, fazendo sinceros votos pela felicidade do Brazil – Rei de Portugal”. Governo: “Felicito n’esta dia, em nome do governo portuguez, o novo presidente da republica dos Estados Unidos do Brazil e faço votos para que possa realizar todas as esperanças que os seus eminentes dotes fundamentam e que, durante o exercício da sua elevada magistratura, o Brazil tenha tantas prosperidades quantas a nação portugueza, tão cordialmente ligada á nação brasileira, lhe deseja”. Francisco Antonio da Veiga Beirão Resposta de Campos Salles: “Agradecendo felicitações com que me honrou V.M., faço votos pela prosperidade da nação portugueza e felicidade da família real³⁷⁰”.

Esta impressão amistosa escondia o período de crises políticas e económicas que Portugal vivia, fruto do sistema carcomido do rotativismo entre os partidos Regenerador e Progressista - que se alternavam no poder - e o desequilíbrio financeiro provocado pelo fontismo, pelos gastos militar para ocupação da África e a Questão dos Adiantamentos. Enquanto o GOLU vivia o retorno de uma direção mais ritualística e filantrópica da ordem com o governo de Luís Augusto Ferreira de Castro (1900-1906). O retrocesso da sua gestão levou a suspensão da publicação do Boletim, pois defendia o secretismo da Ordem. Isto significou a “mordaza” nas comunicações da instituição, o que afetou o acesso as notícias do GOB e da republica brasileira.

Com o crescente descontentamento no GOLU o novo grão-mestre passou a ser Sebastião de Magalhães Lima (1907). Seu perfil progressista e republicano deixou como legado a defesa pelo laicismo empreendido na maçonaria e na sociedade portuguesa. No campo das comunicações reativou o Boletim e fez uso do Jornal A Vanguarda para propagação dos ideias republicanos e combate ao absolutismo, na condição de diretor e proprietário do comunicador, como já foi destacado anteriormente. A partir da sua atuação na maçonaria é que vê-se retomamos os Ecos do Brasil em Portugal, como por exemplo na mensagem do presidente Affonso Penna na abertura dos trabalhos do parlamento brasileiro³⁷¹,

³⁷⁰ Portugal e Brazil. (1898, 09 de Dezembro). *Jornal O Século*, ANO XVIII Nº 6.076. Lisboa, p.1.

³⁷¹ “(...)a proposito da abertura do parlamento, consigna que as receitas se elevam a 88:651 contos de réis em ouro e 261:445 em papel... A mensagem frisa o importantíssimo resgate dos títulos...(…) accrescenta que a creação da caixa de conversão deu estabilidade á taxa de cambio offerecendo segurança aos capitaes

(...) Não é costume os discursos da corôa em Portugal registarem factos d'aquella natureza. (...) porque nunca teem que registar progressos na administração publica. Somos um paiz tão afortunado, ou tão idiota que nem carecemos de ver discutidas, ha annos, no parlamento, as contas e o orçamento do Estado. Todos governam como querem, e na fé dos padrinhos. O chefe do Estado, na republica do Brazil, diz ao povo, claramente, a situação do tesouro, o estado das finanças e da economia. Em Portugal fecha-se o parlamento quando se discute o orçamento e governa-se sem esse documento que a Carta Constitucional manda se discuta, e sem o qual não pôde haver administração regular perante a moral e perante a lei. Outras noticias neste numero: congresso republicano com a presença de José Caldas e Bazilio Telles mandando carta a Bernardino Machado proclamando apoio ao partido republicano (...) ³⁷².

Tendo em vista os vínculos entre Brasil e Portugal transporem o campo ideológico, convém lembrar que foi também durante o grão mestrado de Lima que a maçonaria lusitana, por meio do Grande Oriente Lusitano Unido e o Grande Oriente do Brasil, estabeleceram o tratado de amizade. Este tratado, para além de demonstrar a relação estabelecida entre uma nação e outra, atestava também a preocupação que a maçonaria tinha com o tema da república, o prestígio, e a reputação que a instituição tinha a época. O Supremo Conselho do GOLU assim se expressava,

A população maçónica muito augmentou e vae agora augmentar extraordinariamente com a fundação de numerosos nucleos e com a execução do tratado com o Gr.: Oriente do Brasil, cujas ratificações se trocaram no dia 31 do mez passado e que entrou em vigor no dia primeiro do corrente. Por este tratado devem ser transferidos para nosso Grande Oriente, perto de dois mil maçons brasileiros residentes em Portugal. ³⁷³

A reunião que antecedeu para elaboração do tratado contou com a participação, entre outros membros, de Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo, representando a Maçonaria Brasileira, e Fausto de Quadros, pelo lado do Grande Oriente Lusitano. Sobre a expectativa do tratado os maçons verbalizavam: “contribuirá sem dúvida para estreitar os laços de cordeal fraternidade e solidariedade que sempre teem unido os dois povos irmãos e as duas maçonarias. Início de uma nova época de progresso e de cordealidade íntima e affectuosa nas nossas relações com a maçonaria da grade e florescente republica; sul-americana”.

estrangeiros”. Últimos telegramas. (1907, 04 de Maio). *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) nº 3757 (6:628), Lisboa, p. 3.

³⁷² A peste dos republicanos. (1907, 05 de Maio). *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) Nº 3758 (6:628), Lisboa, p. 1.

³⁷³ *BOGOLU*. (1907, 04 de Novembro). Lisboa, p. 25.

Relevante perceber que com o tratado estabeleceu-se uma relação de aproximação entre os orientes, chegando até em alguns momentos uma entidade representar a outra em algum evento, como se ambas fizessem parte de um só oriente.

“(…) Magalhães Lima é hoje o grão-mestre da maçonaria portuguesa, tendo concluído ainda a pouco um tratado reciproco com as lojas do Brazil por intermédio do dr. Vicente Ferrer, que há pouco esteve representando a maçonaria brasileira na reunião magna de Bruxellas. Magalhães Lima é também hoje official da Legião de Honra”³⁷⁴.

Retomando aos destaques da imprensa lusa em favor do republicanismo, vimos também que algumas facções da sociedade civil brasileira, letrada ou não, que apoiavam os protestos contra a estrutura governamental em Portugal, a exemplo dos “estudantes da faculdade de Direito de S. Paulo (Brazil), [que] manifestaram, em comício a sua profunda sympathia pelos seus collegas portuguezes, protestando, ao mesmo tempo, contra o despotismo do governo que é detestado no Brazil³⁷⁵”. Todas as iniciativas governamentais na “vasta república dos Estados Unidos do Brazil, tanto nos progressos moraes como materiaes se vão accentuando dia a dia, graças ao systema que alli estabeleceram e teem sabido continuar bons patriotas e caracteres honesto”³⁷⁶; neste caso o jornal chamava atenção para a necessidade da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré identificada como grande progresso económico.

Mesmo a iniciativa do ministro de Portugal, no Brasil, em se pronunciar a favor do absolutismo, não deixou de ser criticado pelo *A Vanguarda*, que de maneira irónica destacou a notícia: “questão da mensagem promovida pelo ministro de Portugal no Brazil a favor do absolutismo, ainda ha de dar o que fallar. (...) O maior numero dos portugueses (...) protestam contra a obra do illustre Sr. Camello (...) É assim, por meio da especulação politica mais insoffrida que este governo e os seus agentes no número dos quaes entra o ministro de Portugal no Brazil, pretende abrir carreira³⁷⁷”.

A constatação era de que a ditadura implantada na sociedade portuguesa, com o passar dos anos, vinha demonstrando de forma crescente perseguições e sofrimentos à sociedade em geral. Como saída, muitos intelectuais maçons buscavam fazer da imprensa a voz da multidão e divulgadora das ideias liberais laicista, republicana e positivista. O artigo

³⁷⁴ O dr. Magalhães Lima no estrangeiro. (1907, 06 de Novembro). *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) nº 3913 (6:784), Lisboa, p. 1.

³⁷⁵ Acontecimentos academicos. (1907, 18 de Maio). *Jornal A Vanguarda* X Anno (XVII) Nº 3771 (6:642), Lisboa, p.1.

³⁷⁶ O Brazil progride. (1907, 23 de Junho). *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) nº 3807 (6:678), Lisboa, p.3.

³⁷⁷ O franquismo no Brazil. (1907, 14 de Outubro). *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) nº 3890 (6:761), Lisboa, p. 1.

de Magalhães Lima, ao jornal *A Vanguarda*, denúncia as ferrenhas perseguições de autoritarismo do governo. Nele, o autor procurou expor a ambiência de inquietação vivida pelos portugueses

Liberais, republicanos, socialistas, todos estão de acordo para combater abertamente e «á outrance», a actual situação que deve degenerar fatalmente n'uma guerra civil. A opinião publica condemna a dictadura e encontra-se em lucta com o governo, que só tem o apoio do rei. Quasi toda a imprensa é hostil ao governo e todos os espíritos independentes censuram os processos ultra-reaccionarios do presidente do conselho”³⁷⁸.

Por ocasião do aniversário da república brasileira, em 15 de novembro de 1907, os portugueses não tardaram em comemorar esta data exaltando seus ideais. No *A Vanguarda* foi publicado, “(...) O Brazil, na vida dos povos, é um brilhante exemplo do que todos os dias vemos na vida intima das famíllias.(...) soube emancipar-se da tutella dos magnates, de Francos e quejandos e erguer a bandeira da Republica com o entusiasmo das almas sãs e nobres e das consciencias tão límpidas e patrioticas como a de Silva Jardim (...)”³⁷⁹. Nesta altura, um grupo de sócios do Grémio Republicano Federal realizou uma conferência comemorativa ao Brasil, que teve como conferencista o ex. grão-mestre do GOLU, Bernardino Machado. O evento foi bastante prestigiado pelo público, representantes das escolas, centros e núcleos democráticos³⁸⁰, que na oportunidade assistiram à sua exposição atentamente. Após a apresentação todos “durante alguns minutos repetiram-se calorosamente as aclamações ao chefe do partido republicano, ao amigo da instrução, á Democracia, á Liberdade, etc.”³⁸¹.

Contudo, os portugueses aclamavam a república brasileira ao festejar seu aniversário, comparando-a a realidade da monarquia portuguesa:

(...) Tomemos essa grande lição que nos dá o Brazil, e para esta obra de aproximação não contemos só com os portuguezes que estão na patria; contemos com os se encontram lá e que formam uma parte da opinião. Que o dia em que se proclame a Republica, seja um dia de honra nacional! Saudando a Republica Brasileira, procuremos imitar essa querida filha do nosso Portugal! Que a bandeira republicana seja a bandeira das nossas

³⁷⁸ A crise portugueza. (1907, 29 de Outubro). *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) n° 3905 (6:776), Lisboa , p.1.

³⁷⁹ Salvé, Brazil. 1907, 15 de Novembro). *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) n° 3922 (6:793), Lisboa , p. 1.

³⁸⁰ Idem, p.1.

³⁸¹ Homenagem ao Brazil. (1907, 15 de Novembro). *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) n° 3922 (6:793), Lisboa , p. 1.

virtudes e não uma bandeira de ódios! Viva a Republica Brasileira! Viva a Democracia Portugueza!³⁸²

No ano que antecedeu à implantação da república em Portugal (1909), a troca de notícias entre os jornais portugueses e brasileiros tornou-se mais intenso. O jornal de São Paulo (Brasil), intitulado de ‘O Livre Pensador’, publicou um artigo enviado de Portugal de Magalhães Lima, sob a epígrafe: “Porque me accusam”³⁸³. Nele o grão mestre do GOLU, ao fazer sua defesa, não deixou de referir severas críticas ao absolutismo vigente.

O certo é que os intelectuais maçons de tendencia republicana faziam parceria, não só com os jornais já citados, mas também com algumas revistas estrangeiras, a exemplo da “Portugal e Brazil”, pertencente ao Centro Republicano Portuguez de S. Paulo, que era,

collaborada por muitos talentosos escriptores portugueses, residentes na grande Republica Sul americana[e cujo seu nº 9 distinguia] o retrato do nosso querido derector, dr. Magalhães Lima, acompanhado de palavras muito amáveis,(...) e os retratos dos srs. drs. Theophilo Braga e José Eugenio Ferreira, acompanhado de brilhantes artigos de propaganda republicana³⁸⁴.

De igual modo, à incidência da insatisfação da colónia portuguesa na imprensa no Brasil, atacando o governo de Franco, começou a ganhar realce em Portugal. Foi assim com “Pátria Nova” - publicação do Centro Republicano Portuguez do Pará -, que trazia uma artigo acusando o modelo de governo português. Ele narrava que o país vinha “(...) definhando hoje sob as extorsões dos homens da monarquia que tem como maiores padrões de gloria o «deficit», o despotismo d’uma ditadura feroz, e a torpeza dos adeantamentos. Não teremos condescendências, - Pela Republica e só pela Republica! (...) ³⁸⁵”. Sob o mesmo prisma, o A Vanguarda buscava dar uma maior expressão ao referido artigo intitulando-o de “órgão democrático”, e mostrando a organização e mobilização por parte dos portugueses na antiga América portuguesa,

Em todos os grandes centros do Brazil, onde a colonia portugueza é numerosa, como em Santos, S. Paulo, Rio, Pernambuco e o Pará, os bons republicanos que ahi existiam dispersos (...) uniram-se (...) D’este patriotico esforço resultou a fundação de centros republicanos nas principais cidades

³⁸² 15 de Novembro de 1889. (1907, 16 de Novembro). *Jornal A Vanguarda*, X ANNO (XVII) Nº 3923 (6:794), p. 1.

³⁸³ Dr. Magalhães Lima. (1909, 1º de Fevereiro), *Jornal A Vanguarda*, XII ANNO (XIX) nº 4332 (7:203), Lisboa, p. 1.

³⁸⁴ Portugal e Brazil. (1909, 05 de Fevereiro). *Jornal A Vanguarda*, XII ANNO (XIX) nº 4336 (7:207), Lisboa, p. 1.

³⁸⁵ A “Patria Nova”. (1909, 10 de Maio). *Jornal A Vanguarda*, XII ANNO (XIX) nº 4428 (7:299), p. 2.

brasileiras e a criação de jornais republicanos portugueses em diversos pontos do Brasil³⁸⁶.

Na virada do século XIX para o século XX, muitos portugueses migraram para o Brasil fugindo da miséria que atingiu a Europa e, em particular, Portugal. Estes buscavam, principalmente, os principais centros do país para se fixar, porque as oportunidades de trabalho eram maiores. No entanto, nessas cidades, os imigrantes vão sentir toda ambiência da transformação política que o Brasil estava passando com a chegada da república. Isto terminou por provocar nos imigrantes o desejo em participar das questões e problemas enfrentados por Portugal nos primeiros anos que intensificaram os movimentos republicanos que levariam ao 5 de Outubro de 1910.

³⁸⁶ Idem, p.2.

Conclusão

Com este trabalho conseguimos demonstrar que o Boletim Oficial do GOLU possibilitou a comunicação entre as Potências Maçónicas brasileira e portuguesa, nomeadamente entre o GOB e o GOLU. Por seu meio, pudemos detectar que os Ecos que chegavam do Brasil foram usados nos trabalhos deste Oriente como forma de manter e mostrar a aproximação que existia entre as duas maçonarias. Distribuídos de forma cronológica, os Ecos que encontramos permitiram-nos surpreender o processo político ideológico que compôs a irmandade dos pedreiros livres em Portugal, desde a formação da estrutura do Grande Oriente Lusitano Unido (1869) até sua paulatina republicanização nos finais de oitocentos. Em simultâneo, também foi possível verificar seus impactos e impressões na maçonaria, e conseguiu-se registrar alguns momentos relevantes das relações entre os dois países.

De facto, tendo em vista a amplitude de temas do Boletim, podemos dizer que o estudo realizado comporta diversos tipos de enfoque³⁸⁷. Cada um dos Ecos observados bastaria para explicar as peculiaridades da maçonaria portuguesa no início da contemporaneidade. Esta comprovação nos revelou a própria importância da nossa fonte primária de pesquisa e, ainda, a pujança da sua própria história. Conforme colocamos no primeiro capítulo, este periódico contém não só factos e emoções que marcaram a trajetória política e ideológica da instituição, mas também a comprovação do seu uso como instrumento estratégico de propaganda e controle por parte do GOLU.

Na mesma importância foram as fontes secundárias nos períodos em que o Boletim deixou de ser editado, ou quando este sofreu interrupções momentâneas. Referimo-nos aos jornais veiculados da época. Selecionar as ligações das informações do Boletim com estas fontes de pesquisa exigiram que fossemos cautelosos nas reflexões sobre as matérias noticiadas. Isto só foi possível porque os diretores desta imprensa diária eram também membros da maçonaria portuguesa, a exemplo do A Vanguarda, dirigido por Magalhães Lima que ocupou o grão mestrado do GOLU por um longo período.

Quanto aos acontecimentos históricos que povoaram as páginas do Boletim Oficial do GOLU, elegemos os que estavam relacionados com nosso tema e analisamos diante do cenário em que estes se desenvolveram. Em todo caso, demos primazia às notícias que

³⁸⁷ Durante nosso estudo sobre os ecos da maçonaria brasileira em Portugal identificamos muitos subtemas que poderão ser melhor investigado em trabalhos futuros como: a maçonaria portuguesa e a escravidão brasileira, os emigrantes maçons portugueses que regressaram do Brasil, a república brasileira como modelo seguido em solo luso, entre outros.

falavam de temas referentes aos factos sociais e políticos ocorridos no Brasil Império e, posteriormente, Republicano. Tratamos de suas incidências associadas à cisão ocorrida entre o GOL de Lavradio e de Beditino, de questão religiosa, de abolição da escravidão, de visita de autoridades brasileiras, do trânsito de membros nos Orientes, de ajuda mútua, entre outros temas.

Nestes destacamos como principais questões: a) o caso do dissídio entre Lavradio e Beditinos, que teve as pranchas publicadas no Boletim, e serviu para comprovarmos as trocas de informações entre os orientes português e brasileiro com seus efeitos, revelando, em grande medida, o poder de interferência do GOLU na maçonaria brasileira, que tem como pano de fundo o debate que envolve a questão do constitucionalismo da ordem, a sua cultura jurídica, a sua administração e a sua relação com instituições diversas; este caso é emblemático, pois confirma que as dissidências na ordem eram fruto das incidências política ideológicas que atraíam as elites políticas da época no mundo profano; b) questão religiosa, no episódio de interdição das irmandades do Pará e Pernambuco, na qual houve uma forte reação por parte dos maçons portugueses que não tardaram, além de apoiar a maçonaria brasileira, em usar o ocorrido para protestar contra o congregacionismo em Portugal, pelo Boletim o GOLU protestava contra uma atitude típica do jesuitismo; c) durante o processo que culminaria com o comércio de escravo, o Brasil teve, por vezes, seu nome citado como sendo uma pátria de progressista. d) no trânsito dos maçons que se davam de forma constante e não intenso e tinha na razão de sua existência inúmeras motivações – trabalho, turismo, em missão aos Orientes em estudo, prestigiar eventos, etc; e) no auxílio mútuo que, por exemplo, sempre vigorou entre seus membros, realidade que não foi estranha à intensificação de emigração, que tem como ocorrência de movimentos de torna viagem. Todos estes acontecidos foram permeados por todo um debate político ideológico onde o GOLU, mediante cada grão mestrado, deu um tratamento específico. Para entendermos este facto, levamos em consideração a presença, nesse cenário, de lutas políticas de diversos teores, que tinha o envolvimento das questões religiosas e das republicanas. Por conta disto, a reciprocidade entre os irmãos e os orientes, no Brasil e em Portugal, ocorreu de forma muito intensa.

Desta forma, por meio de uma interpretação analítica de suas histórias, fizemos uma adequação desses acontecimentos de modo a posicionar o Brasil como sendo interlocutor, e Portugal receptor. Nessa história, enveredamos por entender os efeitos das mudanças no Brasil na ordem portuguesa a partir da sua realidade peninsular. Pois mesmo que desde a instalação da Ordem no Brasil houvesse sempre a presença da influência portuguesa, no

período que aqui privilegiamos, intensificou-se a troca de informações maçónicas brasileiras em Portugal.

A elaboração e publicação do Boletim só foram possíveis devido a criação do GOLU. Foi sua estrutura intelectual e financeira que viabilizou confecção, distribuição e pessoas para ler suas tiragens. Igualmente, sua ambiência repleta de debates político e ideológico, comprometeu sua utilidade, pois o material a ser publicado dependia do grupo que detinha o comando do Oriente. Por esta razão, na primeira fase do GOLU (1869), sua edição foi marcada pelas interferências de personalidades que lideravam as principais facções monárquico-liberais. No entanto, a partir de novecentos e depois 1909, passou pela interferência do grupo mais progressista e alinhado com o republicanismo na sociedade portuguesa. Na verdade, foi sobrevivendo toda esta trajetória, de 1869 a 1909, que o impresso conseguiu guardar as histórias que culminaram com a vitória do pensamento liberal laicista, positivista e republicano em Portugal.

Quanto aos acontecimentos do Brasil transmitidos no Boletim, podemos dizer que estes foram contribuidores para, sob seu intermédio, possibilitar a oportunidade de discutir e propagar temas mais progressistas no GOLU, sobretudo pelos grupos mais engajados nas ideias liberais, laicista, positivista e republicanas. Serviu, em última análise, como meio de contestação contra os desmandos do monarquismo constitucional ligado a clero católico em Portugal, que tolhia a liberdade de pensamento e expressão.

Fontes de pesquisa e referenciais bibliográficos

Boletins Oficiais do Grande Oriente

Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido

(1869). Nº 1, Mensal, Lisboa, pp.1,12, 19, 60, 61, 147, 484, 532.

(1869). Secção noticiosa. Publicação mensal, Nº 1, 1º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 19.

(1869, Março). Secção noticiosa de 08 de Março de 1869. Publicação mensal. Nº1, 1º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p 198.

(1869, Outubro). Secção noticiosa publicação mensal Nº 4, 1º Anno. Lisboa Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 91.

(1869, Dezembro). Secção ordinária de 22 de Dezembro de 1869. Publicação mensal, Nº 6, 1º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp. 142-143.

(1870). *Ao Poderoso Irmão Alexandrino Freire do Amaral. Grande Secretário do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil ao Valle do Lavradio.* Publicação mensal. Nº 7, 2º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp. 358-359; 381.

(1870). *Do Grande Oriente do Brazil ao valle dos Benedictinos.* 2º Anno, Nº 7. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp.354-355.

(1870). Por ordem superior se faz constar o seguinte. Publicação mensal 2º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p.236.

(1870). Secção oficial. *Legislação Official do Boletim do Grande Oriente Lusitano*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Lisboa, Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp.20; 203;295.

(1870, Janeiro). Secção de 27 de Abril de 1870. Publicação mensal 2º Anno, nº 7. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 220.

(1870, Janeiro). Secção noticiosa. Publicação mensal, Nº , 2º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp. 203, 204, 231.

(1870, Março) Secção ordinária de 09 de Março de 1870. Publicação mensal, Nnº 9, 1º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 207.

(1870, Abril). Secção ordinária de 20 abril 1870. publicação mensal 1º Anno, nº 10. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp. 218-221.

(1870, Maio). Boletim no exterior. Publicação mensal 1º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Nº 11, Lisboa, p. 246.

(1870, Maio). Do sapientíssimo Grão- Mestre do Grande Grande Oriente do Brazil ao Valle dos benedictinos. Publicação mensal, Nº 11, 1º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 307.

(1870, Maio). Secção ordinária de 11 de Maio 1870. Publicação mensal 1º Anno, nº 11. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp. 227, 232.

(1870, Maio). Secção ordinária de 18 de Maio 1870. Publicação mensal 1º Anno, nº 11. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p 228.

(1871). Publicação mensal, Nº 22, 3º Ano, pp. 477-481.

(1871). Secção oficial. Em: Legislação Official do *Boletim do Grande Oriente Lusitano*. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa., Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p.532.

(1871, Abril). Seção de correspondência: Do Grande Secretario do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp.517-519.

(1871, Abril). Sessão de 26 de abril de 1871. Publicação mensal, nº22,3º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, , Lisboa, pp.471, 472.

(1871, Abril). Sessão de correspondencia, correspondencias recebidas e expedidas n'este mez. Do Poderoso irmão Secretario do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao valle dos Benedictinos. Publicação mensal, Nº 22, 3º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p.485.

(1871, Maio). AO PODEROSO IRMÃO GRANDE SECRETARIO DO GRANDE ORIENTE SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL AO VALLE DO LAVRADIO. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Nº 23. Lisboa, p. 537.

(1871, Maio). Seção de correspondência: Do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Lisboa, Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp.502-503.

(1871, Maio). Secção de correspondência: Do Grande Secretario Do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio, 20 de maio de 1871. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa., Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p.519.

(1871. Maio). Seção de correspondência: Do Grande Secretario Do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Nº 23. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves. Lisboa, p. 501.

(1871, Junho). Seção de correspondencia: Ao poderoso irmão Grande Secretario do Grande Oriente Supremo Conselho do Brazil ao Valle do Lavradio. *Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa.*, Nº 24, 3º Anno, Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p.523, 528.

(1871, Junho). Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa Seção de correspondência. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Nº 24, 3º Anno, Lisboa, p.540.

(1871, Agosto). Acta de Installação do Supremo Conselho dos Grandes Inspectores Geraes do Grau 33 junto ao Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa., Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves ,Nº 26, 3º Anno, Lisboa, p.561.

(1871, Agosto). Exerptos das sessões do Supremo Conselho, sessão de 26 de novembro 1869 (era vulgar). Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, Nº 26, 3º Anno Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp. 561-563.

(1871, Agosto). Respetabilissimo ilustre e caríssimo irmão Assumpção, em 25 de Outubro de 1869. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, Nº 26, 3º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 568.

(1871, Outubro).Extracto da Sessão da Grane Loja, sessão solemne de 30 de Outubro de 1871. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa., Nº 28, 3º Anno, Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp. 625 e 627.

- (1872), Publicação Mensal, Nº4, anno 2, p.135.
- (1872). Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa., Nº 2, 2ª série, Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p.31.
- (1872, Janeiro-Março). Secção noticiosa. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, Publicação mensal, Nº 31, 32 e 33, 3ª série. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves. Lisboa, p. 694.
- (1872, Abril). Synopse da correspondência recebida este mez. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Nº 1, 2ª série. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 15.
- (1872, Maio) Secção de Correspondência. Synopse da correspondência recebida este mez. Em: Extracto das sessões da Grande Loja Sessão Magna de 5 de Julho de 1872, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa., Nº 2, 2ª série. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p.31.
- (1872, 05 de Julho).Secção de Correspondência. Synopse da correspondência recebida este mez. Em: Extracto das sessões da Grande Loja Sessão Magna de 5 de Julho de
- (1872, Setembro). Secção noticiosa publicação mensal Nº 3, 1º Anno. Lisboa Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 61.
- (1873, Setembro e Outubro). Nº9 e 10. Lisboa, p.634.
- (1874). A punição dos bispos, o estado e a maçonaria. N 3, 3ª Serie, 3º Anno, p. 52
- (1874). Publicação mensal, Nº1, 3ª serie, 3º Ano. Lisboa, p.3
- (1874, Abril). Introdução. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Publicação mensal. Nº I, 3º anno, 3ª serie. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 3.
- (1875) Nº 2, 2ª Série, 4º ano, p. 28.
- (1875) Nº1 e 2, 3ª Serie, 13º ano, p. 26.
- (1875, Abril). Secção de 16 de Abril de 1875. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, 2ª série, 4º Anno, Nº 1, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, p. 7.
- (1875, Julho). Secção Official- Legislação. Nº 4, 4º Anno, 2ª Série, Lisboa Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p.60.
- (1875, Junho). Secção de 11 de Junho de 1875, comemorativa ao passamento do irmão. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, Nº 3, 4º Anno, 2ª série. Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, pp. 3-4.
- (1875, Dezembro). Revista Maçonica Estrangeira-Brazil. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, Nº9, 4º Anno, 2ª série,. Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, p.145.
- (1875, Dezembro). Revista Maçonica Estrangeira-Brazil. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, 2ª série, 4º Anno, Nº9, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, p.144.
- (1876, Maio). Legislação. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, Nº 2, 5º Anno, 2ª série. Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, p.32.
- (1876, Maio). Nº2, 2º serie, Lisboa, p.2
- (1876, Junho). Secção noticiosa. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Publicação mensal, Nº 3, 5º Anno, 2ª série. Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, p.4.

(1877, Agosto). A Maçonaria e o jesuitismo no Paraná. Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa, Nº 5, 2ª série, 6º Anno. Imprensa de J.G. de Sousa Neves. Lisboa, pp.75-76.

(1877, Noembro). Secção noticiosa de 19 de Novembro de 1877. Publicação mensal 6º Anno Nº 8, 2ª série. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 143.

(1877, Dezembro). Secção noticiosa de 14 de Dezembro de 1877. Publicação mensal, Nº 9, 1º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 130.

(1880). Nº 1, 3ª Serie Abril 12º Anno, pp.3 e 4.

(1880). Secção Official , legislação, serie de 1879-80, Nº 38, Nº 1, 3ª Serie Abril 12º Anno, p.6.

(1880, Abril). Nº1, 3ª serie,12º Ano, Lisboa, p.6 e 7

(1880, Julho). Secção noticiosa sentido de falecimento. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Nº 4, 3ª série, 12º Anno, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, p.107.

(1881). Necrológio, Joaquim Germano de Sousa Neves. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Lisboa, Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Nº 8 e 9, Publicação mensal, 3º Série, 13º Anno, p.114-117.

(1881). Nº 10, 3ª serie, 12º Ano, Lisboa.

(1881, Fevereiro/Março). Sessão noticiosa, aviso noticiando no nosso anterior número. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Nº 11 e 12, 12º Anno, 3ª Série. Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, p. 261.

(1881, Junho). Visconde do Rio Branco. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Nº 3, 13º Anno, 3ª Série, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, pp. 42-44.

(1882, Janeiro/Fevereiro). Centenário do Marques de Pombal, secção noticiosa de 18 de Dezembro de 1881. Publicação mensal Nº 10 e 11, 13º Anno, 3ª Série. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 157.

(1882, Junho/Julho). José Garibaldi. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Nº 3 e 4, 14º Anno, 3ª série. Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, p.44.

(1883, Janeiro-Março).Secção Official- Legislação, série de 1882-83 nº 23. Nº 10, 11 e 12, 14º Anno, 3ª Série, Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p.10.

(1884). Nº 2, 3ª serie, 25º Ano, Lisboa, p.1.

(1884, Maio). Secção ordinária de 26 de Maio de 1884. Publicação mensal, Nº 15, 15º Anno, 1º semestre. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, pp. 34; 36-37.

(1884, Agosto). Secção ordinária de 12 DE AGOSTO DE 1884. Publicação mensal Nº 15, 15º Anno, 2º semestre. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p.81.

(1886, 3º Trimestre). Biografias maçónicas: José da Silva Mendes Leal (ariosto), falecido em 22/08/1886. *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, 17º Anno, Typographia da viúva Sousa Neves, Lisboa, pp. 109, 11 e 113.

(1886, Novembro e Dezembro) Nº14, 3ª serie, 17º Ano. Lisboa, p.218

(1887, 1º Trimestre). Quadro Geral das relações externas do Grande Oriente Lusitano Unido. Publicação mensal 18º Anno. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 54.

(1889), 1º Trimestre, 19º ano, p. 16.

- (1888, Abril e Maio). *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa.*, 1º Trimestre). Nº1 e 2, 3ª série, 4º Anno. Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, p.16.
- (1889). *Homenagem ao Gr.: Or.: do Brazil do Gr.: Or.: Lusitano Unido Sup.: Conc.: da Maç.: Portuguesa.* Typographia do Commercio. Lisboa, p.1.
- (1889). *Homenagem ao Gr.: Or.: do Brazil do Gr.: Or.: Lusitano Unido Sup.: Cons.: da Maç.: Portuguesa.* Typographia do Commercio. Lisboa., p.15.
- (1889). Pranch.: Ao seren .: Gr.: Or.: dos Estados Unidos do Brazil. *Em: Homenagem ao Gr.: Or.: do Brazil do Gr.: Or.: Lusitano Unido Sup.: Cons.: da Maç.: Portuguesa.* Typographia do Commercio. Lisboa, pp. 11-12.
- (1889). Sessão Magna do Grande Oriente em 15 de Novembro de 1898. (e.: v.:). *Em: Homenagem ao Gr.: Or.: do Brazil do Gr.: Or.: Lusitano Unido Sup.: Conc.: da Maç.: Portuguesa.* Typographia do Commercio. Lisboa, pp 23 e 24.
- (1891). A nova constituição. ano 16. Nº 9 e 10. p. 267.
- (1893). Nº 2, Ano 24º, Lisboa, p.1.
- (1893, Janeiro). nº2, 24º anno, p. 4.
- (1893, Fevereiro). *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, Nº2, 24º Anno. Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, pp.46-47.
- (1897), Fasciculo de Janeiro, pp. 4, 5, 11 e 13.
- (1897, Janeiro). Prancha e Balaustres (Cicular). *Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa.* Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, p.13.
- (1898). 2º Ano, 5ª serie, p. 4.
- (1898). Nº 1, 5ª série, Ano 2º, Lisboa pp.3- 4.
- (1898, Janeiro). 5ª Serie, 2º Anno, Janeiro, p.3.
- (1899, 26 de julho), Manuscrito Fausto de Quadros Sessão do Grande Conselho, p.7.
- (1903, 09 de Fevereiro) Fausto de Quadros Sessão do Grande Conselho, p.67.
- (1907, 04 de Novembro) Lisboa, p. 25.
- (1907, 30 de Junho). Poderoso Irmão Dr. Vicente Ferrer Wanderley. Enviado especial ê Garante de Amisade extraordinária do Sereníssimo Gr.'. Or,'Sup.', Cons,', do Brasil junto do Gr.-. Or.!: Lusit,-. Unido. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Lisboa, rua do Grêmio lusitano n.35, (e.: v.:).
- (1908). Nº 1, Ano 28º, Lisboa, pp.2, 3, 4.
- (1970). Ao Grande Oriente do Brazil ao valle do Lavradio. publicação mensal. 2 Anno, nº 11. Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, Lisboa, p. 355.
- (1973, Fevereiro/Março). Sessão noticiosa. *Supremo Conselho do Brazil.* Jornal oficial da Maçonaria Brasileira, 2º Anno, n. 2 e 3. Oriente do Rio de Janeiro. Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil.Lisboa, pp. 172, 173.
- (1880, Junho). Sessão de 25 de Junho de 1880. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa., Nº 3, 3ª Série, 12º Anno, Typografia de Joaquim Germano de Sousa Neves. Lisboa, p.65.
- (1881, Janeiro). Necrologia. Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa, Nº10, 12º Anno. Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, pp. 235-236.

Aguiar, A. A. (1886, 2º trimestre). *Discurso do Sapiientíssimo Grão Mestre*. [Proferido na sessão magna da sua posse a 6 de Maio de 1886]. , p. 70.

Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil

(1873, Fevereiro/Março) Seção noticiosa, revista estrangeira. Jornal oficial, Maçonaria Brasileira. Nº 2 e 3, 2º Anno. Oriente do Rio de Janeiro. Typografia do Grande Conselho do Brazil, pp. 172-174.

(1904). Ano 29. Nº 3 p. 149.

(1908, Janeiro). Nº 28º, Fausto de Quadros, p. 4.

Periódicos

A Vanguarda - Lisboa

15 de Novembro de 1889. (1907, 16 de Novembro). X ANNO (XVII) Nº 3923 (6:794), p. 1.

A crise portuguesa. (1907, 29 de Outubro). X ANNO (XVII) nº 3905 (6:776), p.1.

A morte do dr. Affonso Penna condolências. (1909, 11 de Maio). Nº 4.429, XII ANNO (XIX), (7:300). p. 1.

A peste dos republicanos. (1907, 05 de Maio). X ANNO (XVII) Nº 3758 (6:628), p. 1.

Acontecimentos academicos. (1907, 18 de Maio). X Anno (XVII) Nº 3771 (6:642), p.1.

Dr. João Coelho. (1907, 10 de Maio). X ANNO (XVII), Nº 3.763 (6:634). p. 1

Dr. Magalhães Lima. (1909, 1º de Fevereiro), XII ANNO (XIX) nº 4332 (7:203), p. 1.

Dr. Rodrigues Alves. (1907, 21 de Maio). X ANNO (XVII), Nº 3.774 (6:645). p.1.

Dr. Ruy Barbosa. (1907, 06 de Junho). Nº 3.790 X ANNO (XVII), (6:661). p. 2.

Homenagem ao Brazil. (1907, 15 de Novembro). X ANNO (XVII) nº 3922 (6:793), p. 1.

Julgamento da Vanguarda. (1907, 22 de Maio). Nº 3.775, X ANNO (XVII), (6:646), p.1.

Notícias do estrangeiro. (1909, 28 de Junho). XII ANNO (XIX), Nº 4.477 (7:348), p. 1.

O Brazil e Garibaldi. (1907, 16 de Julho). X ANNO (XVII) nº 3830 (6:701), p. 2.

O Brazil progride. (1907, 23 de Junho). X ANNO (XVII) nº 3807 (6:678), p.3.

O Dr. Magalhães Lima no estrangeiro. (1907, 06 de Novembro). X ANNO (XVII), Nº 3.913 (6:784). p. 1.

O franquismo no Brazil. (1907, 14 de Outubro). X ANNO (XVII) nº 3890 (6:761), p. 1.

Patria Nova. (1909, 10 de Maio). XII ANNO (XIX) nº 4428 (7:299), p. 2.

Portugal e Brazil. (1909, 05 de Fevereiro). XII ANNO (XIX) nº 4336 (7:207), p. 1.

Portuguezes no Brazil. (1907, 07 de Agosto). Nº 3852, X ANNO (XVII) (6:723), p. 3.

Rodrigues Alves. A sua passagem em Lisboa. (1907, 22 de Maio). X ANNO (XVII), Nº 3.775 (6:646). p. 1.

Salvé, Brazil. (1907, 15 de Novembro). X ANNO (XVII) nº 3922 (6:793), p. 1.

Telegramas Do estrangeiro: O Presidente Affonso Penna. (1907, 06 de Maio). X ANNO (XVII), Nº 3.759 (6:630), p. 1.

Telegrammas Do estrangeiro: A crise portugueza. (1907, 06 de Junho). X ANNO (XVII), Nº 3.790 (6:661). p. 2.

Telegrammas. (1907, 14 de Maio). Nº 3767, X ANNO (XVII), (6:638), p. 1.

Ultimos telegramas. (1907, 04 de Maio) X ANNO (XVII) Nº 3757 (6:628), p. 3.

Ultimos Telegrammas. (1907, 12 de Maio). Nº 3765, X ANNO (XVII), (6:636), Lisboa, p. 3.

O Século- Lisboa

[Várias notícias]. (1898, 07 de Outubro). ANO XVIII Nº 6013, p.1.

Ainda o sinistro do Tejo. (1898, 25 de Setembro). Nº 6001, ANO XVIII, p. 2.

Campos Sales. (1898, 03 de Dezembro). Nº 6.070, XVIII ANO 1898., p.1.

Campos Sales. (1898, 18 de Novembro). Nº 6.055, XVIII ANO 1898., p.1.

Campos Sales. (1898, 23 de Novembro). Nº 6.060, XVIII ANO 1898., p.1.

Dr. Campos Salles: A solemnidade da posse. (1899, 03 de Dezembro). ANO XVIII, Nº6070, p.1.

Informações. (1898, 09 de Novembro). ANO XVIII Nº6046, p. 2.

Notícias do Brazil. (1898, 15 de Novembro). Nº 6.052, XVIII ANO 1898. p.1.

O Adamastor no Brazil. (1898, 05 de Dezembro). ANO XVIII Nº 6.072, p.1.

Portugal e Brazil. (1898, 09 de Dezembro). ANO XVIII Nº 6.076. p.1.

Rio de Janeiro. (1898, 18 de Novembro) Nº 6.055, XVIII ANO 1898. p.1.

Situação financeira do Brazil. (1898, 08 de Outubro). ANO XVIII Nº 6.014. p.3.

Outros Periódicos

Carvalho, W. A. de. (2010). Pequena História da Maçonaria. *Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latino Americana Y Caribeña*. Vol. 2, nº 10. Costa Rica, pp. 11, 33.

Castellane, J. (1991). Os Maçons que Fizeram a História do Brasil. *Gazeta Maçonica*. São Paulo, p. 48.

Lobo, A. (1889, 18 de Novembro). *Jornal Diário Popular*. São Paulo.

Notas. (1907, 04 de Novembro). *Correio Paulistano*. Nº 15.886, São Paulo, p. 1.

O Nivel. (1884, 1º de Fevereiro). 1 ANNO, Nº 3. Lisboa, , p.11

O CONGRESSO INTERNACIONAL DO RITO ESCOSSEZ, Nº 6, 2ª Serie, 4º ano, 1875, p. 6

Paranhos, J. M. da S. (1909, 1913, 1916, 1919). Biografia de Visconde do Rio Branco Em: *Revista Americana*, Ano 1, Fase III e IV.

Pimenta, J. P. G. (2008). *A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica*. Revista Digital de História Ibero-americana. Departamento de Historia, Universidade de São Paulo, DOI: 10.3232/RHI.2008.V1.N1.04, p. 3.

Republicanos Portugueses no Brazil. (1909, 10 de Julho). *Jornal A Republica* Anno II nº 392, Lisboa, p. 1.

Republicanos Portugueses no Brazil. (1909, 10 de Julho). *Jornal A Republica* Anno II nº 392, Lisboa, p. 1.

Teses e Dissertações

Barata, A. M. (2002). *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas-SP.

Catroga, F. (1988). *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*. Tese de Doutorado em História. Universidade de Coimbra, 2 Vols., Coimbra.

Colussi, E. L. (1998, Junho) *Plantando Ramos de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Dissertação do Curso de Pós-Graduação em História. PUCRS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.

Souza, P. I. G. de. (2006). *Buscadores do Sagrado: As transformações da maçonaria em Belém do Pará*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas-SP.

Vieira, M. E. (2001). *O envolvimento da maçonaria fluminense no processo de emancipação do reino do Brasil (1820-1822)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRS. Porto Alegre.

Fontes Online

Ferro, J. P. *Maçonaria e Relações Internacionais: O Grande Oriente Lusitano Unido (1866-1872)*. Em: Cunha, J. A. da e Ferro, J. P. (1995). *Em Torno de Maçonaria*, Lisboa. Acedido em 09 de Setembro de 2011, em: http://members.tripod.com/gremio_fenix/trabalhos/relac_int_golu.html

Morel, M. (2001). Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Em: *Estudos Históricos*, nº 28, Rio de Janeiro, p.7. Acedido em 28 de Abril de 2011, em: «<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2147/1286>».

Símbolo: Acedido em 25 de Fevereiro de 2011, em: «<http://luizreginaldo.blogspot.com/2010/09/simbolo-e-simbolizacao-simbolo-e.html>».

Unificação e Apogeu (1869-1910). Acedido em 10 de Setembro de 2011, em: http://www.gremiolusitano.eu/?page_id=37.

Barbosa, R. (1990). *A imprensa e o dever da verdade*. Com- Arte; Editora da Universidade de São Paulo.(Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 2). São Paulo. p.15. Acedido em 15 de Julho de 2011, em: www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_AImprensa_eodever_da_verdade.pdf.

Barros, J. D. (2010). Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. *Revista Albuquerque*, vol.3, nº1, p. 1. Apud, Bloch, M. (2001).

Apologia da História. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. [original publicado: 1949, póstumo] [original de produção do texto: 1941-1942]. Acedido em 25 de Fevereiro de 2011, em: «<http://pt.scribd.com/doc/46523419/Fontes-Historicas-Revista-Albuquerque-2010>» .

Grand Orient de *France*, p. 11-19. Acedido em 28 de Abril de 2011, em: «<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2147/1286>».

www.viapolitica.com.br/sonhos/09_a%20relacao_entre_revolucao.php.

Bibliografia

Albolea, A. (2010). Em: *Maçonaria seus segredos, seu legado e sua influência*. Como a maior sociedade secreta de todos os tempos ajudou a escrever a história do Brasil e do mundo. *Revista Aventuras na História: Edição especial*. Editora Abril, pp.45-50.

Alves Filho, F. de P. R. (1951). *Centenário do Conselheiro Rodrigues Alves*. Editora Secretaria de Fazenda, São Paulo

Amaral, M. T. do e Franco, A. A. M. (1974). *A Vida dos Grandes Brasileiros - Rodrigues Alves*, Editora Três, Governo do Estado de São Paulo. São Paulo.

Apalding, W. (s/d). *Farrapo*: Sulina, Porto Alegre.

Araripe, A. (1880). *Rio Branco na maçonaria*. Rio de Janeiro. e Azevedo, C. M. M. de, (1986-87). Maçonaria: história e historiografia, *Revista da USP*, n. 32, pp. 178-189.

AUC, *Legado de Fausto de Quadros*, Índice Onomatopóico, fls 30v,-32v.

Barata, A. M. (1994, Julho-Outubro). *Freemasonry and Brazilian enlightenment*. História, Ciência e Saúde – Manguinhos I (1): 78-79, Rio de Janeiro

_____ (1999). *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910..* CMU- Editora da Unicamp, Campinas.

_____ (2002). *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)*. [s.Nº] Campinas, SP.

_____ (2005, Junho). Grande Oriente tropical: Compasso e esquadro na sala de aula. Em: *O poder secreto da Maçonaria. Nossa História*, ano 2/nº20, Editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, p.25. Apud: Barata, A. M. (1999). *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910..)*. CMU- Editora da Unicamp. Campinas

Benienimeli, J. A. F. (2001). *La masoneria*, Madrid, p. 84.

Besouchet, L. (1946). *O barão do Rio Branco, ensaio biográfico*. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro

Besouchet, L. e Paranhos, J. M. (1985). *Visconde do Rio Branco: ensaio-biográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília;

Brake, A. V. S. (1902). *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Visconde do Rio Branco, dados biográficos, 2 v. 5. Rio de Janeiro.

Caetano, M. (1978). *Constituições Portuguesas* 4ª Edição, Verbo. Lisboa, pp. 11-16.

Carvalho, R. (1986) - *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Fundação Calouste Gulbenkianº Lisboa.

Catroga, F. (1985). As Lojas Espanholas de Obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido e o Iberismo. *Separata do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. VII. Composto e impresso nas Oficinas da Imprensa de Coimbra, L.Da. Coimbra, p.89.

_____ (1988). *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, 2 Vols., Coimbra.pp. 392, 415, 456, 460, 463, 468.

_____ (1990). *Mações, liberais e republicanos em Coimbra (década de 70 do século XIX)*. Coimbra editora, L.DA, Coimbra, p. 6.

_____ (2001). O Livre-pensamento contra a Igreja. *Revista de História das Ideias*, v. 22. Instituto de História e Teoria das Ideias. Universidade de Coimbra, Coimbra.

_____ (2009). Uma História sem rostos. Em: *Os passos do homem como restelho do tempo: memória do fim da história*. Almedina. Coimbra, p. 111.

_____ (2010). *O republicanismo em Portugal*. 3º ed., Casa das letras. Alfragide, p.85.

Certeau, M. de. (1985). *Le croyable, ou l'institution du croire*. *Semiótica*, v.54, Nº1/2, Paris, p. 256

Chartier, R. (1990). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, p.7.

Colussi, E. L. (2003). *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. Ed.. Editora da UPF. Passo Fundo.

Correia, V. (1910, 28 de Dezebroy). A Separação da Igreja do Estado, em *A Democracia*, I ano, Nº 42, p. 1, col. 2

Dias, G. e Silva, J. S. da. (1986). *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2ª Ed. 1Vol, 1ts, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, p.5.

Dienstbach, C. (1993). *A maçonaria gaúcha - história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul*. (4. v.). A Trolha, Londrina.

Doratioto, F. F. (2002). *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. Companhia das Letras, São Paulo.

Dosse, F. (2006). *Pour Ricoeur et Michel de Certeau et L'histoire entre led ire et le faire*. L'Herne. Paris, p. 124.

Duby, G. (1977). História social e ideologia das sociedades. Em: *Fazer História*. Tradução Maria Eduarda Correia. Bertrand. Lisboa, p. 182.

Fagundes, M. C. (1989). *Revelações da história da maçonaria gaúcha*. Hoy es Historia, ano 4, n. 20, Montevideu, p. 41-50.

Flores, M. (1982). *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. Mercado Aberto. Porto Alegre.

Hespanha, A. M. (coord.). (1993). *História de Portugal: Antigo Regime*. v. IV, Editorial Estampa. Lisboa.

Johnstone, M. (2010). *Os Franco Maçons – o livro ilustrado da Antiga Confraria*. 1ª edição, Madras.

Laloutte, J. (1997). *La Libré pensée en France. 1848-1940* Albin Michel. Paris, p. 15

Leitman, S. L. (1979). *Razões socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XI.*: Edições Graal. Rio de Janeiro.

- Lopez, L. R. (1993). *História do Brasil Colônia. Mercado Aberto*. Porto Alegre.
- Marques, A. H. O. (1988). *Ensaio de maçonaria*. Ed: Quetzal. Lisboa, pp.11- 13
- _____ (1990). *História da Maçonaria em Portugal, das Origens ao triunfo*. Presença. Lisboa, p. 37.
- Morei, M. (2001). Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Em: *Estudos Históricos*, nº 28, Rio de Janeiro, p.5. APUD., Vovelle, M. (1985). Présentation, em Gourdot, P. (org.). (1984, Abril). *Franc-Maçonnrie et Lumières au seuil de la Révolution Française*. Actes du Colloque sous les auspices du Grand Orient de France.
- Morel, M. (2001). *Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Estudos Históricos., n. 28. Rio de Janeiro, p. 3-22.
- Moretti, F. (2008). *Maçonaria nas Américas*, Ed. Escala. Curitiba, p. 53
- Mott, L. (2010). *Bahia: Inquisição & Sociedade*. EDUFBA. Salvador, p. 46.
- Quadros, F. de. (AVC Legado de Fausto de Quadros. Índice Onomatopóico, fls. 19v- 20)
- Ricardo, C. (1951). *Centenário do Conselheiro Rodrigues Alves*. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo.; Silva, G. P. da. (s.d.). *Rodrigues Alves e Sua Época*. Ed. A Noite. São Paulo.
- Rio Branco. R. do. (1942). *Reminiscências do barão do rio Branco.*, José Olympo, Rio de Janeiro.
- Salles, M. F. de C. (1983). *Da Propaganda à Presidência*, Editora UNB. Brasília.
- Salles, V. (2011, Janeiro). Moju – Rio das Cobras. 3ª Edição. Belém, pp. 302-303.
- Schüler Sob., O. (1998). *Uma luz na história: a formação e o sentido da COMAB*. Ed. Cultural O Prumo SC Ltda. Florianópolis, p. 88, 90, 100.
- Silva, H. (1983). *Campos Sales - 4º presidente do Brasil*. Editora Três, São Paulo.
- Teixeira, F. M. P. (1993). *História Concisa do Brasil*. Global. São Paulo, p. 198.
- Ver, Geertz, C. (1973). *A interpretação das Culturas*. Zahar. Rio de Janeiro, p. 15.
- Vianna, F. J. de O. (1955). *Instituições políticas brasileiras*. 2. ed. José Olympio, Belo Horizonte, p. 64.

ANEXO

Maçons pertencentes ao GOLU que tiveram alguma relação com o Brasil (1869-1909)

Nº	Nome	Natural	Profissão	Loja	Ano iniciação	Observação
01	Abílio Machado Faria	São Miguel das Avis (Santo Tirso, Porto)	Não consta	Igualdade do Porto Portugal	1893	Consta (prancha) ter falecido no Brasil em 31/12/1897
02	Artur Carlos Junqueira Figueiredo	Lisboa	Comerciante	Cavaleiros da paz e concórdia Portugal	1892	Foi para o Brasil em dezembro de 1892
03	Artur Antonio da Costa Braga	Brasil	Negociante	Honra e dever (Portugal)	1889	Atingiu o grau 5º e passou também pela loja Pátria do Porto
04	Alfredo Antonio da Costa Braga	Brasil	Negociante	Honra e dever (Portugal)	1889	Passou pela loja Cooperação e trabalho do Porto
05	Alfredo Garcia	Brasil	Empregado no comércio	Loja Perseverança Batalha (Portugal)	1908	Recebido na Loja Gomes Freire em Leria
06	Alfredo Salgado da Silva Guimarães	Portugal	Empregado no caminho de ferro.	Loja Progredior no Porto (Portugal)	1909	Emigrou para o Brasil.
07	Alberto Alexandre Monteiro	Brasil	Fotografo	Não consta	Não	Regularizado na loja União no Porto com 27 anos, em 1901
08	Américo Herculano Azevedo Campos	Brasil	Médico do quadro de saúde de Angola	Independencia de Luanda, Africa	1903	
09	Aníbal de Sousa Pinto de Barros	Brasil	Proprietario	Triângulo Chaves	1893	
10	António Augusto	Portugal	Trabalhou no consulado do Brasil	Loja Liberdade , Lisboa	1898	
11	António Augusto Curson	Portugal	Funcionário aduaneiro no Porto e em Lisboa	Loja Aurora da Liberdade, do Porto	1899	Nome simbólico de Büchner, pertenceu também às lojas Trabalho, do Funchal, e Rectidão, de Lisboa. Desempenhou cargos de relevo no Grande Oriente Lusitano unido, tendo pertencido ao Conselho da Ordem. Ascendeu ao grau 33 do REAA (1918), de cujo Supremo Conselho fez parte. . Na vida profana foi Director da Alfândega do Funchal e Director-Geral das Alfândegas. Exerceu também funções docentes no Instituto Superior do Comércio (depois, de Ciências Económicas e Financeiras) de Lisboa. Membro dos Partidos Unionista e Liberal, foi ministro do Comércio no ministério António Granjo.
12	António Duarte Pereira	Portugal				Profissão proprietário
13	António José Monteiro dos Santos	Brasil	Maquinista naval	Loja Liberdade Lisboa	1901	
14	António Mendes Quelhas	Brasil	Guarda livros	Progredior no Porto	1908	Saiu da loja quando houve cisão em 1914 com grau 30
15	Antonio Ribeiro de Sousa Guimarães	Portugal	Negociante	Pátria do Porto	1892	Com grau 1 foi para o Brasil
16	Bernardino Luis Machado	Brasil	Professor, foi presidente Portugal, Ministro e Embaixador no Brasil (1912-14)	Loja Perseverança, vº 74, de Coimbra	1874	Nome simbólico de Littré, atingiu o grau 7 no RF e o grau 33o (1895) no REAA de cujo Supremo Conselho fez parte. Foi Presidente do Conselho da Ordem (1892-95) e Grão- Mestre (1895-99) do Grande Oriente Lusitano Unido e Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Grau 33 (1895-99? 1929-44). Pertenceu, desde 1892, à loja Razão Triunfante, de Lisboa, 1903 à loja Fernandes Tomás, da Figueira da Foz, desde à loja Elias Garcia, de Lisboa e desde 1929 à loja Fraternidade Colonial, também de Lisboa. Acompanhou a cisão da maioria do Supremo Conselho em 1914, reentrando na obediência do Grande Oriente Lusitano mais tarde. No mundo profano, Como político, ingressou primeiro no Partido Regenerador, sendo deputado (1883-87), par electivo do Reino (1890-95) e ministro das Obras Públicas (1893). Em 1903 aderiu ao ideal e ao Partido Republicano, de cujo Directório foi presidente (1906-09). Proclamada a República, foi deputado (1911), senador (1911-15; 1919-25), ministro e 12 embaixador no Brasil (1912-14), ministro dos Negócios Estrangeiros (1910-11; 1914), do Interior (1914; 1921) e, interinamente, da Justiça (1911; 1914) e da

						Agricultura (1921), duas vezes candidato à presidência derrotado e duas vezes Presidente da República (1915-17; 1925-26). Exilado duas vezes (1917-19; 1927-40), na sequência de golpes de Estado militares de cariz reaccionário, combateu sempre, no exílio, em prol da liberdade da sua pátria.
17	Caetano Domingos Drolhe	Brasil	Médico	Não		Regularizado na Loja Razão Triunfante 1906 aos 52 anos
18	Carlos Malheiro Dias	Portugal	Escritor e Jornalista	Loja Luís de Camões em Lisboa	1897	Monárquico regenerador, foi administrador do 2º Bairro do Porto e deputado (1902-05), exilando-se, após o 5 de Outubro, no Brasil onde viveu muitos anos. Coordenou a obra <i>História da Colonização Portuguesa do Brasil</i> , 3 vols. (1922-24); foi irradiado no ano seguinte por falta de pagamento de cotas
19	Eduardo Pereira da Mata	Brasil	Estudante	Pátia de Coimbra	1905	Pertenceu a loja Germinal de Coimbra e Justiça de Lisboa
20	Francisco Ferreira da Silva	Brasil	Farmacêutico			Regularizado Loja Liberdade no Porto, adquireu grau 33 no Porto
21	Fernando Amaral Boto Machado	Portugal	Solicitador e jornalista	Cavaleiros da Verdade	1893	Nome simbólico de José Falcão. pertenceu depois às lojas <i>Renascença</i> (1893), <i>Razão Triunfante</i> (1896), <i>Luiz de Camões</i> (1902) e <i>Elias Garcia</i> . Ascendeu (1917) ao grau 33 do REAA. Desempenhou altos cargos no Grande Oriente Lusitano, tendo sido presidente do Conselho da Ordem (1918-19). Na vida profana foi nomeado cônsul geral no Brasil, ministro junto das repúblicas da América Central e ministro em Tóquio.
22	Fortunato Augusto da Silva	Portugal	Proprietário e capitalista			Regularizado na loja Gomes Freire em 1909 com 52 anos; possuiu o grau 33 tendo passado pelo grande Oriente Salvador Brasil da Loja Capitular União Segredo, faleceu 1918.
23	Francisco Basto Mourão	Brasil	Negociante	Liberdade Progresso, Porto	1901	Idade 21 anos
24	Francisco Paulino de Oliveira	Portugal	Escritor e comerciante	Pombal em Lisboa	1908	Faleceu no Brasil
25	Frederico Antonio de Andrade	Brasil	Professor	Independencia do Porto	1892	Em 1893 adquiriu o grau 3 e foi irradiado em 1901
26	Gabriel Antunes de Carvalho	Brasil	Capitalista	18 de Julho, Vall. Lavradio		Teve o diploma do cavaleiro rosa cruz, no simbólico Visconde Rio Branco; regularizado loja Liberdade do Porto em 1887 com 45 anos
27	Geraldo Magalhães	Brasil	Artista dramático	Gil Vicente Lisboa	1909	28 anos
28	Guilherme Barros Nobre	Brasil	Médico	São João de Gaia	1905	28 anos
29	Guilherme Gomes Fernandes	Brasil	Inspetor dos incêndios			Regularizado na loja Liberdade do Porto em 1886 aos 38 anos; veio do Brasil com graus 2 e 3 adquiridos em 1881
30	Gregório Rafael da Silva Almeida	Brasil	Médico			Regularizado Luz do Sol, Cintra Lisboa, ao 53 anos. Em 1878 já o grau 7
31	Henrique Coelho de Castro	Brasil	Estudante do 1º ano de direito	Prometeu Coimbra	1899	19 anos;
32	Henrique Rodrigues Gomes	Portugal	Empregado no comercio		1897	25 anos, estar coberto em 1900 por se retirar para o Brasil
33	João Afonso Viana	Portugal	Empregado no GOLU	Razao Triunfante	1891	48 anos; retirou-se para o Brasil em 1893
34	João Bernardo de Almeida Junior	Brasil	Agrônomo e veterinário	Razao Triunfante	1879	32 anos
35	João Carlos Colás	Brasil	Ator			Regularizado loja Liberdade Lisboa em 1904 aos 47 anos
36	João Ferreira Duarte Leitão	Brasil	Proprietário			Regularizado na loja Luz Africana em Moçâmedes, Angola em 1881 com 40 anos; foi irradiado
37	João Pinheiro Chagas	Brasil	Escritor público político jornalista e Diplomata	Loja Luis de Camões, de Lisboa.	1896	Nome simbólico de Armand Carrel, tendo atingido o grau 3 nesse mesmo ano. No mundo profano, Republicano, esteve implicado, entre outras, nas revoltas de 1891 e 1908, sendo de ambas as vezes preso e, da primeira, condenado a degredo em Angola (1891-93), tendo fugido, sido recapturado e, depois, amistiado. Um

						dos maiores demolidores da Monarquia, pela sua acção partidária e conspiratória, veio depois a ser ministro de Portugal em Paris (1911; 1911-15; 1915-17; 1919-23), membro da delegação portuguesa à Conferência da Paz (1919) e à Sociedade das Nações (1920; 1922-24), Presidente do Ministério (1911) e dos Negócios Estrangeiros (1911). Nomeado para chefia do governo em 1915, não chegou a tomar posse por ter sido ferido a tiro.
38	José Amorim Magalhães	Barcelos	Comerciante Proprietário	Luz e Liberdade (Braga)	Não informado	Veio da Loja Renascença de Belém com atestado passado pelo Supremo Conselho do Brasil, no RJ em 1896. É fundador do triângulo de Barcelos
39	José Joaquim de Sousa Neves	Portugal	Vice Almirante reformado			Regularizado em 1893 na loja Portugal em Lisboa; seguiu para o Brasil 1848 como oficial da Marinha; Cavaleiro da Ordem Cristo e Comendador da Ordem de São Bento da Virgem e Comendador das Ordens Estrangeiras: Isabela Católica de Espanha e da Coroa de Itália
40	José Pereira Lopes Guimarães	Portugal	Capitalista	Caridade		Regularizado loja Igualdade do Porto em 1894 e pertenceu a loja Caridade IV do GOB
41	José Joaquim Tomás Coelho	Portugal	Proprietário	Asilo e Caridade, do vale do Brasil		Regularizado loja Ave do Porto em 1895 ao 28 anos
42	José Correia Dias	Brasil	Médico	Liberdade, Lisboa	1896	30 anos
43	José Fernandes de Oliveira Mendes					Regularizado na loja Liberdade Progresso Porto em 1902 e pertenceu ao GOB
44	José Cardoso Ramalho Jr	Brasil	Capitalista			Regularizado na loja União do Porto, tendo adquirido o grau 32 em 1901
45	José Figueira de Andrade	Brasil	Advogado			Regularizado na loja União do Porto, com 27 anos
46	José Martins Jr.		Comerciante	Aurora Lusitana do GOB		Regularizado na loja Simpatia e União em Lisboa em 1903
47	José da Fonseca Prato	Brasil	Proprietário	Flecha dos Mortos em Aveiro	1906	46 anos
48	Joaquim José Rodrigues da Silva Jr	Brasil	Farmacêutico e proprietário			Regularizado no triângulo de Torres Vedras em 21/09/1898. Se ausentou em 10/10/1898 e em 1909 volta e é regularizado na loja Solidariedade em Lisboa
49	Jean Bourdain	Brasil naturalizado francês	Chefe do serviço de electricidade da companhia de gás	Fiatux Lisboa	1899	31 anos
50	Joaquim Pinto Gordo	Brasil	Negociante			Regularizado loja União do Porto em 1893; com 36 anos já possuía o grau 33°
51	Joaquim de Castro Lobo	Brasil	Farmacêutico	União do Porto	1894	Com 24 anos
52	Júlio de Bastos Mourão	Brasil	Negociante			Regularizado Fraternidade Universal de Vila Nova de Gaia; fundador da loja de São João em Vila Nova de Gaia, depois regularizado na loja Liberdade e Progresso no Porto e depois fundador do Triângulo de Espinho
53	Julio Gomes de Meneses	Brasil	Empregado publico			Regularizado na loja Plurivus Ponta Delgada Açores em 1905
54	Manuel José Gomes Braga	Brasil	Capitalista	Pátria de Coimbra	1905	
55	Manuel Álvaro de Pinho e Silva	Portugal	Gerente da Filial em Lisboa da Esquadra dos Estados Unidos do Brasil			Regularizado na loja Progreio do Porto aproximadamente em 1909
56	Miguel Augusto Bombarda	Brasil	Médico e professor.	Loja Pureza nº 2 de Lisboa	1879	Nome simbólico de D'Artagnan de Lisboa e irradiado por falta de pagamento em 1881, veio a regularizar-se (1909) na loja Cavalheiros da Paz e Concórdia, de onde passou depois (1910), para a loja Irradiação, ambas de Lisboa também. Atingiu (1910) o grau 3. Na vida profana, realizou uma extensa obra no campo da medicina psiquiátrica e anti-tuberculósica. Dirigiu e reorganizou o hospital da Rilhafoles. Foi também professor. Fundou (1883), com Manuel Bento e Sousa Martins, o jornal Medicina Contemporânea. Liberal e anti-clerical. Entrou na política activa como deputado "amaralista" (1908). Um dos mais importantes organizadores da

						revolução de 5.10.1910.
57	Nestor José da Costa	Brasil	Proprietário	Luz Africana de Moçamedes	1881	37 anos; Irradiando em 1883 com o grau 4º
58	Óscar Correia Cardoso	Brasil	Médico	União e Liberdade, Angra do Heroísmo Açores	1909	25 anos
59	Pedro Barata Gomes Feio	Brasil	Negociante	Cavaleiros da Paz e Concordia em Lisboa	1891	Irradiador
60	Rodrigo Salgado Zanha	Brasil	Capitalista			Regularizado na loja União e Porto com 41 anos
61	Raul Nogueira da Silva	Brasil	Comerciante	O Futuro de Lisboa	1906	31 anos
62	Silvestre Monteiro da Cunha	Portugal	Piloto da Barra (Marinha)			Regularizado no Triângulo de Tavarede em 1909. Teve o grau 12º passado pelo GOB e fundou o Triângulo de Tavarede
63	Serafim Gomes Ferreira	Portugal	Negociante			Regularizado na Loja Portugal em Coimbra em 1903; Diplomado com o grau 33º pelo GOB e foi fundador do Triângulo São João do Campo (Coimbra)
64	Sebastião de Magalhães Lima	Brasil	Advogado, jornalista e escritor	Perseverança de Abril de 1870	1874	Grão mestre do GOLU; Na respetiva loja Obreiro do Trabalho adquiriu os graus 20, 25, 29, 30, 31 e 33 em 1907. Coberto em 1891. Filiado na respetiva loja Obreiros do Trabalho em 1892, instalado na respetiva loja Gomes Freire em 1892, acobertado em 1896, regularizado na loja Livre Exame em 1904
65	Victor Lopes de Oliveira Batista	Portugal		União Latina no Porto 1892		30 anos, adquiriu o grau 3º em 1893, depois regularizou-se na loja Liberdade e Progresso no Porto em 1901, já possuía o grau 33º vindo do Brasil passado pelo GOB

Fonte: Dados obtidos em pesquisa realizada em janeiro de 2011, no banco de dados do Arquivo do Grande Oriente Lusitano Unido. E ainda: As informações dos registros dos membros: Antônio Augusto Curson, Bernardino Luis Machado, Carlos Malheiro Dias, Fernando Amaral Boto Machado, João Pinheiro Chagas, Miguel Augusto Bombarda, José Joaquim de Sousa Neves, foram coletados tanto no arquivo do GOLU, como também na obra: MARQUES, A. H. de Oliveira. *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Vol.1 (A-L) e 2 (J-Z). Lisboa, Editorial Delta, 1986.